

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”.
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CAMPUS DE FRANCA.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JANAINA CRISTIANE DA SILVA HELFENSTEIN

**TRÂNSITOS CULTURAIS NOS TRÓPICOS: LUTERANISMO, FAMÍLIA E
ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO EXTREMO SUL DO BRASIL (SÉCULOS XIX E XX)**

Franca, SP

2020

JANAINA CRISTIANE DA SILVA HELFENSTEIN

**TRÂNSITOS CULTURAIS NOS TRÓPICOS: LUTERANISMO, FAMÍLIA E
ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO EXTREMO SUL DO BRASIL (SÉCULOS XIX E XX)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Nível Doutorado Acadêmico) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus de Franca, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutora em História. Área de Concentração: História e Cultura Social

**Orientadora: Profa. Dra. Ana Raquel
Marques da Cunha Martins Portugal**

Franca, SP

2020

Helfenstein, Janaina Cristiane da Silva
H474t Trânsitos culturais nos trópicos: : luteranismo, família e
organização social no extremo sul do Brasil (séculos XIX e XX)
/ Janaina Cristiane da Silva Helfenstein. -- Franca, 2020
198 p. : il., tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Ana Raquel Marques da Cunha Martins
Portugal

1. História Demográfica. 2. Luteranismo. 3. História da
Família. 4. História Social. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Para Neusa e José (*in memoriam*)

Pais amorosos que se dedicaram até os
seus últimos dias para que eu pudesse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Há pouco mais de três anos estava me preparando para uma das maiores experiências da minha vida, o tão sonhado Doutorado Sanduíche no Exterior e me despedi de Franca com estas palavras que mencionarei aqui, e que cabem tão bem a este momento:

“Sabemos que uma espada para ser boa, precisa ser feita de um bom aço. No entanto, por mais forte que seja, o aço para se tornar espada necessita ser fragilizado, amolecido pelo fogo. Depois desse processo, o aço é esfriado e só será moldado a partir das pancadas da marreta sobre a bigorna. São pancadas e mais pancadas na forja, até que tome a forma de uma arma esteticamente bela, imponente e mortal. Nesses últimos anos, posso dizer que Franca foi minha forja. Tal como o aço fui fragilizada, e levei muitas marretadas, que hoje forjaram a mulher que eu sou.

Cheguei em Franca em 2012 para viver um sonho, que dois anos depois acabou se tornando outro sonho, o de fazer o Doutorado. Assim, sonhos foram feitos, refeitos, abandonados e até mesmo outros puderam aparecer nesse processo. Nesses anos de perdas, ganhos, alegrias, tristezas, solidão e esperanças, Franca foi a marreta dura, a bigorna resistente, a forja precisa para moldar o aço frágil que eu era. Agora é o momento de deixar de ser aço frágil e virar espada. De sair da forja e partir para o campo de batalha.

Creio que a espada quando ganha a mão do guerreiro não esquece a mão do ferreiro que a moldou. Assim, jamais esquecerei de Franca e de tudo o que vivi neste lugar! E principalmente jamais esquecerei das pessoas que conheci aqui e me ajudaram a suportar os golpes firmes e precisos do ferreiro. De tudo que podemos ter nessa vida, penso que amizade é o mais importante. É a amizade que te permite ter uma família fora da sua casa, é a amizade que tira de casa naquele dia difícil, em que você não quer ver ninguém. É a amizade que te levanta e te dá suporte para aguentar uma semana difícil, um dia de resfriado, e até mesmo um dia de ressaca.”

Nesses um pouco mais de quatro anos do doutorado, muitas pessoas e instituições passaram pela minha vida, e fizeram a diferença em pequenos gestos, atitudes e detalhes, e citá-las nesse espaço é o mínimo que posso fazer para demonstrar minha gratidão.

Primeiramente, gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ¹ pelas bolsas concedidas durante o período de realização desta pesquisa, sobretudo, durante o período em que fui bolsista do Programa Institucional de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE) na Universidad de Murcia na Espanha. Em especial, gostaria de agradecer ao professor Dr. Antonio Yrigoyen López, meu orientador em Múrcia, que me acolheu e me auxiliou em minha estada na Espanha.

Ao Programa de Pós-Graduação em História e Cultura Social da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” campus de Franca pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa de doutorado.

Quero agradecer do fundo do meu coração à minha orientadora Dra. Dora Isabel da Paiva Costa. Profe Dora, a senhora é para mim o exemplo de tudo o que eu quero me tornar como profissional. Suas palavras de incentivo, suas leituras atentas e seu carinho para comigo nesses anos foram fundamentais para que eu pudesse trilhar esse caminho. Muito obrigada por sempre ter segurado minhas mãos e me guiado com tanta ternura, mesmo nos momentos mais difíceis.

Gostaria também de agradecer à Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História “História e Cultura” e seus membros, pela grande experiência adquirida nos anos em que fui Editora Gerente deste periódico. As leituras e discussões realizadas nesses anos foram de suma importância para a minha formação como profissional.

Aos muitos amigos feitos em Franca nesses anos em que estive morando lá, não tenho palavras para agradecer o suficiente pelos momentos passados juntos, pelas festas, passeios e conversas que fizeram meus dias menos solitários e me proporcionaram uma nova família. Em especial, Crhistophe Damázio, Mayara Moraes, Alex Rogério Silva, Luiz Eduardo P. Barros e Yllan de Mattos, vocês foram as amigas mais queridas que fiz na Unesp e tornaram o período das disciplinas mais prazeroso.

O doutorado também me trouxe uma das amigas mais bonitas e sinceras que fiz nesses últimos anos: Marcus Vinicius Reis, muito obrigada por ser esse amigo tão presente independente da distância que nos separe, que atualmente é de apenas uma sílaba de muitos quilômetros (você no Pará e eu no Paraná). Obrigada por

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

dividir comigo momentos tão especiais em Portugal, Espanha, Alemanha e Polônia e tantos outros que ainda virão.

Aos amigos do “Filosofia de Buteco” Dani, Alexandre, Lidiane, Thais e Djalma meu muito obrigada por terem estado ao meu lado em tantos momentos e não ter nunca permitido que eu me sentisse sozinha ou sem uma família em Franca.

Ao me mudar para Múrcia, uma nova família foi construída no apartamento da Calle Pintor Joaquin, 13. Natália, Giuliana e Mariana, não tem como explicar os momentos vividos naqueles meses europeus. Os passeios na Gran Vía e El Corte Inglés, os sorvetes no shopping, as viagens e principalmente, as conversas, as angústias, as saudades de casa e o companheirismo nesse período fizeram com que vocês ocupem um lugar muito especial na minha história.

Não posso deixar de agradecer à Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon – Isepe, em especial ao curso de graduação em Pedagogia que me acolheu com tanto carinho como professora e tem contribuído cotidianamente com o meu crescimento pessoal e profissional. Meu especial agradecimento aos professores do curso pela acolhida e amizade e aos alunos por me desafiarem todos os dias a ser uma profissional melhor e me mostrarem que escolhi a profissão certa.

Finalmente, quero agradecer à minha família, que após tantos anos longe me acolheu de braços abertos e me oportunizaram finalizar esta pesquisa. Minha mãe e meu padrasto Cristiane e Rogério, meus irmãos Juliano, Leonardo e Beto, às cunhadas Daiana e Patrícia e aos meus amados sobrinhos Oliver e Eduarda, obrigada pelo apoio de sempre.

Não posso deixar de mencionar, uma pessoa que chegou quando esta tese já estava pronta, mas que esteve presente nos momentos próximos à defesa, e que tem feito meus dias mais leves, felizes e cheios de amor: André, obrigada por ser luz na minha vida, por colorir os meus dias e me fazer acreditar novamente que o amor pode acontecer quando a gente menos espera.

Aos meus pais-avós Neusa e José (*in memorian*) jamais poderei agradecer o suficiente pela criação de vocês, pela dedicação e incentivo para que eu pudesse estudar e ter uma profissão. Vocês que mal sabiam ler e escrever, demonstraram a mim que a educação era a maior herança que poderiam me deixar e nunca mediram esforços para que eu pudesse trilhar o caminho do conhecimento. Espero, que do lugar em que estiverem, tenham ficado orgulhosos da mulher que me tornei graças à dedicação que me dispensaram. Dedico a vocês este trabalho.

“Minhas raízes estão no ar
Minha casa é qualquer lugar
Se depender de mim
Eu vou até o fim
Voando sem instrumentos
Ao sabor do vento
Se depender de mim
Eu vou até o fim”

Até o fim. Engenheiros do Havaí.

RESUMO

Podemos dizer que a família é o laboratório mais privilegiado para que possamos detectar as mudanças que ocorrem nos universos que permeiam tanto os vínculos sociais, como os vínculos pessoais. A família se revela como uma importante ferramenta teórica e metodológica para se estudar as complexidades da realidade social do passado. Sendo assim, a partir da análise quantitativa e qualitativa das famílias pertencentes a uma comunidade alemã da região do atual município de Pelotas no Rio Grande do Sul, buscamos compreender o processo de implantação e posterior desenvolvimento no extremo sul do Brasil do *Deutsche Evangelisch-Lutherische Synode von Missouri, Ohio und anderen Staaten* – ou Sínodo Evangélico-Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados (atualmente Igreja Evangélica Luterana do Brasil), tendo como foco principal a identificação e compreensão dos trânsitos culturais entre a população imigrante alemã, a população receptora rio-grandense, fortemente marcada pela presença de também imigrantes, mas de origem açoriana e escravizados de origem africana; e por fim, dos missionários norte-americanos que chegaram na região com o intuito de implantar uma nova vertente do luteranismo em território brasileiro, sendo assim, analisamos portanto, uma das primeiras comunidades que se filiaram ao sínodo norte-americano. O período delimitado para a pesquisa abrange o último quartel do século XIX até o início do século XX. As principais fontes utilizadas consistem nos Registros Paroquiais das comunidades, relatórios enviados pelo missionário do sínodo norte-americano e publicados em periódicos da igreja, como também relatórios oficiais dos Presidentes de Província do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Família; Luteranismo, Demografia Histórica, Cultura.

RESUMEN

Se puede decir que la familia es el laboratorio más privilegiado para que se pueda detectar los cambios que ocurren en los universos que permean tanto los vínculos sociales, como los vínculos personales. La familia se revela como una importante herramienta teórica y metodológica para se estudiar las complejidades de la realidad social del pasado. De este modo, a partir del análisis cuantitativo y cualitativo de las familias pertenecientes a una comunidad alemana de la región de la actual municipalidad de *Pelotas* en *Rio Grande do Sul*, buscamos comprender el proceso de implantación y posterior desarrollo en el extremo sur de Brasil del *Deutsche Evangelisch-Lutherische Synode von Missouri, Ohio und anderen Staaten* – el *Sínodo Evangélico-Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados* (actualmente *Igreja Evangélica Luterana do Brasil*), que tiene como enfoque principal la identificación y comprensión de los tránsitos culturales entre la población inmigrante alemana, la población receptora de *Rio Grande do Sul*, fuertemente marcada por la presencia de también inmigrantes, pero de origen azoriana y esclavos; y por fin, de los misioneros norteamericanos que llegaron en la región con el objetivo de implantar una nueva vertiente del luteranismo en el territorio brasileño, de este modo, analizamos por lo tanto, una de las primeras comunidades que se filiaron al sínodo norteamericano. El período delimitado para la investigación abarca el último cuartel del siglo XIX hasta el inicio del siglo XX. Las principales fuentes utilizadas consisten en los Registros Parroquiales de las comunidades, informes enviados por el misionero del sínodo norteamericano y publicados en periódicos de la iglesia, como también informes oficiales de los Presidentes de la *Província do Rio Grande do Sul*.

Palabras clave: Familia; Luteranismo, Demografía Histórica, Cultura.

ABSTRACT

We can say that the family is the most privileged laboratory so that we can detect the changes that take place in the universes that permeate both social and personal bonds. The family reveals itself as an important theoretical and methodological tool to study the complexities of the social reality of the past. Thus, from the quantitative and qualitative analysis of families belonging to a German community in the region of the current municipality of Pelotas in Rio Grande do Sul, we seek to understand the process of implementation and subsequent development in the far south of Brazil of the Deutsche Evangelisch-Lutherische Synode von Missouri, Ohio und anderen Staaten - or Evangelical-German Synod of Missouri, Ohio and other states (currently Evangelical Lutheran Church of Brazil), having as main focus the identification and understanding of cultural transits among the German immigrant population, the receiving population from Rio Grande do Sul, strongly marked by the presence of also immigrants, but of Azorean origin and slaves; and finally, the North American missionaries who arrived in the region with the intention of implanting a new aspect of Lutheranism in Brazilian territory, and thus, we analyzed one of the first communities that joined the North American synod. The period delimited for the research covers the last quarter of the 19th century until the beginning of the 20th century. The main sources used are the Parish Records of the communities, reports sent by the missionary of the North American synod and published in church periodicals, as well as official reports of the Presidents of the Province of Rio Grande do Sul.

Keywords: Family; Lutheranism, Historical Demography, Culture.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Territórios das Províncias do Sul do Brasil – Período Imperial	p. 33
Mapa 02 – Lagoa dos Patos – Província do Rio Grande do Sul	p. 41
Mapa 03 – Localização de Pelotas – Província do Rio Grande do Sul	p. 43
Mapa 04 – Colônia de São Lourenço	p. 74
Mapa 05 – Pomerânia	p. 142
Mapa 06 – Regiões da Pomerânia de origem dos pais dos noivos das Comunidades Bom Jesus e Pomerânia	p. 144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Produção Agrícola Colônia São Lourenço (Alqueires)	p. 84
Gráfico 02 – Venda da Produção Agrícola Colônia São Lourenço (Valor em Réis)	p. 84
Gráfico 03 – Distribuição anual dos Batismos	p. 111
Gráfico 04 – Sazonalidade Mensal dos Batismos (entre os anos 1868 e 1900)	p. 114
Gráfico 05 – Sazonalidade Semanal dos Batismos (entre os anos 1868 e 1900)	p. 115
Gráfico 06 – Intervalo entre o Nascimento e o Batismo, entre 1868 e 1900	p. 117
Gráfico 07 – Quantidade de Casamentos por ano (1868-1900)	p. 130
Gráfico 08 - Sazonalidade Mensal dos Casamentos (entre os anos 1868 e 1900)	p. 134
Gráfico 09 - Sazonalidade Semanal dos Casamentos (entre os anos 1868 e 1900)	p. 136

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Estatísticas Populacionais em Pelotas (1814-1858)	p. 47
Tabela 02 – Lista de Imigrantes desembarcados no Brasil com destino a São Lourenço	p. 76
Tabela 03 – População da Colônia São Lourenço (1858-1867)	p. 96
Tabela 04 – Estado Civil dos habitantes	p. 96
Tabela 05 – Casamentos realizados na Colônia – por religião	p. 98
Tabela 06 – Batismos realizados na Colônia – por religião	p. 101
Tabela 07 - Sazonalidade Mensal dos Batismos (entre os anos 1868 e 1900)	p. 113
Tabela 08 - Sazonalidade Semanal dos Batismos (entre os anos 1868 e 1900)	p. 115
Tabela 09 – Ocupações mencionadas nos Registros de Batismos (entre os anos 1868 e 1900)	p. 119
Tabela 10 - Sazonalidade Mensal dos Casamentos (entre os anos 1868 e 1900)	p. 133
Tabela 11 - Sazonalidade Semanal dos Casamentos (entre os anos 1868 e 1900)	p. 136
Tabela 12 – Procedência dos Pais dos Noivos	p. 144

LISTA DE IMAGENS

Figura 01 – Fortaleza de Jesus-Maria-José **p. 37**

Figura 02 – Vila de São Pedro do Rio Grande **p. 39**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.16
CAPÍTULO 1: O Continente do Rio Grande de São Pedro: O império português, a organização das elites charqueadoras e a imigração européia no extremo sul do Brasil.	p. 29
1.1 – A Província do Rio Grande do Sul: povoamento e vinculação do território ao Império Português	p. 29
1.2 – Pelotas Charqueadora: as elites locais, a população cativa e a organização social no Rio Grande	p. 42
1.3 – Braços brancos para o trabalho: imigração européia a partir da segunda metade do século XX	p. 55
CAPÍTULO 2: As Comunidades Luteranas Em Pelotas: estabelecimento e economia da Colônia São Lourenço.....	p. 67
2.1 – Colônias particulares como solução: a iniciativa de Jacob Rheingantz...	p. 67
CAPÍTULO 3: Aspectos Demográficos de uma comunidade luterana em construção – as Picadas Bom Jesus e Pomerana e sua população.....	p. 94
3.1 – O primeiro rito de passagem em terras brasileiras: o batismo no interior das Picadas.....	p. 105
CAPÍTULO 4: O cumprimento das normas sociais e religiosas: a formação de famílias a partir do casamento no interior das Picadas.....	p. 122
CAPÍTULO 5: O <i>Deutsche Evangelisch-Lutherische Synod Von Missouri, Ohio Und Anderen Staaten</i> e sua chegada ao Brasil	p. 147
5.1 - Toda relação é uma via de mão dupla: Mediadores sociais ou intermediários culturais a partir do luteranismo	p. 162
5.2 – Ultrapassando fronteiras étnicas: A Comunidade Evangélica Luterana Manoel do Rego	p. 176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 184
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 189

INTRODUÇÃO

Na introdução do livro *“Nuevos tiempos para las familias, familias para los nuevos tiempos”*² os professores Antonio Irigoyen Lopes e Monica Ghirardi destacam que podemos considerar que a família é o laboratório mais privilegiado para que possamos detectar as mudanças que ocorrem nos universos que permeiam tanto os vínculos sociais, bem como os pessoais. Para os autores, a família se revela como uma importante ferramenta teórica e metodológica para se estudar as complexidades da realidade social do passado. Eles ainda afirmam, que a partir das investigações acerca das mudanças nas estruturas familiares, nos comportamentos e nas expectativas dos componentes familiares é que poderemos avançar no conhecimento que temos a respeito das mudanças sociais.

Ainda nesta introdução, Irigoyen e Ghirardi enfatizam que é fundamental interrogar-se pelo desenvolvimento do individualismo tendo em mente que este é um processo de afirmação pessoal, mas que caminha paralelamente às mudanças que ocorrem na família, esta, pensada como instituição social. Sendo assim, a História da vida cotidiana, se ocupa das condições de vida dos seres humanos a partir da coletividade, mas sem deixar de pensar nas particularidades e singularidades dos indivíduos. Devemos, portanto, concentrar-nos no componente duplo que existe nesse âmbito, o individual versus o coletivo, ou nos vínculos sociais versus laços pessoais, e para que possamos detectar as mudanças que ocorrem nesses universos e os fenômenos que os levam a acontecer, temos a família como o principal meio de pesquisar esses fenômenos.

Partindo das discussões apresentadas pelos autores citados, podemos então compreender a família como o palco no qual as transformações sociais acontecem, tanto individualmente, como coletivamente. Assim sendo, podemos dizer que nas sociedades modernas, e sobretudo, nas sociedades baseadas em costumes de Antigo Regime a família representava uma das principais instituições sociais.

Reduzida a unidade básica do sistema, célula principal de ação social e núcleo primário de poder e representação, a organização

² GHIRARDI, Mónica; LOPEZ, Antonio Irigoyen. **Nuevos tiempos para las familias, familias para los nuevos tiempos**. De las sociedades tradicionales a las sociedades burguesas: perspectivas comparadas entre Argentina y España. Córdoba: Ediciones del Boulevard, 2016, 268 p.

familiar possuía então uma indubitável projeção que se estendia a todos os seus membros, constituindo-se no principal elemento de identidade e de identificação do homem moderno. [...] A família, neste sentido, costumava mediar de forma quase natural as trajetórias de seus membros, sendo habitual que se encontrasse detrás de decisões importantes como o matrimônio, a herança e o destino profissional dos mais jovens.³

Estudar as famílias portanto, é estudar onde todas as mudanças sociais se iniciam, é compreender que todos os processos históricos perpassam esta instituição social. Todavia, estudar a história dos arranjos familiares é um desafio, pois primeiramente, devemos compreender que família não tem como referência um conceito único, tendo em vista que existem diversos tipos de arranjos que podem constituir uma relação familiar. Uma definição de família que poderia ser utilizada é a seguinte:

Termo utilizado sem qualquer outra qualificação [que] designa habitualmente um grupo social que compreende, *no mínimo*, um homem e uma mulher unidos pelos laços socialmente reconhecidos e mais ou menos duradouros do casamento, e um ou vários filhos nascidos desta união ou adotados.⁴

Esta é a definição da chamada família conjugal ou família nuclear, formada pelos pais e seus filhos, e que para nós atualmente é a mais conhecida e a mais encontrada nas sociedades contemporâneas. Todavia, sabemos que esse não é o único modelo existente, sobretudo, no que versa às famílias do século XXI. Temos o conhecimento, que ao longo do tempo, outros tipo de arranjos familiares poderiam ser encontrados, como por exemplo a família poligâmica⁵ e até mesmo, o modelo de família extensa. Esta última, inclusive, a partir da publicação de Casa Grande e

³ IZQUIERDO, Francisco Precioso; SARTORI, Federico. *Familia y poder político en las periferias de la monarquía hispánica (Reino de Murcia y Córdoba del Tucumán en tiempos de los Austrias)*. In: GHIRARDI, Mónica; LOPEZ, Antonio Irigoyen. **Nuevos tiempos para las familias, familias para los nuevos tiempos**. De las sociedades tradicionales a las sociedades burguesas: perspectivas comparadas entre Argentina y España. Córdoba: Ediciones del Boulevard, 2016, p.15. Tradução nossa.

⁴ De acordo com Michel Aghassian, Nicole Grandin e Alain Marie —este AGHASSIAN, Michel; GRANDIN, Nicole; MARIE, Alain. *Filiação, consanguinidade, alianças matrimoniais*. In: AUGÉ, Marc (org.). **Os domínios do parentesco**. Filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa, edições 70, 2003, p. 44. (grifo no original)

⁵ Resultado de um casamento plural. Cf. AGHASSIAN et al, p. 45.

Senzala, obra de Gilberto Freyre⁶, foi considerada durante muito tempo, como o modelo familiar predominante em todas as regiões do Brasil.⁷

Porém, essa afirmativa cai por terra, a partir dos estudos desenvolvidos por pesquisadores tanto nacionais como de fora do país, sobretudo, a partir das décadas de sessenta e setenta do século passado. Esses estudos demonstraram que a família extensa, caracterizada como uma família numerosa, composta não apenas do núcleo conjugal, pai, mãe e filhos, mas incluindo, principalmente um grande número de criados, parentes, agregados e escravizados, que estavam submetidos ao poder absoluto do chefe da família, que era, ao mesmo tempo, o marido, o pai, o patrão, e finalmente, o patriarca, autoridade central e de maior poder no interior desse núcleo familiar; não era na verdade uma constante nacional. O modelo freyriano de família não era uma realidade de nosso país como um todo, uma vez que:

[...] As pesquisas comprovaram ainda que o padrão de família patriarcal extensa não foi predominante na maioria da população, sendo mais comuns as nucleares com estruturas mais simplificadas e menor número de integrantes, especialmente no Sudeste, no final do período colonial, o que era um forte indicativo das diferenças na estrutura das famílias em áreas rurais e urbanas, por regiões e categorias sociais, já que as elites continuavam preservando o modelo de domicílios extensos.⁸

A citação acima, de Eni Samara demonstra que na maior parte do território nacional, o modelo de famílias compostas por menos integrantes foi o mais recorrente, e podemos afirmar que em localidades com a presença de imigrantes europeus, essa também era uma constante. No que diz respeito aos núcleos familiares das regiões que possuíam colônias de imigrantes, ao contrário do que se

⁶ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

⁷ A respeito dessa definição Eni de Mesquita Samara, afirma que “a organização da família foi analisada sob esse prisma, permanecendo ainda intocável a idéia de que a família brasileira era uma vasta parentela que possuía fins comuns. Solidariedades, deveres, obrigações mútuas e parentesco fictício integravam os indivíduos em verdadeiras redes de dependência.” SAMARA, Eni de Mesquita. *A família no Brasil: História e Historiografia no século XX*. In: JIMENEZ, Francisco Chacón (et al). *Família y tendencias historiográficas em el siglo XX*. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2003, p. 101.

⁸ SAMARA, op. Cit, p. 104.

acredita pelo senso comum, as famílias em geral eram pequenas. Poucas famílias se afastavam do modelo nuclear, composto pelos pais e seus filhos.

O senso comum e uma determinada tradição historiográfica consideram que as famílias imigrantes italianas eram compostas por muitos membros. Conforme citado por Bassanezi, há na tradição oral que 'As famílias naquele tempo, sim que eram grandes'. Porém, pesquisas mais recentes vêm evidenciando que o tamanho padrão destas famílias não era tão grande como considerado; [...] uma média de 6,9 pessoas.⁹

Levando em consideração o exposto até acerca da importância da família para a compreensão das sociedades no tempo, podemos dizer, que a família, portanto, é o fio condutor deste trabalho; é o elemento aglutinador de todos os assuntos abordados nessa tese. Contudo, a análise irá se pautar especificamente no modelo de família conjugal ou nuclear. Mais especificamente, os núcleos familiares formados pelos imigrantes alemães de religião luterana que a partir da segunda metade do século XIX aportaram na Província do Rio Grande do Sul, precisamente na região de Pelotas.

Para além de compreendermos e analisarmos o conceito de família, amplamente debatido por diversos pesquisadores e diversas áreas, faz-se necessário ampliarmos nossa análise para o conjunto formado por estas famílias em questão, ou seja, o grupo religioso a que pertencem, os espaços de sociabilidade que partilham, dessa maneira, não há como pensar nessas famílias isoladas de um contexto comunitário, uma vez que,

[...] a comunidade encontrava-se intimamente envolvida nos três acontecimentos vitais da vida de uma pessoa: o nascimento, o casamento e a morte. Simbolicamente, esse tipo de participação da comunidade assevera o modo como os membros individuais da família eram parte de uma coletividade maior que a família.¹⁰

A comunidade, sobretudo, religiosa vivencia e participa de todos os momentos importantes da vida de uma família; sendo assim, para que possamos

⁹ SANTOS, Ivson Poletto dos. **Imigrantes italianos em Santo Amaro: de agricultores a empresários (1886-1935)**. Tese (Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo-USP; São Paulo, 2015, p. 74.

¹⁰ SHORTER, Edward. *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar, 1995, p. 228-229.

compreender as características de composição dessas novas famílias nucleares, não podemos extraí-las de sua identificação comunitária. Para Ferdinand Tönnies, a comunidade, ou *Gemeinschaft*, é um grupo social demarcado, que possui um elevado grau de integração afetiva e coesão entre seus membros, que pode ser observado, por meio das suas práticas cotidianas e tradições. A origem da comunidade, repousa na consciência da dependência mútua determinada pelas condições de vida comum, ou seja, pelo espaço compartilhado pelos membros dessa comunidade e principalmente, pelo parentesco. Para Tönnies, podemos compreender a comunidade a partir de três instâncias: a comunidade de sangue, de lugar e de espírito:

A comunidade de sangue acha-se regularmente ligada às relações e participações comuns, quer dizer, à possessão comum dos próprios seres humanos. Na comunidade de lugar, as relações vinculam-se ao solo e à terra; e, na comunidade de espírito, os elos comuns com os lugares sagrados e com as divindades honradas. As três espécies de comunidades estão estreitamente ligadas entre si no espaço e no tempo, e, em consequência, em cada um de seus fenômenos particulares e seu desenvolvimento, como na cultura humana geral e sua história.¹¹

Estas três instâncias, sangue, lugar e espírito, podem ser igualmente entendidas como comunidade de parentesco, de vizinhança e de amizade. A primeira, diz respeito à vida familiar, ao parentesco mais estreito, e por conseguinte à autoridade que os membros da família possuem uns sobre os outros. Por outro lado, a segunda refere-se à vida em comum, àquela do território que se partilha com os vizinhos. Nela, a partir da convivência, podemos dizer que há um compartilhamento de hábitos, conhecimentos e, principalmente, das tradições daquela região. E, por fim, a última está relacionada às semelhanças de interesses, formas de pensar e conceitos partilhados por todos. Esta instância deve ser sempre alimentada através de encontros frequentes, muito comum nas cidades pequenas.

Podemos, a partir desses três elementos apresentados por Tönnies, analisar por exemplo, as colônias de imigrantes que se formaram no Brasil a partir de 1850. Nessas colônias, essas três instâncias apresentadas pelo autor são muito

¹¹ TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e Sociedade. In: MIRANDA, Orlando de. **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995, p. 239.

significativas. A comunidade pode ser considerada como uma relação de corpos, de caráter orgânico, ou seja, seus membros permanecem unidos. Partindo dessa convivência, podemos compreender que essas três instâncias ou padrões de sociabilidade (laços de consanguinidade, de coabitação territorial e de afinidade espiritual) são interconectados, mas que acabam sendo uma consequência dos outros. Sendo assim, ao verificarmos a organização das comunidades de imigrantes a partir desses elementos, podemos, por exemplo, compreender os motivos que levam esses imigrantes a estabelecerem seus círculos sociais somente no interior de suas respectivas colônias, ocasionado dessa maneira, uma predominância de comportamentos endogâmicos no grupo.

Uma mudança nesse tipo de comportamento, só pode ser verificada através da atuação de um intermediário cultural, ou seja, um responsável por realizar a mediação e posterior inserção de elementos externos às tradições do grupo. Esse mediador, segundo Michel Vovelle¹², pode surgir tanto no interior do grupo, ou seja, formado nessa tradição cultural e, portanto, um conhecedor da cultura, e assim, seria um facilitador desse processo de inserção de membros externos, como também, ele pode ser de fora dessa realidade, vindo do exterior, mas que está disposto a se inserir nesse meio. Para o autor, o intermediário cultural pode ser compreendido como um personagem que transita entre dois mundos, o dos dominantes e dos dominados.

Vovelle ainda destaca que durante muito tempo, o sacerdote foi um importante intermediário cultural. Corroborando essa ideia, Paula Montero no livro “Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural”¹³ nos apresenta o conceito de mediação cultural, como uma categoria articuladora desses atores sociais, os indígenas e os missionários católicos que vieram para o Brasil para o trabalho de catequização. Podemos desta forma compreender que o mediador se constituiria em agente ao retirar códigos de uma cultura para inseri-los nas teias da outra. Em nossa compreensão este agente não está necessariamente reduzindo essas culturas, pelo contrário, está produzindo algo novo.

¹² VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 207-224.

¹³ MONTERO, Paula (org.) **Deus na aldeia**. Missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006

Segundo a autora, o religioso atua como um mediador de culturas, uma vez que a missão religiosa pode ser considerada como um trabalho constante de desconstrução e reconstrução dos códigos de comunicação e dos conceitos pré-estabelecidos. Esse conceito, será fundamental em nosso trabalho, uma vez que a partir dele, podemos compreender os trânsitos culturais realizados no interior da Colônia São Lourenço, localizada na região de Pelotas, Rio Grande do Sul.

Ao destacarmos as discussões empreendidas por Tönnies, Vovelle e Monteiro, sobre comunidade e mediadores culturais, é possível demonstrar qual o principal objetivo da presente tese, e o problema de pesquisa que buscamos responder ao longo das próximas páginas. Como foi possível verificar, compreendemos, embasados por Tönnies, que o comportamento endogâmico das famílias dos imigrantes alemães e seus descendentes está alicerçado na endogamia, ou seja, no estreitamento dos contatos já existentes. O que também pode ser corroborado pela historiografia especializada em história da imigração.

Ao realizar pesquisas documental para a dissertação de mestrado, tivemos conhecimento da documentação que foi utilizada nesta tese. Por conhecer a trajetória de implementação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil através da realização do mestrado, sabíamos da tradição endogâmica dos grupos de imigrantes que compuseram o Sínodo de Missouri no Brasil. Além disso, tínhamos também conhecimento acerca do seu processo de expansão, todavia, a pergunta que ecoava, era: de que maneira foi realizada a inserção de pessoas de outros grupos étnicos no interior dessas colônias?

A hipótese que tínhamos, se alicerçava na chegada dos missionários vindos dos Estados Unidos. Pensamos que estes, poderiam ser os intermediários entre as culturas locais, e que favoreceriam o alargamento das redes de relações estabelecidas até então. Dessa maneira, tínhamos dois objetivos: primeiramente, verificar o perfil demográfico das famílias de imigrantes das colônias estudadas, buscando sobretudo, destacar suas características endogâmicas. E em segundo lugar, identificar os possíveis intermediários culturais e suas atuações no processo de transição comportamental do grupo.

Para a efetiva construção desse trabalho, é importante destacarmos também o *corpus* documental utilizado ao longo da pesquisa. Como mencionado, o fio condutor desse trabalho está no núcleo familiar, sendo assim, a principal fonte de pesquisa utilizada foi o registro paroquial. Podemos considerar que os registros

paroquiais se constituem como fonte privilegiada para as pesquisas na área de Demografia Histórica e História das Famílias, sobretudo, por possibilitar aos pesquisadores realizarem análises de períodos em que ainda não haviam os censos nacionais ou listas nominativas de habitantes. Principalmente, os períodos compreendidos anteriormente à institucionalização do registro civil no Brasil, que só ocorreu a partir do final do século XIX, sobretudo, no que diz respeito às populações de imigrantes.

Como sabemos, durante os períodos Colonial e Imperial do Brasil, a religião católica era considerada como oficial, sendo assim, cada indivíduo nascido nesse país tinha seu nascimento, batismo, casamento e óbito registrados por uma paróquia. Podemos, portanto, considerar que nesse período os assentamentos realizados na Igreja revestiam-se também de um caráter civil, uma vez que eram os únicos registros existentes. De acordo com Carlos Bacellar¹⁴ somente na década de 1870, com a chegada dos primeiros imigrantes, os quais pertenciam às religiões de matriz protestante, que os registros civis foram instaurados, devido à necessidade dessas populações se registrarem fora dos âmbitos da Igreja Católica. Somente com a Proclamação da República que se estabeleceu a obrigatoriedade do registro civil a todos os brasileiros.

Maria Silvia Bassanezi destaca ainda, que neste período anterior à obrigatoriedade do registro civil, a Igreja Católica “instituiu formas para conhecer e controlar a população católica; fixou, regulamentou e generalizou a prática do registro nas paróquias de toda a Catolicidade (no que foi seguida por algumas igrejas reformistas, como a luterana, por exemplo).”¹⁵

Marcílio assevera ainda, que

As características únicas transformaram os Registros Paroquiais em fontes de primeira linha para se chegar às populações e às sociedades do passado, passando por seus traços culturais particulares. Estas séries documentais, com acuidade especial podem ser fontes inestimáveis para o conhecimento das

¹⁴ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 74.

¹⁵ BASSANEZI, Maria Silvia. Registros Paroquiais e Cíveis. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla; DE LUCA, Tânia Regina (orgs). **Os historiadores e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p.146.

mentalidades, dos comportamentos, das sensibilidades de sociedades do passado.¹⁶

Muito além de nos apresentar aspectos relativos da vida religiosa de um grupo determinado, o registro paroquial nos permite adentrar na intimidade das pessoas ali arroladas, conhecer aspectos de sua vida íntima que de outra forma não nos seria permitido. Esse tipo de fonte permite que o pesquisador tenha acesso a todos os momentos primordiais dos indivíduos pertencentes àquela comunidade. Uma vez que,

os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos são uma documentação que permite, além da recuperação genealógica, o trabalho de reconstituição de famílias e, conseqüentemente, o estudo dos padrões de fecundidade, nupcialidade e mortalidade de uma dada população.¹⁷

Levando em consideração estas questões, o *corpus* documental que integra o presente projeto de pesquisa foi construído a partir dos registros contidos nos Livros de Registros de duas pequenas comunidades luteranas que estavam se formando na região da atual cidade de Pelotas, na localidade de São Pedro, as Comunidades Evangélica Luterana Picada Bom Jesus e Picada Pomerana, no período de 1868 a 1900.

A documentação está lotada no Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, localizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Todos os registros foram realizados originalmente em língua alemã, contudo, há alguns anos, o curador do acervo traduziu todos os registros para a língua portuguesa. Portanto, os atuais Livros de Registros se encontram em ótimo estado de conservação, são de fácil leitura, e possuem registros sequenciais com poucas interrupções. Tal documentação é inédita para os fins que propomos a ela e foi amplamente franqueada à autora da tese de doutorado.

Além dos registros paroquiais, outras duas tipologias de fontes foram utilizadas ao longo dessa pesquisa. A primeira delas diz respeito aos Relatórios de

¹⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza, op. Cit, p. 17.

¹⁷ TEIXEIRA, Paulo Eduardo. Fontes para uma História da Família. **Revista MÉTIS: história & cultura**, v. 3, n. 5, jan./jun. 2004, p. 130.

Presidente de Província, especificamente, os da Província do Rio Grande do Sul. Dessa maneira é interessante tecer alguns comentários a respeito de como são construídos esses referidos textos. Os Relatórios de Governo ou Relatório de Presidente de Província eram elaborados devido a uma exigência do Imperador contida em um Aviso Circular Imperial, datada do ano de 1848. Sendo assim, todo ocupante do cargo de presidente da Província, deveria no início de cada novo ano apresentar à Assembleia provincial um Relatório, uma exposição, ou apenas uma mensagem onde eram prestadas contas da situação da Província no período correspondente ao ano anterior.

Esses relatórios se constituem como fontes muito ricas para se compreender quais políticas estavam sendo implementadas nas províncias, quais trabalhos realizados e principalmente qual o posicionamento oficial em relação a determinado assunto. Além disso, são fontes de fácil acesso, estando disponíveis para consulta em diversos endereços eletrônicos.¹⁸ A partir desses relatórios, foram extraídos alguns dados estatísticos e econômicos da Colônia de São Lourenço, que foram fundamentais para a compreensão da organização desse empreendimento imigratório.

Utilizamos também neste trabalho alguns periódicos produzidos pela *Lutheran Church Missouri Synod*, como por exemplo, o jornal *Der Lutheraner*. Este periódico produzido em St. Louis, Missouri era um boletim luterano escrito todo em língua alemã e que era distribuído em todas as comunidades luteranas dos Estados Unidos, e posteriormente, também circulava no Brasil. Além disso, o mesmo possuía edições quinzenais e veiculava notícias sobre o Sínodo, artigos doutrinários, ensaios históricos e principalmente assuntos relacionados aos trabalhos realizados pelo Sínodo, como por exemplo, a expansão missionária realizada para a América Latina a partir de 1899 e demais localidades. Sendo assim, pedidos de arrecadação de dinheiro para missões e prestações de contas eram elementos constantes em suas edições. Esses “artigos” eram comumente escritos pelo Presidente do Sínodo e publicados na seção “*Zur Kirchlichen Chronik*” (A Crônica da Igreja). Algumas publicações desse jornal – sobretudo os que diziam respeito aos trabalhos missionários realizados no Brasil – foram traduzidos do alemão e utilizados nesta

¹⁸ Alguns Arquivos Públicos de Estados possuem o acervo dos Relatórios em seus respectivos sites. Os Relatórios referentes à Província do Rio Grande do Sul estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul.

pesquisa com o intuito de se conhecer melhor a atuação dos pastores missionários nas colônias do Sul do Brasil, que culminou com a criação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, no início do século XX. Assim como o Livro de Registros das Comunidades Bom Jesus e Pomerana, estes periódicos também estão arquivados no Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

Tendo em vista os objetivos anteriormente levantados, a presente tese foi estruturada em cinco capítulos, tal divisão está relacionada aos questionamentos que pretendemos responder ao longo do texto. Dessa maneira, em seu primeiro capítulo, **“O Continente do Rio Grande de São Pedro: O império português, a organização das elites charqueadoras e a imigração europeia no extremo sul do Brasil.”** tivemos como objetivo principal apresentar o contexto em que a Colônia de Imigrantes trabalhada ao longo dessa tese se insere, quais foram os processos de ocupação e da formação dos territórios onde hoje se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e de suas características enquanto sociedade de Antigo Regime e parte integrante do Império Português. Abordamos também, a respeito da produção do Charque, proteína tão importante para o período colonial e que foi responsável pelo desenvolvimento da região e da formação de elite charqueadora e por fim, tratamos das políticas imigratórias do século XIX que permitiu e fomentou a chegada de imigrantes e da formação das colônias de alemães na Região de Pelotas.

No segundo capítulo intitulado: **“As comunidades luteranas em Pelotas: estabelecimento e economia da Colônia São Lourenço**, nosso principal enfoque recai na iniciativa particular de Jacob Rheingantz, imigrante alemão que se instalou na Província do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, e indo ao encontro das Políticas Nacionais de Imigração que estavam sendo colocadas em prática pelo Império Brasileiro, resolve estabelecer e organizar uma colônia de imigrantes germânicos na Província do Rio Grande do Sul. Apresentamos ainda neste capítulo, dados referentes ao desenvolvimento econômico da Colônia que estava em formação a partir de dados retirados dos Relatórios de Presidente de Província enviados ao Imperador e que tratam especificamente do empreendimento de Reingantz.

No terceiro capítulo do presente trabalho, intitulado: **“Aspectos demográficos de uma comunidade luterana em construção – as Picadas Bom Jesus e Pomerana e sua população”** nós trazemos uma análise demográfica acerca da colônia de São Lourenço a partir dos dados extraídos tanto dos Relatórios

de Presidente de Província como principalmente do Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. São Lourenço-RS – 1868. Neste capítulo abordamos de maneira pormenorizada os dados referentes aos nascimentos, mais especificamente aos batismos – primeiro rito religioso que os filhos dos imigrantes passavam quando estavam estabelecidos em terras brasileiras – realizados nas comunidades citadas num período compreendido entre os anos de 1868, quando se dá o início dos registros, até 1900, quando teremos uma transição nas comunidades com a chegada dos missionários - assunto que será melhor abordado em capítulos posteriores. Estes dados foram sistematizados através da utilização do Software NACAOB desenvolvido por Dario Scott e Ana Silvia Volp Scott e à luz da Demografia Histórica, nos permitem, de certa maneira, adentrar na intimidade das famílias daqueles imigrantes e conhecer um pouco mais acerca de seus costumes.

Se no terceiro capítulo nos detivemos à análise dos batismos, o quarto capítulo da tese: **“O cumprimento das normas sociais e religiosas: a formação de famílias a partir do casamento no interior das Picadas”** focou especificamente dos casamentos realizados em terras brasileiras por estes imigrantes recém-chegados e principalmente, nos detivemos a compreender as características do mercado matrimonial existente naquela colônia. Neste capítulo também foram utilizados os dados obtidos através dos Registros Paroquiais e foi possível observar que esse grupo de imigrantes, em especial, manteve durante muito tempo comportamentos oriundos de sua cultura e identidade germânicas, o que ficou evidenciado, por exemplo, na predileção por casamentos endogâmicos ou até mesmo na sazonalidade dos matrimônios, que refletiam claramente suas raízes culturais.

E finalmente, no quinto e último capítulo da tese, ***O Deutsche Evangelisch-Lutherische Synod Von Missouri, Ohio Und Anderen Staaten e sua chegada ao Brasil*** nos dedicamos a compreender o trabalho de missão realizado pelo chamado Sínodo de Missouri em terras brasileiras. Primeiramente neste capítulo, discutimos acerca do desenvolvimento desse sínodo religioso nos Estados Unidos e seu posterior interesse de expansão dos trabalhos para a América do Sul. Acreditamos que o envio de missionários religiosos para o sul do Brasil, foi o fator preponderante para a abertura das colônias de imigrantes de origem germânica para os demais grupos étnicos que viviam em suas regiões de atuação, e principalmente, foi possível, à luz da historiografia especializada, categorizar esses missionários como

intermediários culturais, ou seja, os responsáveis pela inserção de pessoas de outras etnias no interior das colônias, como por exemplo, a fundação da Comunidade Luterana Manoel do Rego.

CAPÍTULO 1

O CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO: O IMPÉRIO PORTUGUÊS, A ORGANIZAÇÃO DAS ELITES CHARQUEADORAS E A IMIGRAÇÃO EUROPÉIA NO EXTREMO SUL DO BRASIL

Da mesma forma nomeareis outro oficial para ficar por Governador no Rio Grande de São Pedro no caso que se execute o projeto desta Nova Colônia, e da Fortaleza, a qual deveis mandar levantar da parte do Sul no sítio, que se julgar mais vantajoso, e para ela mandareis a artilharia, armas, barracas, e mais munições, e petrechos necessários, e algum dinheiro miúdo para pagamento dos oficiais, que trabalharem na obra, um engenheiro para assistir a ela, e dois religiosos Barbadinhos dos que se acham no Rio de Janeiro e na falta destes quaisquer outros sacerdotes de vida exemplar, que possam celebrar missa e administrar-vos sacramento aos novos povoadores, aos quais mandarei também prover de instrumentos que se vos remetem para cortar, e lavrar madeiras, mover terra, matar gado, e cultivar os campos, como também das sementes necessárias para a dita cultura, e de víveres, **e tudo o mais que se julgar preciso para o estabelecimento de uma Nova Colônia** segundo as informações que facilmente podereis adquirir de pessoas práticas.

Nas dadas de terras daquele distrito, mandareis observar a forma da repartição, que dispõem o regimento recomendando muito que se evitem desigualdades, e excessos, e não participem das mesmas dadas senão as pessoas, que verdadeiramente estiverem estabelecidas no dito País; e como pelo que avisou o Brigadeiro José da Silva Paes há muitos no Rio de Janeiro que pretendem ir para aquela parte, me informareis se além destas serão necessários alguns casais das Ilhas para logo os mandar conduzir.¹⁹

1.1 – A Capitania do Rio Grande do Sul: povoamento e vinculação do território ao Império Português (séculos XVIII e XIX)

Primeira metade do século XVIII, mais precisamente no ano de 1736, vossa majestade D. João V, Rei de Portugal, envia uma carta a Gomes Freire de Andrada,

¹⁹ AHU. Projeto Resgate. Secretaria do Conselho Ultramarino, Documento 2996. **Carta Régia para Gomes Freire de Andrada**, 24 de março de 1736.

Governador e Capitão Geral das Capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, da qual, lê-se o trecho acima destacado. Nesta carta, o rei demonstra estar preocupado com a violência, em suas próprias palavras, e os constantes ataques sofridos na Região do Rio da Prata pelos espanhóis que estavam prejudicando a navegação dos navios de comércio naquela região. Por essa razão, o regente em sua carta apresenta ao Governador instruções que devem ser seguidas para que se possa “socorrer a Colôna de Sacramento”. As instruções são claras, uma Esquadra de Naus de Guerra será enviada para facilitar a navegação dos Navios Portugueses, expedições por terra serão deslocadas até a região, e os homens responsáveis pelo comando dessas empreitas são nomeados de acordo com suas habilidades e principalmente, lealdade ao rei.

O corpo das tropas que seriam enviadas deveria ser formado por soldados destacados do Rio de Janeiro e São Paulo, além de uma cavalaria proveniente também do Rio de Janeiro e as demais guarnições que fossem necessárias. Um engenheiro também seria encaminhado para ficar responsável pela construção das fortificações. Mas o principal que podemos destacar da carta do Rei D. João V citada anteriormente é o desejo de se formar naquelas paragens uma colônia.²⁰ Não apenas militares seriam encaminhados, era necessário também formar uma pequena povoação no local, para assim manter o domínio da região. De acordo com Rachel Marques, o surgimento do Rio Grande está completamente ligado a esse contexto.

Juntamente com outras questões, a referida expedição deveria fundar uma Fortaleza que serviria de base para um povoamento na barra da atual Lagoa dos Patos, o que ocorreu em 1737 com a fundação do Presídio de Jesus-Maria-José. Isso serviria também para estabelecer oficialmente uma localidade portuguesa entre a Colônia do Sacramento e a Vila de Laguna, que até então era sua possessão incontestemente mais meridional, garantindo o acesso por terra entre esses pontos e também entre as terras da Banda Oriental –

²⁰ “[...] uma frota comandada por José da Silva Paes deveria partir do Rio de Janeiro para o Rio da Prata, buscando três objetivos: desalojar os espanhóis de Montevideú; levantar o bloqueio espanhol à Colônia do Sacramento e fundar uma colônia na margem sul do Rio Grande de São Pedro. Somente este último objetivo foi realizado com sucesso, pois no dia 19 de fevereiro de 1737, ao desembarcarem num inóspito sítio formado por areia, pântano e dunas, teve início um processo militar e colonizatório que se consolidou, entre avanços e recuos, ao longo do século XVIII.” ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Textos do século XVIII pra o estudo da ocupação lusitana no Brasil meridional**. Lisboa/Rio Grande: CLEPUL/ Biblioteca Rio-Grandense, 2016, p.8.

com seu vasto rebanho – e o centro da colonização lusa na América.²¹

A partir desse desejo do rei de fundar a colônia, podemos compreender que essa atitude da Coroa Portuguesa demonstra claramente sua disposição em manter e conservar o poder desse território, uma vez que se tratava de uma região estratégica, já que possuía o único porto marítimo ao sul da Vila de Santo Antonio dos Anjos da Laguna²², - ou apenas Laguna, como será tratada daqui por diante – e também pelo fato de a mesma ter estado sob domínio espanhol durante treze anos e, agora Portugal retomava seu controle.

A Capitania do Rio Grande de São Pedro foi a última capitania a receber os fluxos colonizatórios portugueses. Fundada oficialmente nos finais da primeira metade do século XVIII – a partir dos esforços da Coroa portuguesa como vimos nos trechos destacados da carta de D. João V – a capitania durante muito tempo despertou pouco interesse a Portugal, talvez pelo fato de se encontrar muito ao sul do domínio da coroa portuguesa e possuir uma fronteira constantemente contestada que pertencia ora ao Império Português ora a Castela.²³

Segundo Marcia Eckert Miranda, por ser

produto da fronteira em eterno litígio, o Rio Grande de São Pedro foi marcado desde o início da ocupação europeia pela disputa entre as coroas ibéricas, pela instabilidade do domínio e pela conformação de uma sociedade militarizada, na qual a guerra, o comércio, o

²¹ MARQUES, Rachel dos Santos. **Para além dos extremos**: Homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776 - c.1800). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2016, p. 24.

²² Localizada na Província de Santa Catarina e fundada em 1684, pelo paulista Domingos de Brito Peixoto, no contexto das explorações bandeirantes portugueses, se tratava de um território estratégico para se chegar ao Rio da Prata. Era local de paragem e abastecimento de navios e foi de grande importância na rota das tropas de gado que saíam do Sul em direção à Capitania de São Paulo. Conforme: KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira**: família e poder no Continente do Rio Grande (Campos do Viamão, 1720-1800). São Leopoldo: Oikos, 2014.

²³ “[...] Salienta-se que o Rio Grande do Sul apresenta um processo de ocupação com características peculiares em relação ao restante do país. A ocupação da América pelos europeus (portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, holandeses) objetivava explorar riquezas comerciais. A inexistência de tais riquezas, interessantes ao comércio das metrópoles europeias, deixou o atual estado do Rio Grande do Sul, alheio e sem despertar interesse.” MANTELLI, Jussara. O processo de ocupação do noroeste do Rio Grande do Sul e a evolução agrária. In: **Revista Geografia**, Rio Claro, n.2, mai/ago 2006, p. 272.

contrabando e o controle de homens e rebanhos eram oportunidades de enriquecimento e fontes do poder.²⁴

Sendo assim, a povoação que deu origem ao Rio Grande, esteve sempre vinculada aos projetos das Coroas da Península Ibérica, e pode ser dividida em dois momentos distintos: o primeiro chamado de Povoamento da zona de campo, ou também conhecido como ciclo pastoril, cujo objetivo basicamente girava em torno da pecuária. E o segundo, chamado de Povoamento da zona de mata ou ciclo da colonização europeia, que trata da organização dos núcleos colonizatórios formados por imigrantes europeus a partir do final do primeiro quartel do século XIX, que será tratado mais adiante, na última parte desse capítulo.

Segundo Jussara Mantelli, esse primeiro momento da ocupação portuguesa da Capitania do Rio Grande do Sul teve início no litoral e foi se expandindo para o interior da capitania. A autora afirma que essa ocupação foi determinante para a formação de uma classe de grandes proprietários de terras, os estancieiros, formada sobretudo por reinóis portugueses.

Apesar de somente ser oficialmente fundada em meados do século XVIII, inúmeros esforços eram realizados desde o século anterior para dominação das paragens mais ao sul do território português na América do Sul. Em 1680 foi estabelecida a Colônia do Sacramento²⁵, à beira do Rio da Prata, que serviria de entreposto comercial com Buenos Aires, “[...] era a base da extração, comércio e também, como era de se esperar em uma localidade de fronteira, de contrabando de couros realizada por portugueses da região.”²⁶

²⁴²⁴ MIRANDA, Marcia Eckert. **Fronteira, guerra e tributos: Rio Grande de São Pedro do Sul (1750-1825)**. In: Anais do XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Leopoldo, 2007, p. 01. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Marcia%20Eckert%20Miranda.pdf>.

²⁵ Para maiores informações a respeito da Colônia de Sacramento ver: PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento** - o extremo sul da América Portuguesa. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002.

²⁶ MARQUES, Rachel dos Santos. **Op. Cit.** p. 23.

Mapa 01 – Territórios do Sul do Brasil



Mapa dos territórios ao Sul do Brasil. Sete povos das Missões e Colônia de Sacramento. Disponível em: <http://marcosbau.com.br/geobrasil-2/1763-2/>

É importante salientar que o rebanho de gado que havia naquelas localidades não era nativo da região. Sua origem vem do gado que os padres jesuítas pertencentes à Companhia de Jesus levaram para a Bacia do Rio da Prata ainda no início do século XVII, quando das primeiras investidas desses religiosos na formação e estabelecimento de reduções e missões de catequização dos indígenas guaranis²⁷. Este trabalho realizado pelos jesuítas espanhóis na região que abrangia os Rio Paraná, Paraguai e Parapanema, na também conhecida Serra dos Tapes, num primeiro momento pode ser caracterizado como efêmero e de pouco sucesso, pois

²⁷ O território do atual Rio Grande do Sul era povoado por três grupos de indígenas: os guarani composto pela maioria da população, também conhecidos como tapes, carijós e arachanes; os povos ligados ao tronco linguístico jê, também conhecidos na época como botocudos, coroados e caingangues e finalmente, o menor grupo étnico, os pampeanos, também conhecidos como minuanos ou charruas. Conforme: HAMEISTER, Martha Daissou. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763).** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006, p. 72-77.

teve poucos anos de duração (1626-1641) devido o trabalho de apresamento dos indígenas²⁸ realizados pelos bandeirantes paulistas.

Com a intensificação dos ataques dos bandeirantes, os padres jesuítas transferiram-se para o lado ocidental do rio Uruguai, levando alguns índios missioneiros, mas deixando na região do Tape uma boa parte do gado de suas estâncias, situados na denominada *Vacaria del Mar*. **Foi esse gado que, encontrando excelentes condições de sobrevivência nos campos uruguaiois e sul-riograndenses, se multiplicou e se tornou, posteriormente, uma fonte importante de atração e exploração econômica, com o comércio de couro.**²⁹

Com isso, o gado vacuum abundante na região rapidamente se tornou um atrativo e principalmente um negócio muito rentável para os moradores que se estabeleceram na região, pois tanto a carne como o couro eram comercializados. Podemos dizer que a atividade pecuária na região foi caracterizada em duas fases distintas: a primeira, caracterizada basicamente pela caça ao gado selvagem que eram abundantes na região, e que eram comercializados sobretudo para a região das Minas Gerais para abastecimento interno. E a segunda fase da produção pecuária rio-grandense, está ligada à produção e mercantilização do charque, que trataremos de forma mais aprofundada no segundo subitem desse capítulo.

Aos poucos, a caça ao gado selvagem foi se esgotando e essa atividade deu lugar ao “processo de sedentarização da pecuária” com a concessão de sesmarias e formação das estâncias, que estimularam a ocupação efetiva da terras e a fixação nos colonizadores nelas. De acordo com Fábio Kühn,

A sociedade que surgia no Rio Grande do Sul diferia muito da sociedade mineira; no Continente, a vida era tipicamente rural, enquanto nas Minas Gerais era fortemente urbana. Surgia assim uma sociedade militarizada, com base em uma economia subsidiária (dependente e complementar daquela do centro da colônia) e voltada para um mercado interno em formação, não vinculado diretamente à atividade agroexportadora.³⁰

²⁸ Conforme KÜHN, Fábio. Op cit. p.40.

²⁹ Idem, p.41-42. Grifo meu.

³⁰ Idem, p.67.

E por se tratar de um negócio tão lucrativo, era de se esperar que rapidamente a Coroa portuguesa passasse a realizar a cobrança de taxas para extração dos couros, a partir da instituição dos Quintos dos Couros de Sacramento, que era uma cobrança de vinte por cento sobre os couros produzidos e sobre o gado em pé que era vendido para fora da capitania, cujo direito de cobrança, era arrematado em leilões a particulares – uma prática comum às monarquias do Antigo Regime, e que acabou sendo transferida para as colônias – e podemos dizer que era um negócio extremamente rentável.³¹

Segundo Helen Osório³², para se ter apenas uma ideia de como a rentabilidade do negócio era excelente, dos vinte maiores negociadores da corte entre os anos de 1762 e 1793, oito deles eram contratadores de algum dos quatro contratos de arrecadação relativos ao Rio Grande do Sul, desses, três eram de natureza tributária, no caso dos contratos dos dízimos, do Registro de Viamão e Curitiba, dos quintos dos couros, e um de fornecimento de mercadorias, o do munício das tropas que se tratava da comercialização de farinha e carnes para o abastecimento das tropas acantonadas no Rio Grande.

Essas medidas por parte da Coroa Portuguesa demonstra que havia o desejo e a necessidade de se assegurar esse território e principalmente os frutos que ele produzia. Além das cobranças, outras medidas também foram tomadas para garantir a posse efetiva do território que se encontrava em constante litígio, como por exemplo, o caso do Bispado do Rio de Janeiro³³, em que sua jurisdição passou a se estender até o Rio do Prata, sendo conhecida como Sul do Bispado do Rio de Janeiro.

³¹ “No Rio Grande o quinto dos couros passou a ser arrematado apenas em 1784; até então a provedoria local fazia diretamente a cobrança do tributo. Até 1792 o preço de sua arrematação era inferior ao dos dízimos, mas a partir de 1793 ocorreu uma inversão, passando a ter valores muitíssimos superiores: 168% naquele ano, 161% no triênio 1797-1799, 124% no triênio 1806-1808 e 134% em 1810-1812. Essas diferenças indicam que a atividade pecuária oferecia menores riscos e maior lucratividade que a agricultura e que provavelmente, no início da arrematação do quinto, o preço desde contrato estava muito baixo, subavaliado. OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: FRAGOSO, João (org.). **O Antigo Regime nos Trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 116.

³² Idem. p. 115-134.

³³ “Esta expansão se dava a partir de um projeto reformador da Igreja Católica, levado a cabo pelo Bispado do Rio de Janeiro, o qual visava disciplinar os comportamentos de variados tipos humanos como índios, escravos e luso-brasileiros, distribuídos por um vasto território. Este projeto disciplinar era estipulado de acordo com as leis eclesiásticas previstas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707, organizadas por Dom Sebastião Da Vide.” RIBEIRO, Max Roberto Pereira. **Ao sul do bispado do Rio de Janeiro”: notas sobre a expansão da Igreja Católica na**

Essa região da bacia do Prata esteve em constante conflito durante praticamente todo o século XVIII, e os conflitos eram iniciados ora pelos espanhóis, ora pelos portugueses. Primeiramente, o fato de Portugal se estabelecer comercialmente na região não era bem visto pelos espanhóis, dessa forma, ao longo dos setecentos, a Colônia de Sacramento foi constantemente atacada, tomada e devolvida, após algum acordo firmado entre as duas coroas.³⁴

Na carta do rei de Portugal citada anteriormente, como uma das formas efetivas de se assegurar o território, o rei dá ordens para a fundação de um presídio³⁵, e antes mesmo do referido presídio ser fundado, muitas pessoas se deslocaram para aquela região. Dois anos após às ordens reais, no ano de 1738, a região recebeu seu primeiro pároco e foi então criada a Freguesia de São Pedro do Rio Grande, iniciando por sua vez os registros paroquiais na região. Segundo Rachel Marques, é possível perceber através desses registros a pluralidade da população que formava a região. Os moradores daquela freguesia eram “[...] militares de alta patente, soldados, casais, mulheres solteiras que vieram por incentivo do governador do Rio de Janeiro, refugiados do grande cerco à Colônia do Sacramento, índios, escravos, homens livres, muitos deles provavelmente pobres outros não tão pobres.”³⁶

América Meridional (Rio Grande de São Pedro, século XVIII). Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial - ISSN 21783738 – I EPHIS/PUCRS - 2014, p.1557.

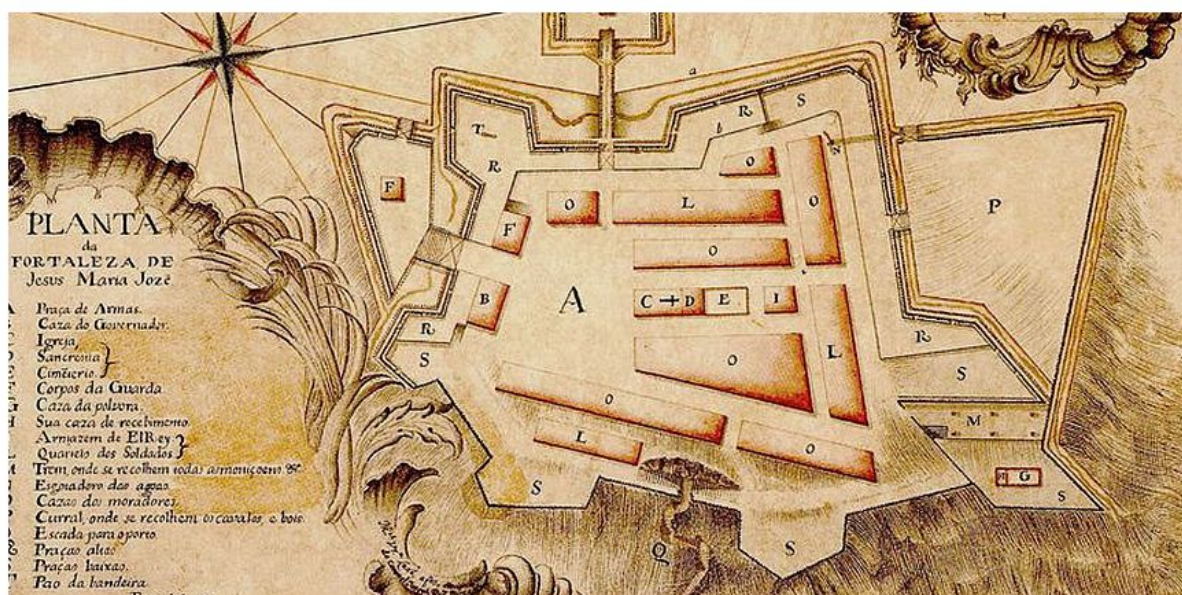
³⁴ “As hostilidades entre espanhóis e portugueses cessaram em novembro de 1712, sob a fiança de mediador inglês em Utrecht. A 22 de junho 1713, tiveram início as negociações de Utrecht entre portugueses e espanhóis. Porém, em 19 de agosto de 1713, a rainha Ana, da Inglaterra, garantiu de modo absoluto, a Portugal que a colônia do Sacramento lhe seria devolvida como condição do tratado definitivo. Em Utrecht, a 6 de fevereiro de 1715, foi ajustado entre Portugal e Espanha o Tratado de Paz e Amizade, ou de Utrecht como ficou conhecido. [...] A Inglaterra foi aceita como garantidora da inteira execução do tratado, de sua firmeza e duração.” ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao Espaço Português. In: CAMARGO, Fernando. et. al (Org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 29.

³⁵ “[...] através do presídio do Rio Grande, ficava garantida a posse de todo território, que se estendia até a Laguna, barrados os espanhóis em suas pretensões de cruzar o canal. [...] O novo estabelecimento permitia, dessa forma, disputar a posse dos imensos rebanhos platinos, e, ainda, a participação direta no comércio de cavalos e mulas, garantindo o abastecimento dos centros consumidores do país.” ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Textos do século XVIII pra o estudo da ocupação lusitana no Brasil meridional**. Lisboa/Rio Grande: CLEPUL/ Biblioteca Rio-Grandense, 2016, p.16.

³⁶ MARQUES, Rachel dos Santos. **Para além dos extremos: Homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776 - c.1800)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2016, p. 25.

O forte de Jesus-Maria-José, uma igreja, quatro pequenos quarteis, um armazém para a courama, uma ferraria, a casa do armeiro e algumas moradias compunham a povoação da vila do Rio Grande de São Pedro. A essa localidade começaram a chegar os açorianos por volta de 1751. Naquele momento, a vila constituía-se como ponto de trânsito e de fixação de tropas e de nativos que estavam sendo incorporados ao mundo português.³⁷

Figura 01 – Fortaleza de Jesus-Maria-José



Planta da Fortaleza de Jesus-Maria-José. Disponível em:
<http://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/wp-content/uploads/2013/07/dragoes1.jpg>

Esses lusitanos que se deslocaram para a Província do Rio Grande não formaram o primeiro contingente que ocupou a região. Os campos de Viamão haviam recebido anteriormente algumas famílias lusas provenientes da Capitania de São Paulo, as motivações para o deslocamento para o sul da colônia eram os mais variados, mas o principais diziam respeito à busca de terras, rebanhos e até mesmo índios. Podemos afirmar que o grande aumento da população, na vila de Rio Grande, como também no restante da Capitania, só se deu apenas por volta de 1750, com a chegada de famílias provenientes, majoritariamente, das Ilhas dos Açores. A migração desses casais, foi um incentivo da Coroa portuguesa, a partir de uma política que promoveria o povoamento de várias localidades da América portuguesa. Segundo Graebin, esses casais deveriam ocupar os espaços na vila e por

³⁷ GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In: CAMARGO, Fernando. et. al (Org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 204.

determinação régia, deveriam ser bem tratados e receber todas as provisões necessárias, além de receberem um lote de terra, ferramentas e cabeças de gado.

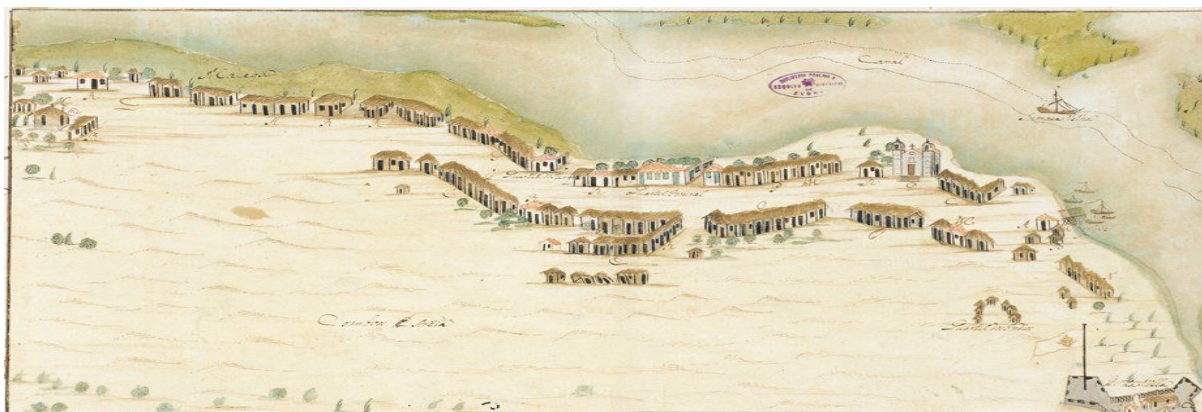
[...] logo que chegarem aos sítios que hão de habitar se dará a cada casal uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas e uma serra com sua lima e travadoura, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua, e no primeiro ano se lhes dará farinha que se entender basta para o sustento, que são três quartas de alqueire da terra por mês para cada pessoa, assim dos homens, como das mulheres, mas não às crianças que não tiverem sete anos; e aos que os tiverem até aos quatorze se lhes dará quarta e meia para cada mês. Os homens que passarem por conta de Sua Majestade ficarão isentos de servir nas Tropas pagas, no caso de se estabelecerem no termo de dois anos nos sítios que se lhes destinarem, onde se dará a cada casal um quarto de légua em quadro para principiar a sua cultura, sem que se lhes levem direitos nem salário algum por esta sesmaria; e quando pelo tempo adiante tenham família com que possam cultivar mais terras, poderão pedir ao Governador do Distrito, que as concederá na forma das Ordens que tem nesta matéria. [...]³⁸

Infelizmente a determinação do rei não poderia ser seguida à risca e imediatamente, dessa maneira, os casais recém chegados eram alocados em precárias acomodações que não se encontravam próximas da vila, na maioria das vezes. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, somente a partir do ano de 1764 que a Coroa portuguesa conseguiu cumprir com suas promessas, e concedeu datas de terra (372 hectares) para que essas famílias pudessem iniciar uma agricultura de base familiar, onde o trigo foi o principal gênero a ser cultivado.³⁹

³⁸ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais. Vol. 1. Porto Alegre, 1977. Apud: MARQUES, Rachel dos Santos. **Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (1750-1820)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2011, p.32.

³⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p. 16.

Figura 02 – Vila de São Pedro do Rio Grande



Demonstração Da Vila De São Pedro do Rio Grande, situada na Latitude Setentrional de 32 graos. Autor: não identificado. Fonte: Original manuscrito da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Portugal. Disponível em: http://www.sudoestesp.com.br/doc/arquivos/688/img_1/img_1.jpg.

Inicialmente, o deslocamento desses casais, tinha como objetivo a ocupação dos Territórios dos Sete Povos das Missões, no entanto, o conflito com os Índigenas nessa região não permitiu que essas pessoas pudessem ali se estabelecer, dessa forma, os ilhéus acabaram por se espalhar no Continente e nos arredores da Vila de Rio Grande, cuja população praticamente foi duplicada com a chegada dos mesmos.

Esses homens e mulheres provenientes das ilhas dos Açores vieram se juntar, em Rio Grande, a outros que já habitavam a região, que para lá foram por vontade própria ou que para lá foram levados: índios, negros, portugueses vindos do Reino ou de outros locais do Império Português, todos passaram a compor a população rio-grandense, plural desde seus primórdios.⁴⁰

Contando com uma população ativa que estava aos poucos se organizando na localidade, e principalmente com a abundância de rebanhos, cuja produção era extremamente rentável como vimos há pouco, rapidamente o meridional da colônia portuguesa no Brasil se tornou um polo de abastecimento para o restante do território. Dessa maneira, o papel da Capitania do Rio Grande de São Pedro nesse contexto era o de produtora de gêneros alimentícios que seriam destinados para suprir as necessidades das outras áreas da colônia, sobretudo, para a região das Minas

⁴⁰ MARQUES, Rachel dos Santos. **Por cima da carne seca:** hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (1750-1820). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2011, p.34.

Gerais, que necessitava desses gêneros em abundância devido o “boom” populacional que ocorreu naquela região em função da extração do ouro.

No final do século XVIII a atividade mineradora entrou em decadência, mas podemos afirmar que esse fator não foi suficiente para acabar com a hegemonia econômica e política que os grandes estancieiros sulistas possuíam. Isso se deu pelo fato que o consumo de gado e mulas em pé que eram enviadas do Rio Grande do Sul para o sudeste foi substituído pelo consumo de um outro produto, o charque.

De acordo com César Augusto Da Ros⁴¹ o crescimento rápido da produção do charque se deu em função das fortes secas que ocorreram no nordeste nos anos de 1777, 1779 e 1792. As secas provocaram uma diminuição nos rebanhos bovinos lá existentes o que acabou comprometendo a produção da carne seca nordestina que era destinada exclusivamente ao abastecimento da Colônia. Ainda, segundo o autor, a produção de carne seca entrou em colapso e a mesma passou a ser substituída pelo charque gaúcho, transformando assim a Capitania do Rio Grande do Sul num dos principais abastecedores internos do período colonial.

Desta forma, como consequência começaram a surgir inúmeras charqueadas, que eram

[...] estabelecimentos onde o gado era abatido e onde era produzido o charque, assim como couros, o sebo, e mesmo cal, proveniente dos ossos. As fábricas de salga de carnes, como eram por vezes chamadas, não ocupavam muito espaço físico, já que a maior parte do gado abatido era comprado de estancieiros.⁴²

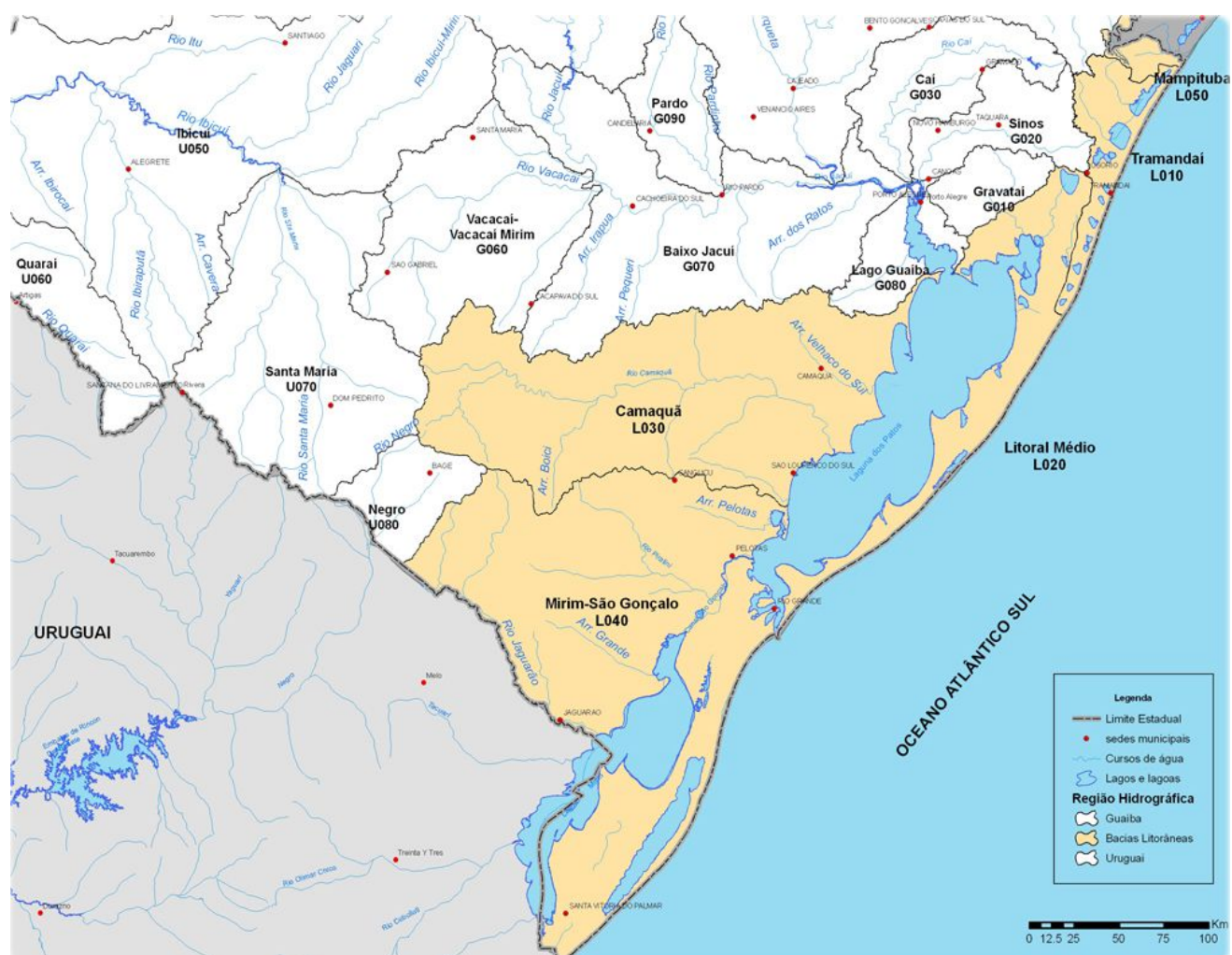
Com o advento dessas propriedades, iniciou-se no sul da Colônia a inserção de cativos africanos para a realização do trabalho de abatimento, limpeza, produção e escoamento da carne salgada, além da acumulação de riquezas por parte dos donos das estâncias e charqueadas a partir do uso da mão de obra cativa. Para o estabelecimento de uma charqueada não havia a necessidade que a propriedade fosse muito extensa, mas geralmente, os terrenos destinados a tais

⁴¹ DA ROS, César Augusto. Gênese e constituição da estrutura de posse e uso da terra no Rio Grande do Sul: uma análise a partir do processo de ocupação e apropriação do território. In: SECRETO, Maria Verónica et al (org.) **O campo em debate: terra homens, lutas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

⁴² MARQUES, Rachel dos Santos. 2011, op. Cit p.54.

empreendimentos se localizavam às margens dos rios tais como o Pelotas, Jacuí, Taquari, Jaguarão e da Lagoa dos Patos, essa localização acabava se tornando estratégica e necessária para o escoamento da produção via fluvial até os portos, em especial o porto da Vila de Rio Grande. Dessa maneira, paulatinamente as charqueadas foram se concentrando sobretudo, em um dos distritos da Vila de Rio Grande, “conhecido como “Lugar das Pelotas”, cuja rede fluvial permitia o fácil transporte do produto até seu destino final”⁴³ como veremos adiante, no segundo subtítulo desse capítulo.

Mapa 02 – Lagoa dos Patos



Mapa da Bacia Hidrográfica Litorânea (fonte: Sema - Secretaria Estadual do Meio Ambiente, 2008). Disponível em: <http://www.brasil-turismo.com/rio-grande-sul/hidrografia.htm>

⁴³ MARQUES, Rachel dos Santos. **Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (1750-1820)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2011, p.54.

1.2 – Pelotas Charqueadora: a produção do charque, as elites locais, a população cativa e a organização social no Rio Grande

Há um não sei o que de revoltante e ao mesmo tempo cativador nesses grandes matadouros; os trabalhadores negros, semi-nus, escorrendo sangue; os animais que lutam, os soalhos e sarjetas escorrendo rubros, os feitores estólidos, vigiando imóveis sessenta mortes por hora, os montes de carne fresca dessorando, o vapor assobiando das caldeiras, a confusão, que entretanto é ordem: tudo isso combina-se para formar uma pintura tão peregrina e hórrida quanto pode caber na imaginação. **De toda essa carnificina dinamou a riqueza de Pelotas, uma das mais prósperas entre as cidades menores do Brasil.**⁴⁴

O trecho destacado acima foi retirado do relato do viajante norte-americano Herbert Smith, que esteve no sul do Brasil no ano de 1882, em seu texto, ele narra espantado a rotina vivenciada no interior de uma charquedade rio-grandense. Nesse pequeno trecho, podemos observar através dos olhos do americano aspectos do trabalho que ali era realizado – o abate dos animais, o corte das carnes – quem realizava o trabalho, o escravizado de origem africana como também é possível verificar uma pequena distinção social – a presença do feitor que vigia os cativos e seu trabalho braçal.

Segundo Jonas Vargas, quando Smith menciona que Pelotas era uma das mais prósperas cidades do Brasil, ele não estava exagerando. As charqueadas trouxeram muitas riquezas aos seus proprietários, que acumularam fortunas tão expressivas quanto a de grandes cafeicultores e senhores de engenho, fazendo de Pelotas a maior produtora de charque de todo período imperial.⁴⁵

Podemos dizer que num curto espaço de tempo, a produção charqueadora proliferou, e entre os anos de 1780 a 1820, o Rio Grande se tornou uma das áreas

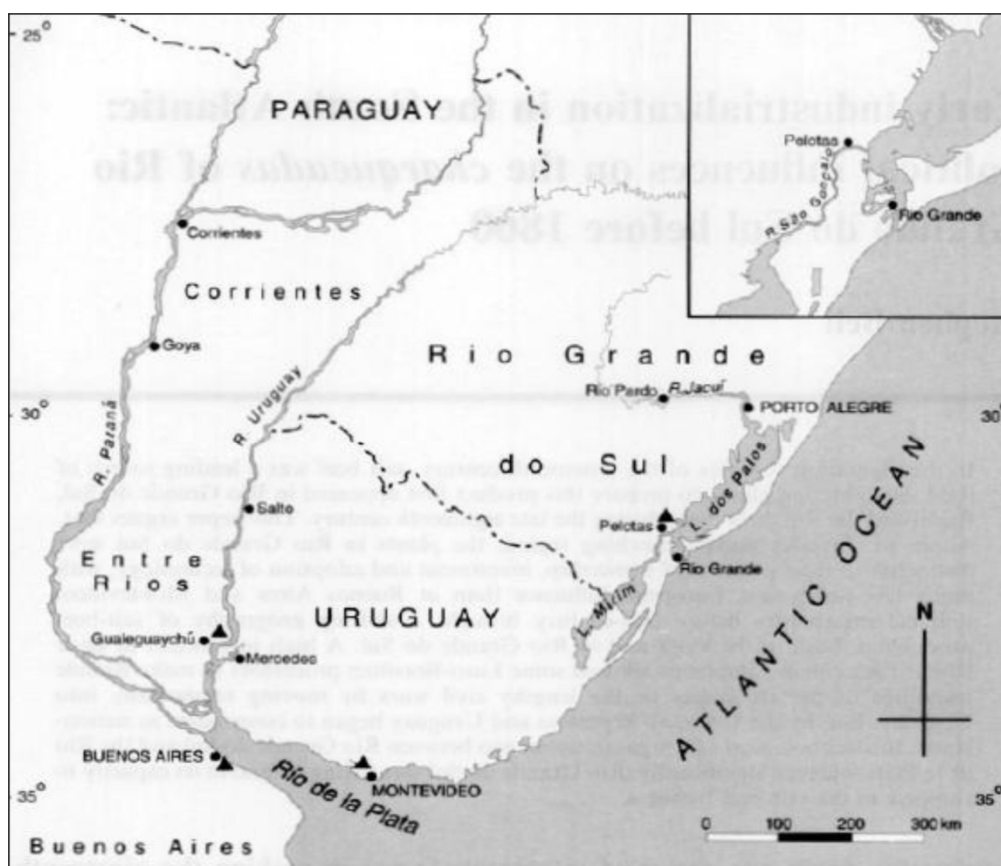
⁴⁴ SMITH, Herbert. **Do Rio de Janeiro a Cuiabá**. São Paulo: Melhoramentos, 1922. Apud. VARGAS, Jonas M. **Os barões do charque e suas fortunas**. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas. (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 11. (grifo meu)

⁴⁵ “[...] algo entre 300 e 400 mil reses eram abatidas anualmente nas charquedades pelotenses, pode-se considerar que, ao longo do oitocentos, dezenas de milhões de bovinos foram levados pelos tropeiros desde os campos da fronteira uruguaia para encontrarem a morte certa naqueles estabelecimentos.” VARGAS, Jonas M. **Os barões do charque e suas fortunas**. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas. (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 12.

de maior crescimento do Império português, e passou a fazer parte de forma definitiva do mercado interno brasileiro. Segundo Fábio Kühn, no final do século XVIII e primeira década do XIX (mais precisamente entre os anos de 1790 a 1815) os produtos pecuários respondiam por 70% do total das exportações da capitania, sendo que o charque, os couros e o gado em pé (cavalos, mulas e bovinos) tiveram maior destaque.⁴⁶

Dessa maneira, logo a localidade foi se organizando e tomando ares de cidade. No ano de 1812, a pedido dos moradores foi estabelecida ali a Freguesia de São Francisco de Paula, anos mais tarde, em 1832, em decorrência de seu grande crescimento econômico e populacional, ela foi elevada à condição de Vila de São Francisco de Paula e logo em seguida, em 1835, foi elevada mais uma vez, agora, à condição de Cidade de Pelotas.

Mapa 03 – Localização da cidade de Pelotas



Mapa atual enfatizando o Rio Grande do Sul e a localidade de Pelotas. Fonte: <http://www.scielo.br/img/revistas/his/v33n2/0101-9074-his-33-02-00540-gf01.jpg>

⁴⁶ KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 68.

A riqueza da região só foi possível graças às grandes levas de migrantes que ali se instalaram, mas principalmente pela maciça entrada de cativos africanos empregados na produção pecuária e agrícola ali existentes. De acordo com Jorge Euzébio Assumpção, “[...] Pelotas teve o principal núcleo do escravismo meridional.”⁴⁷

Ainda de acordo com Da Ros, o fator que tornava o charque gaúcho mais competitivo nos mercados comerciais, era principalmente o fato deste ser produzido com mão de obra cativa, uma vez que o principal concorrente das charqueadas gaúchas, os *saladeros* do Rio do Prata, naquela época utilizavam em suas fazendas o trabalho livre, o que encarecia o produto.⁴⁸

É possível que, somente no período anterior a 1835 tenham existido, na região entre 18 e 40 charqueadas atuando de maneira simultânea. Podemos afirmar que a grande produção de charque na região de Pelotas esteve relacionada a duas causas principais. Primeiramente, a grande demanda pela proteína salgada e desidratada, pois a mesma servia como base da alimentação das escravarias e das classes mais pobres da população. O charque era portanto, um produto produzido POR e PARA escravizados.⁴⁹ De acordo com Rachel Marques “[...] cada charqueada empregava, em média, 80 cativos, o que gerou uma grande concentração de trabalhadores desse tipo na localidade: em 1814, cerca de 50,7% dos habitantes de Pelotas eram escravos.”⁵⁰

⁴⁷ ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. A produção charqueadora e a mão de obra servil. In: CAMARGO, Fernando. et. al (Org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 190.

⁴⁸ DA ROS, César Augusto. Gênese e constituição da estrutura de posse e uso da terra no Rio Grande do Sul: uma análise a partir do processo de ocupação e apropriação do território. In: SECRETO, Maria Verónica et al (org.) **O campo em debate: terra, homens, lutas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

⁴⁹ “O tráfico atlântico de escravos imprimia um triplo fator sobre a economia das fábricas de carne pelotenses, uruguaias e argentinas. Ao mesmo tempo em que traziam escravos para o sul da América (possibilitando a ampliação da produção) e para as *plantations* brasileiras e cubanas (aumentando o número de consumidores), os negreiros necessitavam de um grande número de mantimentos para cruzar o Atlântico e lá se manterem por semanas até o fechamento de todos os negócios com os intermediários africanos. [...] As quantidades eram suficientes para garantir a alimentação dos africanos na viagem de volta, podendo cada embarcação, carregar quase 2 toneladas de carne-seca em seus porões.” In: VARGAS, Jonas M. **Os barões do charque e suas fortunas**. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas. (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 35.

⁵⁰ MARQUES, Rachel dos Santos. **Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (1750-1820)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2011, p.56

O segundo fator preponderante para o crescimento do consumo do charque gaúcho, foi a grande seca que houve na região do Nordeste em fins da década de setenta do século XVIII, que atingiu os rebanhos de gado. Como se não bastasse, nos anos de 1790 a 1793, foi atingida novamente, por outra ainda pior. Dessa maneira, os rebanhos e a produção que haviam sido extremamente abalados na primeira estiagem, foram praticamente liquidados na segunda, o que fez com que surgisse um nicho de mercado que poderia muito bem ser ocupado pela produção vinda do sul.

Retomando ao elemento da escravidão, é necessário enfatizar que nem todo africano desembarcado no Porto do Rio Grande, era destinado ao trabalho nas charqueadas, outras atividades agrícolas também existiam, e necessitavam desse tipo de mão de obra, todavia, as charqueadas foram as responsáveis pelo aumento considerável da população cativa na região.

Uma estimativa a respeito da população da Freguesia de Pelotas, realizada em 1814, apresentou que a localidade possuía 1.226 escravizados, sendo que a população total era de 2.419 habitantes, ou seja, mais de cinquenta por cento da população residente em Pelotas era escravizada. Com o passar dos anos, a população da Freguesia aumentou, e a porcentagem de cativos, sempre se manteve na casa dos 50%⁵¹ (sendo que a razão de sexo, era alta e muito díspar: em média 82% dos cativos era do sexo masculino). Em 1833 a população de cativos era de 5.623 escravizados. Dessa maneira, podemos verificar que as entradas de cativos africanos na Província do Rio Grande do Sul entre as décadas de 1810 a 1820, era quase que exclusivamente para suprir a mão de obra no interior das charqueadas.

Manolo Florentino, ao observar a movimentação das entradas de navios de cativos no porto do Rio de Janeiro, nos apresenta que o tráfico atlântico de escravizados africanos para o Brasil, se modificou entre o final do século XVIII e o XIX. De acordo com o historiador, entre os anos de 1790 a 1808 houve uma fase de estabilidade, já no período após a chegada da Família Real ao Brasil (1808) até o momento pós Declaração da Primeira Constituição do País (1825), ocorreu uma fase de aceleração do tráfico, sendo que nos anos seguintes, até 1830 temos o que se

⁵¹ Segundo Gutierrez esse percentual só não estava acima das províncias da Bahia, com 72,8%, Pernambuco com 63,95%, Minas Gerais, com 57,6% e a do Rio de Janeiro, com 56,1%. GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Sítio Charqueador Pelotense. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf, et al (org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Vol. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 253.

pode chamar de crise, uma vez que havia a expectativa do fim do tráfico em função dos acordos estabelecidos com os ingleses.⁵²

Tendo então como ponto de partida essa periodização traçada por Florentino, e a documentação disponível a respeito das entradas de cativos na Província do Rio Grande do Sul, Gabriel Berute produziu alguns gráficos e tabelas que demonstram claramente o impacto da entrada de cativos de origem africana na Província. Além disso, ele enfatiza, primeiramente que a Província participava de maneira indireta ao tráfico atlântico, os africanos que chegavam ao extremo sul do país, chegavam por tráfico interno, vindos sobretudo do porto do Rio de Janeiro. E em segundo lugar, que

Na “crise de oferta africana”, o percentual de envios e de escravos foi superior ao observado no primeiro período da série. Na passagem da fase de aceleração para a de crise a redução no número de escravos foi mais acentuada do que no total de transações efetuadas que se manteve nos mesmos patamares, concentrando entre 35 e 36% dos envios. Ainda que se considere a falta de registros para alguns dos anos considerados, chama atenção que nos seis anos correspondentes à fase de crise foram despachados pouco mais de um terço dos 15.864 escravos contabilizados nas fontes consultadas. Assim, ainda que a “Lei de 1831” não tenha efetivamente acabado com o tráfico atlântico, a expectativa de que ela colocasse fim à atividade contribui para a intensificação da importação de escravos em um curto período de tempo.⁵³

A partir de fontes como o Mapa da População da Vila de São Francisco de Paula de Pelotas em dezembro de 1833, inventários post-mortem e demais textos de época e também mais recentes, Jonas Vargas produziu uma Tabela com as Estatísticas Populacionais para Pelotas entre os anos de 1814 a 1858, a qual reproduzo integralmente aqui:

⁵² Conforme FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 44-50;

⁵³ BERUTE, Gabriel. **O tráfico negreiro no Rio Grande do Sul e as conjunturas do tráfico atlântico, c. 1790 - c.1830**. In: Anais 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Merional. Porto Alegre: 2011, p. 3. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=121&Itemid=63

Tabela 01 – Estatísticas Populacionais em Pelotas (1814-1858)

Ano	Branços	Índios	Libertos	Escravos	Total
1814	712	105	232	1226	2419
1833	3933	180	1137	5623	10873
1858	7753	-	342	4788	12883

Fonte: VARGAS, Jonas M. **Os barões do charque e suas fortunas**. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas. (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 37.

Segundo Jonas Vargas, o charque está intimamente ligado com a manutenção do tráfico atlântico de africanos e da escravidão, a partir da relação de três fatores principais:

Ao mesmo tempo em que a mão de obra cativa foi essencial para a montagem das charqueadas e *saladeros* no Rio da Prata e em Pelotas, a crescente escravaria das numerosas plantations atlânticas fazia aumentar a demanda pelo produto. Além disso, o charque também acompanhava as tripulações dos negreiros que cruzavam o Atlântico garantindo o suprimento dos escravos no retorno de suas viagens.⁵⁴

A partir dessa tríplice relação, podemos ver que rapidamente o Rio Grande deixa de apenas atender ao mercado interno colonial – seu objetivo desde o início da ocupação de seus campos – e passa a se inserir no comércio para o exterior, uma vez que a produção da carne seca gaúcha representaria uma facilidade maior no comércio uma vez que a posição estratégica da cidade, próxima dos rios permitia que o envio dos produtos fosse realizado por via marítima, e não mais por terra, através das tropas, que eram viagens extremamente longas e perigosas. Essa facilidade permitiu um aumento significativo da exportação.⁵⁵ Segundo Assumpção,

⁵⁴ VARGAS, Jonas M. **Os barões do charque e suas fortunas**. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas. (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 13.

⁵⁵ De acordo com Assumpção, do polo charqueador de Pelotas, partiam produtos para os seguintes mercados internacionais: “rio da Prata, Hamburgo, Suécia, Montevidéu, Sardenha, Espanha, França, Estados Unidos, Inglaterra, Bélgica, Portugal, Dinamarca, Noruega, Rússia, Turquia, Áustria, Estados Sardos, Alemanha, Holanda, Itália, Confederação Argentina, Duas Sicílias e cidades asiáticas.” ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. A produção charqueadora e a mão de obra servil. In: CAMARGO,

somente o charque representava mais de 50% das exportações da Província, quando se somava os demais produtos derivados dessa produção, como couro e sebo, por exemplo, a porcentagem aumentava para 85%. Ou seja, as exportações sulinas dependiam e muito dessa atividade.

O sistema produtivo do charque possuía uma certa complexidade, pois havia uma separação – ainda que não muito definida, mas que gerava algum tipo de distinção social – entre os estancieiros, os responsáveis pelas fazendas de cria do gado, os charqueadores, que compravam os bovinos dos primeiros e produziam o charque e por fim os comerciantes, que trabalhavam com a venda e exportação do produto. Havia ainda os agricultores, que tinham a missão de produzir os alimentos. É necessário enfatizar que estancieiros também se tornaram vendedores de charque, como existiram aqueles que passaram a criar seu próprio gado, talvez para baratear ainda mais sua produção, ou seja, essa divisão das etapas da produção, não necessariamente era exclusiva de um grupo ou outro.

Inicialmente, no interior de uma charqueada, pode-se dizer que a matéria-prima, no caso o gado não era completamente aproveitado, pois eram produzidos apenas o charque e aproveitados a gordura e o couro do animal. Com o passar do tempo, com a evolução do processo, a prosperidade da atividade e o avanço tecnológico, a matéria-prima passou a ser melhor aproveitada, e houve então, uma maior diversificação e utilização dos produtos relacionados à pecuária, assim, o sangue, a crina, os ossos e mais partes do animal que antes eram jogadas fora, passaram a ser aproveitados.⁵⁶

O trabalho nas charqueadas era sazonal. Segundo Assumpção, o trabalho era iniciado após o período de chuvas, lá pelo mês de outubro e se estendiam até o mês de maio, mas não ficavam completamente inativas nos demais meses. “O símbolo

Fernando. et. al (Org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 189.

⁵⁶ “Com as patas, elaboravam um óleo chamado de mocotó. Em um dos estabelecimentos anotou uma fábrica de conservas de língua. Por toda parte [...] os chifres eram tratados e vendidos da mesma forma. Outro produto, as cinzas dos ossos, geralmente vendidas à Europa, como adubo representava cerca de cinco toneladas, resultante de quatrocentos bois. Depois de serem mais ou menos despojados de suas gorduras, os ossos ainda com seus ligamentos, fragmentos de tendões, serviam para abastecer o fogo que aquecia as caldeiras a vapor.” GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Sítio Charqueador Pelotense. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf, et al (org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Vol. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 252.

do funcionamento era o içamento da bandeira vermelha, que significava estarem em período de matança.”⁵⁷

Geralmente no mês de novembro, o hasteamento de uma bandeira vermelha na entrada da charqueada era um sinal entendido por todos. Potreiros e mangueiras arrebatavam-se de gado gordo vindo de diversas partes da fronteira. Escravos e trabalhadores livres eram mobilizados nas muitas etapas de produção. Dezenas de iates carregados de sal congestionavam as vias fluviais que levavam até às charqueadas. Comerciantes, caixeiros, peões, tropeiros e gente de todo tipo animavam os arredores dos estabelecimentos. Os escravos carneadores afiavam suas facas. Os capatazes tinham certeza de muito trabalho em frente. Esava aberta a safra. Durante todo o verão até quase chegar o inverno, algo entre 300 e 400 mil cabeças de gado eram abatidas em mais de 30 charqueadas que pontilhavam as margens do São Gonçalo e do Pelotas.⁵⁸

Como se viu a partir do relato de Smith – no início desse subtítulo – o trabalho no interior da charqueada poderia parecer caótico e confuso, contudo, havia ordem e principalmente trabalhadores especializados. Ao analisar inúmeros inventários post-mortem de proprietários de escravos em Pelotas, Jonas Vargas pôde verificar qual o perfil desses cativos e quais atividades desempenhavam no interior da charqueada. Segundo Vargas, existiam os escravizados que eram ligados diretamente à produção do charque, como os carneadores, salgadores, sebeiros, graxeiros e representavam dentro de uma charqueada, entre 40% a 65% do total do plantel de um proprietário. Em seguida, havia também os cativos que não trabalhavam diretamente na matança e preparo da carne, mas que acessoravam o processo, seja cuidando e alimentando o animal ainda vivo, ou atuando como marinheiros, se encarregando do transporte fluvial da carne já pronta.

Dentro de uma charqueada havia também os escravizados artesãos, como carpiteiros, alfaites, marceneiros, oleiros e ferreiros. Suas presenças na charqueada eram importantes pois os mesmos eram responsáveis pela manutenção e reforma dos estabelecimentos e ferramentas utilizadas na produção. Era bastante comum,

⁵⁷ ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. A produção charqueadora e a mão de obra servil. In: CAMARGO, Fernando. et. al (Org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 194.

⁵⁸ VARGAS, Jonas M. **Os barões do charque e suas fortunas**. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas. (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 96-97.

que muitos desses cativos, nos períodos de produção do charque exercecem outra função relativa à matança em conjunto com seu ofício habitual.

Por fim, havia aqueles que desempenhavam tarefas domésticas, ligadas mais exclusivamente à casa do proprietário. Dentro de casa trabalhavam as mucamas, lavadeiras, cozinheiras, copeiros entre outros. “O trânsito de escravos entre as instalações da charqueada e a casa do senhor devia ser corrente, mesmo quando este morava na cidade.”⁵⁹

Apesar de ter se expandido rapidamente pela localidade, sobretudo no último quartel do século XVIII, a produção do charque não era um processo de baixo custo, ou seja, não era um empreendimento acessível a qualquer pessoa.

Era preciso ter acesso aos bois, por criação ou compra (mesmo quando havia criação, o volume de gado abatido era maior do que a quantidade que seria possível criar em uma única estância, logo, necessariamente havia compra de bois). O sal era extremamente caro, e sua importação era limitada por uma série de restrições e taxas. E, principalmente, a mão-de-obra escrava era dispendiosa, ainda mais nessa região relativamente distante do grande centro de importação e redistribuição de escravos, o Rio de Janeiro.⁶⁰

A partir desses elementos citados, podemos afirmar que estabelecer uma empresa charqueadora, não era um empreendimento disponível a todos. Por mais que o terreno necessário ao estabelecimento da charquedade não fosse extenso, exigia um investimento inicial um tanto expressivo, uma vez que os itens de primeira necessidade, a matéria-prima e a mão de obra eram extremamente caros. Além disso, se fazia mister possuir os meios de escoar a produção, assim, era importante estar bem localizado, próximo a um rio, e ter uma embarcação que pudesse encaminhar a produção para o porto para ser comercializada.

Mas, para além de todos esses elementos que podemos chamar de físicos, o empreendimento da charqueada envolvia também elementos simbólicos, ou seja, os contatos comerciais, tão importantes tanto para a compra do boi, quanto para a venda do produto final. Rachel Marques enfatiza que, nesse período, não havia a

⁵⁹ VARGAS, Jonas M. **op. cit.**, p. 107-108.

⁶⁰ MARQUES, Rachel dos Santos. **Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (1750-1820)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2011, p.57.

simples oferta e procura de bens e serviços, assim, as relações econômicas estavam intimamente ligadas às relações sociais. E apenas possuir dinheiro, poderia não ser suficiente para garantir o sucesso de uma charqueada.

Conforme a produção do charque foi se expandindo, conseqüentemente a cidade também seguiu o mesmo caminho, e a partir desse crescimento, houve também um aumento da vida social, do refinamento e logicamente da riqueza de uma pequena parcela dos habitantes de Pelotas. Desta forma, por se tratar de uma via de mão dupla, riqueza e prestígio estavam sempre interligados, e no período colonial, o prestígio era medido e reconhecido a partir dos títulos nobiliárquicos que eram oferecidos.

Para que possamos ter uma ideia da importância de Pelotas e de seus homens de negócio, dos 58 títulos de nobreza destinados à Província do Rio Grande do Sul, até o final do período imperial, 13 foram concedidos a moradores de Pelotas, títulos esses que nomearam dez barões, um conde e dois viscondes.

As charqueadas produziram, por assim dizer, uma elite, que fez de Pelotas um centro urbano de altíssimo nível cultural e intelectual. Segundo Assumpção, devido aos costumes requintados de seus moradores – a saber, as famílias abastadas de reinois – a pujança da importação de produtos finos estrangeiros, a cidade recebeu a alcunha de “Atenas do Rio Grande do Sul”.

O alto nível de vida da primeira sociedade de Pelotas – constituída, sobretudo, de fazendeiros, charqueadores e comerciantes – trouxe hábitos requintados, só existentes nos grandes centros europeus da época: palacetes residenciais, muitos dos quais edificadas por arquitetos estrangeiros; carruagens de luxo, tiradas por cavalos de raça e conduzidas por cocheiros fardados, teatros, onde se apresentavam as companhias e os artistas mais aplaudidos do mundo, no gênero da música, da dança e da arte dramática, clubes recreativos muito exclusivos, que tornaram famosas as noites da alta sociedade.⁶¹

Essa elite do charque começou a ser formada ainda no final do século XVIII, sendo a Família Silveira, uma das mais proeminentes desse período. Segundo

⁶¹ MARQUES, Alvarino da Fontoura. Episódios do ciclo do charque. Porto Alegre: Edigal, 1987. Apud; ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. A produção charqueadora e a mão de obra servil. In: CAMARGO, Fernando. et. al (Org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 192.

Rachel dos Santos Marques, o casal Antônio Furtado de Mendonça e Isabel da Silveira e suas cinco filhas vindos da Região dos Açores – possuidores de distinção social – se estabeleceram em Pelotas ainda em 1750 e se “casaram com homens proeminentes nessa sociedade realizando, portanto, o que pode ser considerado à época como bons casamentos”.⁶² Esses casamentos foram realizados com homens de posses, alguns inclusive dos negócios com gado, e até mesmo alguma patente militar, no entanto, a partir dessas uniões, o prestígio desse grupo aumentou cada vez mais. Estes homens aumentaram seus bens e influência, e se tornaram alguns dos homens mais importantes da região.

A partir das relações estabelecidas por esses homens tanto no comércio e sobretudo a partir do compadrio, alguns autores passaram a chamar esse grupo de “Bando dos Cunhados” “[...] justamente por terem criado entre si e com pessoas de outros segmentos sociais, uma ampla rede de relações capaz de permitir que eles sustentassem sua posição na sociedade e ainda ampliassem o cabedal e o prestígio que possuíam.”⁶³ Sendo este herdado pelas gerações seguintes, permitindo que as relações estabelecidas pela família Silveira, aumentassem e se perpetuassem.

Com o aumento da produção do charque no século XIX alguns outros charqueadores e estancieiros – vale salientar: a maioria era de origem portuguesa⁶⁴ – se destacaram ainda mais nesse seleto grupo que compunha a elite pelotense, como o caso de Joaquim José de Assumpção, que foi o proprietário de charqueada mais rico de Pelotas, cujo patrimônio foi avaliado em mais de 6 milhões de réis. Além de empresário das carnes, Assumpção foi também banqueiro, e teve cargos como Presidente da Associação Comercial de Pelotas, por exemplo. Como já mencionado,

⁶² MARQUES, Rachel dos Santos. **Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (1750-1820)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2011, p.61.

⁶³ MARQUES, Rachel dos Santos. **op. cit.**, p.74. Para maiores informações sobre a Família Silveira e suas relações, verificar o texto completo aqui citado.

⁶⁴ “Os primeiros charqueadores proprietários de estabelecimentos nas margens do arroio Pelotas no século XIX eram, em sua maioria, [...] provenientes do norte de Portugal, principalmente das regiões do Minho, Douro e Trás-os-Montes. Alguns, no entanto, eram originários de outras áreas como do litoral sul, no Algarve, da vila de Moura, da cidade de Lisboa e até mesmo da região da Galiza, na Espanha.” OGNIBENI, Denise. **Charqueadas pelotenses no século XIX: cotidiano, estabilidade e movimento**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Puc – RS), Porto Alegre, 2005, p.163.

muitos desses charqueadores foram agraciados também com títulos de nobreza pelo Imperador:

José Antônio Moreira, nascido na cidade do Porto em 19 abril de 1806 e batizado na freguesia da Sé [...]havia garantido o título de Barão de Butuí em 1873. Do mesmo modo, o lisboeta Joaquim José de Assumpção havia galgado o posto de desembargador e feito fortuna garantido a seu filho homônimo, proprietário charqueador e estancieiro, o título de Barão do Jarau em 1888. [...] além do Barão do Jarau e do Barão de Butuí, dono da fazenda Palma, tinham suas propriedades o Visconde da Graça, João Simões Lopes; o Comendador Antônio José de Oliveira Castro; José Maria e Manuel Bento da Fontoura donos da estância do Laranjal e o Barão de Azevedo Machado, proprietário da fazenda Galatéia.⁶⁵

Estas famílias mais ricas concentravam todo o poder político e status social, além de que os títulos de nobreza conferiam muito reconhecimento às famílias. Para se manter sempre no topo dessa hierarquia social, as mesmas investiam em educação de nível mais elevado para seus filhos, possuíam um estilo de vida mais requintado, e principalmente, imitavam os costumes e hábitos europeus.

A manutenção desses hábitos, pode ser considerada como um investimento, uma vez possibilitavam que alianças fossem construídas ou reforçadas através dos melhores casamentos para seus filhos e permitia, por conseguinte, maior acesso aos espaços de poder.

Segundo Jonas Vargas, o requinte também era visto na educação, sendo representada pelas artes e pelas letras. A maior parte das casas e sobrados desses nobres senhores e suas famílias, possuía pianos e bibliotecas, onde recitais de música e poesia eram constantes. “As festas, saraus e bailes oferecidos em sua própria casa constituíram-se num dos principais momentos de sociabilidade destas elites.”⁶⁶ Os filhos eram enviados para fora de Pelotas para estudar medicina ou direito, em cidades como Rio de Janeiro e até Paris.

Ir às casas de bailes, cassinos e Jockey Club fazia parte da rotina de lazer dessas pessoas mais abastadas, cujos locais possuíam regras e etiquetas próprios que por si só demonstravam diferenciação social.

⁶⁵OGNIBENI, Denise. **Charqueadas pelotenses no século XIX: cotidiano, estabilidade e movimento.** Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Puc – RS), Porto Alegre, 2005, p.166-167.

⁶⁶ VARGAS, Jonas M, op. Cit.p. 294.

[...] quando não estavam ocupados com seus muitos negócios, os charqueadores acompanhavam suas famílias ao teatro e aos bailes, frequentavam os clubes com os amigos, as corridas no Jockey e os leilões. Em casa não faltavam jornais para se ocuparem da conjuntura política e econômica e de curiosidades. Alguns tinham na caça um hobby eventual e nas suas chácaras um retiro da vida da cidade e das charqueadas.⁶⁷

Como podemos perceber, as charquedas representaram um redirecionamento das atividades comerciais coloniais do Brasil, associado a uma mudança de contexto tanto político como econômico, no entanto, as pessoas que se envolveram nesse tipo de atividade, eram sobretudo, os membros das famílias mais proeminentes, especialmente de origem reinol, e alguns comerciantes que passaram a ter mais status social ao se associar a essas famílias tradicionais a partir dos laços de casamentos.

“A charqueada era uma empresa familiar e seus proprietários buscavam agir de forma estratégica para manter o patrimônio da família nas gerações seguintes e encaminhar os demais filhos e filhas na vida adulta.”⁶⁸ Desta maneira, essas alianças de casamentos eram relações muito importantes de serem estabelecidas. Esses comerciantes que eram inseridos nas famílias de reinois por essa via, traziam consigo seus contatos, e principalmente o conhecimento comercial, tão necessário para o sucesso da empreitada.

Durante o final do século XVIII e todo o século XIX, a colônia portuguesa nas Américas assistiu ao crescimento expressivo da atividade charqueadora na região de Pelotas, seu declínio coincidiu com o fim da escravidão e a queda da monarquia imperial brasileira. Dessa maneira, outro elemento passou a ser inserido nessas paragens sulistas, os imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos. Incentivados a virem ao Brasil, a partir da década de 1850, em decorrência da promulgação de leis que favoreciam à imigração, formaram inúmeras colônias na Província Rio-Grandense, e a região de Pelotas também recebeu esses grupos, como veremos a seguir.

⁶⁷ idem, p. 296.

⁶⁸ idem, p. 26.

1.3– Braços brancos para o trabalho: imigração européia a partir da segunda metade do século XIX no Rio Grande do Sul imperial

Tenho a satisfação de anunciar-vos que a colonização em nossa Província vai progredindo rapidamente, devido às acertadas providencias que tomastes na sessão passada.⁶⁹

É possível dizer que o século XIX, foi um século de inúmeras transformações, sobretudo para o Brasil, que passou a ser conhecido como a antiga colônia portuguesa das Américas, logo após a declaração de sua independência. A partir desse evento, o então novo país, abriu suas portas para a chegada das mais diversas novidades: dentre elas, leis, produtos e sobretudo, pessoas. As terras tropicais brasileiras, rapidamente tornaram-se o destino de milhares de imigrantes. Homens e mulheres, das mais diversas faixas etárias, oriundos de diversas nações europeias, deixaram suas terras natais em busca de melhores condições de vida, e tiveram como destino final nas terras brasileiras, as províncias do sul, principalmente, o Rio Grande do Sul.

Segundo Paulo Pinheiro Machado⁷⁰, este fenômeno da grande imigração europeia está intimamente ligado às transformações políticas e sociais que muitos dos países do Continente Europeu estavam vivenciando. Para o autor, o fator determinante para imigração, possivelmente, foi o processo de industrialização e as transformações do mundo agrícola.

Ainda, segundo Loraine Giron e Heloísa Bergamesch,

A má divisão das terras, decorrente da manutenção das prerrogativas da nobreza, única proprietária das terras, a pesada carga de impostos sobre os pequenos produtores, as terras com baixa produtividade, que impedem a sobrevivência dos meeiros, e o fim das terras comunitárias, utilizadas para fins privados de plantação

⁶⁹ Relatório do vice-presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o commendador Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1857, p. 19.

⁷⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999, p. 43.

e de criação, são alguns dos fatores socioeconômicos que levam a população pobre a emigrar.⁷¹

Ao chegarem em suas novas paragens, esses estrangeiros trouxeram consigo sua cultura, sua língua, sua religião, seu trabalho e suas práticas cotidianas. E, dia após dia, moldaram-se e remodelaram-se em contato com as práticas e costumes locais. Portanto, a vinda desses homens e mulheres de origem europeia para o Brasil, para aqui se tornarem colonos, sobretudo em pequenas propriedades, bem como trabalhadores nas lavouras de café, em substituição aos cativos de origem africana, foi um índice importante do direcionamento político que o país tomara durante o século XIX. É sobre essas pessoas, e suas experiências em nosso território, que esse item se dedica.

De acordo Luiza Horn Iotti⁷², a política imigratória brasileira, no período imperial, teria sido marcada por quatro diferentes momentos, delimitados, em grande medida, pelos interesses dos diferentes grupos que se sucederam no poder.

O primeiro momento, compreendido entre os anos de 1822 e 1830, é caracterizado pelo início do projeto imigratório por D. Pedro I e, de certa forma, representou uma continuidade da política adotada por seu pai, D. João VI, que até aquele momento, era a de criação de núcleos coloniais. Segundo Jean Roche⁷³, o recém Imperador D. Pedro I, delegou para si mesmo a questão da imigração e da exploração de novas regiões do país por pessoas que não fossem de origem portuguesa⁷⁴ e tampouco, imigrantes oriundos de países que possuíssem colônias

⁷¹ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Terra e homens: colônias e colonos no Brasil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p.42.

⁷² IOTTI, Luiza Horn (org.). **Imigração e Colonização**. Legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. – Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

⁷³ ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

⁷⁴ É necessário salientar que ainda no final do século XVIII se iniciou no Brasil um projeto de colonização, contudo, o público alvo, era o de casais vindo das ilhas dos Açores, sendo assim, eram súditos da Coroa Portuguesa. De acordo com Giron e Bergamaschi, o destino desses colonos foi o sul do Brasil, especialmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que naquele momento eram terras em disputa entre os reinos de Portugal e Espanha, e deveriam, portanto, ser povoadas, para serem protegidas. Esses casais recebem terras, animais, sementes e instrumentos agrícolas para permitir o seu estabelecimento. Conforme GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Terra e homens: colônias e colonos no Brasil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p.39-41.

nas Américas. Sendo assim, os olhares se voltaram para a porção da população localizada próxima à região central da Europa, mais especificamente aos povos germânicos; como os prussianos, bávaros e pomeranos.

Nesse período, o estabelecimento de núcleos coloniais foi destinado à ocupação e principalmente à defesa das áreas de fronteira ao sul do território nacional – ou seja, para a ocupação dos chamados “vazios demográficos”. Os objetivos do governo, segundo Iotti, eram o de “ocupar, fazer produzir e valorizar terras despovoadas; instaurar uma agricultura camponesa de policultura que abastecesse as cidades e os latifúndios escravistas mais próximos.”⁷⁵ Além é claro, do objetivo estratégico, pois, devido às constantes ameaças vindas do território argentino e também de alguns povos indígenas, acreditava-se ser imprescindível garantir a integridade dessas regiões.

Foram estabelecidas sob a tutela do imperador, na década de 1820, oito colônias germânicas – sete colônias oficiais e uma de iniciativa particular – sendo três na Província do Rio Grande do Sul, duas na Província de Santa Catarina e três na Província de São Paulo. Na Província do Rio Grande do Sul, o destaque maior se deu na Colônia de São Leopoldo, criada em 31 de março de 1824, através de uma decisão imperial⁷⁶, sendo que

[...] por iniciativa de D. Pedro I, o major José Antonio Schaeffer foi encarregado do recrutamento de imigrantes na Alemanha. E, para atraí-los mais facilmente, Schaeffer oferecia-lhes condições extremamente favoráveis: os colonos receberiam, gratuitamente, a passagem, 77 hectares de terra, sementes, animais e subsídios. A única condição imposta era a inalienabilidade das terras recebidas por um período de dez anos.⁷⁷

⁷⁵ IOTTI, Luiza Horn (org.). **Imigração e Colonização**. Legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. – Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 21.

⁷⁶ De acordo com o Relatório do Presidente de Província José Antonio Pimenta Bueno, foi formada no ano de 1824 com apenas vinte e seis famílias, o que totalizava cento e vinte e dois indivíduos, e que devido ao sucesso da empreitada, contava no ano de 1850 com mais de nove mil habitantes, ramificada em dezesseis distritos. Conforme: Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no. 1.o de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1851. Porto Alegre, Typ. de F. Pomatelli, 1850, p. 23-25.

⁷⁷ ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969, p.95.

Nesse primeiro momento, as terras eram concedidas gratuitamente aos colonos, que deveriam fornecer braços para as lavouras e também para as tropas imperiais. A colônia prosperou muito rapidamente, sendo que entre os anos de 1824 e 1830⁷⁸, mais de cinco mil imigrantes alemães haviam se estabelecido no território gaúcho.

No entanto, apesar desses primeiros esforços de implantação de imigrantes colonizadores, a política imigratória do início do século XIX não foi bem aceita, principalmente por parte dos mais influentes senhores de terras e cativos que, por possuírem força no Parlamento conseguiram vetar a injeção de fundos para a colonização.

Cedendo à pressão dos latifundiários escravistas, o governo imperial baixou, em 1830, uma lei proibindo qualquer despesa, por parte do governo, com a imigração e colonização de estrangeiros em qualquer das províncias do império. Os motivos eram claros: os latifundiários percebiam a pressão inglesa para dar fim ao tráfico escravista, o que lhes era altamente nocivo.⁷⁹

A Lei do Orçamento foi lançada em 15 de dezembro de 1830 e suspendia todos os créditos destinados à imigração estrangeira. “Essa lei espelhou a crescente oposição à política de dom Pedro I e foi uma reação ao excesso de dinheiro gasto com os batalhões de alemães.”⁸⁰ Essa ação foi compreendida como uma manobra orquestrada pela oposição para acabar com a colonização, o que acabou pondo em risco também os empreendimentos iniciados. Além disso, este foi um período um tanto conturbado, tanto para o Império, como para a Província Rio-Grandense, marcado por grandes conflitos militares como a Guerra Cisplatina e a Revolta dos Farrapos, o que prejudicou o avanço dos projetos de colonização. Com a província envolvida em conflitos, não era possível injetar recursos para a vinda de mais imigrantes, e assim, houve uma suspensão temporária da vinda de colonos.

⁷⁸ “Através da ordem imperial de 8 de janeiro de 1823 foi determinada a criação de um regimento de estrangeiros.” CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf, et al (org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Vol. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 281.

⁷⁹ KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.) **O Brasil Imperial**, volume III 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 204.

⁸⁰ CUNHA, Jorge Luiz da, 2006, op. Cit, p. 282.

Com esse episódio, podemos dizer que se inicia o segundo momento das políticas imigratórias do Brasil Imperial. Esse período, entre os anos de 1831 a 1840 foi marcado, primeiramente por um momento de grande crise no governo, que levou o Imperador a abdicar do trono, e logo em seguida, o país se viu sendo governado por Regências. Em virtude dessa crise, nesse período, houve basicamente o abandono dos projetos de colonização subsidiados pelo governo, o que representou a vitória dos latifundiários e escravocratas que não possuíam interesse no tipo de mão de obra imigrante por considerá-la muito dispendiosa.

A “imigração enfraqueceu e, entre 1829 e 1835, não foi registrada nenhuma entrada de estrangeiros no país. Nos anos seguintes, com exceção do ano de 1836 (1180 imigrantes), a entrada se registrou em ritmo de conta-gotas até 1846”.⁸¹

Não desapareceu, contudo, a ideia de que era necessário promover a imigração para desenvolver as regiões remotas do país e precaver a economia do Estado diante da inevitável crise a ser provocada, cedo ou tarde, pela suspensão definitiva do tráfico de escravos. As vias para a promoção da imigração e colonização é que deveriam ser outras que não as que onerassem ainda mais as já comprometidas finanças do Império.⁸²

Diante disso, ainda na década de 1830, foi instaurado o Ato Adicional de 1834, que concedia às Assembleias Legislativas Provinciais o direito de estabelecimento de colônias, mas ainda ficava a cargo do governo imperial a tarefa de colonizar, o que acabava por não melhorar em nada a questão da colonização, pois as províncias também não possuíam muitos recursos.

A modificação desta postura governamental começou a ser sentida somente a partir do início segunda metade do século XIX. A retomada da política imigratória seria então efetuada, de acordo com a periodização antes mencionada, no terceiro período, correspondente ao intervalo balizado pelos anos de 1841 e 1874. Esta fase da política nacional de imigração foi fortemente caracterizada pela implantação de diversas colônias de imigrantes, com grande ênfase para as três províncias do sul do país e “caracterizou-se pela tentativa do governo imperial em montar uma

⁸¹ ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sergio Odilon. **Imigrantes no Brasil**. Colonos e Povoadores. Curitiba: Nova Didática, 2000, p.

⁸² CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf, et al (org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Vol. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 282.

estrutura administrativa para dirigir e controlar de forma mais efetiva os negócios referentes à imigração e à colonização e pelo amplo debate sobre o tema ocorrido no parlamento brasileiro.”⁸³

Com a maioria do Imperador D. Pedro II a crise política enfrentada pelo império vai aos poucos sendo resolvida, e então é possível voltar novamente os olhos às questões da imigração. Ou seja, através disto, o governo entende que é melhor transferir a gerência desse projeto à iniciativa privada. Nos anos compreendidos pela década de 1840 a 1850 foram instaladas 20 colônias, sendo que dessas, apenas um terço eram imperiais e o restante de iniciativa particular.

A partir da promulgação da Lei n.º 514, de 28 de outubro de 1848, que fixava as despesas e receitas do império para os anos de 1848 a 1850, em seu 16º artigo trata de que:

A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares em seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, **as quais serão exclusivamente destinadas à colonização e não poderão ser roteadas por braços escravos.** Estas terras não poderão ser transferidas pelos colonos enquanto não estiverem efetivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão ao domínio Provincial se dentro de cinco anos os colonos respectivos não tiverem cumprido essa condição.⁸⁴

Com isso, foi estabelecido que as novas colônias oficiais fossem divididas em colônias imperiais e provinciais⁸⁵, todavia, como mencionado, a falta de recursos contribuiu para que muitos governos de Província se aliassem a iniciativa privada, criando assim várias companhias de colonização, como é possível verificar, por

⁸³ IOTTI, Luiza Horn. **A política imigratória brasileira e sua legislação: 1822-1914**. Anais do X Encontro Estadual de História. Santa Maria/RS, 2010. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRA CAO.pdf

⁸⁴ IOTTI, Luiza Horn (org.). **Imigração e Colonização**. Legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. – Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 108. (grifo nosso)

⁸⁵ “A divisão de terras, em todas as colônias oficiais, obedece ao sistema de glebas contínuas, denominadas léguas. Cada légua é formada por um quadrilátero de 5.500 metros de lado. As léguas são divididas no sentido longitudinal por estradas denominadas travessões. Em algumas léguas, são demarcados dois ou três travessões, no sentido vertical. A partir do travessão, são demarcados lotes em ambos os lados daquele. O número de lotes é variável nas léguas e travessões. Em média, são 32 lotes por travessão e 132 por légua”. GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Terra e homens: colônias e colonos no Brasil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 186.

exemplo, através dos contratos estabelecidos entre o governo imperial e a Sociedade Colonizadora de Hamburgo e da Associação Central de Colonização do Rio de Janeiro, nos anos de 1850 e 1855, respectivamente.

Essas Sociedades colonizadoras, tinham “por fim a importação de emigrantes morigerados, agricultores e industriais, que espontânea ou subsidiadamente queiram vir para o Império”.⁸⁶ A colonização seria feita em “regra por famílias, especialmente de agricultores”⁸⁷. E era também “[...] proibido absolutamente o emprego de braços escravos na Colônia”⁸⁸.

Os contratos estabelecidos por essas companhias ou Sociedades de Imigração previam inúmeras obrigações que deveriam ser cumpridas, tanto para a embarcação dos futuros colonos, bem como em terra, já no interior das colônias, mas também previa alguns benefícios, como a isenção de impostos, por exemplo. Assim, era de responsabilidade das Sociedades de Imigração “promover e auxiliar a emigração, convidando, engajando, transportando, e tratando de estabelecer os colonos”.⁸⁹

Além das Sociedades de Imigração era possível também o estabelecimento de contratos entre o governo provincial ou imperial com apenas um investidor, sendo então criada uma colônia de iniciativa particular, como o caso do contrato firmado com Jacob Reinghant, para a formação da Colônia em São Lourenço, região de Pelotas, que trabalharemos mais detalhadamente, nos próximos capítulos.

Essas Sociedades de Imigração e iniciativas particulares, tornaram-se ainda mais privilegiadas por duas novas leis instauradas no ano de 1850, primeiramente, a Lei Euzébio de Queiróz, que proibia de forma definitiva o tráfico interatlântico de cativos de origem africana e autorizava a Inglaterra a apreender todas as embarcações que descumprissem com essa lei. Em seu artigo 4º determinava:

A importação de escravos no território do Império fica nelle considerada como pirataria, e será punida pelos seus Tribunaes com as penas declaradas no Artigo segundo da Lei de sete de Novembro

⁸⁶ IOTTI, Luiza Horn (org.)., 2001, op. Cit p. 155.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ IOTTI, Luiza Horn (org.). **op. Cit**, 2001, p. 111.

⁸⁹ IOTTI, Luiza Horn (org.). **op. Cit**, 2001, p. 155.

de mil oitocentos trinta e hum. A tentativa e a complicitade serão punidas segundo as regras dos Artigos trinta e quatro e trinta e cinco do Código Criminal.⁹⁰

Vale salientar que as penas que este artigo menciona, diz respeito aos Artigos 34 e 35 do Código Penal de 1830:

Art. 34. A tentativa, á que não estiver imposta pena especial, será punida com as mesmas penas do crime, menos a terça parte em cada um dos grãos.

Se a pena fôr de morte, impôr-se-ha ao culpado de tentativa no mesmo gráo a de galés perpetuas. Se fôr de galés perpetuas, ou de prisão perpetua com trabalho, ou sem elle, impor-se-ha a de galés por vinte annos, ou de prisão com trabalho, ou sem elle por vinte annos. Se fôr de banimento, impôr-se-ha a de desterro para fóra do Imperio por vinte annos. Se fôr de degredo, ou de desterro perpetuo, impôr-se-ha a de degredo, ou desterro por vinte annos.

Art. 35. A complicitade será punida com as penas da tentativa; e a complicitade da tentativa com as mesmas penas desta, menos a terça parte, conforme a regra estabelecida no artigo antecedente.⁹¹

A outra lei que favoreceu os projetos imigratórios foi a Lei de Terras⁹², que, ao regulamentar as condições para o estabelecimento legítimo da posse de terras, proibiu a entrega de terrenos de forma gratuita a estrangeiros, ou seja, estipulou que as terras só poderiam ser adquiridas através da compra. A promulgação desta última, representou a vitória dos cafeicultores paulistas, uma vez que os imigrantes recém-chegados e sem recursos, não tinham condições de adquirir a sua própria terra, dessa forma, viam-se obrigados a empregarem-se nas lavouras de café.

De acordo com Jorge Luiz Cunha,

A Lei de Terras era uma medida que procurava, por um lado, dificultar o livre acesso à terra e, por outro, obrigar os imigrantes que chegassem ao país a empregar sua força de trabalho nas grandes lavouras. Criou no Brasil um mercado de trabalho separando proprietários de trabalhadores. [...] Um propósito que se adaptava perfeitamente aos interesses dos grandes proprietários de São Paulo

⁹⁰Lei n. 581 de 04 de setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm.

⁹¹ Lei de 16 de Dezembro de 1830. Código Criminal do Império do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm

⁹² Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm.

e Rio de Janeiro, então centros hegemônicos da economia brasileira, mas não aos interesses da província do Rio Grande do Sul.⁹³

Podemos destacar também que a proibição do tráfico negreiro representou um grave problema econômico, pois na tentativa de atenuar a questão, optou-se pela compra de cativos em outras regiões do país, ou seja, o chamado tráfico interno,⁹⁴ contudo, essa “solução” desencadeou um problema de abastecimento de gêneros alimentícios. Essas crises foram o alicerce para as novas políticas de imigração, que demonstravam claramente partir de dois posicionamentos distintos.⁹⁵ O primeiro, como vimos, visava atender aos proprietários das grandes lavouras cafeeiras, as quais apresentavam uma carência crescente de mão-de-obra necessária à substituição do braço escravo, e o segundo, predominante na região sul do país, o interesse em estimular a agricultura familiar, estabelecendo os imigrantes em pequenas propriedades voltadas exclusivamente ao cultivo de gêneros alimentícios.⁹⁶

Ainda sobre essa questão, Giralda Seyferth afirma:

[...] que aos governos interessava estabelecer [...] colonos que fossem pequenos proprietários livres, que utilizassem exclusivamente a mão de obra familiar e não estivessem interessados nem no trabalho escravo, nem na criação do gado, essa a principal atividade econômica no Sul até o início da colonização com imigrantes europeus.⁹⁷

⁹³ CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf, et al (org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Vol. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 290.

⁹⁴ Para maiores informações a respeito do tráfico interno de cativos no Período Imperial, ver: GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O Comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Revista Afro-Ásia**. n. 27, 2002, p. 121-160.

⁹⁵ Conforme: NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná: Ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001, p. 69.

⁹⁶ Segundo Maria Tereza Schorer Petrone “durante toda a história da imigração para o Brasil, se encontram essas duas tendências ou se entrecrocando ou coexistindo pacificamente, conforme os interesses dos homens que estavam no poder”. PETRONE, Maria Tereza S. Imigração. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano: sociedades e instituições (1889-1930)**. 2 ed. Rio de Janeiro, DIFEL: 1978. p. 96.

⁹⁷ SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1990, 14.

Na Província do Rio Grande do Sul as necessidades eram outras, uma vez que era preciso instituir uma agricultura voltada ao mercado interno e povoar a província através de comunidades que se estabelecessem no local a partir da posse efetiva da terra, dessa maneira a colonização foi fortemente caracterizada pela agricultura familiar, organizada em pequenas propriedades voltadas exclusivamente para a produção de gêneros alimentícios.⁹⁸ Sendo assim, o governo provincial instituiu a Lei Provincial 304, de 30 de novembro de 1854, que servia como uma adaptação à Lei de Terras. Essa lei, “estabeleceu o princípio da venda das terras à vista, ou a prazo de 5 annos, o máximo em lote de cem mil braças quadradas pelo preço mínimo de 3 réis a braça.”⁹⁹

Em relatório de 1854, o Presidente da Província João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, enfatiza que em sua opinião o sistema de propriedades “é o único systema que por ora nos convém, devendo cessar quanto antes a distribuição de terras gratuitas, que submetendo o colono quase à tutela do governo, fal-o tornar tão inerte quanto exigente.”¹⁰⁰

Jeronymo Francisco Coelho, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, em seu relatório de 1856 fala a respeito da proibição do tráfico de africanos, e de como a imigração e o trabalho do colono europeu seria o único meio para substituir a mão-de-obra cativa no Brasil, e sobretudo, no Rio Grande do Sul:

A extinção do trafico produzio a indeclinável necessidade da colonisação, e unicamente por meio della nos è licito fundar esperanças sobre o futuro industrial do imperio. A raça escrava tende a extinguir-se, pois sua reproducção não contrabalança o seu consumo, que antes somente a renovação em ampla escala era capaz de supprir.

Os compromissos do dever e da honra nacional, os tratados, os sentimentos de humanidade, e a reprovação geral dos povos cultos,

⁹⁸ “[...] No que se refere à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, o projeto de colonização com imigrantes, sob um regime de pequena propriedade, colocou esse setor num patamar bastante elevado na pauta das exportações da economia gaúcha. Milhares de imigrantes apoiados por uma razoável estrutura de transportes e de comercialização, multiplicaram a produção agrícola anteriormente restrita aos pequenos lavradores nacionais, os quais produziam sob condições precárias.” ZARTH, Paulo Afonso. A estrutura agrária. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf, et al (org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Vol. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 208.

⁹⁹ Relatório do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 30 de junho de 1855, publicado como anexos do relatório. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1855.

¹⁰⁰ Relatório do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854.

tem condemnado o trafico à extincção perpetua; elle por tanto já mais reapparecerá, nem por maneira alguma será tolerado.

Assim é a colonização o único recurso que nos resta, e somente o braço livre do colono, sua indústria, e suas maquinas poderão supprir o serviço material do braço escravo. A actualidade já muito se resente da falta de braços, mas é principalmente o futuro que exige de nós, e desde já, todas as medidas de previdência. Bem se pode antever o que poderá ser em algum dia a indústria agrícola do paiz. Encarreada e consolidada a colonisação, a grande propriedade territorial actualmente servida por numerosos braços escravos em proveito do proprietário, será em grande parte substituída pela pequena propriedade servida pelo braço do colono em seu próprio proveito.

Pelo que toca a esta província tem ella felizmente todas as condições para mais facilmente obter os benefícios efeitos da colonisação.

Essa vantagem lhe resulta, não tanto da fertilidade do terreno, por que essa é commum a todas as mais províncias, mas da especialidade de ser a sua posição e seu clima em tudo conforme ao dos paizes da Europa, donde nos deverão vir os colonos, e mais que tudo da existência de antigos estabelecimentos coloniais, cuja prosperidade constando no paiz a que pertencem os indivíduos que os compõe, e que são de raça allemã, envidão e produzem a continua vinda de emigrantes. É este movimento que nos cumpre favorecer, regularizar, desenvolver na máxima escala possível. A lei provincial de 30 de Novembro de 1854 já fundou as bases do systema, que deve regular a colonização nesta província, por conta dos cofres públicos provinciaes. Essas bases consistem na emigração expontanea e na protecção, adiantamentos, e venda de terras a praso aos emigrantes depois de chegados. Este systema me parece bom.¹⁰¹

Neste período, outro elemento estava sendo discutido, o branqueamento da população brasileira a partir do aumento dos representantes da raça branca de origem europeia que pudessem povoar o país. Acreditava-se que os imigrantes europeus trariam vantagens ao Brasil ao inserirem novas técnicas agrícolas e assim auxiliariam na renovação do conceito de trabalho, considerado manchado pela escravidão. Estes imigrantes “morigerados e laboriosos”¹⁰² seriam os elementos fundamentais para as mudanças propostas com relação à raça e ao trabalho.¹⁰³

¹⁰¹ Relatório do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1856, p. 89-90.

¹⁰² Expressão utilizada nos Relatórios de Presidente de Província do Paraná de 1855, conforme NADALIN, op cit p. 72-73.

¹⁰³ Martin Norberto Dreher, ao tratar da temática imigratória – principalmente no que diz respeito aos imigrantes alemães de religião protestante –, destaca que foram vários os contextos em que o

Por se tratar de um empreendimento que – de acordo com os relatórios apresentados pelos presidentes – só traria benefícios à Província, era importante que esses núcleos colonizatórios não ficassem centralizados em uma única região da província, e que tampouco fossem muito populosas concentrando todos os imigrantes em um ou dois municípios, ao governo interessava que se distribísse esses colonos em todos os municípios, trazendo assim prosperidade para toda a província.¹⁰⁴

Segundo Cunha, a presença de colônias de imigrantes alemães se estendeu do litoral até o centro da Província, abrangendo uma grande parcela do território, no entanto, em seguida, no próximo capítulo, trataremos especificamente da Região de Pelotas e da Serra dos Tapes, onde em 1858 Jacob Rheingantz um comerciante alemão estabelecido em Pelotas fundou a colônia São Lourenço, que tinha em torno de 52 mil hectares, sendo considerada a maior colônia privada do Rio Grande do Sul.

imigrante foi útil em território nacional. O autor enumera vários aspectos, dentre eles o branqueamento da população, o combate aos indígenas aliado também à segurança do território meridional, a valorização fundiária, transformando a terra em mercadoria rentável, disponibilidade de mão de obra barata, principalmente na construção e manutenção de estradas e por fim a criação de uma classe média brasileira, em oposição ao grande possuidor de terras e ao escravo. In: DREHER, Martin Norberto (org.). **Imigrações e História da Igreja no Brasil**. Aparecida/SP: Editora Santuário, 1993.

¹⁰⁴ Conforme Relatório do vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Oliveira Bello, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 25 de setembro de 1855. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1856, p. 25.

CAPÍTULO 2

AS COMUNIDADES LUTERANAS EM PELOTAS: ESTABELECIMENTO E ECONOMIA DA COLÔNIA SÃO LOURENÇO

A colonia de S. Lourenço, está situada nas abas da Serra dos Tapes, e nas margens do arroio S. Lourenço, no districto do Boqueirão no município de Pelotas.

Os fundadores, e empreiteiros d'esta colonia são Jacob Rheingantz, e José Antonio de Oliveira Guimarães.

Seo director é um dos colonos de nome Guilherme Rheingantz, pae de um dos empreiteiros.

O prazos coloniais são de 100,000 braças quadradas, vendidos na razão de 200\$000 a 400\$000 réis cada um.

As despesas de transporte, de alimentos, e de instrumentos aratorios são adiantadas aos colonos.

Fundou-se sobre terrenos havidos por compra, que, divididos, derão 73 prazos.

Foi innovado em 18 de Dezembro de 1857 um contracto que, pela repartição geral das terras publicas, celebrou Jacob Rheingantz com o governo geral para compra de dous territorios de terras devolutas, equivalentes à 8 legoas quadradas, e ficou regulado, entre outras condições, a de mandar Rheingantz proceder à mediação e demarcação dos dous territórios, sujeita à verificação por parte do governo, correndo por conta do empreiteiro as despesas que fizer, quando não sejam devolutas as terras medidas; devendo começar a medição antes de 30 de Junho d'este anno, e findal-a dentro de 2 annos.¹⁰⁵

2.1 – Colônias particulares como solução: a iniciativa de Jacob Rheingantz

Incentivado pelas leis promulgadas na década de 1850 e vendo ali um nicho de mercado extremamente interessante, tanto do ponto de vista financeiro como pessoal, Jacob Rheingantz adquiriu uma certa quantidade de terras na Província do Rio Grande do Sul, como vemos no trecho do Relatório destacado acima, e prontamente iniciou seu empreendimento imigratório, como tantos outros empresários particulares e empresas privadas naqueles anos.

¹⁰⁵ Relatório do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858, p. 21.

A partir dos anos 1850, foi perceptível a mudança dos rumos que as políticas imigratórias brasileiras tomaram. As leis implementadas nesse ano que tratavam tanto da posse da terra como da presença de cativos de origem africana no Brasil, determinaram o maior desenvolvimento do movimento imigratório para o nosso território. No entanto, a missão de povoar o país com uma população de origem europeia se mostrou muito dispendiosa, e logo o governo imperial se viu em apuros para responsabilizar-se financeiramente por tal empreitada.

Dessa maneira, em todo o território nacional, surgiram tentativas de se promover a imigração através da iniciativa privada, uma vez que era muito oneroso aos cofres públicos tanto imperiais como provinciais, subsidiar a vinda de mão de obra livre estrangeira. Nesse sentido foram criadas várias sociedades de imigração¹⁰⁶, e até mesmo alguns particulares – que se tratavam de pessoas com certa influência – passaram a comprar terras e a organizar colônias de iniciativa particular¹⁰⁷, a exemplo de Rheingantz.

As colônias formadas, sobretudo nas províncias do Sul do Brasil – tanto particulares como provinciais e imperiais – foram as que receberam o maior contingente de imigrantes de origem europeia das mais diversas nacionalidades, e sua colonização foi fortemente caracterizada pela agricultura familiar, organizada em pequenas propriedades voltadas exclusivamente à produção de gêneros alimentícios para a subsistência e do mercado interno.

¹⁰⁶ Ou também chamada de Companhia Colonizadora, que “Eram empresas montadas, [...] para comercializar lotes de terras a imigrantes europeus e seus descendentes. [...] No Rio Grande do Sul, ao contrário do Sudeste, as áreas de matas não constituíam o principal interesse da elite fundiária, sendo a criação de colônias particulares de imigração o meio mais lucrativo. [...] As empresas colonizadoras eram geralmente formadas por comerciantes ou proprietários de terras que se uniam para adquirir terras de particulares ou do governo, abrindo estradas em seu interior ou apenas aproveitando as estruturas já existentes, lotando-as e vendendo as mesmas a vista e, principalmente, a prazo. [...] As atividades das empresas colonizadoras poderiam se limitar à comercialização dos lotes, mas também havia a possibilidade de atuar na contratação de imigrantes na Europa ou nas atividades comerciais e de transporte, especialmente os fluviais, nas colônias.” CHRISTILLINO, Cristiano. Companhia Colonizadora. In: MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 111.

¹⁰⁷ Uma das Colônias de iniciativa particular mais famosa e bem-sucedida foi a Colônia de Blumenau, na Província de Santa Catarina, que levou o nome de seu fundador, Hermann Blumenau. Para maiores informações a respeito desse empreendimento imigratório e da trajetória de seu fundador ver: NICOCELLI, Vanessa. **Hermann Blumenau: uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846-1884)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

Este é o caso das colônias fundadas na região agrícola de Pelotas, mais especificamente, a colônia de São Lourenço, localizada na Serra dos Tapes¹⁰⁸. Esta região foi composta, a partir de sesmarias doadas a portugueses e luso-brasileiros, que se assentaram às margens da Costa ocidental da Lagoa dos Patos, entre Arroio Grande (atualmente município de Turuçu) e o Rio Camaquã, formando assim as chamadas estâncias – como já apresentado no capítulo anterior.¹⁰⁹ Sobretudo, a colônia que apresentamos no início desse capítulo, que foi fundada entre os anos de 1857 e 1858 pelo empresário Jacob Rheingantz, que havia adquirido terras devolutas do Governo Imperial, comprometendo-se em demarcá-las e povoá-las com agricultores de origem germânica.

De acordo com Eduardo Iepsen que se dedicou a pesquisar as muitas facetas atribuídas ao colonizador, este ficou conhecido por ter sido “o emigrante, o imigrante, o empregado, o sócio, o capitalista, o empresário, o fundador”¹¹⁰ transformando-se com o passar do tempo, em um mito para seus herdeiros e para os moradores da atual São Lourenço¹¹¹. Cabe ressaltar que alguns autores – memorialistas em sua maioria – escreveram, já no século XX a respeito de Jacob Rheingantz.

Esses autores, dentre eles seu próprio filho, Carlos Guilherme Rheingantz, construíram discursos laudatórios que permaneceram no tempo, enaltecendo

¹⁰⁸ De acordo com Martin Dreher, “[...] com seus 52.000 hectares, esta seria a maior colônia privada do Rio Grande do Sul.” DREHER, Martin. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças**. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 120.

¹⁰⁹ Conforme BOSENBECKER, Patrícia. Colonos nos domínios do diretor Rheingantz: uma revolta no Sul do Brasil. In: **Revista MÉTIS: história & cultura**, v. 11, n. 22, jul./dez. 2012, p.42.

¹¹⁰ IEPSSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a Colônia de São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2008, p. 23.

¹¹¹ A origem de São Lourenço do Sul remonta ao final do século XVIII, quando a Coroa Portuguesa distribuiu sesmarias aos militares açorianos que lutaram contra os espanhóis. Em 1807, moradores da Fazenda do Boqueirão exigiram a capela consagrada a Nossa Senhora da Conceição e, em 1815, foi iniciada a construção de uma capela devotada a São Lourenço na estância com o seu nome. Por decreto de D. Pedro I, a Fazenda do Boqueirão foi elevada a Freguesia em 1830, quando se desmembrou da Vila de Rio Grande e se incorporou à Vila de São Francisco de Paula (atual cidade de Pelotas). Em 26 de abril de 1884, a Freguesia de Boqueirão foi promovida à categoria de Vila, separando-se de Pelotas. Em 15 de fevereiro de 1890, a Freguesia de São Lourenço foi promovida à categoria de Vila, reunindo as freguesias de Boqueirão e São João da Reserva. Em 31 de março de 1938, a Vila de São Lourenço tornou-se cidade. Conforme: <https://www.saolourencodosul.rs.gov.br/portal/servicos/1001/historia-da-cidade/>

incondicionalmente a figura desse homem, e apresentando que o mesmo possuía uma relação quase que patriarcal com seus colonos. O texto do primogênito de Rheingantz foi produzido quando da comemoração do cinquentenário de fundação da colônia, cujo objetivo principal era o de recuperar a memória de seu pai e seus “grandes feitos”, para que não caíssem no esquecimento da população de São Lourenço, e publicado em um jornal local. Segundo Iepsen, Carlos Guilherme foi muito bem-sucedido em sua empreita, uma vez que seu texto “criou as bases para imortalizar seus feitos: Jacob Rheingantz, enquanto herói é filho de seu filho.”¹¹²

Mesmo levando em conta que os textos que tratam a respeito da trajetória de Rheingantz sejam laudatórios e elogiosos, não podemos deixar de destacar que por ser um comerciante experiente, este soube aproveitar o momento econômico do Império brasileiro, e tão logo iniciou sua empresa, trouxe consigo sua família para o sul do Brasil. Além disso, para ter êxito nos negócios, e poder administrar e consolidar seu empreendimento, percebeu que deveria firmar alianças, associando-se com políticos, fazendeiros e demais moradores locais.¹¹³

Nascido no início do século XIX, em 9 de agosto de 1817, na região da Prússia Rhenana, Rheingantz dedicou seus primeiros anos de trabalho ao comércio de vinhos, primeiramente ainda na Prússia, e aos 22 anos de idade, deixou sua terra natal em direção à França, onde passou a trabalhar na Fábrica de Vinhos de *Champagne Veuve Clicot*. Contudo, sua permanência em terras francesas foi curta, entre 1839 e 1840, e logo dirigiu-se aos Estados Unidos da América.¹¹⁴

No Novo Mundo, Rheingantz foi em busca de um irmão que há muito havia se instalado naquele país, e dizia-se que trabalhava no comércio. Não há menção da cidade ou Estado em que este viveu, apenas que, somente após seu desembarque, Jacob descobriu que esse irmão havia falecido. A expectativa de conseguir maiores oportunidades financeiras ao lado de seu irmão foi desfeita, no

¹¹² Entrevista realizada com Eduardo Iepsen. In: FACHIN, Patrícia. Jacob Rheingantz: a construção de um herói. Revista do Instituto Humanitas – Unisinos. Ed. 271, set./2008. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2090-eduardo-iepsen>.

¹¹³ BOSENBECKER, Patrícia. Colonos nos domínios do diretor Rheingantz: uma revolta no Sul do Brasil. In: **Revista MÉTIS: história & cultura**, v. 11, n. 22, jul./dez. 2012, p.42.

¹¹⁴ Conforme: “Colônia de São Lourenço. Breve histórico de sua fundação, extrahido das notas do archivo de seu fundador Jacob Rheingantz. Publicado no Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul em sua 21ª edição do ano de 1909, p. 143-167.

entanto, Rheingantz permaneceu nos Estados Unidos por três anos, vindo a migrar mais uma vez, finalmente com destino ao Brasil, uma vez que seus objetivos não foram alcançados em terras norte-americanas.¹¹⁵

A vinda para o Brasil se deu no Vapor Rio-Grandense, que havia sido encomendado pela Casa Commercial Guilherme Ziegenbein – também imigrante de origem alemã – a fim de trazer remigrantes – ou seja, pessoas que estavam migrando pela segunda vez que muito provavelmente estivessem descontentes com as condições de vida nos Estados Unidos – em direção ao Brasil. O destino desse vapor, era “a carreira entre esta cidade [Rio Grande] e Pelotas”. Mal sabia Rheingantz que essa viagem mudaria completamente o seu destino. Fixou-se, inicialmente em Rio Grande, e imediatamente o imigrante passou a trabalhar para a casa comercial que havia encomendado o navio em que chegara, na qualidade de agente do Vapor e representante comercial, ficando a cargo da compra de produtos de exportação.¹¹⁶

Possivelmente, por ter conquistado prestígio na localidade em função das atividades que desempenhava, cinco anos após sua chegada ao Brasil, no ano de 1848 Rheingantz se casou com a enteada de Guilherme Ziegenbein, chamada Dona Maria Carolina, o que o alçou à categoria de sócio de seu antigo patrão, ficando responsável pela direção da filial da casa comercial em Pelotas, para onde se mudou. Essa sociedade foi mantida ainda por mais alguns anos, até o imigrante iniciar sua empreitada colonizatória.¹¹⁷

Motivado pelas novas leis que surgiram nos anos 1850, Rheingantz percebeu que aquele era o momento para investir em seu próprio empreendimento e passou a comprar terras e organizar recursos para a fundação de uma colônia. Em 1856 inicia o processo da compra de terras devolutas do estado, cujo acordo firmado em finais do ano de 1857 pudemos ler a partir do trecho publicado em Relatório do Presidente de Província Angelo Moniz da Silva Ferraz, citado no início desse capítulo. Todavia, era necessária a busca de sócios que estivessem dispostos a colaborar

¹¹⁵ Idem, p. 143-167.

¹¹⁶ Conforme: IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a Colônia de São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2008, p. 24.

¹¹⁷ Conforme IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a Colônia de São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2008, p. 28-29.

com o financiamento de tal empreendimento. De acordo com Patrícia Bosenbecker e Regina Weber ¹¹⁸, essa seria uma tarefa das mais complicadas, pois o empreendedor deveria convencer os homens de maior poder aquisitivo da região, que a colônia em projeto seria um empreendimento lucrativo e viável. Mas acima de tudo, ele precisaria convencer estes homens de que era capaz de administrar o negócio.

Em março de 1857, como podemos ver no trecho da carta enviada por Luís Braga, procurador de Rheigantz, o empresário estava tendo um pouco de dificuldades de conseguir auxílio financeiro para o seu audacioso empreendimento:

“Amigo e Senhor. Foi-me entregue o seu favor de 26 do corrente com 16\$500 da certidão que eu havia pago ao tabelião Jeremias. Enquanto ao seu negócio da Colônia, não vai muito bem, segundo me disse o Paiva, pois há poucas assinaturas, sendo 2:000\$000 do Aníbal, 1:000\$000 do Ribas, 400\$000 do Eliseu e algo mais. Todavia, o Aníbal foi hoje para a Costa a fim de agenciar assinaturas e pode ser que faça mais alguma coisa. O amigo Paiva me disse que o Dr. Afonso escrevia hoje a Vmcê. São poucos os homens de fortuna, em Pelotas, que possam conhecer as vantagens futuras duma Colônia bem estabelecida, pois só gostam de ver os seus dinheiros amontoados e sem aplicação alguma para benefício seu e do público: esta é a ilustração destes ricos que só enxergam a ponta do nariz. Meus respeitos à sua Família e sou com estima de Vmcê. amigo, obrigado. Luís Braga.”¹¹⁹

Quem acreditou no sucesso da empreitada de Rheigantz foi o estancieiro José Antonio de Oliveira Guimarães¹²⁰, que vivia na margem esquerda do Rio São Lourenço, que se dispôs a ser investidor e sócio na colônia. Guimarães era um nome conhecido na região, neto de estancieiros e comerciantes lusitanos e filho de um dos

¹¹⁸ WEBER, Regina; BOSENBECKER, Patrícia. Disputas pela memória em São Lourenço do Sul: uma visão histórica de representações étnicas. **Cadernos do CEOM** – Ano 23, n. 32 – ETNICIDADES, s/d.

¹¹⁹ Carta de Luiz Braga a Jacob Rheingantz, de 31 de março de 1857. Coleção da Família Rheigantz. Disponível em: <http://familiarheingantz.blogspot.com/2012/>.

¹²⁰ “[...] José Antônio, então com 20 anos, assume os negócios e o legado de prestígio da família. José Antonio foi vereador por volta de 1863 e também Subdelegado de Polícia, e envolveu-se na construção de um povoado, o de São Lourenço, junto a sua fazenda, onde hoje se localiza a atual sede do município de São Lourenço, criado em 1884, sendo José Antônio seu primeiro Intendente. Em 1857, consegue reunir os parentes e aliados, que, apesar de um pouco contrariados, concordam em ajudar no projeto de colonização de Rheingantz.” In: WEBER, Regina; BOSENBECKER, Patrícia. Disputas pela memória em São Lourenço do Sul: uma visão histórica de representações étnicas. **Cadernos do CEOM** – Ano 23, n. 32 – ETNICIDADES, s/d, p.35

líderes regionais da Revolta Farroupilha, a história de sua família se confunde com a história local, pois como vimos no capítulo anterior, as grandes estâncias de terras pertencentes às elites charqueadoras definiram as bases da sociedade pelotense dos oitocentos.¹²¹

Alguns recursos para a colônia foram conseguidos com outros financiadores, cujas relações e graus de parentesco com Guimarães eram o fator principal para garantir o investimento. O contrato assinado por Rheingantz e José Antonio de Oliveira Guimarães, delimitava claramente quais eram as responsabilidades de cada um dos envolvidos durante essa sociedade, que a princípio se manteria por cinco anos a partir da compra das terras, mas que poderia ser prorrogada caso houvesse interesse de ambas as partes.¹²²

À Guimarães, cabia a compra das datas ou sesmarias e posses de terras que ele considerasse convenientes e necessárias para o estabelecimento da Colônia. Estas terras seriam localizadas entre os Arroios Grande e São Lourenço. Já Rheingantz tinha a missão de trazer, por meios legais – elemento destacado na cláusula terceira do contrato – os colonos para as terras coloniais pertencentes à empresa, e tão logo esses imigrantes chegassem ao Porto da Província do Rio Grande do Sul, providenciar e fornecer aos mesmos, os meios de sobrevivência como alimentos e ferramentas para o trabalho durante seis meses.

A quarta cláusula do contrato, previa que Guimarães deveria preparar com antecedência, “agasalhos em grande escala para receber os colonos” em locais mais próximos de onde os colonos fossem desembarcados, ou seja, deveriam ser organizados locais de abrigo para acomodar os mesmos, até que recebessem suas terras. Além disso, deveria ser oferecido pelos empresários aos colonos o transporte do porto até as suas respectivas terras, bem como, fornecer animais para criação, como vacas, cavalos, ovelhas e galinhas.

¹²¹ WEBER, Regina; BOSENBECKER, Patrícia. Disputas pela memória em São Lourenço do Sul: uma visão histórica de representações étnicas. **Cadernos do CEOM** – Ano 23, n. 32 – ETNICIDADES, s/d, p.350.

¹²² Conforme: “**Colônia de São Lourenço**. Breve histórico de sua fundação, extrahido das notas do archivo de seu fundador Jacob Rheingantz. Publicado no Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul em sua 21ª edição do ano de 1909, p. 165-166. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829447&PagFis=6673&Pesq=augusto%20moreira%20paes>.

acordo com Edilberto Hammes¹²³, os primeiros colonos a se aventurarem às terras brasileiras, a partir da iniciativa de Rheingantz embarcaram em 31 de outubro de 1857, no porto de Hamburgo. A primeira leva foi agenciada pelo próprio Rheingantz, que se deslocou à Europa, com o intuito de trazer consigo também alguns de seus familiares.¹²⁴ Ao total eram 88 imigrantes que aportaram em Rio Grande após quase três meses de viagem, em janeiro de 1858 e de acordo com a bibliografia, a relação dos primeiros imigrantes germânicos que se instalaram em São Lourenço do Sul eram provenientes de localidades como *Pomerânia, Hannover, Prússia, Hamburgo, Holstein, Kreutzmannshagen e Lübeck*.¹²⁵

Tamara Oswald, em sua dissertação de mestrado, produziu uma tabela, a partir de dados extraídos de obras de autores locais, apresentando a relação das pessoas que viajaram no navio holandês Twee Vrienden, e que foram os primeiros imigrantes¹²⁶ a se instalar em São Lourenço, bem como as profissões que foram por eles relatadas ao desembarcarem, que reproduzimos aqui na íntegra:

¹²³ HAMMES, Edilberto Luiz. **São Lourenço do Sul: Radiografia de um município – das origens ao ano 2000**. V. 1, 2, 3 e 4. São Leopoldo: Ed. Studio Zeus, 2010.

¹²⁴ Nos anos que se seguiram, as novas levas de imigrantes foram trazidas com o auxílio de uma agência especializada, a Wilhelm Hühn & Cia. “Os passageiros chegavam com a garantia da companhia Wilhelm Hühn, de que os imigrantes embarcados eram pessoas respeitáveis e que nenhum deles esteve jamais envolvido em questões policiais.” In: IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a Colônia de São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2008, p.33.

¹²⁵ OSWALD, Tamara. **Comunidades luteranas livres em São Lourenço do Sul (1886 – 1945)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas/RS, 2014, p. 49.

¹²⁶ Alguns desses sobrenomes apareceram nos registros paroquiais luteranos em anos posteriores, e como veremos adiante, ao chegar no Brasil, e se instalarem na Colônia, a profissão da maioria deles – quando citada no registro – passou a ser a de agricultor.

Tabela 02 – Lista de imigrantes desembarcados no Brasil com destino a São Lourenço

Nome, Sobrenome e Família	Profissão
Wilhelmine Schaefer	-
A. Grovermann	Encanador
G. Heling com esposa e 3 filhos	Fazendeiro
Wilh. Zibell com esposa nascida Anbrecht e 1 filho	Sapateiro
Johann Zibell e esposa nascida Bergmann e 4 filhos	Sapateiro
Albert Zibell	Sapateiro
Fr. Nachtigall	Serralheiro
Andr. Haase com esposa e 1 filho	Pintor
H. P. Hadler com esposa nascida Lange e 2 filhos	Alfaiate
J. P. A. Hadler com esposa nascida Wachtmann	-
J. H. H. Nebel com esposa nascida Lange e 3 filhos	Padeiro
J. Lange	Alfaiate
Heinrich Tellmann	Operário
Ph. Neutzing com esposa nascida Leidinger e 2 filhos	Sapateiro
Peter Neutzling	Sapateiro
Peter Dietrich	Carpinteiro
Johann Dietrich	Agricultor
Catharina Dietrich	-
Johann Link com filha e filho	-
Peter Riekes com esposa nascida Ries e 5 filhos	Agricultor
Ignatz Dilly com esposa e 4 filhos	Agricultor
Johan Peil com esposa e 6 filhos	Lavrador
Franz Prietsch com esposa nascida Walther e 6 filhos	Ferreiro
P. Hoffmann	Carpinteiro
Wilhelm Wulff com esposa nascida Heitmann e 4 filhos	Operário
Chr. Bohrer com esposa e 2 filhos	-
Caroline Jörg	-
G. Bernhardt	Encanador
W. Schroeder	Técnico

Fonte: OSWALD, Tamara. **Comunidades luteranas livres em São Lourenço do Sul (1886 – 1945)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas/RS, 2014, p. 50.

Como é possível verificar na lista acima, o grupo que desembarcou em São Lourenço era composto de 14 pessoas aparentemente solteiras¹²⁷, tanto homens como mulheres e 15 núcleos familiares. Como é possível verificar pelos sobrenomes, alguns desses grupos possuía relações de parentesco, como o caso das famílias

¹²⁷ Destacamos a palavra aparentemente, pelo fato de estarem listados em separado, diferentemente das famílias, onde o núcleo familiar é listado em conjunto.

Zibell, Hadler¹²⁸ e Neutzling. Mesmo se tratando de irmãos e cunhados, ou pais e seus filhos já casados, a formação de núcleos familiares distintos na mesma família pode ser considerada como uma estratégia, uma vez que o governo oferecia “prêmios” em dinheiro pela quantidade de famílias que chegassem, sendo assim, os grupos familiares eram organizados e discriminados de acordo com a faixa etária de cada indivíduo, privilegiando os mais jovens e aptos ao trabalho, uma vez que a ideia, era de que esses homens, mulheres e suas famílias fossem empregados tanto nas atividades agrícolas, como também na derrubada dos matos, abertura de picadas e demais demandas de suas colônias.¹²⁹

No dia 18 de janeiro, estes colonos se encontravam em São Lourenço e tomavam posse das terras adquiridas do diretor da colônia, que era quem organizava as levas de imigrantes que chegavam e os distribuía em picadas¹³⁰ previamente preparadas para a chegada desses colonos, geralmente por ordem de chegada, e até mesmo os realocava, caso houvesse algum tipo de desagrado, como por exemplo, o fato de as terras serem muito alagadiças ou rochosas. Ainda, segundo Bosenbecker, os integrantes da família Rheingantz que foram trazidos ao Brasil, ficaram responsáveis ao chegar na colônia, pela supervisão e criação dos “recursos públicos” como escolas, patrulhas e demais obras em geral.

O contrato estabelecido entre o empresário e os colonos recém-chegados determinava que os lotes vendidos mediriam 100 braças de frente e 1000 braças de fundo, ou seja, os lotes tinham em média 484.000 m² ou 48 hectares – esta medida estava estabelecida pelo Decreto Imperial de janeiro de 1857. Os valores pagos pelos lotes não é mencionado no documento, contudo, estava estabelecido que no

¹²⁸ É possível verificar na tabela, que por exemplo, no caso das famílias Hadler e Nebel cujo parentesco era ainda mais estreito, pois as mulheres eram irmãs.

¹²⁹ BOSEMBECKER, Patrícia. **Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço /RS (1857 a 1877)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011, p. 44.

¹³⁰ “A designação pode ser substituída, regionalmente, por *Linha, Lajeado, Travessa ou Travessão*. Na literatura podemos encontrar, ainda a designação alemã *Schneise* ou a forma alemaneizada *Pikade*. A Picada é forma básica de penetração na floresta subtropical, na qual se busca abrir, com instrumentos disponíveis, vias ao longo das quais vão sendo instalados imigrantes, em lotes que lhes são designados. Na demarcação dos lotes, obedeciam-se critérios de natureza topográfica. Numa das extremidades, o rio ou seu afluente servia de limite. O lote estendia-se encosta acima até encontrar-se com outro que subia de outro vale. Nos topos dos morros ficava localizada a linha, picada ou travessa. A geografia determinava, assim, o tamanho de cada uma das comunidades humanas que se estabeleciam.” DREHER, Martin. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças**. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 137-138.

período de dois anos após a compra, este valor não teria juros, e partir do terceiro ano, o valor poderia ser pago de maneira parcelada, sendo um quinto da importância correspondente à primeira parcela, dois quintos à segunda parcela e o restante pago na terceira parcela, ao final de cinco anos de compra. Após esse período, se cobrariam 6% de juros anuais.

O colono era responsável pela abertura do caminho que ligaria seu lote à estrada da colônia, e isso deveria ser realizado nos três primeiros meses após estabelecer-se na terra, bem como realizar as manutenções de conservação necessárias. Ao colono não era permitido o afastamento de seu respectivo lote, nem abandonar os cultivos de suas terras. Tampouco, poderia utilizar o lote como garantia para o pagamento de dívidas, muito menos vendê-lo ou arrendá-lo.¹³¹

Podemos dizer que esses imigrantes que buscavam tentar a vida no Brasil, vinham para cá na condição de grandes devedores, o que tornava as condições de vida dos mesmos muito complicadas. Em alguns casos, era necessário realizar adiantamentos de dinheiro para esses colonos antes mesmo deles embarcarem ao Brasil, uma vez que não possuíam boas condições financeiras em sua terra natal. Essa “benesse” concedida aos colonos, fazia com que a dívida desse imigrante fosse aumentada sem nem ao menos ter comprado seu lote de terra. A situação seria cada vez mais agravada, primeiramente, pelo fato de que o período para liquidação das dívidas não era tão extenso, e como previamente mencionamos algumas das cláusulas contratuais, os juros cobrados após o término do prazo de pagamento eram relativamente altos, e em segundo lugar, pelo fato de que as atividades rurais na maioria das vezes não gerava um lucro tão grande e também estava sujeita a vários fatores externos, como questões meteorológicas, que podem prejudicar a produção agrícola.¹³²

Por razões desconhecidas, as primeiras moradias que seriam destinadas aos colonos não ficaram prontas a tempo de chegada dos mesmos, e em virtude disso, barracões coletivos foram construídos para abrigar tais pessoas. Havia também um armazém para compra de gêneros alimentícios e demais itens de

¹³¹ COARACY, Vivaldo. A Colônia São Lourenço e o seu fundador Jacob Rheingantz. São Paulo: Saraiva, 1957, p. 56. Apud IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a Colônia de São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2008, p.38.

¹³² Idem, p.38.

necessidade, como ferramentas, onde os colonos poderiam adquirir esses produtos à crédito – aumentando ainda mais suas dívidas –, e pagariam posteriormente, com os ganhos de suas produções. Conforme iam adquirindo suas terras, os próprios colonos construíam suas casas e abrigavam os próximos colonos que chegavam¹³³ e aos poucos essas barracões foram perdendo a utilidade. Rheingantz construiu também, em 1860 uma casa no centro da colônia, cuja função era ser a sede administrativa da colônia.

Para termos acesso de maiores informações a respeito do empreendimento imigratório de Rheingantz e Guimarães, realizamos algumas buscas nos Relatórios de Presidente de Província do Rio Grande do Sul. Dentre os assuntos abordados nesses relatórios temos relatos a respeito das Forças Militares e Policiais, Terras, Educação, Administração Pública, Finanças, Obras Públicas e diversos outros aspectos que deveriam ser reportados ao Império. No decorrer deste trabalho, nos deteremos especificamente às partes dos relatórios que tratam da Imigração e da Colonização da Província do Rio Grande do Sul. É interessante perceber de que maneira o projeto colonizatório era implantado e desenvolvido na Província, quais os objetivos em fomentar a imigração e de que maneira esse empreendimento seria desenvolvido. Ao falar sobre o tema “Colonização”, as colônias eram apresentadas separadamente, por tipo de empreendimento: Gerais que se tratavam das colônias imperiais e militares, Provinciais e Particulares, sendo em seguida citadas cada uma das colônias e suas relativas informações.

Os relatórios na maioria das vezes trazem informações bastante precisas a respeito do número de colônias que estavam sendo iniciadas, de que maneira os lotes de terras estavam sendo divididos, quais os valores gastos pelos cofres imperiais e provinciais com a iniciativa e principalmente, a quantidade de imigrantes que desembarcavam no Porto da Província e para quais colônias estavam sendo encaminhados. É importante destacar que em alguns relatórios é mencionada a quantidade de homens e mulheres bem como a de crianças – quase como um recenseamento, ou utilizando os termos da época, uma Lista Nominativa de

¹³³ De acordo com Guilherme Rheingantz, essa prática de acolhimento dos novos colonos foi recorrente e acabou sendo conveniente, uma vez que havia uma troca de serviços por parte dos novos colonos, com os já estabelecidos, que provavelmente ajudavam na construção das casas dos recém-chegados, e estes devolviam os favores auxiliando nas colheitas e demais serviços necessários.

Habitantes –, que chegaram à Província, como também, se fala sobre a religião desses colonos, profissão, estado civil.

A empresa da imigração como era chamada nesse período, é sempre retratada nos relatórios como a única solução para se resolver o “problema” ocasionado pelo fim do tráfico de cativos de origem africana, é completamente elogiosa em relação às pessoas que virão ao Brasil para substituir essa mão de obra que seria, na visão dos políticos da época, extinta do país. Além disso, ressaltava-se muitas vezes, nas palavras dos presidentes, que as vantagens seriam inúmeras. Sabemos que toda fonte histórica necessita ser criticada, sendo assim, devemos ter em mente que, os relatos contidos nessa fonte, são apenas uma das muitas faces e visões acerca do tema, refletem um posicionamento oficial do governo provincial, e por conseguinte imperial, e que devem ser analisadas criticamente pelos historiadores. Porém, os dados estatísticos contidos nesses relatórios nos apresentam um amplo panorama das atividades realizadas na Colônia São Lourenço para o recorte dessa pesquisa.

Nos detivemos a trabalhar com os Relatórios escritos a partir do ano 1850, ano em que houve as mudanças mais significativas em relação às legislações a respeito da imigração e colonização no Brasil, todavia, os relatórios dos anos finais da década de 1860 e início de 1870 serão ainda mais importantes, uma vez que a Colônia de São Lourenço, na região de Pelotas começa a ser citada nos relatórios.

A primeira menção que se tem a respeito da Colônia de São Lourenço nos relatórios de presidente de província se dá em 1858, quando há a notificação do contrato celebrado com Rheingantz abordado no início deste capítulo. No relatório apresentado em 1859, é possível vislumbrar como foi o desenvolvimento da colônia em seu primeiro ano de funcionamento.

O conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão nos apresenta que a colônia contava com 206 pessoas, das quais 105 eram do sexo masculino e 101 do sexo feminino, o que representou um aumento de mais de 200% na população neste primeiro ano – levando em consideração os dados referentes ao primeiro grupo de imigrantes que desembarcaram na Província em direção à região de Pelotas. Destes 206 colonos¹³⁴, 38 eram brasileiros, e o restante eram alemães sendo que 70

¹³⁴ Segundo o Dicionário da Terra, colono é o “membro de uma colônia, pequeno proprietário, trabalhador agrícola, principalmente imigrante ou descendente deste. É um camponês típico, caracterizado pela pequena propriedade rural e que se dedica à produção familiar de subsistência e

professavam a religião católica e 135 o culto evangélico, no caso luterano. O relatório enfatiza também, que durante o ano ocorreram 3 nascimentos e apenas 1 óbito em toda a colônia.

Esta fonte os define como alemães, no entanto, sabemos que o termo está sendo empregado erroneamente, uma vez que a unificação da Alemanha se dá posteriormente. Sendo assim, nos utilizaremos da discussão muito bem apresentada por Bosenbecker para se referir a esse problema encontrado nas fontes:

“[...] Tais definições tendem a ser globalizantes e são capazes de ativar categorias unificadoras e também diferenciadoras, mas o importante é que a identidade étnica nunca se define somente de uma maneira endógena, pela transmissão da essência e das qualidades étnicas entre seus membros, uma vez que a pertença a um grupo em questão de definição social, através da interação entre a auto-definição dos membros e a definição dos outros grupos - a chamada definição exógena, que é aquela que se dá através da rotulação e da atribuição por um grupo externo. Portanto, o uso do termo ‘alemão’, ou o seu significado, é uma construção posterior, inserida na formação e consolidação da identidade do grupo, onde a Alemanha passa a ser a referência, o lugar de origem. Este processo tratou de silenciar as diferenças regionais para edificar uma categoria unificadora.”¹³⁵

Desta forma, ano após ano, mais colonos foram sendo instalados e a colônia sendo organizada conforme a demanda de lotes e habitantes.

As primeiras picadas, na parte central da colônia, foram abertas entre 1858 e 1865, entre elas encontram-se: a Picada Moinhos e a Picada das Antas, depois a Picada Boa Vista – um importante entreposto comercial –, seguida pela Picada Quevedos e Travessão Quevedos, e pela Picada Bom Jesus, que abrigou os primeiros colégios para pastores da região sul do Rio Grande do Sul. [...] Em seguida encontra-se a Picada Pomerana, que recebeu lotes a partir de 1866. [...] Cada uma dessas picadas possuía escolas, igrejas (grande parte delas improvisadas) cemitérios e pequenos comércios.¹³⁶

de mercado, normalmente sem a utilização de mão-de-obra externa ao grupo familiar.” É necessário enfatizar que colonos e colonizadores são sujeitos distintos no processo colonizatório. O colonizador é o empreendedor responsável, e o colono é o camponês, pequeno proprietário da terra adquirida das mãos do empresário. Conforme: GREGORY, Valdir. Colono. In: MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 102-103.

¹³⁵ In: BOSEMBECKER, Patrícia. **Op. Cit.** 2011, p. 41-42.

¹³⁶ Idem, p. 43.

Essas “picadas” inicialmente eram trilhas de acesso aos lotes demarcados, abertas de forma rudimentar em meio às matas, contudo, à medida que as pessoas foram tomando posse de suas porções, foi se transformando em meio de identificação geográfica e denominando as localidades.

Podemos perceber que em um ano de funcionamento, a colônia estava progredindo e crescendo, o que beneficiaria a sua produção agrícola, objetivo maior por trás desse empreendimento. Segundo o “Mapa Estatístico de Produção Agrícola”, uma espécie de anexo ao relatório, neste primeiro ano do empreendimento colonizatório de Rheingantz, apenas 63 colonos se apresentaram à lavoura, pois os demais somente chegaram ao local após o período da plantação.

É importante destacar que o sistema agrário característico dessa região, neste período é que alguns autores como Lovois de Andrade Miguel¹³⁷ chamam de “Sistema Agrário Colonial Inicial”. Segundo Miguel, este sistema consiste no chamado Sistema de derrubada-queimada, ou também Sistema de Coivara, e foi originado durante o processo de colonização das áreas de florestas, como é o caso da Serra dos Tapes. Essa era uma técnica agrícola não europeia, que consiste basicamente na derrubada e queimada das matas para posteriormente se iniciar o plantio das culturas agrícolas. Segundo Giralda Seyferth,

[...] os europeus aderiram à prática brasileira de cultivo conhecida como coivara, na medida em que receberam terras cobertas por florestas, onde o uso do arado era impossível. [...] Assim, deixou de ser cumprido um dos propósitos do governo brasileiro relativo à imigração europeia: as técnicas agrícolas mais modernas da Europa não foram introduzidas no país. Com um detalhe adicional que deve ser lembrado: boa parte dos imigrantes veio de regiões europeias onde a agricultura ainda não utilizava técnicas modernas de exploração.¹³⁸

Cada área de terra preparada para plantio era cultivada somente por no máximo três anos, e após esse período, nova área era preparada e a anterior teria

¹³⁷ MIGUEL, Lovois de Andrade. Origem e evolução dos sistemas agrários no Rio Grande do Sul. In: Idem (org.) **Dinâmica e diferenciação dos sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 143

¹³⁸ SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1990, p. 29.

um período de descanso, onde a terra poderia se recompor.¹³⁹ Esse sistema agrário abrange toda a fase inicial do processo de implementação das colônias de imigrantes, que era justamente caracterizado pela criação de pequenas propriedades agrícolas, que nas colônias germânicas não ultrapassavam a extensão de 77 hectares. De acordo com Miguel, esse tipo de sistema agrícola permitia aos colonos a implantação, ao menos parcialmente, de sistemas de cultivo com tração animal leve. Uma grande parte do que era produzido no interior das colônias era destinado para consumo interno, somente uma pequena parte dos excedentes era vendida nos mercados da região.

Como mencionado anteriormente, os imigrantes germânicos que desembarcaram no Rio Grande do Sul e foram encaminhados para a colônia de Rheingantz provinham de diversas regiões da atual Alemanha. Todavia, grande parcela desses homens e mulheres eram originários da Pomerânia, uma região ao norte da atual Alemanha, banhada pelo Mar Báltico, que à época era dominada pelo Império Prussiano. Segundo Roberto Radünz¹⁴⁰, no início do século XIX quando da transição do modelo feudal para o capitalismo na Prússia, houve a abolição da servidão camponesa, contudo, a maioria da população perdeu suas terras, e foram obrigadas a buscar ocupação nas terras senhoriais, tendo, portanto, sido habituados a serem controlados por um senhor.

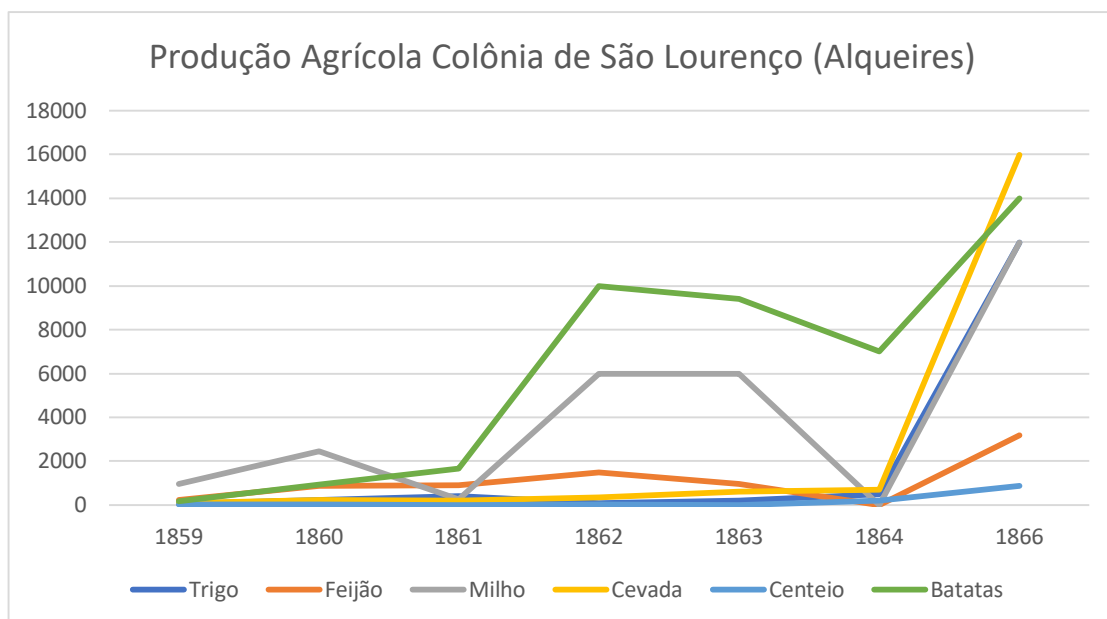
Radünz afirma, de forma estereotipada, que estes colonos, por nunca terem sido donos de suas próprias terras, não possuíam iniciativa, o que seria o fator determinante para a consolidação da produção agrícola destinada à subsistência, e não à produção de excedentes para comércio externo à colônia. Todavia, essa era a realidade de todas as colônias de imigrantes alemães no sul do Brasil, sendo assim, o fator regional apresentado por Radünz como determinante para a caracterização da pequena propriedade policultora, não deva ser considerado como correto, uma vez que os Relatórios de Presidente de Província demonstram que havia sim uma venda dos excedentes agrícolas da Colônia de São Lourenço, como poderemos ver mais adiante.

¹³⁹ ODERICH, Edmundo Hoppe; MIGUEL, Lovois de Andrade. História e situação da agricultura e do desenvolvimento rural em quatro municípios do noroeste do Rio Grande do Sul. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - Taquara/RS - v. 14, n. 1, jan./jun. 2017, p. 121.

¹⁴⁰ RADÜNZ, Roberto. Colônia – um modelo falido. In: **Ágora, Santa Cruz do Sul**, v. 1, n. 2, Outubro, 1995. p.81

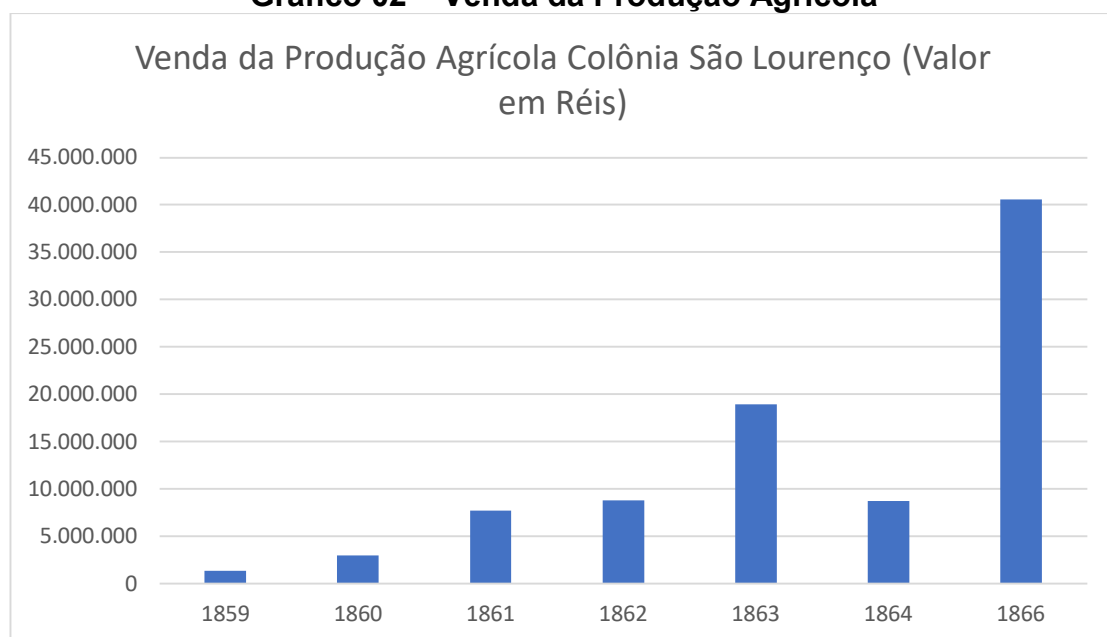
De acordo com os relatórios do presidente de Província, a colônia produzia cevada, centeio, trigo, batata, milho e feijão. Sendo o relatório bem específico em relação às quantidades de alqueires colhidos para cada uma dessas culturas. Entre os anos de 1859 a 1866, todos os relatórios apresentaram a produção agrícola da colônia de São Lourenço, inclusive com os valores arrecadados com a venda da produção, como podemos ver nos gráficos a seguir:

Gráfico 01 – Produção Agrícola em Alqueires



Fonte: Relatórios de Presidente de Província. Elaboração própria.

Gráfico 02 – Venda da Produção Agrícola



Fonte: Relatórios de Presidente de Província. Elaboração própria.

Ainda de acordo com os relatórios de 1859 a 1862, desses gêneros colhidos o trigo e a cevada eram apenas para consumo interno, não sendo vendidos, pois não havia na colônia um moinho¹⁴¹, para a produção de farinha em larga escala – cada família, muito provavelmente possuía pilões e monjolos para a moagem de grãos para consumo próprio – e não havia mercado para o trigo em grãos.

Apesar de não haver mercado para a venda dos grãos, este foi um dos primeiros tipos de cultivos introduzidos nas lavouras das colônias. De acordo com Jean Roche:

O trigo foi cultivado, em primeiro lugar, pelos colonos desejosos de afirmar a superioridade de sua condição, comendo pão branco. A produção tritícola, limitada à satisfação das necessidades domésticas, cedo declinou, pois, essa cultura oferecia muitas possibilidades, mas não lucros suficientes para atrair os agricultores, apesar de os sucessivos governos a estimularem.¹⁴²

No relatório de 1864 consta a informação de que naquele ano, uma grande seca assolou a região, o que veio a prejudicar grandemente as plantações de milho e feijão que não foram, portanto, citadas no gráfico. Há também a menção que a seca prejudicou as plantações de linho e algodão, produtos citados pela primeira vez no relatório, e que não são mais citados nos relatórios posteriores. Estima-se que essas culturas eram produzidas exclusivamente para consumo local, e que não fossem produzidas com regularidade, uma vez que o sistema de rotação de terras proposto pelo sistema de derrubada e queimada poderia não permitir uma maior frequência no plantio desses gêneros agrícolas.

Quanto ao ano de 1865, o Relatório não apresenta nenhuma informação a respeito da produção agrícola da colônia. Toda a produção era vendida na região, e as somas adquiridas nesse negócio também eram mencionadas no relatório, como apresentado no gráfico acima. No entanto, nem todos os produtos eram facilmente comercializados, como as batatas, por exemplo.

¹⁴¹ “Por falta de máquinas próprias para a trituração de grãos, pequeno tem sido o desenvolvimento da cultura do trigo, o qual pouca demanda tem quando é levado ao mercado em grão.” Relatório apresentado pelo presidente da província do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1.a sessão da 10.a legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Jornal--A Ordem, 1862, p.12.

¹⁴² ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ed. Globo, 1969, p.13.

Esse producto agrícola, hoje de tão grande consumo que escasseia as vezes, tinha então pouca sahida. Nos primeiro annos da colônia o empresário aceitava produtos em pagamento dos lotes coloniaes, e, também em troca de artigos que os colonos compravam no armazém. Esse modo de negociar impunha-se pela falta de casas de negocio. Acontecia, porem, muitas vezes que as batatas não se vendiam nem no Rio Grande nem em Pelotas, vendo-se o empresário na necessidade de exportar-as para Montevideo e Rio de Janeiro. Ora, como as comunicações por vapor eram raras, costumavam ir em navios de vela, e como estes levassem as vezes longas viagens, chegavam as batatas a seu destino em estado deteriorado.¹⁴³

Nas colônias havia também o plantio de árvores frutíferas e a criação de animais para consumo, como galinhas, vacas e porcos. Os relatórios posteriores, como por exemplo o do ano de 1866 faz menção de que a produção industrial passa a ser comercializada na colônia. Ou seja, esses produtos industriais eram na verdade, a carne dos animais criados na colônia – galinhas, vacas e porcos – bem como seus subprodutos como ovos, leite, manteiga, banha e toucinho. O relatório menciona que também se comercializava lenha. Como podemos ver no gráfico a respeito dos valores arrecadados com os produtos comercializados, no ano de 1866 o montante em dinheiro citado, diz respeito aos valores arrecadados tanto com a venda dos produtos agrícolas como os industriais, por esta razão, temos uma quantia tão elevada de dinheiro apresentada.

Segundo Martin Dreher, a autossuficiência das picadas, diz respeito às atividades econômicas de produção e consumo. Cada família por assim dizer era uma pequena colônia. As propriedades geralmente eram policultoras, onde eram produzidos vários tipos de grãos e hortaliças, e criados animais para abate, auxílio no trabalho da terra e para a produção de ovos, leite, e demais derivados.

A colônia (pequena propriedade) é concebida como um microcosmo autossuficiente na visão dos imigrantes e seus descendentes. Na realidade, trata-se de uma autossuficiência aparente, pois desde o início estes camponeses estão submetidos às leis do mercado e

¹⁴³ “**Colônia de São Lourenço.** Breve histórico de sua fundação, extrahido das notas do archivo de seu fundador Jacob Rheingantz. Publicado no Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul em sua 21ª edição do ano de 1909, p. 153-154. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829447&PagFis=6673&Pesq=agosto%20moreira%20paes>.

dependem de atividades externas à comunidade, sejam elas econômicas ou não.¹⁴⁴

Giancarla Salamoni¹⁴⁵ destaca que o estabelecimento da policultura, era também uma forma de evidenciar a tradição germânica que essas famílias faziam parte, pois deveria demonstrar que o caráter independente dos colonos estava sendo fortalecido e solidificado. “O que está em jogo aqui não é falta de capacidade empresarial, ou o desprezo pelo lucro, mas um *ethos* camponês específico. Um *ethos* que tem justamente como base justamente a colônia como um microcosmo que deve ser [...] autossuficiente”.¹⁴⁶ Aliado a isso, temos o trabalho familiar, que além de ser incentivado e, também o objetivo maior dos governos imperial e provincial, também reforçava o padrão de independência das colônias, tendo em vista que não havia a utilização de mão de obra externa às colônias.

Com a finalidade de se atingir a autonomia econômica, todos os membros da família, independente de idade ou sexo, acabavam sendo incluídos tanto na produção agrícola, como nas atividades domésticas. De acordo com Giralda Seyferth, a partir dos sete anos, até a velhice, todos na família trabalhavam. O preparo da terra, que envolviam atividades como a derrubada e queimada dos matos, era atribuição dos homens, por outro lado, o plantio e a colheita eram tarefas que incluíam a todos, exceto os muito idosos ou crianças de colo. As mulheres ficavam à cargo dos trabalhos domésticos, nas hortas e no cuidado dos animais criados na propriedade. Às crianças eram destinados os trabalhos de auxílio aos adultos, como tirar leite e capinar a horta.¹⁴⁷

Nas lides agrícolas e na produção complementar a elas, a família era a célula básica da produção. O bem-estar da Picada dependia do bem-estar das famílias. Por isso, desenvolveu-se nela o sistema de vizinhança, unidade formada por grupo de moradores da Picada que se auxiliavam mutuamente na colheita, nas festividades e no luto, mas também em época de doença, quando era assumido inclusive o plantio da terra do vizinho doente. A partir dessa organização é

¹⁴⁴ SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1990, p. 25.

¹⁴⁵ SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul – o caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, dezembro/2001, p.8.

¹⁴⁶ SEYFERTH, Giralda. op. cit. p. 26.

¹⁴⁷ Conforme, SEYFERTH, Giralda, op. Cit. p. 31.

possível entender o restante da organização da Picada: ela é comunitária, cooperativa.”¹⁴⁸

Ainda segundo Salamoni, essa organização familiar – também citada por Dreher – formada nos núcleos coloniais, deu origem a laços de amizades e de parentesco – como poderemos ver no próximo capítulo – e principalmente, gerou novas formas de convívio no interior das colônias. A autora salienta, que na maior parte das colônias, esses imigrantes procuraram reconstruir a noção de pátria, tendo em vista que possuíam um passado em comum, e uma trajetória de vida que culminou na partilha do mesmo espaço geográfico em terras brasileiras. Essa noção de pertencimento se fortalecia a partir das relações sociais estabelecidas entre os colonos. Assim, essa noção de pertencimento a uma mesma comunidade, não somente no presente, mas sobretudo no passado, contribuiu para que os imigrantes criassem diversos tipos de associações que tinham por objetivo inicial preservar a herança cultural que possuíam.

Os primeiros espaços de sociabilidade criados pelos imigrantes, onde era possível a prática da vida comunitária, eram as igrejas e escolas, geralmente os primeiros edifícios comunitários a serem construídos na colônia, mais tarde, os colonos passavam a organizar demais tipos de clubes, como grupos de danças, salões de baile, clubes de caça e tiro, corais entre outros.

Com o aumento da população, aumentavam-se as demandas por demais tipos de produtos, e logo cada picada passava a ter sua ferraria, moinhos, serrarias e demais “indústrias” locais para a produção de implementos agrícolas, meios de transporte, móveis, tábuas para as construções. Poucos eram os produtos adquiridos fora da picada ou até mesmo da colônia.¹⁴⁹

Geralmente, cada picada possuía um templo religioso, uma escola – que geralmente era erigida ao lado da igreja, e se configura como uma importante característica da presença dos imigrantes em uma localidade, a residência do professor ou pároco – padre ou pastor que na maioria das vezes, nesses momentos iniciais da colonização, poderia desempenhar os dois papéis – o cemitério, que também era separado de acordo com a denominação religiosa, um salão de festas

¹⁴⁸ DREHER, Martin. Op. Cit. p. 142.

¹⁴⁹ DREHER, Martin. Op. Cit. p.138.

comunitário, também chamado de Clube ou Sociedades, onde eram realizados bailes, e principalmente, uma casa comercial, ou venda. Nesses locais, os colonos vendiam seus excedentes, compravam produtos e bens que não fossem produzidos localmente e eram também um dos locais de sociabilidade dos colonos.

Segundo Martin Dreher, esse seria o esquema geral das picadas, comum a todas as colônias instaladas no meridional brasileiro. “Sua estrutura institucional, seguindo a forma de sua instalação, buscou autonomia, autossuficiência, autoadministração e autogerenciamento, pois o cotidiano girava em torno de quatro eixos fundamentais: religião, escola, agricultura e diversões ou arte.”¹⁵⁰

Na tabela apresentada no início desse capítulo, em que são exibidos os primeiros colonos a desembarcarem em São Lourenço e suas respectivas profissões, se nota a ausência tanto de párocos (padres e pastores) como de professores. Essa ausência é relatada pelo presidente Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, em relatório do ano de 1863 que afirma que “resente-se na Colonia da falta de um sacerdote, que administre os sacramentos e de um professor de primeiras letras”¹⁵¹. Somente no ano de 1866 é que se menciona no relatório provincial que a colônia conta com o trabalho de um pastor evangélico.

Guilherme Rheingantz, em seu famoso texto também relata a questão religiosa na colônia. Segundo o autor, por ser uma colônia particular, os governos imperial e provincial também não auxiliavam nos recursos para edificação de escolas e igrejas, e que as inúmeras solicitações feitas ao governo para sanar tais problemas, eram constantemente ignoradas. O texto cita que foram realizadas reuniões com os colonos para se chegar a uma solução a este problema, não havendo sido estabelecido um acordo. Todavia, o fato de no ano de 1866 haver a menção de um sacerdote protestante na colônia, deve ser um dos resultados das atitudes tomadas por Jacob Rheingantz.

A publicação produzida por Guilherme apresenta inúmeros documentos anexos que foram traduzidos e que tratam de algumas determinações que foram estabelecidas na colônia após as reuniões que eram organizadas pelo empresário

¹⁵⁰ Idem, p.138.

¹⁵¹ Relatório apresentado pelo presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 2.a sessão da 10.a legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1863.

Jacob Rheingantz e os colonos para resolver algumas questões referentes à administração da colônia. Dentre esses anexos, se encontra um documento que trata da edificação de igrejas nas colônias.

No documento, Rheingantz menciona que por não ter havido um consenso entre os colonos em relação a este assunto, ele mesmo se propôs a sanar os problemas encontrados, deixando claro que o cumprimento de algumas condições propostas por ele seriam necessárias. Primeiramente, o empresário esclarece que doará para cada uma das religiões – protestante e católica no caso – um lote medindo 6.000 braças quadradas, na entrada da Picada Boa Vista, canto da Picada dos Moinhos, e que os terrenos ficariam ao lado direito para uma e ao lado oposto para a outra.

Segundo o documento de doação, este seria apresentado a todos os cidadãos da colônia, incluindo as viúvas, para que fosse assinado por todos os interessados em adquirir uma cota do terreno e auxiliar na construção das respectivas igrejas que seriam definidas em reuniões futuras.¹⁵²

Como podemos ver, o empresário designou lotes de terras para a construção de igrejas para os dois grupos religiosos existentes na colônia, não priorizando nenhum deles. A partir desse relato, podemos concluir que nesses primeiros anos de estabelecimento da colônia, os imigrantes – sobretudo os católicos – se deslocavam até Pelotas para poder receber os sacramentos e participar de atividades religiosas.

Essa autonomia e autogerenciamento enfatizado por Martin Dreher fica demonstrada por exemplo em relação às igrejas e escolas. Cada capela possuía sua diretoria, formada pelos moradores da picada, que tinham a responsabilidade de realizar a manutenção da mesma, e de modo semelhante, na escola. Os serviços necessários eram realizados pelos próprios moradores, não sendo contratados serviços externos. Em algumas colônias, o empresário ou mantenedor do empreendimento contava com o auxílio dos colonos para gerir a colônia, como ocorreu na Colônia São Lourenço. Em reunião realizada, em 24 de agosto de 1862,

¹⁵² “**Colônia de São Lourenço.** Breve histórico de sua fundação, extrahido das notas do archivo de seu fundador Jacob Rheingantz. Publicado no Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul em sua 21ª edição do ano de 1909, p. 163-164. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829447&PagFis=6673&Pesq=agosto%20moreira%20paes>.

na residência de Rheingantz, colonos e empresário decidiram que era mister delegar a alguns colonos a responsabilidade de gerir cada uma das picadas existentes, passando a ter o cargo de inspetor. Os moradores elegeram seis inspetores que ficaram responsáveis pelas picadas e arroios designados pelo período de dois anos, sendo realizadas novas eleições ao final de cada biênio.

Após a eleição, os inspetores, juntamente com os cidadãos presentes estabeleceram quais seriam dos deveres a serem desempenhados pelos ocupantes dos cargos. Em um documento também traduzido e anexado ao texto de Guilherme Rheingantz, apresenta em seu artigo 1 que cada inspetor deveria ficar responsável em seu distrito pela manutenção da estrada que servia como via de acesso de sua picada à via principal. Essa estrada deveria ter 4 braças de largura, sendo que 8 braças de mata deveriam ficar livres.

Ao inspetor cabia também a responsabilidade de informar ao Diretor da Colônia acerca dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no interior de sua picada, para que posteriormente, o diretor pudesse enviar esses dados ao Presidente de Província. Os inspetores deveriam com isso, incentivar os habitantes a enviar seus filhos para frequentar com regularidade a escola, como também, divulgar e fazer cumprir todos os editais enviados pelo diretor da colônia.

Aos inspetores cabia, portanto, a manutenção tanto dos bens e serviços comuns, como da ordem do Distrito ou Picada. Os inspetores seriam a primeira instância a ser procurada para a resolução de quaisquer problemas – que de acordo com o documento, deveriam ser resolvidos com harmonia, para que logo a amizade entre os colonos fosse restabelecida – sendo o Diretor da Colônia, a última instância a ser acionada em caso de dificuldades maiores que não fossem sanadas na conciliação junto ao inspetor.

Neste mesmo documento, foram estabelecidos quais os deveres que os colonos, deveriam ter para com a colônia. Primeiramente, o documento trata da conservação das estradas. Como o inspetor era responsável pela sua manutenção, aos colonos cabia o pagamento para a execução das obras necessárias. Sendo assim, ficaria estabelecido que seria formada uma “caixinha comum” onde cada morador deveria colaborar com uma cota fixa que poderia ser modificada conforme as necessidades. O valor inicial determinado foi de 2\$000 réis anuais, e que poderiam ser pagos em duas parcelas semestrais, o que garantiria o bom estado de conservação de todas as estradas da colônia.

Caso houvesse algum conflito entre os moradores, estes deveriam se dirigir à casa do inspetor para que fosse realizada a conciliação. Os habitantes deveriam comunicar o mais rápido possível ao inspetor os nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos em suas famílias. Cada habitante deveria obedecer às determinações e editais entregues pelo inspetor, sendo que os documentos, seriam entregues pelo inspetor ao seu vizinho imediato e posteriormente passado adiante de casa em casa. Caso houvesse no distrito, a fundação de uma escola ou igreja, as regras de funcionamento de ambas deveriam ser estabelecidas pelos próprios habitantes, que deveriam segui-las fielmente.¹⁵³

Como podemos observar, os colonos eram responsáveis pela arrecadação de dinheiro que era destinado às obras com as estradas. Além disso, o que mais chama atenção nesse documento é a importância que se dá em relação à educação, ficando a cargo dos inspetores a incumbência de incentivar que as famílias encaminhassem seus filhos às escolas.

Após a doação do terreno pelo diretor da colônia, os colonos foram se organizando e as primeiras igrejas e comunidades religiosas foram sendo construídas. Os colonos, eram majoritariamente luteranos. Todos os relatórios de presidente de província, ao mencionar a quantidade de habitantes na colônia, sempre distinguia católicos de protestantes – nesse caso, luteranos – sendo a quantidade de protestantes muito maior que a de católicos¹⁵⁴. Aproximadamente dois terços dos colonos residentes em São Lourenço, eram de religião luterana, e assim que tiveram oportunidade, procuraram manter a união comunitária.

Quando foi iniciado o povoamento da picada Bom Jesus *Fortsetzung* (ou Bom Jesus II, ou *Alte Pommernstrasse* – Velha Estrada Pomerana – ou 'Bom Jesus Continuação', ou *Querstrasse* – estrada transversal ou, simplesmente, 'travessão'), por imigrantes oriundos da Pomerânia, nos idos de 1863 até 1868, logo também se tratou da organização de uma congregação. Jacob Rheingantz, diretor e corretor de terras dessa zona, doou à congregação meia colônia de terra para a construção de uma igreja, tendo a congregação sido

¹⁵³ “**Colônia de São Lourenço.** Breve histórico de sua fundação, extrahido das notas do archivo de seu fundador Jacob Rheingantz. Publicado no Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul em sua 21ª edição do ano de 1909, p. 161-162. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829447&PagFis=6673&Pesq=agosto%20moreira%20paes>.

¹⁵⁴ Vale ressaltar que dos primeiros colonos a chegar na Colônia – mencionados na tabela referente aos imigrantes e suas profissões – a maioria professava a religião católica.

organizada a 10 de agosto de 1868, contando com a assinatura de trinta e oito fundadores. Como não havia pastores e professores, nem existiam eles nesse lugar, a congregação teve que apelar para os leigos. Uma outra antiga igreja luterana independente é a 'Harmonia II' que consta ter sido fundada em 1868. Inicialmente existente em outro lugar próximo ao atual, junto ao velho cemitério [...].¹⁵⁵

Com o estabelecimento das igrejas na colônia, foi possível aos imigrantes ter acesso ao serviço religioso, até aquele momento algo raro, uma vez que não haviam párocos na colônia, como mencionado nos relatórios de presidente de província. Sendo assim, os sacramentos passariam a ser administrados, e por conseguinte, os eventos mais importantes da vida de um cristão – batismo, casamento e óbito – passariam a ser registrados, o que nos permite, conhecer um pouco mais dos aspectos demográficos dessa população. É a partir desses dados que iremos trabalhar no próximo capítulo.

¹⁵⁵ HAMMES, Edilberto Luiz. São Lourenço do Sul: Radiografia de um município – das origens ao ano 2000. V. 1, 2, 3 e 4. São Leopoldo: Ed. Studio Zeus, 2010, p. 169-170.

CAPÍTULO 3

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DE UMA COMUNIDADE LUTERANA EM CONSTRUÇÃO – AS PICADAS¹⁵⁶ BOM JESUS E POMERANA E SUA POPULAÇÃO

“Esta colônia situada à margem do arroio São Lourenço, do município de Pelotas, está sob a direção de um de seus empresários Jacob Rheingantz.

Contém uma população de duzentos e seis pessoas, das quaes cento e cinco pertencem ao sexo masculino, e cento e uma ao feminino, e ocupão dezessete prazos coloniais com duzentas e vinte e quatro mil braças quadrada de cultura. **Destes colonos trinta e oito são brasileiros, e os demais allemães; setenta e um catholicos, e cento e trinta e cinco do culto evangélico.**”¹⁵⁷

O excerto acima destacado foi extraído do Relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Sul, Joaquim Antão Fernandes Leão, referente ao ano de 1859, nele podemos vislumbrar como o empreendimento de Jacob Rheingantz estava sendo encaminhado dois anos após sua implementação. O texto que trata sobre a Colônia São Lourenço possui poucas linhas, todavia, nos apresenta informações cruciais acerca da colônia: a quantidade de pessoas que ali estavam se instalando.

A primeira informação que temos a respeito da quantidade de imigrantes de origem germânica recém-chegados à colônia, se dá no ano de 1858. Neste ano, a população era formada por 88 pessoas, de ambos os sexos, e gradativamente aumenta, conforme os relatórios enviados pelos presidentes de província. Em 1859, um ano após a chegada da primeira leva, conforme relato acima, a população 68,9 havia quase triplicado, o que pode ser compreendido como algo muito positivo para

*¹⁵⁶ Como já discutido no capítulo anterior, a denominação “Picada” diz respeito a uma forma de demarcação dos lotes de terras destinados aos colonos. Essa demarcação levava em consideração a metragem do lote, bem como as fronteiras naturais existentes na localidade, como os rios, por exemplo. Além disso, a Picada se tornava o meio de identificação das pessoas que ali residiam.

¹⁵⁷ Relatório apresentado a Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2.ª sessão da 8.ª legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1859, p.49.

a colônia, e levado seu empreendedor a ficar otimista com o sucesso de sua empresa colonizatória.

Todavia, esse otimismo não se confirmou no ano seguinte, tendo em vista que o relatório demonstra que não houve um aumento significativo da população naquele ano, que passou de 206 almas, para apenas 213. As razões desse insucesso infelizmente não são narradas pelo presidente, como também não é mencionado se esse aumento de 7 pessoas se deu por imigração, ou nascimentos no interior da colônia. Ainda assim, o relatório apresentado no ano de 1860 traz outras informações relevantes a respeito da colônia.

Pela primeira vez, o relatório faz menção à quantidade de famílias e pessoas solteiras residentes no local, até então, citava apenas a quantidade de homens e mulheres. Essa é a primeira vez também em que nos são apresentados os dados a respeito da faixa etária dos moradores. Havia, portanto, 64 famílias residindo na colônia, em dois tipos diferentes de moradias existentes no local, sendo 36 ranchos cobertos de palha e 5 casas cobertas de telha, além da casa de recepção dos imigrantes. Provavelmente, os ranchos de palha seriam as primeiras construções realizadas pelos colonos após a chegada, eram mais rústicos e simples, sendo posteriormente substituídos pelas casas cobertas de telhas, assim, que tivessem um pouco mais de condições de construir algo mais elaborado e duradouro. É importante destacar também que neste ano, Jacob Rheingantz recebe do governo provincial, o valor de 5:900\$000 réis pelos colonos introduzidos na província.¹⁵⁸

Nos relatórios que se seguem a partir do ano de 1860, como mencionado, os números da população das colônias de acordo com o sexo e estado civil de seus habitantes são apresentados regularmente, bem como, a população total ali residente, o que nos permitiu analisar esses dados e sistematizá-los nas tabelas a seguir, para que possamos melhor observar o aumento populacional da colônia e um pouco de sua organização social em quase uma década de estabelecimento no núcleo colonial São Lourenço.

¹⁵⁸ Relatório apresentado á Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1.a sessão da 9.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1860.

Tabela 03 – População da Colônia São Lourenço (1858-1867)

Ano	População
1858	88
1859	206
1860	213
1861	431
1862	716
1863	746
1864	1.003
1865	-
1866	1.482
1867	1.637

Fonte: Relatórios de Presidente de Província do Rio Grande do Sul. Elaboração própria.

Tabela 04 – Estado civil dos habitantes

Ano	Solteiros		Razão de sexo	Casados		Razão de sexo	Viúvos		Razão de sexo
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
1860	98	46	213	32	33	96,9	1	3	33,3
1861	164	121	135,5	70	70	100	2	4	50
1862	253	215	117,6	121	121	100	2	4	50
1863	265	223	118,8	126	126	100	3	3	100
1864	384	306	125,4	154	154	100	3	2	150
1865	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1866	513	368	139,4	298	298	100	3	2	150
1867	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.677	1.279	131,1	801	802	99,8	14	18	77,7

Fonte: Relatórios de Presidente de Província do Rio Grande do Sul. Elaboração própria.

A Tabela 03 diz respeito à população total presente no núcleo colonial no período correspondente aos primeiros dez anos de funcionamento do mesmo. Como podemos ver, a população da colônia cresceu de forma significativa nos anos que se seguiram à sua inauguração, o que pode ser um indicativo de que o empreendimento de Rheingantz estava tendo êxito, e o número de imigrantes que desembarcavam no Rio Grande do Sul com destino à Colônia São Lourenço era cada vez maior. Também, podemos considerar que essa população tenha sofrido esse aumento devido a reprodução, a partir da formação de novos núcleos familiares no interior da colônia após a chegada dos imigrantes e seu estabelecimento.

A Tabela 04 apresenta a quantidade de indivíduos categorizada a partir do estado civil dos habitantes. Podemos verificar também nesta tabela o cálculo referente à razão de sexo encontrada na Colônia. Como podemos ver, ao longo dos anos havia uma predominância de homens na localidade, sobretudo, entre as pessoas solteiras. É possível aventar a possibilidade de que esses homens estivessem migrando sozinhos, em busca de uma vida melhor, como é o caso de A. Grovermann, Albert Zibell, Fr. Nachtigall, J. Lange, Heinrich Tellmann, Peter Dietrich, Johann Dietrich, P. Hoffmann, G. Bernhardt e W. Schroeder que foram listados na Tabela 02 apresentada no capítulo anterior. Esses 10 homens fazem parte da relação dos primeiros 88 imigrantes que se instalaram na colônia. Pelo fato de estarem listados sozinhos – nos casos em que se tratam de famílias o nome do homem aparece na lista seguido do de sua esposa e quantidade de filhos – podemos pensar que outros casos semelhantes tenham acontecido, o que explicaria essa razão de sexo apresentada. Uma outra hipótese que podemos levantar diz respeito ao número de crianças na colônia. Em apenas um dos relatórios pesquisados é mencionada a faixa etária dos imigrantes que haviam se dirigido à localidade, sendo assim, podemos pensar que neste universo de pessoas solteiras foram inseridas crianças e os adolescentes. O Relatório de 1860 menciona apenas duas faixas etárias, maiores e menores de 12 anos, destacando que naquele ano haviam na Colônia “96 do sexo masculino maiores de 12 annos, e 37 menores de 12, 55 do sexo feminino maiores de 12 annos e 25 menores d’aquella idade.”¹⁵⁹

Ainda nos referindo ao que consta na Tabela 02, do universo dos 88 imigrantes que chegaram em São Lourenço, 45 eram crianças, sendo que não é mencionado o sexo e tampouco a idade das mesmas. Tarcísio Rodrigues Botelho, Mariângela Porto Braga e Cristiana Viegas de Andrade ao pesquisarem a imigração europeia para as Minas Gerais no final do século XIX, contradizem a noção corrente acerca da imigração como se tratando de um fenômeno envolvendo, em sua maioria, jovens do sexo masculino. Segundo os autores, a presença significativa de crianças menores de 10 anos na localidade pesquisada apontaria para uma...

[...] migração de núcleos familiares jovens, em que os pais estariam nas faixas etárias superiores a 25 anos e os filhos estariam com

¹⁵⁹ Relatório apresentado a Assembleia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul, na 1ª Sessão da 9ª legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, em 05 de novembro de 1860, p. 34.

menos de 10 anos. Esses valores são consistentes com duas características da população europeia da época: por um lado, havia uma alta idade média ao casar, geralmente superior a 25 anos, para homens e mulheres; por outro lado, em um movimento migratório envolvendo, sobretudo, famílias, seriam aquelas recém-constituídas e com dificuldade de acesso à terra e trabalho que se dispunham a realizar a travessia atlântica em busca de oportunidades para seu núcleo familiar.¹⁶⁰

Dessa maneira, levando em consideração o excerto acima destacado, e dos dados relativos à primeira lista de imigrantes, podemos levantar a hipótese de que na Colônia de São Lourenço ocorreu fenômeno semelhante, e que essa razão de sexo apresentada, pode sim, ser composta, por crianças e adolescentes do sexo masculino, explicando portanto, a grande predominância de homens.

Além dos dados mencionados, os relatórios pesquisados sempre apresentam a quantidade de casamentos – tanto católicos como protestantes¹⁶¹, conforme demonstrado na Tabela 05, abaixo – realizados no ano, bem como o número de nascimentos. Salvo os anos de 1865 e 1867, como evidenciado nas tabelas, em que não houve menção à população da colônia, nos demais anos, os relatórios sempre nos trazem alguma informação pertinente.

Tabela 05 – Casamentos realizados na Colônia – por religião

Ano	Casamentos	
	Católicos	Protestantes
1861	4	5
1862	3	5
1863	2	4
1864	3	5
1865	-	-
1866	5	11

Fonte: Relatórios de Presidente de Província do Rio Grande do Sul. Elaboração própria.

¹⁶⁰ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. In: **Revista Brasileira de História**, vol.27, nº 54, 2007, p.167-167.

¹⁶¹ Mais adiante, no próximo capítulo, nos deteremos a apresentar somente os casamentos protestantes luteranos, realizados nas Picadas Bom Jesus e Pomerana.

No que diz respeito ao número de casamentos realizados, vemos que entre os luteranos o dobro de matrimônios foi realizado no período, o que pode ser um reflexo da quantidade de protestantes ser praticamente o dobro que a de católicos na colônia. Como vimos anteriormente, a população da Colônia aumentou ao longo dos anos. No entanto, mesmo apresentando um aumento significativo do número de habitantes na colônia, é necessário enfatizar que ainda assim, o administrador não conseguiu alcançar a quantidade de colonos estipulados no contrato firmado com o governo provincial. Em cinco anos, a colônia deveria contar com 1440 habitantes, cifra esta, que de acordo com os números contidos nos relatórios só foi atingida quase 10 anos após sua fundação.

A história oficial local, justifica essa dificuldade em cumprir o contrato em tempo hábil, ao fato de a colônia ser um empreendimento particular e não contar com nenhum tipo de subsídio do governo imperial ou provincial. “[...] Esse grande e florescente núcleo colonial nada custou ao governo geral, nem ao estado do Rio Grande, nem tão pouco aos respectivos municípios.”¹⁶² Este trecho destacado, foi extraído de um texto publicado em 1909 por Guilherme Rheingantz, filho do fundador da colônia, onde enaltece as virtudes e obras de seu pai – mencionadas anteriormente, - no entanto, algumas informações a respeito do cotidiano da colônia também são demonstrados, como as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos de funcionamento da colônia, bem como alguns dados a respeito da organização social da colônia logo após seu estabelecimento.

A dissertação de mestrado de Patrícia Bosenbecker, intitulada: “Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/ RS (1857/1877), foi extremamente útil para fins de comparação de alguns dados em nosso trabalho. Em seu texto a autora se dedicou a estudar e compreender o processo imigratório e a formação das colônias em São Lourenço, todavia, seu maior enfoque se deu principalmente a respeito da revolta ou motim organizado pelos colonos contra o diretor da Colônia no ano de 1868, fato esse comentado até mesmo nos relatórios de presidente de província, uma vez que foi necessária a intervenção provincial, com o estabelecimento de uma guarnição para a colônia

Para a realização de sua pesquisa, a autora teve acesso a uma vasta documentação, incluindo processos criminais, inventários e registros paroquiais

¹⁶² Conforme: “**Colônia de São Lourenço.**” Op cit. p. 165-166.

tanto católicos como protestantes da referida colônia. E realizou, ainda que preliminarmente, uma análise de algumas das famílias que se instalaram na localidade. Diante disso, ela construiu uma tabela a respeito dos batismos católicos realizados na colônia entre os anos de 1858 a 1863. Nesta tabela ela apresenta a data do batismo, o nome da criança, nome dos pais da criança, nome dos padrinhos e a página do livro que se encontra o registro. A autora menciona as dificuldades de descobrir a localidade de origem desses imigrantes, problema também encontrado nos registros luteranos, uma vez que os referidos registros paroquiais não mencionam essa informação. Nos registros de casamento, aparece a proveniência dos pais dos noivos, mas nem sempre podemos aferir com certeza se os nubentes nasceram naquela localidade, uma vez que na maioria dos registros analisados, nem mesmo a data de nascimento dos noivos nos é apresentada.

Para o universo dos católicos de São Lourenço, de acordo com as informações apresentadas por Bosenbecker no período delimitado em sua pesquisa, ocorreram 44 batismos na localidade, conforme a Tabela 06 na próxima página. É importante destacar que a autora menciona um fenômeno bastante recorrente entre os imigrantes protestantes recém-chegados no Brasil: alguns protestantes acabaram batizando seus filhos na igreja católica. Sergio Odilon Nadalin¹⁶³ afirma que a ausência de assistência religiosa de matriz protestante, ou seja, por ainda não possuírem um templo luterano na localidade, ou simplesmente, um pastor que pudesse realizar o atendimento religioso – e para não deixar de administrar o sacramento do batismo na criança¹⁶⁴ –, os protestantes acabavam por batizar o bebê na igreja católica, todavia, isso não representava uma conversão da família ao catolicismo – significava apenas ao cumprimento de uma determinação religiosa e social –, uma vez que, posteriormente, assim que as condições da Colônia

¹⁶³ NADALIN, Sergio Odilon. Construindo alteridades: a trajetória de vida de um jovem imigrante no Brasil (Curitiba, segunda metade do século XIX). In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 51, p. 181-208, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

¹⁶⁴ De acordo com a doutrina católica, a criança deveria receber o batismo o quanto antes. Até o final do século XIX havia uma determinação que a administração do sacramento do batismo deveria ser realizada tão logo a criança nascesse. Entre os protestantes, mais propriamente dito, entre os luteranos podemos destacar que não havia essa determinação de que o batismo fosse administrado imediatamente após o nascimento do bebê. Sugeria-se que as crianças nascidas durante a semana, fossem batizadas em conjunto no domingo seguinte durante a celebração do culto, antes da realização do sermão. Conforme LEBRUN, François. **A vida conjugal do Antigo Regime**. Lisboa: Edições Rolim, s/d, p. 115.

estivessem melhores, e pudessem dispor de um templo de sua denominação religiosa, mantinham sua crença de origem.

Corroborando com as afirmações de Nadalin, Bosenbecker descarta a possibilidade de possíveis mudanças de religião ou conversão religiosa ou algum tipo de rompimento com a crença de origem desses imigrantes, sobretudo, pelo fato de que, quando essas famílias protestantes aparecem nos registros católicos, elas registram apenas uma criança, e em anos posteriores, essas mesmas famílias passam a figurar nos registros protestantes realizando normalmente suas celebrações. Como é o caso de João e Catarina Peil, mencionados pela autora, que batizaram sua primeira filha, Maria Madalena em 13 de novembro de 1859, na Igreja Católica, e que por volta de 1872-3 foi confirmada na Igreja Luterana.

Tabela 06 – Batismos realizados na Colônia – por religião

Batismos Católicos		Batismos Luteranos	
Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
1858	04	1868	06
1859	11	1869	20
1860	05	1870	12
1861	02	1871	13
1862	13	1872	13
1863	09	1873	20
Total:	44	Total:	84

Fonte: BOSENBECKER, Patrícia. **Uma colônia cercada de estâncias:** imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, e Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. Elaboração própria.

A tabela 06 na qual apresentamos os batismos de católicos e luteranos na Colônia de São Lourenço, foi elaborada com os dados do universo de católicos extraídos de Bosenbecker, e os dados protestantes, extraídos do Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. Mesmo se tratando de uma comparação cujo intervalo seja de 10 anos, é possível pensarmos em algumas questões. Primeiramente, temos de levar em conta, que segundo as informações a respeito da Colônia, o número de imigrantes que se denominavam como cristãos católicos era inferior ao número de cristãos protestantes, luteranos no caso. Sendo assim, essa quantidade de batismos católicos nos primeiros anos de funcionamento da Colônia possa ser explicada.

Como vimos no capítulo anterior, de acordo com os relatórios de presidente de província, até o ano de 1866 a colônia não contava com a presença de um pastor luterano para administrar os sacramentos e atender a comunidade, sendo assim, restava aos colonos protestantes, se dirigirem à igreja católica mais próxima. De acordo com Bosenbecker, o pároco da igreja do Boqueirão, pertencente ao Bispado de Pelotas, realizou alguns batismos na colônia nos primeiros anos de sua existência.

É necessário destacar que a falta de sacerdotes protestantes nas Colônias recém iniciadas, pode ser justificada a partir de algumas proibições impostas pela legislação Imperial. O texto da Constituição de 1824 em seu artigo 5º determinava que: “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma algum exterior do Templo.”¹⁶⁵ Ou seja, o culto era tolerado, no entanto, os locais destinados a esse fim, não poderiam ser construídos de maneira que se assemelhasse às igrejas ou capelas católicas, o que se configurava como uma dificuldade de organização para os imigrantes em relação à construção de templos e manutenção de seus ritos religiosos. Entretanto, não podemos deixar de salientar, que vários grupos se organizaram em comunidades e formaram as chamadas *Freigemeinden*, ou Igrejas Livres – como é o caso da Colônia de São Lourenço, por exemplo.

Na maioria dos casos, para poder atender ao maior número de protestantes residentes na localidade, várias vertentes teológicas e confessionais eram agrupadas numa mesma comunidade – tendo a alcunha apenas de igrejas protestantes e posteriormente, evangélicas – já que não havia uma divisão eclesiástica de outros ramos do protestantismo. A maioria dessas comunidades livres não possuía pastores ordenados; desta forma, pessoas da comunidade com um pouco mais de instrução desempenhavam a função de sacerdotes, seguindo assim, o conselho de Martinho Lutero escrito em 1524. De acordo com Lutero, caso houvesse a necessidade, a comunidade poderia “[...] convocar a instituir (ela mesma) aqueles (em seu meio) que são adequados para isso os quais Deus iluminou com

¹⁶⁵ Conforme: Constituição Política Do Imperio Do Brazil (De 25 De Março De 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm.

entendimento e ainda dotou de talentos”¹⁶⁶ para a pregação da palavra de Deus. Segundo Joachim Fischer,

[...] Havia entre eles condes e barões, mas também homens que mal sabiam ler e escrever. Em sua profissão original haviam sido oficiais e suboficiais, marinheiros, funcionários florestais, de correio, alfaiates, serralheiros, tecelões; havia também um ginasiano e um bom número de professores, que via de regra exerciam o pastorado ao lado de sua profissão letiva.¹⁶⁷

Estes leigos que desempenhavam todas as funções de um pastor ordenado, realizavam os ofícios religiosos e ministravam os sacramentos eram também chamados de pastores-colonos. Com o passar do tempo, e da chegada de alguns pastores devidamente instruídos e ordenados, os pastores-colonos passaram a receber pejorativamente a alcunha de pseudo-pastores. Apesar de ter ocorrido também em outras Províncias, o fenômeno dos pastores-colonos foi muito recorrente na Província do Rio Grande do Sul.

De acordo com Wilhelm Wachholz¹⁶⁸, esse fenômeno dos pastores não ordenados pode ser considerado como uma consequência da realidade encontrada pelos imigrantes teuto-evangélicos ao chegarem ao Brasil, e sobretudo, no Rio Grande do Sul. Enquanto os imigrantes católicos encontravam inúmeras capelas e igrejas extremamente organizadas em todas as localidades assim que chegavam na Província, os protestantes eram apenas tolerados pelo Império, e caso não tivessem o desejo de converterem o catolicismo, tinham de realizar improvisações das mais diversas para poderem manter seus ritos religiosos. Wachholz afirma que diante dessa necessidade, criou-se no interior das colônias de imigrantes o hábito de nomear um dos “colonos” que fosse letrado e também mais influente, como leitor do culto dominical; além disso, era também o responsável por proferir palavras de consolo durante os sepultamentos, ministrava o sacramento do batismo, realizava

¹⁶⁶ LUTERO, Martinho. Pelo Evangelho de Cristo. In: **Obras Seleccionadas de momentos decisivos da Reforma**. Porto Alegre: Concórdia; São Leopoldo: Sinodal, 1984, p. 197.

¹⁶⁷ FISCHER, Joachim. A luta contra os pastores colonos no Rio Grande do Sul no século XIX. In: Idem. **Ensaio Luterano**. Dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 1986, p.39.

¹⁶⁸ WACHHOLZ, Wilhelm. **Atravessem e ajudem-nos**: a atuação da “Sociedade Evangélica de Barmen” e de seus obreiros e obreiras enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899). São Leopoldo: Sinodal, 2003, p. 498.

as confirmações – celebração semelhante a Primeira Eucaristia entre os católicos – e celebrava as bênçãos matrimônias. Dessa maneira, assumindo todas as responsabilidades de um pastor, porém, sem a devida formação.

Segundo Patrícia Bosenbecker, até o ano de 1870 só havia um pastor luterano em São Lourenço, o pastor Henrique Schmidt, que tinha por ocupação, a alfaiataria, mas que celebrava os cultos de forma improvisada e também administrava os sacramentos. Este imigrante recebeu uma licença da Presidência da Província para atuar na função de pastor. Marcos Antonio Witt, menciona que em 26 de maio de 1863 a Colônia de São Lourenço pede autorização para que este cidadão possa exercer na comunidade a função de “padre protestante”. Ainda no que tange Bosenbecker, Johan Heinrich Schmitt, nome completo – e grafado na língua alemã – do pastor, teria nascido em 15 de setembro de 1797, era na época, um dos colonos mais experientes e mais velhos que residia na Colônia de São Lourenço, tendo, por volta de 1863, ano em que foi nomeado pastor, 66 anos de idade. De acordo com Witt “[...] o registro do pastor junto ao governo também visava garantir o reconhecimento das bênçãos matrimoniais, visto que a religião protestante era somente tolerada e não tinha o caráter oficial da católica.”¹⁶⁹

Todavia, segundo Tamara Oswald, a organização da comunidade religiosa, ainda que sob a liderança de pastores e professores sem formação, foi motivo de preocupação para Jacob Rheingantz, que temendo possíveis problemas futuros com os moradores da colônia, escreveu no ano de 1867, ao pastor Hermann Borchard, da Igreja Alemã de São Leopoldo, solicitando a nomeação de um sacerdote evangélico com formação para atender a Colônia de São Lourenço do Sul, conforme relato do próprio pastor:

O Senhor Rheingantz, diretor da Colônia de São Lourenço dirigiu-se a mim na seguinte carta datada de 18 de agosto, escrevendo: ‘Eu não posso deixar de fazer uma participação e uma reivindicação sobre Igreja e a Escola em nossa Colônia, pois temos remediado os persistentes prejuízos devidos especialmente à falta de uma verdadeira vida cristã. Antes de mais nada, seria necessária a colocação de um capacitado Teólogo para a Colônia enquanto poderia providenciar sozinho a construção da igreja. [...] O Pastor

¹⁶⁹ WITT, Marcos Antonio. **Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã**, Rio Grande do Sul, século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 54.

local, Schmidt, nos causaria menos embaraço, com o aparecimento de um verdadeiro Teólogo.¹⁷⁰

A solicitação de Rheingantz só foi atendida três anos mais tarde, quando em 1870 o Pastor Borchard enviou para a Colônia um teólogo chamado Carl Max Gruel. Este teólogo por sua vez, logo deixou os trabalhos da localidade e transferiu-se para o Rio de Janeiro já no ano seguinte. Para substituí-lo, outro reverendo foi enviado, este se chamava Ferdinand Schick, que permaneceu realizando os atendimentos da colônia até o ano de 1875, quando em decorrência de problemas de saúde, retornou para a Alemanha. Com sua saída da comunidade, e muito provavelmente, pela dificuldade de se encontrar outros pastores com formação, não houve a substituição por outro teólogo, e então novamente os pastores colonos voltaram a exercer sua função na localidade.

Com a permissão do trabalho de pastores e com a construção de um templo religioso protestante na Colônia, foi possível então organizar a comunidade religiosa e principalmente, sistematizar e registrar os eventos realizados na mesma, tais como batismos, casamentos e óbitos. Dessa maneira, passaremos agora a tratar dos dados existentes nesses registros.

3.1 – O primeiro rito de passagem em terras brasileiras: o batismo no interior das Picadas

Especificamente neste subitem do terceiro capítulo, nosso objetivo é apresentar algumas características concernentes aos Batismos realizados na Comunidade Luterana da Picada Bom Jesus e Picada Pomerana entre os anos de 1868 a 1900. Nesse período a igreja era identificada como uma Igreja Livre, como destacado anteriormente, porém já possuía um atendimento pastoral mais organizado, contando com a produção de um livro de registros paroquiais, cujos os dados foram extraídos e sistematizados e, por fim, permitiram a produção dos gráficos e tabelas inseridos daqui em diante.

Todavia, antes mesmo de nos dedicarmos aos números da comunidade religiosa em si, se faz mister apresentarmos, ainda que brevemente, as

¹⁷⁰ OSWALD, Tamara. Op. Cit., p. 55; Apud HAMMES, op. cit, p. 174, vol: 2.

aproximações e singularidades existentes entre as duas principais doutrinas cristãs – catolicismo e luteranismo – a respeito do Sacramento do Batismo, para que possamos identificar a importância desse ato na vida de um cristão e de que maneira a administração deste primeiro rito de passagem pode evidenciar características culturais de um grupo específico.

Até o momento, nos dedicamos a apresentar algumas questões mais gerais a respeito da população das Picadas Bom Jesus e Pomerana localizadas na Colônia de Lourenço. A partir de agora, vamos dedicar a nossa atenção aos dados que compõem a vida particular dessas famílias de imigrantes que ali viviam. Ao chegarem em terras brasileiras, esses imigrantes tiveram que reorganizar suas vidas, e as famílias que já vieram formadas ou as que estariam por se formar, estavam sujeitas aos preceitos religiosos aos quais se identificavam. Os casais que aqui chegaram ou se formaram posteriormente, muito provavelmente produziram filhos, que após seu nascimento tiveram de passar pelo primeiro e rito de passagem da vida, – do ponto de vista religioso é o fundamento de toda a vida cristã – de um indivíduo, o Batismo¹⁷¹.

De acordo com o que concerne a doutrinação cristã, este tipo de celebração sacramental, possui como principal objetivo, o de que se possa abrir portas às crianças e inseri-las na vida religiosa, expurgando o Pecado Original¹⁷² herdado por todos os homens a partir de Adão e Eva e, para que desta maneira, seja oferecida ao nascido a graça de Deus, através da fé que opera o transformando em filho de Deus. O Batismo é o meio da graça, pelo qual os homens deixam de ser impuros e, “por ordem de Cristo [...] entram em comunhão com o Pai, o Filho e o Espírito Santo.”¹⁷³ Além da função espiritual de purificá-la do pecado¹⁷⁴ é através do Batismo

¹⁷¹ “[...] O batismo reproduzia e consumava simbolicamente o processo do nascimento. Nele, o nascimento enquanto fato da natureza, era sobreposto por outro da cultura. Sem que se renascesse em espírito, não era possível ingressar no reino dos céus, tampouco ser acolhido no mundo terreno. Para a crença do catolicismo, portanto, aqueles que ainda não receberam o sacramento, gozavam de uma existência profana. Apenas através deste ritual que se fazia a passagem de um mundo ao outro.” In: NACIF, Paulo Cesar Miranda. **Padrinhos, afilhados e compadres**: apontamentos sobre o parentesco espiritual contraído pelo ritual católico do batismo no âmbito do Antigo Regime. Anais do XXVII Encontro Nacional de História – ANPUH. Natal, julho de 2013, p. 4.

¹⁷² “[...] depois da queda de Adão todos os homens, propagados segundo a natureza nascem com pecado, isto é, sem temor de Deus, sem confiança em Deus, e com concupiscência, e que essa enfermidade ou vício original verdadeiramente é pecado, que condena e traz morte eterna ainda agora aos que não renascem pelo Batismo e pelo Espírito Santo.” **Confissão de Augsburgo**, Art, II, p. 6.

¹⁷³ KOEHLER, Edward W. A. **Sumário da Doutrina Cristã**. Porto Alegre: Concórdia, 2002, p. 152.

¹⁷⁴ “As crianças – depois da queda do homem em pecado – nascem pecadoras. Elas necessitam, portanto, do renascimento: ‘O que é nascido da carne é carne’ (Jo. 3.6). Carne significa [...] a natureza

que se pode apresentar esta nova vida para a comunidade, bem como iniciar esta criança, nos princípios descritos na fé cristã.

No que é composto nas igrejas cristãs, há algumas diferenças na forma com a qual a celebração do batismo é administrada, principalmente no que tangem as duas maiores religiões cristãs: Católica e Evangélica. Mesmo com religiões enraizadas nas duas maiores comunidades cristãs, pode-se afirmar que há um consenso no que diz respeito à celebração do batismo entre estas.

A Igreja Católica, como forma de doutrinar sobre o que vem a ser o Sacramento do Batismo redigiu pós Concílio de Trento (1545-1563) quatorze cânones os quais tinham como objetivo estabelecer as normativas que compunham o ritual, como forma de provar a legitimidade da celebração perante Deus.

Como mencionado anteriormente, no que se refere ao Batismo, há uma proximidade nos elementos que o compõe, dentro das religiões Católicas e Luterana, no entanto, o que trata exclusivamente do pecado original, destaca-se que dentro do que consta na doutrina luterana, há uma diferença no que descreve-se sobre a absolvição do mesmo, o qual é recebido pela criança no momento em que esta é batizada.

O catolicismo limita a eficácia salvadora do Batismo, ensinando que ele só perdoa o pecado original e os pecados cometidos antes do Batismo. [...] Desta maneira, a doutrina priva o pecador do conforto duradouro que o Batismo oferece. O concerto e a promessa do Batismo cobrem a vida inteira do cristão e, em qualquer tempo, mesmo na velhice, pode confortar-se com a certeza da graça de Deus, que lhe foi assegurada no Batismo.¹⁷⁵

Ou seja, observa-se na observação acima, a divergência no sentido de posicionamentos destas doutrinas religiosas, de um lado tem-se o luteranismo, o qual prega, que no momento pelo qual, a criança é batizada, esta não está somente livre do pecado original, mas também recebe através do mesmo, a fé em Jesus Cristo, além de receber, da mesma forma através da graça de Deus, a salvação eterna¹⁷⁶. Por outro lado, a Igreja Católica, tem como crença a expurgação do pecado original

corrompida e pecaminosa do homem pecador, aquela natureza com a qual ele já nasce.” ROTTMANN, Johannes H. **Batismo de crianças**. 3ed. Porto Alegre: Concórdia, 2011, p.12.

¹⁷⁵ KOEHLER, op cit, p. 154.

¹⁷⁶ A Igreja Luterana baseia sua doutrina do sacramento do batismo a partir do seguinte trecho bíblico contido no evangelho de Marcos: “Quem crer e for batizado será salvo.” Mc 16:16.

através do batismo, mas que a alma só poderá ser salva através da administração dos sacramentos e que se tenha uma vida pautada na realização de boas obras, tal fato se deve pela visão dos cânones a respeito do Sacramento do Batismo estabelecidos pela Igreja Católica, o qual se deu a partir do Concílio de Trento. Uma das principais determinações seguidas à risca era a administração do Batismo ao recém-nascido, o mais rápido possível.

[...] batizar o recém-nascido o mais cedo possível constitui, aos olhos da Igreja, o primeiro dever dos pais em relação aos filhos. [...] Durante muito tempo as autoridades eclesiásticas aceitaram períodos muito longos entre o nascimento e a administração do batismo. No final da Idade Média começam a preocupar-se com o destino de tantas crianças falecidas sem batismo, numa época em que uma em cada quatro morre antes de completar 1 ano, impondo aos pais o batismo dos filhos num curto espaço de tempo após o nascimento.¹⁷⁷

Como se pode observar, tal prescrição se dá ao fato que a mortalidade infantil, tal qual o medo que permeava da criança morrer sem ser batizada e receber o Sacramento de purificação, obtido através do Batismo, era algo que amedrontava as famílias, sem o Batismo, a criança que viesse a falecer, não poderia ascender ao Paraíso.

O que consta na doutrinação católica é de que, ao não receber o batismo, a criança não seria cristã; portanto, seu corpo deveria ser enterrado fora do solo consagrado do cemitério, e a sua alma seria condenada a permanecer no limbo pela eternidade. “O batismo tornou-se o indispensável passaporte para o Além.”¹⁷⁸ Há ainda de se ressaltar que o Limbo – que literalmente significa margem – consistia num patamar neutro, em suma, era um “meio termo” entre Paraíso e Purgatório, no qual as almas eram encaminhadas. Não tendo como serem absolvidos de seus pecados e desfrutar do Paraíso, bem como não podendo pagar pelos pecados cometidos indo para o Purgatório. A alma encaminhada ao limbo simplesmente permaneceria nesse local sem possibilidade alguma de mobilidade, vagando sem rumo.

¹⁷⁷ LEBRUN, François. O sacerdote, o príncipe e a família. In: BURGUIÈRE, André (et al). **História da Família**. O choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa. Lisboa: Terramar, 1998, p. 88.

¹⁷⁸ Idem, p. 88.

Neste ponto, podemos mais uma vez apresentar uma diferença crucial entre as doutrinas católica e luterana. Para a religião luterana a criança¹⁷⁹ que não recebe o batismo não está condenada eternamente:

O Batismo é necessário porque o Senhor o instituiu e ordenou que todas as nações sejam batizadas. É necessário porque é meio da graça. Mas não é absolutamente necessário no sentido de que, sem ele, a pessoa não possa obter a graça, ou pelo menos não a graça inteira. [...] A fé, sendo o único meio pelo qual podemos aceitar a graça de Deus, é absolutamente necessária para a salvação, ao passo que o Batismo não é necessidade absoluta, porque não é o único meio pelo qual essa graça é oferecida. Aquele que não pode ser batizado, mas crê no evangelho, será salvo. O que condena é a incredulidade.¹⁸⁰

Em relação ao tempo em que o Sacramento do Batismo deveria ser administrado na criança há de se atentar para algumas diferenciações acerca das práticas abordadas pelas igrejas católicas e luterana, visto que como mencionado, as mortes de crianças e bebês recém nascidos era uma constante, até meados do século XX “[...] a criança deve ser levada logo à pia batismal, para assegurar sua saúde e sobreviver à primeira e mais difícil fase de sobrevivência.”¹⁸¹ Portanto, de acordo com a doutrina católica, a criança deveria receber o batismo o quanto antes, “[...] no próprio dia do nascimento ou no dia seguinte, muito raramente dois dias depois.”¹⁸² Até o final do século XIX havia uma determinação que a administração do sacramento do batismo deveria ser realizada tão logo a criança nascesse. Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia:

Como seja muito perigoso dilatar o Baptismo das crianças, com o qual passão do estado de culpa ao da graça, e morrendo sem elle perdem a salvação, mandamos, conformando-nos com o costume universal do nosso Reino, que sejam baptizadas até os oitos dias depois de nascidas; e que seu pai, ou mãe, ou quem délias tiver

¹⁷⁹ “Com respeito a crianças não batizadas temos razão para supor que, assim como no Antigo Testamento as meninas eram recebidas no concerto sem a circuncisão, assim Deus tem um modo de salvar infantes de pais cristãos caso faleçam antes que seja possível batizá-los.” In: KOEHLER, op. Cit, p. 153.

¹⁸⁰ KOEHLER, op. cit, p. 155

¹⁸¹ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara: terra e população**. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986, p. 202.

¹⁸² LEBRUN, op. Cit, p. 89.

cuidado as fação baptizar nas pias baptismas das Parochias, d'onde forem freguezes.¹⁸³

Entre os protestantes, mais propriamente dito, os luteranos, destaca-se que não há uma necessidade tão severa em relação ao batismo ser realizado imediatamente após o nascimento do bebê. Sugeriria-se que as crianças nascidas durante a semana fossem batizadas em conjunto no domingo seguinte, durante a celebração do culto, antes da realização do sermão.¹⁸⁴

O temor advindo dos católicos de a criança morrer sem esse Sacramento, promoveu e disseminou a prática do batismo provisório, ou seja, o batismo *sub conditione*. Tal feito se deu em virtude das altas taxas de mortalidade neonatal, visto que as condições de higiene no parto eram precárias. Sendo assim, a Igreja Católica permitia a administração de uma benção provisória à criança que nascesse com risco de morrer. Esta passou a ser uma benção temporária, não tendo o reconhecimento de sacramento, sendo que, em caso de a criança sobreviver, este deveria ser feito o mais breve possível junto de um pároco, o qual realizaria a celebração de forma como era descrito pela igreja. Exigia-se que fosse realizado com água e proferido da seguinte forma:

Oração conjunta do Pai Nosso. Em seguida dirá o que batiza: Ó amado Senhor Jesus Cristo, a teu mandado oferecemos-te esta criancinha. Recebe-a e permite que seja herdeira do teu Reino, conforme disseste: Deixai vir a mim os pequeninos, não os embaraceis, porque dos tais é o Reino de Deus. Amém. Batiza-se então com as palavras: Eu te batizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém.¹⁸⁵

A partir dessa breve explanação acerca do Sacramento do Batismo tanto para a Igreja Católica como para a Igreja Luterana, pode-se verificar que as doutrinas inseridas para as mesmas, possuem aspectos parecidos, principalmente no que se relata sobre o batismo, ambas estão de comum acordo. Além disso, podemos

¹⁸³ VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007, p. 14.

¹⁸⁴ Conforme LEBRUN, François. **A vida conjugal do Antigo Regime**. Lisboa: Edições Rolim, s/d, p. 115.

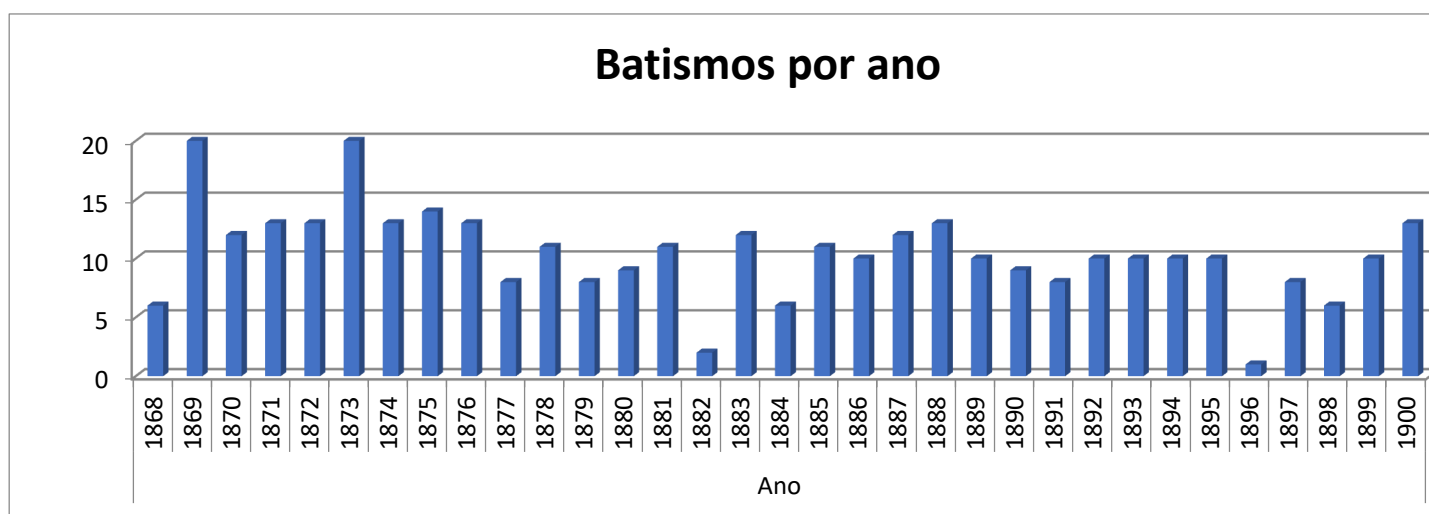
¹⁸⁵ KOEHLER, op. Cit, p. 154.

mentonar também que estas igrejas reconhecem o batismo uma da outra, como corretos. Ou seja, se uma criança for batizada, por exemplo, na Igreja Católica o batismo é válido na Igreja Luterana e vice e versa. “O Batismo realizado numa igreja que batiza de acordo com a Ordem de Cristo, no nome do Deus Trino deve ser considerado válido.

De agora em diante, pretendemos apresentar alguns dados referentes aos batismos realizados nas comunidades elencadas para esta pesquisa, no período correspondente aos anos de 1868 a 1900 e localizados na documentação disponível. Todos os registros do livro foram realizados em forma de ata. Sendo mencionados neles as informações mais relevantes, todavia, não podemos deixar de mencionar que em vários casos, há informações negligenciadas. Os registros de batismo trazem os seguintes dados: Nome e sexo da criança, nome dos pais da criança, na maioria dos casos, é mencionada também a profissão do pai da criança, data de nascimento e de batismo e nome dos padrinhos, que nos registros são chamados de testemunhas. Em alguns casos, algumas outras informações também são mencionadas, como por exemplo, se o batismo foi realizado de maneira emergencial ou até mesmo se a criança entrou em óbito em seguida.

No período compreendido entre 1868 e 1900 foram realizados 343 batismos, distribuídos anualmente como podemos ver no gráfico a seguir. A ocorrência de apenas seis batismos no ano de 1868 se deve principalmente ao fato de os registros das comunidades terem sido iniciados após a primeira quinzena do mês de agosto do referido ano.

Gráfico 03 – Distribuição anual dos batismos



Fonte: Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. Elaboração própria.

Os registros de batismos estão aparentemente completos, com exceção do ano de 1882, onde só constam dois batismos realizados. Na tradução do livro há uma observação mencionando que os registros foram traduzidos conforme documento original e que portanto, não haviam mais registros naquele referido ano. Todavia, também há uma menção do tradutor afirmando que “os apontamentos relativos aos anos de 1882 e 1883 foram interrompidos”,¹⁸⁶ mas, especificamente, os registros de batismos do ano de 1883 foram retomados algumas páginas adiante, mantendo a ordem mensal. Hipóteses sobre a fonte: os registros foram feitos em folhas avulsas e se perderam? Em relação ao ano de 1896 não é possível aferir com certeza que tenha realmente ocorrido apenas um batismo no ano, uma vez que os demais eventos mencionados no ano tenham sido registrados apenas até o mês de maio.

Abaixo apresenta-se a tabela 07 e o Gráfico 04 relativos à sazonalidade dos batismos realizados no período delimitado pela pesquisa. Conhecer os momentos em que os batismos eram realizados na comunidade é importante, para que se possa tecer comentários sobre os eventos sazonais como festas religiosas, ou fatores econômicos como as épocas de plantio e colheita que poderiam interferir na administração desse sacramento.

Para que possamos compreender de forma mais satisfatória a distribuição sazonal¹⁸⁷ dos eventos, utilizamos a metodologia elaborada por Louis Henry e Michel Fleury¹⁸⁸ para análise de dados demográficos. De acordo com os autores, para evitar que o pesquisador ignore a existência de variações temporárias no movimento sazonal, é interessante que se analise períodos mais curtos, dessa maneira sendo possível detectar se as ocorrências diferem significativamente numa determinada época do ano, ou não.

A metodologia consiste, primeiramente, em agrupar mensalmente os dados referentes aos acontecimentos analisados ao longo do período analisado. Esses

¹⁸⁶ Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana.

¹⁸⁷ “Para uma mesma duração, o número de acontecimentos, nascimentos, casamentos ou óbitos varia durante o ano sob a influência do clima, dos trabalhos agrícolas, dos tabus religiosos. Essas variações receberam o nome de movimento sazonal; o estudo desse movimento é interessante em muitos pontos de vista.” In: HENRY, Louis. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Lisboa: Gradiva, 1988, p. 68.

¹⁸⁸ FLEURY, Michel e HENRY, Louis. **Nouveau manuel de dépouillement et d’exploitation de l’état civil ancién** [1ª.ed]. Paris: INED, 1965. P. 104.

números mensais obtidos são chamados de números absolutos. Todavia, em razão das desigualdades dos meses, ou seja, meses quantidades diferentes de dias, é necessário reduzir os números observados (números absolutos = N) a uma mesma duração, para tal, dividem-se esses números pelo número de dias existentes no mês (trinta ou trinta e um dias, conforme o mês correspondente), com exceção ao mês de fevereiro, cujo cálculo se dá pelo número médio de dias, em função do ano bissexto. Como o ano bissexto só acontece a cada quatro anos, o divisor correspondente é 28,24, ou seja, a média de dias que fevereiro possui.

Estes números médios, que resultaram da divisão acima descrita, são substituídos por um número proporcional que representa uma média de 100 ocorrências no mês, assim, os números absolutos extraídos dos registros são transformados em relativos a 1200 (quantidade de meses multiplicados pela média de 100 ocorrências). Dessa maneira, o eixo X do gráfico, que possui valor 100 representa a média, e os desvios representam a particularidade de cada mês. Ou seja, valores acima de 100 em determinados meses, são compreendidos, por exemplo, como os meses em que houve mais ocorrências do evento pesquisado, e os valores abaixo de 100 representam os meses menos procurados para a realização do referido evento, como demonstrado na Tabela 07¹⁸⁹ e Gráfico 04 abaixo, que dizem respeito à sazonalidade dos batismos realizados na Comunidade Luterana das Picadas Bom Jesus e Pomerana entre os anos de 1868 e 1900.

Tabela 07 – Sazonalidade Mensal dos Batismos, entre os anos 1868 e 1900

Meses de Batismo													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
N=	22	22	28	29	27	21	31	36	26	33	22	43	340
DIVISOR	31	28,24	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
Nº POR DIA	0,70	0,77	0,90	0,96	0,87	0,70	1	1,16	0,86	1,06	0,73	1,38	11,09
Nº PROPORCIONAIS	76	83	97	104	94	76	108	126	93	115	79	149	1200

Fonte: Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. Elaboração própria.

Legenda: N= ao número de ocorrências.

¹⁸⁹ A tabela aqui representada demonstra de maneira mais clara o tamanho da amostra trabalhada na pesquisa, bem como explica a metodologia utilizada acima descrita.

Primeiramente, faz-se necessário mencionar que N presente no quadro está diferente do mencionado anteriormente. Dos 343 batismos ocorridos no período analisado, somente em três não são mencionados a data de realização do ato, sendo assim, para a construção da tabela, utilizamos somente os registros em que constam as datas completas. É necessário frisar, como já mencionado, que os batismos foram organizados em uma média de 100 ocorrências; dessa maneira, quanto mais acima desse número maior a preferência e, conseqüentemente, quanto mais abaixo de 100, menor a preferência pelo mês correspondente.

Gráfico 04 – Sazonalidade Mensal dos Batismos, entre os anos de 1868 e 1900



Fonte: Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. Elaboração própria.

Podemos observar que de um modo geral, as ocorrências foram distribuídas de forma mais ou menos igualitária em todos os meses. Sendo o mês de dezembro o que apresentou a maior preferência com a realização de 43 batismos. Os meses de janeiro, fevereiro, junho e novembro apresentaram os menores índices, todavia, registrando cada um, entre 21 e 22 batismos cada. Vale destacar que não fizemos uma separação por períodos na amostra, para que não pulverisássemos demais os resultados, uma vez que não temos números tão expressivos de ocorrências em cada ano. Não podemos afirmar com certeza quais seriam as razões para os batismos não serem realizados de maneira mais expressiva nesses meses citados,

uma vez que não havia para a Igreja Luterana impedimentos doutrinários relativos aos períodos do ano em que se deveria ou não administrar os sacramentos.

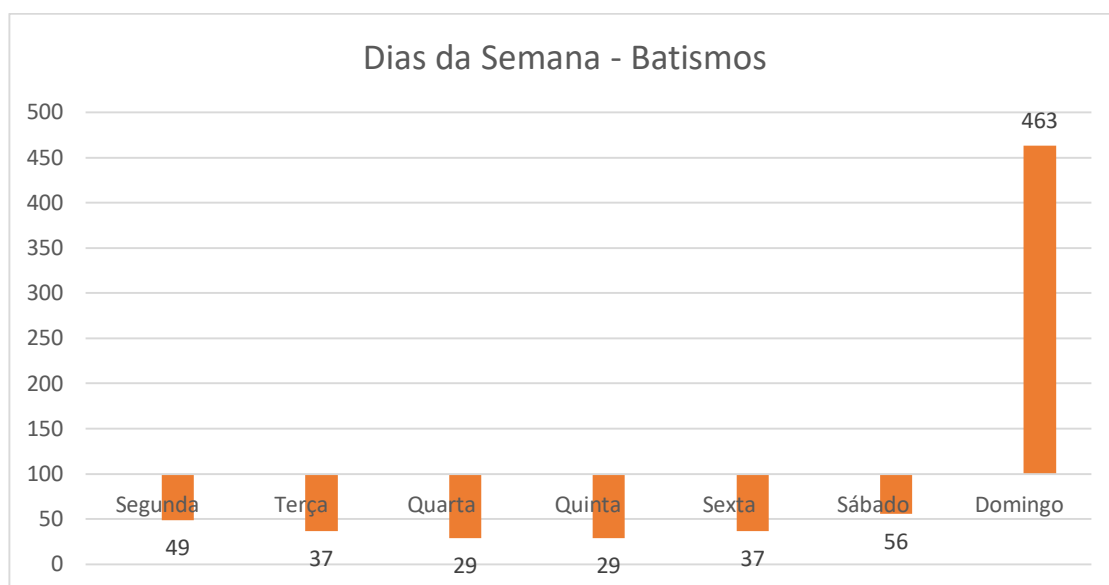
Outra informação interessante de se verificar é o dia da semana escolhido para a realização dos batismos. A análise dos dias da semana foi efetuada da mesma maneira que para os meses, como descrito anteriormente, porém, tendo em vista que cada semana contém sete dias não foi necessária a utilização de um divisor para extrair os resultados. O eixo X representa uma média de 100 ocorrências por dia e os números absolutos foram transformados em relativos a 700 (quantidade de dias da semana multiplicados pela média de 100 ocorrências), como podemos verificar no quadro abaixo.

Tabela 08 – Sazonalidade Semanal dos Batismos, entre os anos de 1868 e 1900

Dias da Semana - Batismos								
	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo	Total
N=	24	18	14	14	18	27	225	340
Nº PROPORCIONAIS	49	37	29	29	37	56	463	700

Fonte: Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. Elaboração própria.
Legenda: N= ao número de ocorrências.

Gráfico 05 – Sazonalidade Semanal dos Batismos, entre os anos de 1868 e 1900



Fonte: Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. Elaboração própria.

Como podemos observar no gráfico houve uma predileção absoluta pela realização dos batismos no domingo. Isto se explica pelo fato de que neste período, os cultos eram celebrados principalmente aos domingos e entre os luteranos não há uma celebração separada para o batismo – a não ser em casos de batismo de emergência, onde há risco de morte da criança, e o sacramento é administrado fora da igreja – ou seja, o sacramento é administrado durante a celebração dominical, logo após o sermão e antes da distribuição da Santa Ceia.

Para enfatizar o significado comunitário do sacramento, o Batismo de adultos e de crianças ocorre em cultos públicos e não em privados. Através do Batismo a pessoa batizada é incorporada na comunidade. Há necessidade de padrinhos cristãos no caso do Batismo de infantes. Os padrinhos, bem como os pais e a congregação, confessam publicamente sua fé e prometem oferecer uma instrução cristã apropriada. [...] O ministrante do Batismo geralmente é um ministro ordenado, mas qualquer cristão pode sê-lo.¹⁹⁰

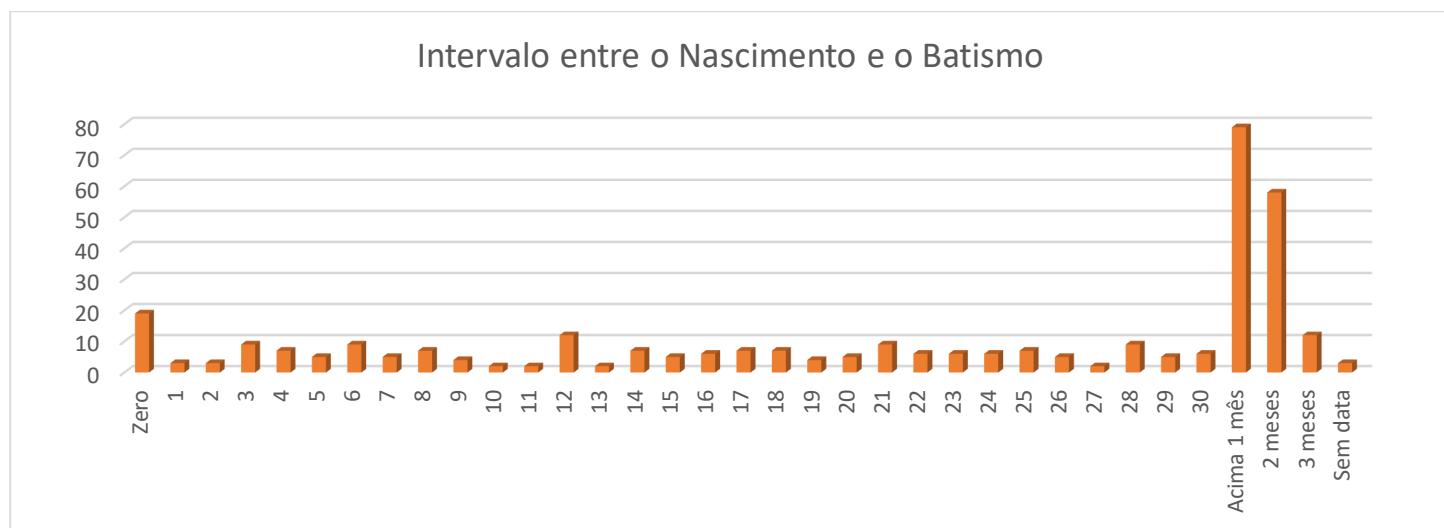
Não podemos afirmar que todos os batizados realizados durante a semana, foram batismos de emergência. Na verdade, somente sete registros contém essa observação discriminada, no entanto, em alguns outros registros consta que “o bebê faleceu em 29 de janeiro, com 6 dias de idade”, ou que “faleceu um dia depois do batizado, em 26 de abril”. É possível que esses casos mencionados, e outros parecidos, o batismo tenha sido administrado emergencialmente, e não citado no registro. Todavia, quanto aos demais casos, é possível que os casais pudessem se deslocar de suas casas em direção ao centro da picada – onde se localizava a igreja – esporadicamente, e nessas ocasiões, independente do dia da semana, ou da realização de cultos, solicitassem ao pastor a realização do sacramento.

Sabemos que, sobretudo para a Igreja Católica até o século XIX, havia uma regra a respeito da idade com que a criança deveria receber o primeiro sacramento, como já mencionado anteriormente. Os protestantes, e em especial os luteranos, por outro lado, não possuem esse tipo de regra, mas esperava-se que, se a criança nascesse no meio da semana, esta fosse levada a receber o sacramento no domingo seguinte, no próximo culto. Sendo assim, observar a idade em que a criança recebia o sacramento do Batismo é interessante, pois é possível analisar de que maneira os

¹⁹⁰ KILPP, Nelson. O Batismo e a Ceia do Senhor na tradição Luterana e no diálogo presente. **Revista Estudos Teológicos**, v. 38, n. 1, 1998, p. 19

fiéis compreendem e vivenciam a doutrina de sua religião. Em relação aos batismos luteranos realizados nas Picadas Bom Jesus e Pomerana foi possível verificar que a sugestão de se batizar a criança no domingo em seguida ao nascimento, não era levada muito a sério.

Gráfico 06 – Intervalo entre o Nascimento e o Batismo, entre os anos de 1868 e 1900



Fonte: Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. Elaboração própria.

Como podemos observar no gráfico, entre os protestantes da Colônia de São Lourenço há uma forte predominância da realização dos batismos entre um a dois meses após o nascimento. Dos 343 nascimentos que compõem a amostra dessa pesquisa, 79 tiveram seus batismos realizados no período acima de trinta dias após o nascimento da criança, o que representa 23% do total, e 58 foram realizados num período compreendido entre quarenta a sessenta dias após o nascimento da criança, representando 17% do total da amostra. Dessa maneira, é possível levantar a hipótese de que mesmo contando com um pastor para realizar os cultos e a administração dos sacramentos, estes não fossem realizados de maneira tão frequente, o que impedia os fiéis de procederem com a sugestão de se encaminhar a criança ao batismo tão breve possível. Outra possibilidade que se apresenta, é o desinteresse dos pais em relação aos ritos religiosos, o que levaria os mesmos a buscarem o sacramento do batismo para seus filhos quando fosse mais conveniente, porém, como estamos tratando de um período em que o sentimento religioso estava

muito presente na vida das pessoas, pensamos que esta não seja exatamente a explicação para os números apresentados pela documentação.

Deixando um pouco de lado as questões que envolvem os períodos de realização dos batismos, e pensando nos indivíduos que compuseram esses eventos, é possível lançar olhos a outras questões relevantes que os registros apresentam. Os referidos registros de Batismo, ao mencionar algumas informações a respeito das pessoas envolvidas no ato, apresentam na maioria dos casos, a ocupação do pai da criança. Esta é uma informação bastante relevante, que nos permite observar uma mudança significativa em relação à população da Colônia de São Lourenço.

No capítulo 2 foi apresentada uma tabela com a lista dos primeiros 88 imigrantes desembarcados em Porto Alegre com destino à Colônia de São Lourenço. Nela, além dos nomes das pessoas solteiras e famílias recém-chegadas, é mencionando inclusive a quantidade de crianças em cada núcleo familiar, consta também as ocupações dos homens. Ao desembarcarem no Brasil, os imigrantes recém-chegados mencionavam suas ocupações em seu país de origem, sendo estas as mais diversas, tais como carpinteiro, encanador, serralheiro, sapateiro, operário, alfaiate, ferreiro e pintor. Vale ressaltar, que desses 88 imigrantes, somente três se apresentaram como agricultor, lavrador e fazendeiro, conforme consta na tabela.

Ao analisar as ocupações presentes nos registros de batismos, foi possível observar uma transformação nos imigrantes moradores da colônia. Conforme tabela 09 abaixo, podemos destacar que na grande maioria dos batismos, os pais das crianças foram identificados como agricultores. Essa ocupação foi mencionada em 280 batismos, representado 82,8% dos casos. Em alguns poucos casos, são citadas outras ocupações, sendo que carpinteiro e ferreiro, foram as duas mais citadas após agricultor, aparecendo em 8 registros cada uma, totalizando 2,4% cada. A ocupação de professor foi encontrada em 6 casos (1,8%), segeiro¹⁹¹ foi citado em 5 casos (1,4%), sapateiro em 4 casos (1,2%), pedreiro em 3 casos (0,9%), músico em 2 casos (0,6%), alfaiate, arrendatário, celeiro mor e até mesmo taxista foram mencionados apenas 1 vez cada um (0,3% cada). Em 18 registros a ocupação não foi declarada, o que totalizou 5,3% dos casos. Ao analisarmos a primeira tabela que se encontra no segundo capítulo da tese em conjunto da tabela 09 logo abaixo,

¹⁹¹ De acordo com o Dicionário Aurélio, é o fabricante de qualquer tipo de carruagem.

podemos verificar que os imigrantes que aqui chegaram, muito provavelmente tiveram de passar, por processos de transformação e reorganização social que modificaram completamente suas vidas, inclusive no que diz respeito às relações de trabalho. Ao se instalarem na colônia, estes homens e mulheres modificam seus status quo, e de certa forma, são obrigados a se dedicarem aos trabalhos de cultivo da terra – cumprindo de maneira satisfatória com os interesses e objetivos estatais e imperiais com o empreendimento imigratório - e tiveram de deixar suas antigas profissões para trás.

Tabela 09 – Ocupações mencionadas nos Registros de Batismos, entre os anos de 1868 e 1900

Ocupação	Quantidade de Ocorrências	%
Agricultor	280	82,8
Carpinteiro	08	2,4
Ferreiro	08	2,4
Professor	06	1,8
Segeiro	05	1,4
Sapateiro	04	1,2
Pedreiro	03	0,9
Músico	02	0,6
Arrendatário	01	0,3
Taxista	01	0,3
Celeiro Mor	01	0,3
Alfaiate	01	0,3
Não Declarado	18	5,3
Total	338	100

Fonte: Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. Elaboração própria.

Importante ressaltar que foram encontrados nos registros de batismos, 5 casos de batismos de filhos naturais, ou seja, filhos concebidos fora do casamento. Nesses casos registrados, não é mencionado o nome do pai da criança, e em alguns casos é mencionado o termo “moça” ao se referir à mãe, o que podemos considerar como uma maneira de identificar essa mulher como solteira, e até mesmo

adolescente ou bastante jovem no momento de nascimento da criança. Ainda em relação à mãe da criança, suas informações são pouco ou quase nada mencionadas nos registros, geralmente, apenas o nome completo é citado, inclusive citando o sobrenome de nascida.

Em relação às testemunhas ou padrinhos de batismo, presentes no ato, algumas poucas informações nos são apresentadas. Geralmente, comparecem à pia batismal três pessoas. Foi possível observar que quando a criança a ser batizada é do sexo feminino, esta é acompanhada de duas madrinhas e um padrinho, no entanto, quando se trata de uma criança do sexo masculino, lhes acompanham dois homens e uma mulher. Em poucos casos é mencionada a profissão do padrinho. Quanto às madrinhas, em alguns casos é possível verificar seu “estado civil” por assim dizer, uma vez que algumas são descritas como senhoras, ou até mesmo seu nome completo é mencionado, sendo citado o sobrenome de nascida. Quanto às solteiras, ora aparecem no registro como senhoritas, jovens, e até mesmo o adjetivo “moça”, foi encontrado.

Curioso mencionar que todas as crianças batizadas possuíam três nomes próprios, sendo que a atribuição dos nomes homenageava algumas vezes aos pais, e na maioria das vezes, aos padrinhos da criança. Como por exemplo, a menina batizada de Augusta Catarina Guilhermina Buhs, cujos pais se chamavam Guilherme Buhs e Frederica nascida Gall – isso significa que Frederica enquanto solteira, tinha o sobrenome Gall – e seus padrinhos se chamavam Augusta Köpp, Catarina Buhs e Guilherme Stern. Sendo assim, seu nome homenageia o pai e o padrinho (Guilhermina) e também ambas as madrinhas (Augusta e Catarina). Importante salientar também, que geralmente pelo menos um membro da família do pai ou da mãe da criança era convidado para ser padrinho, neste exemplo citado, há a presença de uma parente do pai da menina, muito possivelmente, Catarina Buhs era irmã de Guilherme, e no caso, seria tia da criança.

Sendo assim, podemos destacar que ter pelo menos um dos padrinhos com parentesco consanguíneo com a criança a ser batizada era praticamente uma regra entre os imigrantes da Colônia de São Lourenço. Como os registros não mencionam a existência ou não dos parentescos, essa hipótese é lançada a partir da análise dos sobrenomes dos envolvidos, e portanto, foi possível constatar que na maioria dos casos, pelo menos um dos padrinhos era parente muito próximo, do pai ou da

mãe da criança, muito provavelmente, estes seriam, então irmão ou irmã de um dos pais da criança.

A partir desses dados podemos perceber, que as famílias possuíam um círculo de amizade um tanto restrito. Os laços construídos a partir das relações de apadrinhamento se deram no interior das próprias famílias e, provavelmente, serviram para estreitar e consolidar relações de parentesco existentes. Ou seja, vemos um comportamento baseado por aspectos endogâmicos e, por conseguinte, podemos confirmar que as famílias possuíam o que chamamos de rede de relações de malha estreita. Dessa forma, a dinâmica familiar não depende apenas do comportamento de seus membros, mas da relação estabelecida por eles com outras pessoas, influenciando diretamente na definição das relações familiares.

As redes de malha estreitas estão mais propensas a se desenvolver quando o marido e a esposa, conjuntamente com seus amigos, vizinhos e parentes, cresceram na mesma área local e continuaram a viver lá após o casamento. Muitas pessoas conhecem umas às outras e isto ocorre desde a infância. [...] Enquanto o casal continuar a viver na mesma área, e enquanto seus amigos, vizinhos e parentes também continuarem a viver em locais facilmente acessíveis à família e uns aos outros, haverão de continuar as redes.¹⁹²

As redes de malhas estreitas são aquelas cujos laços de amizade são estabelecidos dentro do próprio seio familiar, caracterizando, portanto, um comportamento endogâmico do grupo. Ao escolher os padrinhos de batismo dentro do seio familiar se reforça a ideia de que, mesmo que os pais venham a faltar, a criança estará ainda mais protegida pela família que ao mesmo tempo que é de sangue, é também uma família espiritual. No próximo capítulo, ao tratarmos da formação das famílias através dos casamentos realizados no interior da Colônia, poderemos ver que a endogamia do grupo será ainda mais reforçada.

¹⁹² BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 103.

CAPÍTULO 4

O CUMPRIMENTO DAS NORMAS SOCIAIS E RELIGIOSAS: A FORMAÇÃO DE FAMÍLIAS A PARTIR DO CASAMENTO NO INTERIOR DAS PICADAS

“Casamento realizado em 14 de outubro, de Guilherme Frederico Carlos Radke, filho legítimo do agricultor Frederico Radke e de sua esposa Luísa, nascida Dettmer, de Roggzon, perto de Cörlin na Pomerânia, com Hanna Hulda Augusta Thurow, filha legítima do agricultor Guilherme Thurow e de sua esposa Henrieta, nascida Podwils, de Leppin, perto de Cörlin na Pomerânia. Testemunhas foram: Gustavo Kiesow, Augusto Behling e Alberto Dallmann.”¹⁹³

Ao longo do tempo, inúmeros foram os pesquisadores e áreas do conhecimento que se dedicaram a estudar a família e sua formação enquanto instituição social. Dentro desse espectro, de certa maneira, algo que podemos considerar como consonância no interior desse campo de debates é a ideia de que a instituição familiar é inaugurada a partir do matrimônio. Antropólogos, sociólogos e historiadores conceituaram o casamento de distintas formas; no entanto, há, pelo menos, um ponto de consenso entre essas definições: todas elas, de uma maneira ou outra, pelo menos no que se referem à chamada cultura ocidental, admitem que o casamento é uma união estabelecida através do consentimento mútuo, que objetiva à geração de filhos legítimos.

É necessário enfatizar que o casamento não se limita apenas à união de duas pessoas com o fim único de procriar e assim, cumprir com o desígnio divino de povoar a terra¹⁹⁴; para além dessa função, é possível destacar que ainda hoje o

¹⁹³ Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. São Lourenço-RS – 1868, p. 023 e 023 verso.

¹⁹⁴ Essa ideia de que o casamento tem por finalidade produzir herdeiros vai sendo modificada ao longo do tempo. Segundo Isabel Morant, “Nos séculos XVI e XVII, o matrimônio se representava como uma instituição necessária e enraizada nas sociedades e nas famílias, que colocavam grandes esforços e esperanças nas bodas. Dos matrimônios se esperava que cumprissem com o desígnio divino de povoar a terra, com a necessidade das famílias se reproduzirem e manter sua continuidade através dos filhos. Do matrimônio se dizia também que deveria servir para suprir as necessidades dos homens, a sexualidade e a necessidade de viver em sociedade para relacionar-se e ajudar-se.” MORANT, Isabel. *El hombre y la mujer en el matrimonio. Moral y sentimientos familiares*. In: JIMÉNEZ, Francisco Chacón; FRANCO, Juan Hernandez; GONZÁLEZ, Francisco Garcia (org). **Familia y organización social en Europa y América, siglos XV-XX**. Murcia, ES: Editum, 2007, p. 189. (tradução nossa).

matrimônio pode ser considerado como uma instituição social que envolve, além dos noivos, suas famílias e a comunidade que os cerca.

É sabido que o ato do matrimônio envolve uma remessa de informações, sendo estas sociais, econômicas e culturais, visto que o casamento tem como objetivo consolidar laços de amizade, parentesco e ainda unificar e proteger patrimônios. Dessa maneira, além dos fatores mencionados, o aspecto religioso também deve ser levado em consideração ao analisarmos o fenômeno do casamento. Cada religião compreende e classifica o matrimônio de maneira distinta¹⁹⁵, o que determina, por exemplo, alguns comportamentos dos casais antes, durante e depois da união dos noivos; o que se consiste em um rito de passagem que se dá com a apresentação do noivo/a para sua nova família. O casal recebe então uma benção espiritual, para que, assim, a nova célula familiar prospere. A administração da benção é uma tópica em todas as religiões; entretanto, entre as religiões cristãs, por exemplo, podemos verificar algumas diferenças significativas na caracterização desse ato.

Para Igreja Católica, por exemplo, o matrimônio consiste em um dos sete sacramentos.¹⁹⁶ Todavia, se fez necessário um projeto extenso em relação ao processo, bem como as inúmeras discussões para que possa estabelecer um entendimento como o matrimônio no aspecto sagrado. E após todos os esforços, podemos afirmar que a Igreja Católica obteve grande êxito em “impor universalmente uma cultura familiar pautada na livre escolha de cônjuges que se comprometem com a monogamia e com a indissolubilidade do vínculo.”¹⁹⁷ Construía, dessa forma, um modelo de organização da cultura familiar que ultrapassou os limites da religião,

¹⁹⁵ Citaremos alguns exemplos de como diferentes religiões compreendem o casamento. De acordo com Göran Therborn —para o hinduísmo, o casamento é uma obrigação religiosa e uma instituição sagrada, um sacramento, e como tal, em princípio indissolúvel, mesmo após a morte. [...] O budismo, como cânone clássico, contrastando com todas as outras religiões ou com os principais ensinamentos éticos, tem muito pouco a dizer sobre o casamento, algo completamente mundano. [...] Tanto o islã quanto o confucionismo veem o casamento como um contrato mundano dissolúvel, mas como tal, governado por regras severas de procedimentos e limites. In: THERBORN, Göran. **Sexo e Poder**. A família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2011, p. 202.

¹⁹⁶ A saber: Batismo, Confirmação, Santíssima Eucaristia, Penitência, Unção dos Enfermos, Ordem e Matrimônio. Conforme **CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO**. São Paulo: Loyola, 2010.

¹⁹⁷ ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura familiar e registros paroquiais. In: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. (org.). **Linhas e Entrelinhas**: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2009, p. 140.

instaurou-se no plano secular, e introduziu um modelo de união monogâmica, baseada na ideia de que os casais seriam formados pela livre escolha dos interessados e principalmente, que responsabilizava esta nova célula familiar (pais e mães) pela criação de seus filhos.

Diante disso, podemos dizer que a Igreja Católica conseguiu, ao longo do tempo, impor um modelo universal de família, composto pelos pais e filhos legítimos, oriundos de uma relação abençoada tanto pela comunidade quanto por Deus.

Dentro do que consta na visão da Igreja Luterana, a mesma tem como entendimento de que o casamento é apenas um contrato secular, o qual se firma entre duas pessoas, para que se possa estabelecer um consentimento mútuo, bem como a união vitalícia para a procriação de filhos. Ou seja, contrapondo a igreja Católica, o luteranismo não considera o matrimônio como um sacramento, pois, segundo sua doutrina, sacramentos “são meios visíveis de bênçãos espirituais, ritos religiosos instituídos por Cristo. [...] De acordo com nossa definição e entendimento do termo, há apenas dois sacramentos: o Batismo e a Ceia do Senhor”.¹⁹⁸ Para a doutrina luterana, o casamento não se resume em perdão dos pecados, portanto, não se considera um sacramento. De acordo com o Sumário da Doutrina Cristã, como o casamento foi “[...] Instituído antes da queda do homem, não podia oferecer perdão de pecados, e não há texto na Bíblia que mostre haver essa virtude sido adicionada desde então.”¹⁹⁹

O casamento pode ser compreendido, ainda, como um dos principais ritos de passagem²⁰⁰ da vida de uma pessoa, uma vez que esta deixa a casa paterna, para então, formar um novo núcleo familiar. Levando em consideração estes outros aspectos que envolvem a união matrimonial, podemos definir o casamento da seguinte maneira:

É um complexo de normas sociais que sancionam as relações sexuais entre um homem e uma mulher e que os liga por um sistema de obrigações e direitos mútuos; por meio desta união, os filhos que a mulher dá à luz são reconhecidos como a progenitura legítima de

¹⁹⁸ KOEHLER, Edward W. A. **Sumário da Doutrina Cristã**. Porto Alegre: Concórdia, 2002, p. 146-148.

¹⁹⁹ Idem, p. 203.

²⁰⁰ Göran Therborn destaca que em várias regiões da Europa, por exemplo – e que de certa forma foi seguido no Brasil no período colonial, - “[...] o casamento era o status central da idade adulta, no qual se esperava que todas as pessoas normais entrassem. In: THERBORN, Göran. **Sexo e Poder**. A família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2011, p. 239.

ambos os pais. Em toda a parte o casamento é objecto de cerimônias rituais públicas, dirigida por um ou por vários membros da comunidade, o que anuncia e significa não só que o marido, a mulher ou a sociedade reconhecem a mudança de estatuto dos novos esposos, mas ainda a criação de laços – jurídicos, sociais, econômicos – entre o grupo de filiação do marido e o da mulher.²⁰¹

Levando em consideração o exposto acima, podemos dizer que o casamento, neste trabalho entendido como a união entre um homem e uma mulher²⁰² que possuem o desejo de ter filhos ou não, pode ser considerado como um dos atos mais públicos da vida privada dos casais e de suas famílias. É um momento em que toda a comunidade participa. De acordo com Nelson Schapochnik:

Essa publicização de um ato privado simboliza ‘uma alteração irreversível da situação social do casal que, proveniente de duas famílias ou de dois ramos da família, une-se para formar uma terceira. Em grande parte, o casamento está mais ligado à passagem da moça donzela a esposa e anjo tutelar de nova linhagem’. A performance que subjaz ao rito matrimonial, salvo pequenos aspectos litúrgicos e linguísticos, é comum às diferentes comunidades religiosas que se instalaram no Brasil e se apresentava amplamente codificada: a composição e a ordem do cortejo, a indumentária dos noivos, os gestos do ‘sim’, a troca de alianças.²⁰³

É possível constatar, também, que o casamento, para as religiões cristãs, sobretudo, é um fator condicionante para a formação de uma família. Desta forma, do ponto de vista religioso, é praticamente impossível pensar em família sem que antes tenha havido matrimônio. A Igreja, portanto, construiu e consagrou o modelo de família conjugal.

No que diz respeito aos casamentos realizados entre os imigrantes, Edison Minami²⁰⁴ afirma que a celebração do casamento religioso desse grupo de pessoas,

²⁰¹ AGHASSIAN, Michel; GRANDIN, Nicole; MARIE, Alain. Filiação, consanguinidade, alianças matrimoniais. In: AUGÉ, Marc (org.). **Os domínios do parentesco**. Filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa, edições 70, 2003, p. 38. (grifo nosso)

²⁰² É importante salientar que para este trabalho em questão, focaremos apenas nas uniões formadas por casais heteronormativos.

²⁰³ SCHAPOCHNIK, Nelson. “Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade”, in: Col. **História da vida privada no Brasil**. Vol. 03. São Paulo, Cia das Letras. 1999. p. 475.

²⁰⁴ MINAMI, Edson. **Casamentos católicos e luteranos: resistência, ecumenismo e liberdade religiosa no Brasil**. In: Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010, 15p.

de maneira geral, tinha como característica o fato de não obedecer completamente às ordens da sociedade receptora ou religião dominante da mesma. O autor ainda acrescenta que haviam algumas distinções entre esses grupos de imigrantes: quando se trata de imigrantes oriundos de países cuja a religião praticada pela maioria era católica, como no caso dos portugueses, espanhóis e italianos, por exemplo, a estranheza que se tinha por parte da sociedade receptora era causada, sobretudo, pela barreira linguística e também pela maneira diferente de celebrar os ritos e as orações. Porém, sabia-se que o fundo doutrinal das cerimônias permanecia sendo o mesmo. Já no caso de imigrantes como alemães, sírio-libaneses e japoneses, o fato de pertencerem a uma doutrina religiosa – em alguns casos – completamente diferente, poderia ser considerado como uma barreira mais difícil de ser contornada. Dessa maneira, não apenas com relação ao casamento, mas a própria dinâmica da vida desses imigrantes era considerada muito diferente para a sociedade receptora.

Realmente, a religião protestante passou por algumas dificuldades no território brasileiro durante o período imperial. Até o final do século XIX, o catolicismo foi a religião oficial do Brasil. A Constituição de 1824 determinava em seu artigo 5º que: “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma algum exterior do Templo”.²⁰⁵ Dessa maneira, podemos considerar que era garantido aos não católicos a liberdade de confessar uma outra crença, desde que atendidas as disposições legais.

De qualquer forma, não ser católico neste período representava um estado de semi cidadania, uma vez que estes fiéis de outras igrejas não podiam gozar de todos os privilégios de um cidadão comum. De outra forma, é possível considerar que ser protestante neste período no Brasil representava passar por alguns impasses. Os três momentos mais significativos da vida de uma pessoa, nascimento, casamento e óbito deveriam necessariamente ser registrados e logicamente oficializados pela Igreja Católica para serem validados. Além disso, a Constituição também previa, no parágrafo terceiro de artigo 95, que “os que não professarem a Religião do Estado”

²⁰⁵ Constituição Política Do Imperio Do Brazil (De 25 De Março De 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm.

não poderiam ser eleitores e tampouco eleitos para a Assembleia Geral e Conselhos de Província.

Dessa maneira, a situação se agravava sobretudo, pelo problema da falta de reconhecimento oficial dos casamentos desses protestantes, e consequentemente no reconhecimento oficial dos filhos que porventura nasciam dessas uniões, uma vez que essas crianças, oriundas desses casamentos “ilegais” eram considerados como filhos ilegítimos. A solução para este problema começaria a ser resolvida a partir da segunda metade do século XIX com o reconhecimento oficial do casamento entre protestantes através do decreto nº 1.144, de 11 de setembro de 1861.

Este decreto permitia “[...] os efeitos civis dos casamentos, celebrados na forma das leis do império, aos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado,”²⁰⁶ dessa maneira, as uniões celebradas pelos protestantes não seriam mais consideradas como ilegais. Além dos matrimônios, o mesmo decreto se refere às provas de nascimento e óbitos ocorridos entre os protestantes. Este decreto de 1861 foi posteriormente regulamentado pelo decreto nº 3.069, de 17 de abril de 1863, que além de regulamentar as uniões, nascimentos e óbitos de pessoas que não professavam a religião católica, também regulamentava os eventos, tais como os matrimônios que foram realizados fora do Brasil, no período que antecedeu a chegada desses imigrantes. O mesmo decreto, em seu artigo 2º²⁰⁷ estabelecia quais as regras e documentos a serem apresentados a fim de regulamentar as uniões realizadas no país de origem.

Outro elemento interessante de se destacar acerca disto, diz respeito à forma dos registros, ou seja, havia uma determinação legal, em que se estabelecia de que maneira o registro deveria ser realizado, bem como quais os deveriam conter em cada um deles, como casamento, nascimento e óbitos. Em relação aos casamentos, o decreto em seu Artigo 37, determinava que:

²⁰⁶ Decreto nº 1.144, de 11 de setembro de 1861. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1144-11-setembro-1861-555517-publicacaooriginal-74767-pl.html>.

²⁰⁷ “Art. 2º - Esses casamentos celebrados fóra do Imperio reputar-se-hão provados do mesmo modo que os casamentos catholicos, apresentando-se documentos authenticos de onde conste a sua celebração na forma do rito, ou leis do respectivo paiz; uma vez que taes documentos estejam legalizados pelo Consul, ou Agente Consular Brasileiro de paiz em que forão passados.” Decreto nº 3.069, de 17 de abril de 1863. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3069-17-abril-1863-555008-publicacaooriginal-74026-pe.html>.

As certidões da celebração do acto religioso, que passarem os pastores ou ministros das religiões toleradas, deverão conter:

- 1º Os nomes, idades, domicílios e actuaes residencias dos casados;
- 2º As profissões delles, se as tiverem, e as suas nacionalidades;
- 3º Os nomes de seus pais e mãis, com a declaração de serem filhos legítimos ou ilegítimos;
- 4º O anno, mez, dia e hora em que o acto religioso foi celebrado, e bem assim o lugar de sua celebração;
- 5º A declaração de não ter havido algum impedimento, ou de ter sido o impedimento levantado, dispensado, ou julgado improcedente;
- 6º Os nomes das testemunhas, duas pelo menos, que assistirão á celebração do acto religioso.²⁰⁸

Além dessas regulamentações legais para o registro e também para a validação de uniões realizadas entre não católicos fora do Brasil, este mesmo decreto discorre a respeito das condições necessárias para que os pastores protestantes das religiões toleradas pelo Império pudessem praticar os atos de registro com efeitos civis. De acordo com o dito decreto, era necessário que a “[...] nomeação, ou eleição esteja registrada, quanto aos que residirem na côrte, na Secretaria do Imperio; e, quanto aos que residirem nas provincias, na da provincia de sua residencia.”²⁰⁹ Para este registro bastava apenas que a comprovação da nomeação ou eleição do mesmo fosse apresentada ao chefe da secretaria Imperial ou Provincial, que oficializaria o documento, e portanto, permitiria ao sacerdote o pleno exercício de suas funções.

Diante do exposto, podemos considerar o matrimônio como uma complexa instituição religiosa e social, que envolve inúmeros fatores em sua composição, mas que se mostra de certa maneira um dos atos mais importantes da vida das pessoas. Casar significa mudar o status pessoal²¹⁰ e até mesmo familiar e envolve variáveis que definem sua prosperidade ou fracasso. Além disso, no ato do casamento ficam

²⁰⁸ Idem. Decreto n° 3.069, de 17 de abril de 1863. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3069-17-abril-1863-555008-publicacaooriginal-74026-pe.html>.

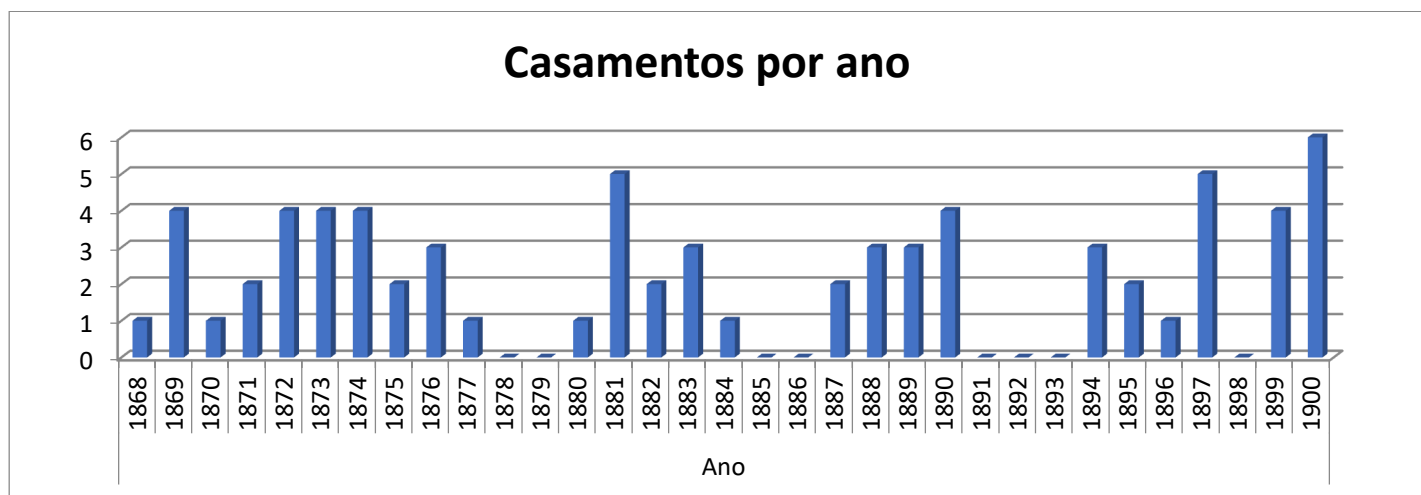
²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ O casamento poderia mudar o status social de uma pessoa, pois era um excelente meio de se conseguir alianças familiares e até mesmo enriquecimento financeiro. Em vários países da Europa, e posteriormente no Brasil até meados do século XIX uma das formas mais comuns de se conseguir esse tipo de ascensão social era através do dote. Muriel Nazzari em seu livro —O desaparecimento do dote, demonstra como essa prática tão usual entre as famílias abastadas brasileiras foi se perdendo no tempo. No entanto, enfatiza também tamanha a importância que tinha essa prática, uma vez que os grandes dotes concedidos às filhas estimulavam os homens a se casar consolidando dessa forma, estratégias familiares. NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

evidenciados elementos constitutivos da cultura do grupo, com destaque, no caso aqui analisado, para os costumes religiosos. E quando nos referimos aos casamentos realizados entre os imigrantes recém-chegados num território desconhecido, com modos e costumes distintos dos seus, o ato de constituir família e manter os rituais religiosos que compõem sua cultura de origem, é muito mais que uma mera formalidade social, é uma necessidade de sobrevivência.

Nas páginas a seguir, verificaremos, nos 71 registros de casamentos ocorridos entre os anos de 1868 a 1900 nas Picada Bom Jesus e Picada Pomerana na Colônia de São Lourenço, de que maneira as novas famílias eram construídas e, em especial, quais elementos caracterizam o grupo em questão. Pretendemos, a partir da análise dos dados encontrados nos livros de registros paroquiais da comunidade, apresentar alguns gráficos que serão fundamentais para a compreensão dos números levantados.

Em relação aos casamentos realizados na comunidade no período analisado, em oito anos distintos, como podemos ver no gráfico abaixo não houve realização de casamentos ou estes não constavam os registros. Nos anos de 1878 e 1879 é possível afirmar que não houve a realização de nenhuma cerimônia de casamento, uma vez que os registros foram realizados em apenas um livro, de maneira sequencial e em formato de ata, ou seja, em uma mesma página estão registrados batismos, casamentos e óbitos conforme foram ocorrendo no decorrer dos meses. A partir da década de 1890, os registros continuam a ser realizados no mesmo livro, porém de maneira separada, contando com uma sessão específica para cada evento. Provavelmente, houve uma troca de pastor na localidade, que modificou a forma de apresentar os registros, sendo que nesse período em questão, não foram encontrados os registros de casamentos referentes anos que aparecem no gráfico sem nenhum evento.

Gráfico 07 – Quantidade de Casamentos por ano (1868-1900)

Fonte: Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. Elaboração própria.

Podemos verificar que os números não são muito expressivos. Muito provavelmente isso se deva ao fato de a população residente nas Picadas em questão não serem muito numerosas, ou podemos até mesmo levantar a hipótese de que os casais pudessem optar pelas uniões informais, ou seja, apenas morando juntos, vivendo uma união consensual, sem ter oficializado esta união em uma cerimônia religiosa, uma vez que para os luteranos, o casamento não é considerado como um sacramento, como para a igreja católica.

É importante mencionar neste momento, quais são os dados apresentados na documentação analisada. Como citado, os registros foram realizados em formato de ata, possuem maior quantidade de informações que os registros de batismo, constando dados como: nomes dos noivos, legitimidade dos noivos (na maior parte dos registros), nomes dos pais, data de realização do casamento, sendo que na maior parte dos casos há a menção se o casamento foi realizado com proclames, procedência e por fim, nomes das testemunhas da cerimônia. Em um pouco menos de um terço dos registros, a profissão do noivo nos é apresentada.

Infelizmente, na maioria dos casamentos registrados não há informações a respeito da data de nascimento dos noivos, ou pelo menos suas idades no momento das núpcias. É de se lamentar um fato como esse, pois as idades dos noivos são de suma importância para compreendermos os costumes da comunidade em relação ao mercado matrimonial, bem como para o pesquisador realizar análises de taxas de natalidade e a idade das mães ao conceber seus filhos. Com a inexistência

desses dados, os pesquisadores não podem proceder a análise mais pormenorizada das núpcias contraídas nessas comunidades em questão.

Assim como nos batismos, apresentados anteriormente, para os casamentos também foi possível analisar a sazonalidade das ocorrências, tanto mensal, como semanal. Primeiramente, é importante destacar que:

O movimento sazonal dos casamentos constitui um rico indicador do cotidiano. A escolha do mês de casamento reflete costumes, tradições e mitos, interdições e mentalidades religiosas, influências das atividades sócio-econômicas, urbanas e rurais e que sofrem alterações de uma sociedade para outra, como também variam de acordo com sucessivas gerações.²¹¹

É possível afirmar que a religião é um dos fatores de grande influência na escolha da data da realização dos casamentos. Janaína Perrayon Lopes²¹² demonstra essa influência do calendário litúrgico em suas pesquisas sobre os casamentos realizados durante os séculos XVIII e XIX e em função disso, identificou três ciclos anuais que estão relacionados aos ritos católicos. O primeiro é chamado pela autora de Ciclo da Páscoa. Este ciclo, se estende por todo o período da Quaresma – os quarenta dias que antecedem a Páscoa –, passa pela Semana Santa e termina no Domingo de Páscoa. O segundo seria o Ciclo do Natal, este ciclo se inicia no período chamado Advento, que compreende os quatro domingos do mês de dezembro que antecedem o dia vinte e cinco, é um período de preparação para a comemoração da “chegada do Salvador”. E o terceiro ciclo, corresponde ao restante do ano, tempo este em que não se apresentam “impedimentos” litúrgicos para a realização das cerimônias matrimoniais.

Em sua pesquisa, Perrayon Lopes relaciona a sazonalidade dos casamentos a estes dois períodos específicos do ano e realiza uma comparação entre os dados extraídos referentes aos casamentos dos escravizados com aqueles coletados tanto para os forros da Candelária, como para os livres de Inhaúma (1817-1869). A autora

²¹¹ CARDOSO, Jayme Antonio; NADALIN, Sergio Odilon. Os meses e os dias de casamento no Paraná – séculos XVIII, XIX e XX. **Revista História: Questões e Debate**. 3(5):dez. 1982, p. 107.

²¹² LOPES, Janaína Christina Perrayon. **Casamentos de escravos nas freguesias da Candelária, São Francisco Xavier e Jacarepaguá**: contribuições aos padrões de sociabilidade matrimonial no Rio de Janeiro (c.1800-c. 1850). Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006. p. 39 e 40.

verificou que houve uma baixa frequência de casamentos no mês de março, tanto entre os cativos quanto entre os forros e livres.

Essa baixa frequência pode ser encontrada também em outras localidades cuja religião católica seja preponderante, e a explicação para este fenômeno está completamente relacionada ao primeiro ciclo litúrgico apresentado pela autora. Em geral o mês de março é marcado pelo fato de estar incluído no período da Quaresma, que para os católicos é tempo destinado às penitências²¹³, à contrição²¹⁴ e principalmente, à abstinência dos desejos carnisais, e também aos jejuns, elementos esses que são “impróprios para a realização de ritos festivos”.

Assim como existem os meses menos desejados para a realização das bodas, também há os prediletos. Em sua pesquisa, a autora verificou um alto índice de casamentos que foram realizados no mês de maio. Esta predileção estaria ligada ao fato de este ser, para os católicos, o mês consagrado à Nossa Senhora e, portanto, passou a ser associado às noivas e ao matrimônio. Outro mês que também aparece como mais procurado, é o mês de fevereiro, cuja alta frequência de uniões pode ser explicada a partir da demanda reprimida pela Quaresma no mês posterior, ou seja, os casamentos eram adiantados e realizados antes do tempo de “interdição”.

Tratando dos meses mais desprezados para a realização das núpcias, a autora argumenta que a queda no número de enlaces no mês de outubro, não estaria ligada às questões religiosas, mas sim aos ritmos impostos pelo trabalho. Quando se dedica a analisar a frequência dos casamentos de acordo com as estações do ano, Perrayon Lopes constata que, por exemplo entre os escravizados, a maior parte dos casamentos se dava principalmente no inverno, época esta, em que a sua mão-de-obra era menos demandada, tendo em vista os períodos de safra e entressafra da cana-de-açúcar. Ainda de acordo com a autora, há uma diferença nesses

²¹³ “O que se passava na quinta e na sexta-feira santa no seio das famílias era de uma simplicidade primitiva e tocante. ‘Porque Nosso Senhor estava doente’, a casa não se varria, os escravos não trabalhavam, os meninos não faziam bulha. Não se cantava, não se dançava, não se tocava. As correções corporais eram abolidas: falava-se baixinho, jejuava-se, rezava-se... As donas de casa emprazavam para quando rompesse a Aleluia certo ajuste de contas com as escravas delinquentes e os filhos traquinas. (...) A abstinência de toda a casta de jogo e divertimentos e a continência, em qualquer condição, constituíam uma lei.” In: MORAES FILHO, Mello. **Festas e tradições populares no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 207-208.

²¹⁴ “Todo mundo se confessava e comungava na quinta-feira ou no Domingo da Páscoa, e todos, ricos e pobres, libertos e escravos, percorriam as igrejas na sexta-feira, trajando de preto. (...) E para atender os fiéis os templos ficavam abertos das cinco da manhã às onze horas da noite”. In: RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. **O Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: Editora Univercidade, 2000, p.

períodos em relação à população de forros e livres. Estes, por estarem inseridos em relações de trabalho distintas, eram privilegiados pelo seu estatuto jurídico e poderiam dispor de mais liberdade para escolha das datas e realização de festejos.

A partir do exposto, podemos constatar que o calendário religioso se mostra como um importante determinante para a escolha do momento da realização das bodas. Porém, o que nos foi apresentado até aqui diz respeito especificamente à doutrina católica e seus impedimentos. Essas regras podem ser aplicadas aos protestantes?

Assim como explicado nos gráficos e tabelas referentes aos batismos, nos casamentos também tivemos uma diferença em relação à quantidade de ocorrências apresentada na tabela, em relação ao de casamentos registrados. Para o universo dos 71 matrimônios realizados nas Picadas Bom Jesus e Pomerana no período compreendido pela pesquisa, foi possível localizar 65 registros de casamento em que constam a data de realização do mesmo. Sendo assim, os gráficos e tabelas a seguir dizem respeito a essa quantidade de registros, pois se tratam dos dados que estavam completos.

Como é possível verificar, a metodologia para a elaboração dos gráficos e tabelas que se referem ao movimento sazonal dos casamentos, foi àquela proposta por Louis Henry e Michel Fleury já explicada de maneira mais pormenorizada no capítulo anterior, sendo assim, passamos à análise dos dados apresentados nos registros.

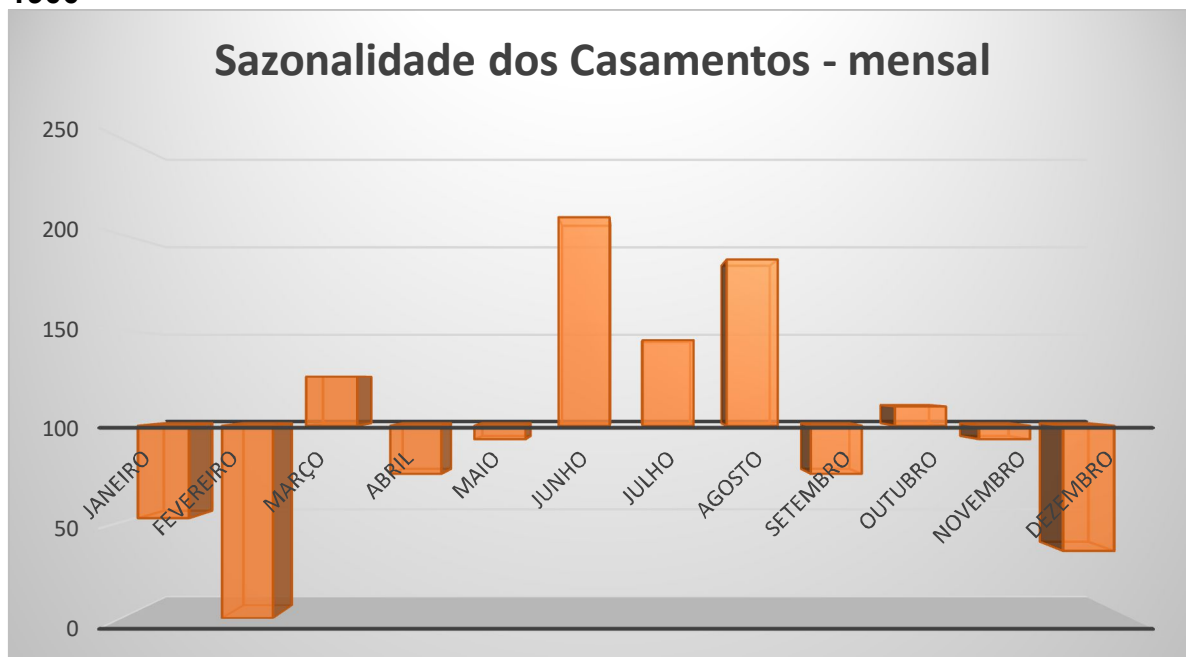
Tabela 10 – Sazonalidade Mensal dos Casamentos, entre os anos de 1868 e 1900

Meses de Casamento													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
N=	03	0	07	04	05	11	08	10	04	06	05	02	65
DIVISOR	31	28,2 4	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
Nº POR DIA	0,0 9	0	0,2 2	0,1 3	0,1 6	0,3 6	0,2 5	0,3 2	0,1 3	0,1 9	0,1 6	0,0 6	2,07
Nº PROPORCIONAIS	52	0	126	75	93	209	145	187	75	110	93	35	1200

Fonte: Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. Elaboração própria.

Legenda: N= a números absolutos.

Gráfico 08 – Sazonalidade Mensal dos Casamentos, entre os anos de 1868 e 1900



Fonte: Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. Elaboração própria.

Ao contrário dos batismos, os meses de maiores ocorrências de casamentos no período analisado foram os meses de junho, julho e agosto, sendo junho o preferido. Como vimos no capítulo anterior, a batata era um dos produtos mais cultivados na colônia e seu período de safra – incluindo plantio e colheita – geralmente se dá entre os meses de agosto a outubro, sendo assim, é possível que em função do grande trabalho desempenhado durante a safra, os casais evitassem essa época do ano para realizarem suas núpcias, tendo em vista que toda a família se envolvia no trabalho na lavoura, seria inconveniente preparar um casamento em meio a tanto trabalho. Dessa maneira, podemos levantar a hipótese de que os casamentos eram celebrados nos meses anteriores aos trabalhos na lavoura.

Podemos comparar esse resultado, ao apresentado por Carlos de Almeida Prado Bacellar²¹⁵ para a Vila de Sorocaba entre os séculos XVIII e XIX. De acordo com o autor os meses de agosto a novembro, que eram geralmente dedicados aos trabalhos de preparo da terra, colheita e plantio, sofrem em razão disso, uma tendência de queda.

²¹⁵ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**. Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2001, p. 77.

Em contrapartida, dezembro, janeiro e fevereiro foram os meses mais desprezados, sendo o de fevereiro o mais desprezado, não apresentando nenhuma ocorrência. O mês de dezembro, pode ser explicado a partir do período de Advento, que faz parte dos ciclos litúrgicos anuais apresentados por Janaina Perrayon Lopes, entre os protestantes, sobretudo os luteranos, o Advento é considerado como período importante de preparação da igreja, é o início do ano litúrgico, e cada um dos domingos que antecede o dia do natal é celebrado com orações e cânticos, portanto, é possível que em virtude dessas celebrações, houvesse uma observância por parte dos casais, em não realizar casamentos nesse período. No que diz respeito aos meses de janeiro e fevereiro a hipótese que podemos levantar para explicar essa retração, está centrada no calendário agrícola, pois estes eram os meses de colheita do feijão, outro alimento produzido nas colônias. É importante destacar que essa retração em fevereiro, sobretudo, é um fenômeno localizado, uma vez que outros trabalhos apresentem justamente tendência contrária. Bacellar demonstra que para a Villa de Sorocaba, por exemplo, o mês de fevereiro sempre foi o de maior predileção, sendo seguido pelo mês de janeiro. Ana Silvia Volpi Scott²¹⁶, em sua pesquisa para a região Noroeste de Portugal nos séculos XVIII e XIX, viu uma tendência semelhante, apresentada por Bacellar, em que as maiores ocorrências de casamentos foram registradas no mês de janeiro. A autora menciona que a causa para esta escolha se dava em função do calendário agrícola.

Em relação ao processo de distribuição semanal dos casamentos, também foi possível verificar quais as predileções dos noivos protestantes no período contemplado pela pesquisa. Para os casamentos, o dia da semana preferido dos noivos, foi a sexta-feira, com 47 casos registrados, como podemos ver na tabela 11 e gráfico 09 logo abaixo.

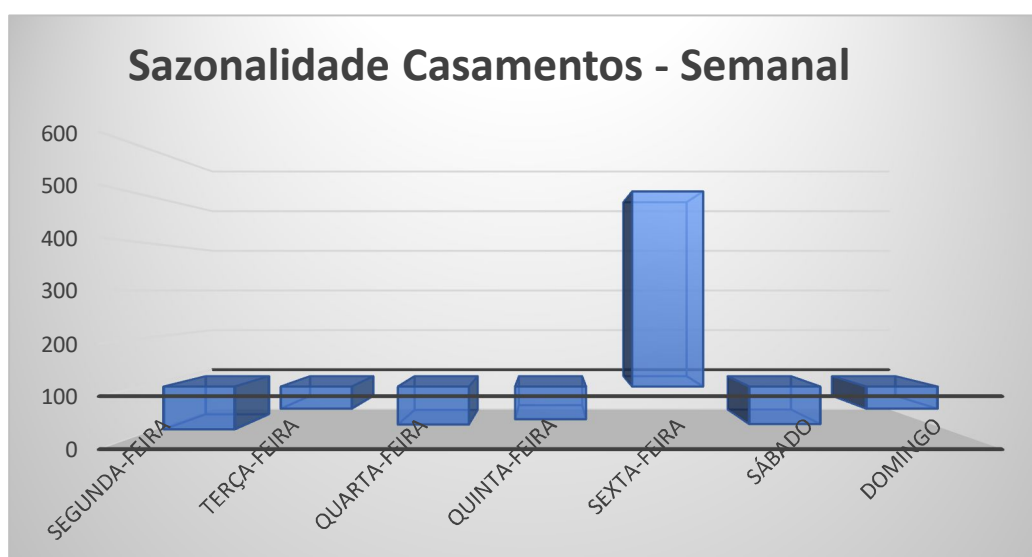
²¹⁶ SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012, p. 290-291.

Tabela 11 – Sazonalidade semanal dos Casamentos, entre os anos de 1868 e 1900

Dias da Semana - Casamentos								
	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo	Total
N=	01	05	02	03	47	02	05	65
Nº PROPORCIONAIS	11	54	21	32	506	22	54	700

Fonte: Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. Elaboração própria.

Gráfico 09 – Sazonalidade Semanal dos Casamentos, entre os anos de 1868 e 1900



Fonte: Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. Elaboração própria.

Esta predileção por parte dos noivos em escolher a sexta-feira como dia de realização do matrimônio é uma questão interessante de se analisar, pois podemos considerar como uma tendência contrária ao que temos registrado na historiografia que trata dos movimentos sazonais dos matrimônios, uma vez que outros trabalhos como o de Jayme Antonio Cardoso e Sergio Odilon Nadalin para Curitiba na Província do Paraná e o de Marcos Alberto Dal Cin²¹⁷ para Conventos na Província do Rio Grande do Sul, demonstrem justamente o contrário.

O primeiro impulso é explicar a partir das tradições populares (indicadas pela religiosidade católica) que identificam todas as

²¹⁷ DAL CIN, Marcos Alberto. **O cotidiano em área de imigração alemã: análise dos livros de Registro de Ofícios Eclesiásticos da localidade de Conventos/RS – 1860 a 1903.** Dissertação (Mestrado em História), Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 2017.

sextas feiras como dia não propício, dia da morte de Cristo, de abstinência, ou dia de azar, e assim por diante. De qualquer forma, parte importante da população, conscientemente ou não, deixa de casar na sexta-feira em virtude dessa relação, inclusive em períodos mais recentes.²¹⁸

A historiografia tem apresentado, em trabalhos como os citados, que em geral, as sextas-feiras eram as menos desejadas para a realização das bodas, e em contrapartida, as terças-feiras se apresentavam como prediletas. Como é possível justificar essa escolha? De acordo com Carlos Bacellar:

[...] Embora toda a historiografia não se farte de frisar o papel do fim de semana em nossas comunidades coloniais – era o momento de comparecer nas vilas, fazer negócios, assistir aos cultos, tomar parte nos negócios públicos. [...] Aos jovens sorocabanos, pareciam mais interessantes as segundas, terças, quartas e quintas-feiras, e quase nunca as sextas-feiras. Fugia-se, perceptivelmente, do dia do Senhor e da sexta-feira, dia de abstinência, demonstrando observância segura dos preceitos defendidos pela Igreja. Se o fim de semana, era normalmente reservado para diversas atividades, o matrimônio não era uma dessas. Os casamentos marcados fora do fim de semana talvez viessem ressaltar a ocorrência da cerimônia, realizada em dias onde a vila, normalmente estava esvaziada. Chamava-se assim, maior atenção para o evento, informando à comunidade o novo status de casal alcançado pelos jovens noivos. Parentes e amigos deslocavam-se para a Igreja – e, portanto, para a vila – especialmente para aquela ocasião especial.²¹⁹

Uma possível explicação para essa recorrência da sexta-feira, para o universo dos casamentos das Picadas Bom Jesus Pomerana, pode estar relacionada à questão religiosa. Por se tratar de uma comunidade não católica, não havia essa observância de se fazer abstinências nas sextas-feiras, como mencionadas por Bacellar. Porém, a hipótese mais aceita para essa predileção se baseia na questão cultural dessas pessoas. Mais adiante trataremos de maneira mais aprofundada a respeito da procedência dos pais dos noivos que nos é apresentada nos registros de casamento. Como será possível verificar, os colonos das picadas pesquisadas eram provenientes da Pomerânia, uma antiga divisão territorial situada no Norte da Alemanha e Polônia, na costa sul do Mar Báltico.

²¹⁸ CARDOSO, Jayme Antonio; NADALIN, Sergio Odilon. Os meses e os dias de casamento no Paraná – séculos XVIII, XIX e XX. **Revista História: Questões e Debate**. 3(5):dez. 1982, p. 119.

²¹⁹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**. Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2001, p. 83-84.

Para os Pomeranos o casamento era uma celebração muito importante, cujas festividades duravam três dias: começavam na quinta-feira à noite e terminavam no domingo. Toda a comunidade era convidada a participar, e auxiliavam na organização da festa, nos preparativos e também traziam comidas e bebidas.

Entre os pomeranos o casamento é realmente uma festividade e um ato comunitário. Toda a comunidade se envolve nos preparativos da cerimônia e da festa. Os proclames do casamento são realizados cerca de um mês antes da oficialização da cerimônia, e a partir desse momento, que se iniciam, de maneira comunitária, os preparativos para a festa, como a construção de galpões e fornos para assar os alimentos. Não somente os membros das famílias do noivo e da noiva, mas os vizinhos e amigos também auxiliam nesse momento.

O convidador (*hochtijdsbijrer*) – papel desempenhado pelo irmão caçula da noiva, exercia a missão mais importante no período que antecede a celebração do casamento: cabia a ele passar a cavalo de casa em casa na colônia convidando os moradores para o casamento que seria realizado nos próximos dias. Geralmente os convites começam a ser feitos em torno de três semanas antes do casamento. Segundo a tradição o convidador carrega consigo uma garrafa contendo aguardente toda enfeitada com fitas e ramos de alecrim. Ao chegar na casa de alguém, este se anuncia com gritos, ao entrar na residência, profere em forma de versos e na língua pomerana²²⁰ o convite aos moradores da casa, como este por exemplo:

Não me levem a mal, mas tudo que posso fazer hoje, não deixo para amanhã./ Não venho por vontade própria. Fui mandado pelos noivos Wihlen Discher e Janeta Kalk/ Para convidar todos vocês para o casamento deles./ Que está marcado para o dia 15 de julho, às 13 horas, na Igreja Luterana em Melgaço./ Todos que estão nesta casa, grandes e pequenos. Não fiquem em casa. Venham todos./ Engraxem bem os sapatos./ Se arrumem todos. Mas não demais. Pois os noivos querem ser os mais elegantes. Porcos e bois vão ser carneados, mas fazer outras comidas também será lembrado. Não

²²⁰ Os pomeranos são um povo de cultura camponesa e de tradição oral e a língua pomerana é um dialeto, “[...] da família Germânica Ocidental e da subfamília Baixo Saxão (Low Saxon) Oriental. Também fazem parte desta subfamília lingüística o Holandês, o Flamengo, o Vestfaliano e o Afrikâner, entre outras línguas. A língua pomerana é falada no Brasil pelos descendentes de pomeranos em comunidades no Espírito Santo, Minas Gerais, Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A maioria dos falantes são bilíngues em Pomerano e Português. Na Alemanha o Pomerano é praticamente desconhecido, sendo falado somente no Brasil.” TRESSMANN, Ismael. O convite e a participação do *hochtijdsbijrer* na festa de casamento pomerano. In: YILI, Maria Rojas. **Duu kast rinerkoome**: Programa de Assistência aos Lavradores Pomeranos do Espírito Santo, 15 anos. Vitória. UFES. Pró Reitoria de Extensão, 2002. p. 2.

tenho muito tempo para ficar parado, por isso dirijo-me à porta. Pois tenho hoje, ainda, muita coisa para fazer.²²¹

O proprietário ou outro membro da residência, para selar o compromisso do comparecimento na celebração, toma um gole da bebida da garrafa e em seguida a dona da casa ou uma moça da casa oferece ao convidador um lenço colorido que é fixado em suas costas e que juntamente com os demais lenços recebidos, serão usados por ele no dia da cerimônia. Além dos lenços ou fitas coloridas, é tradição dar ao convidador algum dinheiro, como forma de remuneração pelos dias de trabalho em sua propriedade que foram perdidos ao realizar a tarefa de convidar os vizinhos para a cerimônia de casamento.²²²

Na quinta-feira à tarde, depois de tudo estar preparado, a comemoração iniciava com muita música e dança. Após a dança, acontecia o tradicional quebra-louça, que na língua pomerana chama-se “*puldren*”. Segundo a tradição, o objetivo era quebrar a louça em maior número de cacos possíveis. Isso significava muita sorte para o casal de noivos na vida conjugal. Os noivos guardavam os cacos dentro de um embornal como lembrança. Ao final do “*puldren*”, as famílias se despediam e iam para suas casas.

Na sexta-feira bem cedo, o tocador de concertina e a pessoa que convidava (o “convidador” – geralmente o irmão da noiva ou um parente próximo) recebiam as famílias com gritos de boas-vindas. Os convidados ofertavam uma moeda de pequeno valor, agradando os recepcionistas e ajudando aos donos da festa. Em seguida, tomavam o café da manhã: pão de milho, linguiça defumada crua, queijo, manteiga de vaca, mel e melado, rapadura e café com leite. **Após o café da manhã se prontificavam a caminhar um bom trecho para chegar à igreja com o noivo e noiva para receber a bênção matrimonial.** Nesta caminhada para a igreja, o “convidador” era o guia e seguia alguns metros à frente dos noivos e dos convidados. **O grupo era recebido na porta da igreja pelo pastor.**²²³

Geralmente a festa era realizada na casa dos pais da noiva. Durante os três dias de festejos, eram servidos “banquetes” aos convidados no almoço e no jantar,

²²¹ Disponível em: <https://montanhascapixabas.com.br/site/index.php/pt-br/cp/3544-hochtijdsbirer-o-convidador-de-casamentos>.

²²² Conforme: TRESSMANN, Ismael. Op. Cit, p.1-8.

²²³ Conforme: “Casamento Pomerano”. Disponível em: <http://www.acurbe.org.br/casamento-pomerano/>. Acesso em 04/05/2019.

e segundo a tradição, era expressamente proibido, por exemplo, servir nessas ocasiões carne de galo, pois representava um mau agouro, e poderia ocasionar desentendimentos entre os convidados. O caminho para a festa era enfeitado com arcos de flores, que simbolizam uma limpeza de toda maldade, mágoas e rixas do passado que pudesse haver entre as pessoas que ali passassem.

Diante do exposto, e como mencionado anteriormente, podemos afirmar que o matrimônio seja, portanto, e ainda mais quando se refere às tradições pomeranas, como o ato mais público da vida privada dos casais, ou seja, é um momento coletivo, de participação de toda a comunidade que naquele momento está testemunhando e legitimando uma nova família que é gestada. Além disso, é importante ressaltar que para além do calendário religioso e agrícola, os fatores culturais do grupo também são determinantes para o movimento sazonal dos eventos, tais como os casamentos, como foi possível verificar acima.

Como mencionado, os registros de casamento possuem maior quantidade de informações que os registros de batismo, o que nos permite conhecer vários aspectos a respeito da vida desses sujeitos históricos. Primeiramente, faz-se necessário apresentar algumas informações a respeito da ocupação econômica dos noivos. Menos de um terço dos registros apresentaram a ocupação dos noivos, totalizando 19 ocorrências, sendo que dessas a grande maioria, ou seja, 16 casos o noivo declarava ser agricultor, 2 registros constam a profissão de segeiro, ou seja, fabricante de carruagens e apenas 1 dos nubentes se declarou como pedreiro. Em relação às noivas, suas ocupações não são mencionadas, uma vez que no contexto em que estamos tratando, geralmente somente o trabalho doméstico era destinado às mulheres.

No que diz respeito ao elemento “legitimidade” dos noivos, essa informação constava em 59 dos registros pesquisados, sendo que destes, apenas uma noiva consta no registro como “filha natural”, nos demais, ambos os nubentes são apresentados como filhos legítimos. Os registros em que constam somente a condição de nascimento da noiva foram 5 dos quais, em um deles ela aparece como “filha natural” e apenas 1 registro constava somente a legitimidade do noivo, e 6 registros não continham essa informação.

O casamento, portanto, servia para consolidar laços de amizade, de parentesco e sobretudo, para unificar e proteger patrimônios. Dessa forma, partindo

desse pressuposto podemos, portanto, analisar alguns aspectos relativos à escolha dos noivos.

Podemos destacar que cada sociedade em seu tempo estabelecia, dentro de um determinado rol de possibilidades regras que deviam ser respeitadas no momento da escolha do cônjuge. Sabemos que o principal elemento aglutinador dos jovens da Colônia de São Lourenço é a religião luterana; no entanto, é evidente que, para além dos encontros realizados em função das atividades religiosas, outro elemento que pode caracterizar a endogamia do grupo consiste em escolher, o noivo ou noiva que também resida na mesma localidade, ou no caso de imigrantes recém-chegados, que tenham uma origem em comum, que tenham vindo de localidades próximas em seu país de origem.

A procedência dos noivos é uma informação relevante para se verificar o mercado matrimonial, todavia, infelizmente, os registros por nós pesquisados não apresentam essa informação. Contudo, praticamente um terço dos registros trazem informações a respeito do local de procedência dos pais dos noivos. Foram 28 registros que continham essa informação. A informação a respeito do local de origem dos pais dos noivos aparece da seguinte maneira nos registros:

Casamento do agricultor Carlos Gottlieb Henrique Pagel, filho legítimo do já falecido operário Henrique Pagel e de sua esposa Sofia, nascida Krüger, de Camitzow, **perto de Belgard, na Pomerânia**, com a viúva Ana Frederica Cristina Teshmer, filha legítima do proprietário Frederico Krüger e de sua esposa Cristina, nascida Pagel, **de Camitzow, perto de Belgard na Pomerânia**. Testemunhas são Frederico Pagel, Ludovico Röbbke e Henrique Becker. Casamento realizado em 18 de setembro com proclame²²⁴

Casamento realizado em 9 de abril, de Carlos Frederico Martin Krüger, filho legítimo do agricultor João Krüger, **de Roggzow perto de Cörlin, na Pomerânia** com a senhorita Berta Florentina Luiza Guilhermina Boldt, filha legítima do agricultor Frederico Boldt, **de Wushow, perto de Naugard, na Pomerânia**. Testemunhas são Henrique Krüger, Guilherme Buhs e A. Bergmann. Casamento realizado com proclames.²²⁵

É possível, portanto, levantar a hipótese de que estas sejam também, a origem dos próprios noivos, tendo em vista que estamos nos referindo a uma colônia recém-formada, cujos imigrantes ainda estariam sendo recebidos nesses primeiros

²²⁴ Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. São Lourenço-RS – 1868, p. 012.

²²⁵ Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. São Lourenço-RS – 1868, p. 015.

anos. Como podemos ver nos exemplos acima, tratam-se de registros mais sucintos, em que constam apenas algumas informações mais cruciais, negligenciando por exemplo a data de nascimento dos noivos, ou pelo menos a idade dos mesmos. Os casamentos mencionados nos excertos acima, foram realizados nos anos de 1873 e 1875 respectivamente. Como é possível verificar, até mesmo a forma do registro muda constantemente, ora apresenta algumas informações, ora apresenta outras – como por exemplo, os nomes das mães dos noivos, que aparecem em apenas um deles – muito provavelmente, essa mudança na forma do registro possa ser explicada em função da troca do pastor, que acabava determinando quais informações são mais relevantes de serem registradas naquele momento, ou até mesmo por simples esquecimento ou equívoco da pessoa que realizou o registro.

Dos 71 casamentos registrados, em 28 deles aparecem a informação da procedência sendo que há uma unanimidade neles, todos se referem à Pomerânia como sendo o local de onde vieram esses imigrantes. Como já mencionado, a Pomerânia é uma região histórica e geográfica localizada ao norte dos atuais territórios da Alemanha e Polônia, banhada pelo Mar Báltico, como podemos ver no mapa abaixo:

Mapa 05 – Região da Pomerânia – Local de Procedência dos pais dos noivos



Fonte: <http://pomeranosdoes.blogspot.com.br/>

Edward Shorter ²²⁶ quando se remete aos casamentos endogâmicos, menciona que existem três pilares que podem definir essa característica das uniões. Segundo o autor estas três bases seriam formadas pela endogamia social e territorial, endogamia profissional e por fim a endogamia etária. Como nossas fontes não nos permitem verificar a questão da faixa etária dos noivos, iremos nos ater principalmente aos pilares da endogamia territorial e profissional. O primeiro, consiste basicamente em procurar o par na mesma localidade, congregação religiosa ou até mesmo dentro da própria família. Por conta disso, casamentos consanguíneos eram muito comuns, “o cônjuge ideal é aquele que é ao mesmo tempo um parente, um amigo, um vizinho.”²²⁷

Shorter afirma que a endogamia social e territorial era altamente valorizada pois era uma maneira de se concentrar as riquezas por exemplo, uma vez que os dotes oferecidos permaneceriam na localidade. Em relação à endogamia profissional, o autor explica que a mesma se refere a buscar o cônjuge dentro da mesma classe social e principalmente, àquele cujas famílias estavam inseridas no mesmo ramo econômico. Ainda segundo o autor, na Europa tradicional, essa endogamia profissional era muito comum, sobretudo no que diz respeito às famílias agrícolas, como é o caso da colônia aqui pesquisada.

No que diz respeito aos fatores culturais, a endogamia étnica pode ser considerada como um valor fundamental para a preservação da comunidade e de seus valores. Dessa maneira, os casamentos interétnicos, ou seja, aqueles em que um dos cônjuges era de outra origem étnica, eram desqualificados e até mesmo condenados, pois representavam uma quebra com as tradições e dos costumes do grupo.²²⁸

Esse comportamento reforça ainda mais a ideia de que esses imigrantes possuíam as redes de sociabilidade de malha estreita, como vimos o capítulo anterior, demonstrando, dessa maneira que os noivos mantinham seus círculos de amizade bem reduzidos

²²⁶ SHORTER, Edward. **A formação da família moderna**. Lisboa: Terramar, 1975, p. 164-168.

²²⁷ SARACENO, Chiara. **Sociologia da Família**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 95.

²²⁸ SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, C.; VASCONCELLOS, N. **Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade, história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 11-28.

A tabela abaixo demonstra a distribuição das localidades no interior da Pomerânia de onde vieram esses imigrantes. É possível verificar que estes imigrantes vieram de regiões muito próximas dentro do território pomerano como se vê no mapa 06 logo abaixo.

Tabela 12 – Procedência dos Pais dos Noivos

Região da Pomerânia	Quantidade	
	Pais do Noivo	Pais da Noiva
Belgard	6	6
Kolberg-Körlin	9	8
Köslin	4	3
Naugard	4	5
Regenwalde	1	2
Schievelbein	4	1
Não identificada	1	3

Fonte: Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. Elaboração própria.

Mapa 06 – Regiões da Pomerânia de Origem dos Pais dos Noivos



Fonte: <https://sites.google.com/site/familiaklafke/knack>.

A partir desses dados podemos chegar à conclusão de que as famílias dos imigrantes instalados na Colônia de São Lourenço tinham como característica

comum a endogamia, ou seja, manter o grupo fechado. Sergio Odilon Nadalin²²⁹ em pesquisa realizada a respeito dos casamentos de luteranos em Curitiba no século XIX aponta que para o período corresponde aos anos de 1870 a 1939, as porcentagens relativas aos casamentos intra-étnicos, sempre ultrapassam uma média de 80% dos registros. Esses índices, de acordo o autor, apontam para a existência de uma comunidade fechada e que resistia em integrar-se ao novo meio, muito provavelmente pela necessidade de manterem-se unidos.

E, assim, a autopreservação e a integração constituir-se-iam nas duas variáveis fundamentais que poderiam explicar todo o processo de formação dos grupos étnicos. [...] Em consequência, eram os elementos de conservação que propiciavam uma certa unidade social “acompanhada por uma consciência comum e por uma certa coesão na acção” (Golfin, 1973: 94): consciência comum etnicamente engendrada; conduta coletiva em parte determinada pela solidariedade fundada num mesmo estado de espírito originado da corrente estabelecida (Halbwachs, 1941). Ao continuarem socialmente integrados na referida corrente, numa unidade dotada de certa duração (Birou, 1973: 180) —ou seja, ao continuarem como imigrantes—, permaneciam os vínculos característicos do grupo social.²³⁰

Esse dado é importante para podermos analisar ainda que de forma superficial, alguns aspectos referentes ao mercado matrimonial em que os noivos estavam inseridos. Uma vez que é possível, que os noivos escolham seus pares em função da localidade onde seus pais viviam na Alemanha, sendo esse mais um ponto em comum que os unisse. Muito provavelmente, para os primeiros casamentos registrados, os noivos também fossem provenientes dos mesmos locais que seus pais, e conforme os anos foram avançando, os noivos já tenham nascido em terras brasileiras, mas mantinham a predileção por pares que tenham uma origem em comum, dessa forma, mantendo a endogamia do grupo.

Além de verificar o perfil demográfico dessa população, a documentação também nos permite ir além dos dados brutos e conhecer a intimidade das relações

²²⁹ NADALIN, Sergio O. **A Origem dos Noivos nos Registros de Casamentos da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba - 1870-1960**. Curitiba: Depto. de História, UFPR, 1974, Dissertação de Mestrado.

²³⁰ NADALIN, Sergio Odilon. Imigração e família, segunda metade do século XIX. In: **Revista Latinoamericana de Población**. Año 8 Número 14 Enero/ junio 2014, p. 34.

familiares construídas no interior dessa comunidade, uma vez que a família, e por consequência o parentesco, se revelam como uma importante ferramenta teórica e metodológica para se adentrar na complexidade da realidade social e para aprofundar qualquer investigação sobre as sociedades do passado. Dessa maneira, a partir das famílias luteranas presentes nos registros paroquiais, tencionamos compreender também seus trânsitos culturais, se os mesmos estabeleciam relações de parentesco com pessoas oriundas de fora do círculo familiar e de amizade estabelecido pela colônia, ou se mantinham apenas características endogâmicas de relações.

A hipótese que se tem a partir da construção e análise do Banco de Dados é a de que nos primeiros anos de chegada e estabelecimento dos imigrantes em terras brasileiras, eles se mantiveram fechados aos contatos exteriores. Nesses primeiros anos, a comunidade se identificava como luterana, mas não havia uma filiação sinodal, sendo assim chamada de *Freigemeinde*, ou Comunidade Livre. Pensamos que o comportamento do grupo só será modificado a partir da chegada, no início do século XX de um missionário norte americano, que iniciou um trabalho de missão na região e por conseguinte, institucionalizou a comunidade. Acreditamos que o trabalho do missionário, aliado ao fato de que Colônia já se encontrava de certa maneira estabelecida, e que a maior parte das pessoas que ali viviam compunham a segunda e até mesmo a terceira geração já nascida no Brasil e que portanto, não eram mais “outsiders”, possível que os laços de parentesco e amizade tenham ultrapassado as fronteiras da colônia e chegado às proximidades, permitindo assim, trocas culturais com a população tão diversa que formava a região, como portugueses e nesse momento, ex escravizados e seus descendentes, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

O DEUTSCHE EVANGELISCH-LUTERISCHE SYNOD VON MISSOURI, OHIO UND ANDEREN STAATEN E SUA CHEGADA AO BRASIL

“[...] Sim, agora é tempo, agora não podemos e não devemos nos esquivarmos por mais tempo da obrigação de amor, em levar aos alemães do Brasil o Evangelho. [...] Mas era a nossa convicção, que o Deus que nos deu a porta aberta para a missão no Brasil, também daria os meios necessários. Lembremo-nos da bela promessa do Senhor Jesus: ‘Dai, então recebereis.’ Essa promessa também é válida para ti. Por isso levantemo-nos, vamos à missão no Brasil. Deus dê a sua benção para isso!”²³¹

Estados Unidos da América, meados do século XIX. O ano é 1847, onde numa pequena localidade formada no coração dos Estados Unidos, mais precisamente no Estado do Missouri, um grupo de imigrantes de origem alemã, recém-chegados da Saxônia funda um Sínodo Religioso pautado nos ensinamentos de Martinho Lutero. Descontentes com os rumos políticos e religiosos²³² que a Prússia tomara naqueles tempos a partir sobretudo, da unificação das Igrejas Luterana e Reformada, esse pequeno grupo percebeu que emigrar era a solução mais viável para poder manter sua doutrina religiosa.

Primeiramente, é importante destacar que no início do século XIX a atual Alemanha passava por um grave momento de crise. Houve no sudoeste alemão um período de grande fome durante os meses de inverno entre os anos de 1816 e 1817. Esta situação foi ainda mais agravada em decorrência de um elevado crescimento

²³¹ Trecho retirado de: LOCHNER, L; SCHMIDT, C; ESEMAN, C.A. *Sollen wir in Südamerika, sonderlich in Brasilien, das Werk der Inneren Mission in Angriff nehmen?* (Devemos nós, particularmente no Brasil, dar início a obra de Missão interna?). **Der Lutheraner**. St. Louis Missouri. 28 de novembro de 1899. Número 24. p. 217. Tradução do Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

²³² “Fatores religiosos exerceram maior e direta influência no movimento [de imigração] e desempenhou um papel cada vez maior na imigração de 1838 do que as condições políticas e econômicas apenas consideradas.” In: FORSTER, Walter O. **Zion on the Mississippi**. The Settlement of the Saxon Lutherans in Missouri 1839-1841. Saint Louis: Concordia Publishing House, 1953, p. 8. (Tradução nossa).

da população alemã entre os anos de 1816 a 1825, contribuindo ainda mais com a escassez dos alimentos. Tendo em vista essa situação nada favorável, onde a falta de terras e principalmente de alimentos era uma constante, em uma região que contava com uma industrialização ainda em fase embrionária, vislumbrar a oportunidade de possuir uma propriedade, passou a ser algo consideravelmente atrativo. Estima-se, que cerca de 10 milhões de pessoas emigraram do que hoje conhecemos como a Alemanha ao longo do século XIX. Entre os anos de 1860 e 1930, do Continente Europeu, como um todo, dirigiram-se para os Estados Unidos em torno de 35 milhões de pessoas. Segundo Martin Dreher, “[...] as chagas do corpo social, as crises na economia fazem com que o bóia-fria europeu, o operário, o pequeno agricultor, o artesão e o servo que adquiriu a liberdade migrem ao menor aceno. A Europa do século XIX expulsa seus filhos e suas filhas”.²³³

Esses fatores econômicos e sociais aliados aos fatores políticos da época se transformaram em terreno fértil para o crescimento de um sentimento de descontentamento nas pessoas, que então passaram a considerar a ideia de deixar sua terra natal em busca de oportunidades melhores. Além disso, é possível acrescentar que a questão religiosa também foi um fator relevante para o agravamento das tensões existentes naquele momento.

Esse descontentamento gerado pela questão religiosa se deu, sobretudo, em virtude da unificação das duas Igrejas de matriz Protestante durante o período conhecido como “União Prussiana”.²³⁴ De acordo com o Rei Frederico Guilherme da Prússia:

[Tentativas anteriores de governantes prussianos visando unir as igrejas Reformada e Luterana falharam por causa] do desastroso

²³³ DREHER, Martin. **História do povo luterano**. São Leopoldo: Sinodal, 2005, p. 49.

²³⁴ Desde finais do século XVIII já havia por parte de Frederico II a intenção de se criar mecanismos para a união da região denominada Prússia, que era formada pelas províncias de Brandemburgo, Pomerânia, Prússia Oriental, Prússia Ocidental e Silésia. Essas regiões, se caracterizavam pelo regime agrário servil, onde grandes propriedades rurais eram dominadas por nobres, cujos camponeses deviam servidão. Além disso, a região se apresentava como um mosaico religioso, no qual várias religiões se faziam presentes, o que passou a abalar as estruturas políticas do Reino. Essa questão religiosa será resolvida no início do século XIX com a unificação dos credos protestantes numa mesma igreja institucionalizada. “[...] reformados calvinistas e luteranos receberam uma agenda litúrgica específica amalgamando teologia e rito das duas correntes protestantes. Entretanto, o monarca se intrometeu num tema muito delicado para a sociedade plurirreligiosa prussiana, e as resistências não demoraram a aparecer.” RELLY, Eduardo. Imigração alemã ao Brasil (século XIX) e Prússia: fronteiras permeáveis e diálogos entre história global e micro-história. **Revista História Unisinos**. Vol. 20. Nº 3, setembro/dezembro de 2016, p. 282.

espírito sectário da época. Sob influência de melhor espírito, que coloca de lado o não-essencial e se mantém firme aos fundamentos do cristianismo com os quais ambas as partes concordam, eu desejo ver esta obra agradável a Deus realizada em meus territórios e iniciada no próximo centenário da Reforma, para a honra de Deus e para o bem-estar da igreja cristã. Tal união verdadeiramente religiosa de ambas igrejas protestantes, que estão separadas apenas por diferenças externas, está de acordo com os grandes propósitos do cristianismo; concorda com as primeiras intenções dos reformadores; permanece no espírito do protestantismo; promove a consciência eclesiástica; tem efeitos salutareis na piedade familiar; será fonte de muitas melhorias na igreja e na escola que até agora têm sido impedidas somente por diferenças confessionais (Friederich Wilhelm III, Allerhöchste Königliche Cabinets-Ordre die Vereinigung der lutherischen und reformierten Kirche, vom 27sten September 1817).²³⁵

Os “[...] métodos para efetuar a união eram principalmente a celebração conjunta sobre o Sacramento e a introdução de uma nova liturgia neutra [...] e pela supressão de qualquer forte posição confessional e de opiniões desfavoráveis à união.”²³⁶ Segundo Eduardo Relly, houve revolta entre a população prussiana e movimentos de resistência foram organizados, como os movimentos reavivamentista, Despertamento e Mucker²³⁷, por exemplo. O autor ainda enfatiza, que como resultado de todas essas tensões religiosas vivenciadas na Pomerânia e na Saxônia entre os anos de 1835 a 1850, os luteranos que não aceitaram a União Prussiana, ficaram conhecidos como *Altlutheraner*, que significa “velhos luteranos”, ou “luteranos à moda antiga”²³⁸ e foram protagonistas de um dos poucos episódios de

²³⁵ HUFF JUNIOR, p. 93, apud Robert C. SCHULTZ, *The European background*, p. 58.

²³⁶ No original: “*The methods of effecting the union were chiefly t1he joint celebration on the sacrament and the introduction of a new, neutral liturgy [...] by the suppression of any strong confessional position and of opinions unfavorable to the union*”. (Tradução nossa). FORSTER, op. cit, p. 16.

²³⁷ “O termo Mucker tem diversos significados, como santarrão, fanático religioso, embusteiro, entre outros e foi utilizado para imprimir um caráter negativo para o grupo, [...] dos Movimentos Mucker ocorridos, por exemplo, em Königsberg na Antiga Prússia durante o século XIX. Podemos também pensar, neste mesmo contexto, no caldo cultural-religioso que possa ter influenciado o movimento Mucker; Pietismo, antissecularismo, curandeirismo na Alemanha – uma vez que a antiga Pomerania detinha uma tradição muito forte de curandeirismo, etc.” In: GEVEHR, Daniel Luciano; DILLY, Gabriela. Os estranhamentos entre aqueles que estavam e aqueles que chegam: representações sobre o espaço e as relações entre indígenas e imigrantes alemães no rio Grande do Sul, Brasil. *História Unicap*, v. 3, n. 6, jul./dez. de 2016, p. 384.

²³⁸ Estes luteranos eram considerados como Confessionaisistas, “[...] pois estes entendiam-se como uma minoria consciente que buscava defender a igreja contra a dominação racionalista, assegurando as objetividades da verdade cristã e retornando à doutrina e à ordem da Igreja Luterana das origens (daí o rótulo Repristinationstheologie). Não era possível, para eles, aceitar as políticas de Frederico Guilherme III e de sua União Prussiana. Construíram, então, um programa teológico de resistência à modernização ou a qualquer mistura com pontos de vista não-luteranos.” In: HUFF JUNIOR, Arnaldo

emigração por motivos religiosos ocorridos na Prússia. Esses alemães, tiveram como destino, os Estados Unidos da América.²³⁹

De acordo com Arnaldo Érico Huff Júnior²⁴⁰, esses imigrantes germânicos que se dirigiram aos Estados Unidos, eram oriundos principalmente da Saxônia, e integravam um movimento chamado Stephanismo, liderado por um pastor chamado Martin Stephen. Esse movimento, segundo Huff Júnior, era pautado por um tríplice enraizamento sociocultural, que seriam, a Ortodoxia, o Pietismo e o Confessionalismo²⁴¹. Ou seja, esse movimento se pautava na ideia de que a religião luterana deveria ser o mais próxima possível àquela estabelecida por Lutero pós Reforma, e principalmente, deveria se opor à teologia racionalista – fortemente influenciada pelo Iluminismo – demonstrando que a fé deveria se sobrepor à razão. Em virtude desse posicionamento religioso e também da postura pessoal de Stephen, que se mostrava cada vez mais desrespeitoso com a legislação local, o governo Saxão passou a reprimir as ações do grupo, e principalmente de seu líder. Após Stephen ter sido preso por duas vezes, seus seguidores e o próprio pastor começaram a organizar a emigração.

Érico. **Vozes da Ortodoxia**. O Sínodo de Missouri e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil: processos de formação e relações nos contextos da I Guerra Mundial e do final do Regime Militar. Tese (Doutorado em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora/MG, 2006, p. 98.

²³⁹ RELLY, Eduardo, op. Cit, p. 282.

²⁴⁰ HUFF Júnior, Arnaldo Érico. Op cit, p. 101-106.

²⁴¹ Segundo Huff Júnior, podemos explicar de maneira mais simplificada esses três conceitos a partir das transformações políticas, sociais e religiosas ocorridas a partir do início do século XVII. Segundo o autor, a Ortodoxia se principia por volta de 1600, a partir do debate em torno da teologia dos reformadores e principalmente da correta interpretação da Bíblia. “[...] A Ortodoxia Luterana sustentava que todo argumento racional deveria humildemente ceder lugar ao testemunho da Bíblia, autoridade máxima em termos de fé [...]. Os ortodoxos luteranos em geral criam e ensinavam que o ponto de partida para a teologia era dado pela revelação bíblica objetiva, e não pela fé como experiência subjetiva.” (p. 73).

O Pietismo por sua vez, foi um movimento que buscava a transformação da vida do fiel luterano, ou seja, a demonstração de sua fé através de sua conduta de vida. “Em sua ênfase na dimensão experiencial e na prática de fé, os pietistas desenvolveram também uma por vezes áspera moralidade ascética, especialmente no tangente à alimentação, vestimenta e lazer. Criam que viver uma vida pia e ordeira voltada para a família e para o próximo era a consequência imediata da regeneração. Simplicidade, moderação e ordem deveriam ser observadas.” (p. 78)

Por fim, o Confessionalismo, caracterizava-se pelo retorno aos fundamentos confessionais em combate ao Iluminismo e às políticas da União Prussiana e a divisão que esta instaurava no cenário religioso entre luteranos, calvinistas e os que estavam a favor da fusão entre as duas correntes. Os confessionalistas, entendiam-se como defensores da igreja contra a dominação racionalista, e buscavam o retorno à doutrina e ordem da Igreja Luterana das origens, tal como pensada por Martinho Lutero.

Como abordado previamente, o destino escolhido foi os Estados Unidos. Esta escolha foi motivada pela positiva propaganda a respeito das terras americanas. Um conterrâneo da Saxônia havia deixado a Europa anos antes, e a partir de cartas, narrava a qualidade das terras da região de Missouri nos EUA. A partir disso, os Stephanistas organizaram uma Sociedade de Emigração para regulamentar e empreender a viagem ao Novo Mundo. A sociedade possuía um Código Emigratório, que estabelecia as normas da sociedade e principalmente da viagem, e o “Código para o fundo de crédito da Sociedade Luterana Emigratória com o Pastor Stephan para os Estados Unidos da América do Norte”, este documento regulamentava a parte financeira do empreendimento. Em pouco tempo, o grupo contava com 700 pessoas dispostas a começar uma nova vida em outro lugar, possuíam dinheiro suficiente para a travessia, e um líder que os guiaria nessa empreita. Antes de partir, Stephen se pronunciou da seguinte maneira:

Antes de deixarmos a Alemanha e a Europa, desejamos transmitir saudações e despedidas fraternais aos nossos amigos que estão ficando para trás. Depois de muitos anos de difamação, estamos finalmente libertos das mãos de nossos inimigos e viajando em paz para aquela parte do mundo onde aqueles que são difamados têm o privilégio de defender-se publicamente. (...) Nossos corações estão cheios de sincero agradecimento a todos que nos mostraram solicitude. Pedimos a Deus que os compense ricamente por isso em suas horas de necessidade. Com referência aos nossos muitos inimigos, queremos atender às palavras de nosso Senhor Jesus Cristo: ‘Ame seus inimigos’, etc., Mt 5:44. Se vocês, queridos amigos, quiserem viajar conosco em espírito para a América, acharão uma congregação de luteranos à moda antiga, viajando em cinco navios sob a proteção de Deus. Seis pastores com cerca de 700 almas, entre elas 10 candidatos ao pastorado e quatro professores, estão alegremente viajando para a terra onde, não sendo perseguidos e de acordo com seu melhor conhecimento e consciência, podem preservar a fé de seus pais, servir assim a Deus e nessa fé seguir em paz neste tempo seu caminho rumo à eternidade.²⁴²

A partir do trecho acima destacado, podemos ver nas palavras do pastor semelhança ao ocorrido aos hebreus saídos do Egito: um povo que estava sendo guiado por Deus rumo à terra prometida. Stephen entendia que emigrar era a única alternativa para manter seu povo fiel à verdadeira fé luterana. A viagem aos Estados Unidos aconteceu em 1838, porém, durante o ano de 1837 Stephen e um grupo de

²⁴² HUFF Junior, Arnaldo Érico. Apud Walter BAEPLER, A century of grace, p. 27

líderes escolhidos por ele mesmo, planejaram a organização eclesiástica do que viria a ser a Igreja por ele fundada nos Estados Unidos.

O grupo que partiu com Stephen, segundo Huff Júnior não era composto por camponeses pobres tentando a sorte em outro país. Pelo contrário, em sua maioria tinham origem urbana e provinham de uma classe econômica que podemos considerar como média. Em meados de novembro de 1838, cinco navios deixaram a Saxônia em direção à América. Huff aponta que das 700 pessoas embarcadas, 45% eram mulheres, e a média de idade destes imigrantes estava em torno de 25 anos. Apenas 14% eram camponeses, enquanto que 65% eram artesãos ou operários. Além disso, também fizeram a travessia 8 pastores, 11 candidatos ao ministério (ou seja, possuíam formação teológica, porém ainda não haviam liderado uma congregação), 4 professores, 9 comerciantes, um médico, um advogado e um funcionário público do Estado da Saxônia. Nas palavras de Huff Júnior:

Tratava-se mormente, como se vê, não de um bando de camponeses pobres tentando salvar suas vidas na emigração, mas de um grupo de origem urbana, de classe média, guiado por uma liderança altamente educada e comprometida com princípios teológicos muito mais rígidos e ortodoxos que os da Igreja Estatal da qual se desligava.²⁴³

Nos meses que se seguiram à chegada aos Estados Unidos, Stephen se mostrou exatamente o contrário do que seus seguidores acreditavam, esbanjando o dinheiro do fundo da Sociedade Emigratória e possuindo postura considerada como indecorosa, dentre outros fatores²⁴⁴. Em virtude de seus atos, Stephen foi deposto de seu cargo e exilado, tendo de deixar o grupo de imigrantes.

Estando em terras americanas, nos anos que se seguiram após todo o problema enfrentado em virtude da perda do líder que os trouxera da Alemanha, o grupo pode finalmente organizar-se em função de uma identidade doutrinária, ou seja, seguir apenas os preceitos confessionais luteranos e a sagrada escritura, como era o desejo destes ainda em solo europeu. A igreja recém-criada em solo norte americano posicionou-se de forma severa em seguir apenas os preceitos

²⁴³ HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. Op. Cit, p. 109-110.

²⁴⁴ Huff Júnior em sua tese apresenta maiores detalhes a respeito do comportamento de Stephen, o que justificou seu desligamento e exílio do grupo.

confessionais luteranos e a bíblia, ao contrário do que estava sendo proposto na Alemanha, e dessa forma, adotou como princípio: “Sem unidade doutrinária não pode haver unidade sinodal. E fiel a esta norma não se alia com outras igrejas enquanto estas não se posicionarem doutrinária e confessionalmente com ela”.²⁴⁵ É possível considerar que estes partilhavam de um luteranismo mais ortodoxo, tendo em vista que adotavam uma interpretação mais literal dos textos bíblicos e admitiam como base confessional todos os Documentos Confessionais reunidos no Livro de Concórdia²⁴⁶ de 1580. Dessa forma, o grupo em questão, utilizou-se do isolamento e do conservadorismo, para poder manter essa postura mais ortodoxa do luteranismo.

O Deutsche Evangelisch-Lutherische Synode von Missouri, Ohio und anderen Staaten – ou Sínodo Evangélico-Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados²⁴⁷ foi formado a partir da iniciativa de alguns pastores e fomentado principalmente pela circulação do periódico *Der Lutheraner* (O Luterano) produzido em St. Louis, Missouri, que era publicado desde o ano de 1844, pelo reverendo C. F. W. Walther, que tinha por finalidade:

‘tornar os leitores familiarizados com as doutrinas, os tesouros e a história da Igreja Luterana’ e de ‘fornecer prova de que a Igreja Luterana é de fato a verdadeira antiga Igreja de Cristo na terra, não meramente uma das seitas cristãs’. Deveria também o periódico ensinar ‘como um verdadeiro luterano, ainda que pecador, pode ser um crente firme, viver uma vida verdadeiramente cristã, carregar bravamente sua cruz e, partindo dessa vida, entrar nas glórias do céu’. Vinha, além disso, com o objetivo de ‘expor doutrinas falsas e práticas pecaminosas, dando atenção particular àqueles luteranos, assim chamados erroneamente, que com aparência e traje de professor luterano pregam e disseminam erro, descrença e

²⁴⁵ STEYER, Walter O. **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo**: a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio-Grandense 1900-1904. Porto Alegre: Singular, 1999, p. 20

²⁴⁶ O Livro de Concórdia ou Fórmula de Concórdia é um escrito confessional de 1580 que dá atenção especial aos erros surgidos dentro do luteranismo. Possui quatro dimensões: eclesiástico, simbólico, teológico e político, uma vez que serviu como consenso e convicção em questões doutrinárias, demonstrou como a segunda geração entedia a doutrina da reforma, colocando-se contra as posições de Melancton e aceitando somente os escritos de Lutero e por fim, conferiu aos luteranos certos direitos políticos e religiosos no Império germânico da época. Conforme: SEIBERT, Erní Walter. **Introdução às Confissões Luteranas**. Sua atualidade e relevância. Porto Alegre: Concórdia, 2000, p. 124-143.

²⁴⁷ Sínodo Evangélico-Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados, atualmente Lutheran Church Missouri Synod (LC-MS), A Igreja Luterana – Sínodo de Missouri.

sectarismo, para o prejuízo e vergonha do Luteranismo puro e escriturístico'.²⁴⁸

Este periódico produzido em St. Louis, Missouri era um boletim luterano escrito todo em língua alemã e que era distribuído em todas as comunidades luteranas dos Estados Unidos, que acabou posteriormente, se transformando no órgão de comunicação oficial do Sínodo e por sua vez, projetando-o no cenário nacional estadunidense. De acordo com Arnaldo Érico Huff Junior, a grande circulação do periódico foi responsável pela unificação de algumas comunidades estadunidenses, criando assim, as bases para a Institucionalização do Sínodo de Missouri, Ohio e Outros Estados. De acordo com o autor, a partir da leitura do jornal, alguns pastores confessionalistas, como, por exemplo, o reverendo Conrad Dietrich Wyneken, no qual servia a algumas congregações em Indiana e Wilhelm Löhe, que se encontrava ainda na Bavária, passaram a se comunicar, angariar fundos e assim delinearam as diretrizes do *Die Deutsche Evangelische Lutherische Synode von Missouri, Ohio, und andern Staaten*.

Tão logo o sínodo foi se solidificando, os trabalhos foram se expandindo para além dos limites territoriais norte-americanos. Segundo as informações que chegavam, havia uma seara muito profícua para ser realizada além das terras estadunidenses. Milhares de imigrantes de origem germânica e de religião luterana estavam espalhados pelo novo mundo – o Continente Sul-Americano – precisando de atendimento religioso. É neste contexto que os olhos do Sínodo de Missouri se voltaram para o Brasil e seus imigrantes alemães.

Como discutido nos capítulos anteriores, é sabido que os primeiros luteranos que desembarcaram no Brasil vieram com as correntes imigratórias iniciais de alemães, ainda no primeiro quartel do século XIX. De acordo com Rodrigo Portela²⁴⁹, esses primeiros imigrantes alemães evangélicos que aqui chegaram, procediam de basicamente três confessionalidades distintas. A maioria era de luteranos, porém

²⁴⁸ HUFF JUNIOR, Arnaldo Érico. **Op. Cit.**, p. 115-116.

²⁴⁹ PORTELLA, Rodrigo. Fé, Cultura e Norma Eclesiástica: A gênese da Igreja Luterana no Brasil – Organização Popular e Tutela Eclesiástica. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 7/8, jul/ago 2006, p. 595.

havia dentre eles calvinistas e muitos da Igreja Unida, ou seja, a Igreja formada após a União Prussiana, onde as tendências teológicas evangélicas foram unificadas.

Retomando a discussão apresentada em capítulo anterior, vale relembrar que a Constituição do Império do Brasil não permitia aos imigrantes professar publicamente sua religião, o que pode ter contribuído para que muitos desses imigrantes abandonassem as práticas protestantes. Todavia, sabemos que vários grupos no interior das colônias se organizaram em comunidades e formaram Igrejas Livres, ou seja, distintas vertentes teológicas e confessionais eram agrupadas numa mesma comunidade, uma vez que não havia uma divisão eclesiástica.

Este período é chamado pelos pesquisadores especialistas da História das Religiões, e sobretudo das religiões luteranas brasileiras de Período Pré-Sinodal, uma vez que não havia unidades confessionais e tampouco comunidades organizadas eclesiasticamente.

Todavia, essa realidade será modificada sobretudo, em função de um fenômeno interessante entre os imigrantes, que posteriormente foi de grande valia para a institucionalização religiosa: a circulação de periódicos de caráter religioso nas colônias. A partir da década de 1850, tão logo se estabeleceram em terras brasileiras, os alemães começaram a organizar a produção de periódicos para disseminar informações no interior das colônias. Alguns jornais eram bilíngues, a exemplo do *Der Colonist. Wochenblatt fuer Handel, Gewerbe und Landbau* (O Colono. Semanário para Comércio, Indústria e Agricultura), fundado em Porto Alegre no ano de 1852 e era distribuído para o interior da Província do Rio Grande do Sul, e foi também o primeiro jornal em língua alemã a circular na América do Sul.

No RS, desenvolveu-se uma sólida imprensa brasileira em língua alemã direcionada aos imigrantes germânicos e aos seus descendentes. Dependendo da finalidade, cada um dos jornais, almanaques e outros periódicos estiveram mais ou menos engajados em produzir, entre seus assinantes e leitores, comportamentos de fraternidade, solidariedade, cooperação e espírito cívico. Nos de circulação estadual e nacional, predominava ou uma tentativa de orientação política, ou a discussão de temas religiosos ou uma orientação filosófica. Já os impressos de caráter local/regional [...], além de apresentarem noticiosos sobre a Alemanha, o Brasil e o RS, abriam espaço para a discussão de questões locais.²⁵⁰

²⁵⁰ VOGT, Olgário Paulo. **Imprensa escrita:** uma das evidências de existência de capital social nas regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul. p. 1. Disponível em: <http://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos2/02.pdf>. Acesso em: 10/08/2015.

Entre as décadas de 1860 a 1890 vários jornais em língua alemã circularam pela Província do Rio Grande do Sul. Segundo Olgário Paulo Vogt os quatro maiores jornais em língua alemã a circularem no período imperial na Província eram o *Der Deutsche Zeitung* (A Folha Alemã), o *Koseritz Deutsche Zeitung* (Folha Alemã de Koseritz), o *Deutsche Volksblatt* (Folha Popular Alemã), e o *Deutsche Post* (Correio Alemão). O autor menciona que desses quatro jornais, três eram publicados em Porto Alegre e um em São Leopoldo. Com o passar do tempo, surgiram jornais em língua alemã em outras localidades da Província como Pelotas e São Lourenço, por exemplo.

Além desses jornais, que continham assuntos referentes às colônias, notícias, variedades e demais assuntos veiculados em um Almanaque, passaram-se a circular também algumas folhas dominicais das Igrejas, contendo matérias exclusivamente religiosas. Dessa maneira, a partir dessas “folhas dominicais” é possível falarmos no nascimento da Imprensa Protestante no Brasil.

Todavia, ao tratarmos desse assunto, não podemos deixar de destacar que há uma controvérsia relacionada ao seu marco inicial. Existe uma disputa para se definir qual a data de origem dessa Imprensa Protestante no Brasil, sendo que essa disputa acontece a partir das interpretações apresentadas por um historiador e por um memorialista. De acordo com o historiador Joachim Fischer, o início da imprensa evangélica no Brasil teria ocorrido em 10 de junho de 1888 com a publicação da primeira edição do “*Sonntagsblatt für die Evangelischen Gemeinden in Brasilien*” (Folha Dominical para as Comunidades Evangélicas no Brasil). Esta Folha saía como um encarte dominical do jornal “*Deutsche Post*”²⁵¹ (Correio Alemão), que era editado pelo pastor Wilhelm Rotermund, em São Leopoldo desde 18 de dezembro de 1880.

Já o memorialista Guilherme Rotermund, afirma que esse marco inicial teria ocorrido na verdade em 1880, com a criação do “Correio Alemão”, tendo em vista que seu fundador Wilhelm Rotermund, foi o pastor que foi responsável pela tentativa mais bem-sucedida de institucionalização da Igreja Luterana em terras brasileiras,

²⁵¹ “O *Deutsche Post* (Correio Alemão), inicialmente um bissemanário que era de cunho evangélico. A partir de 1899, passou a ser editado três vezes por semana e, em 1914, passou a ter circulação diária. A tiragem do jornal, que foi de 1.000 exemplares em 1899, subiu para 1.600 em 1906 e alcançou 2.845 exemplares em 1910.” In: VOGT, Olgário Paulo. Op. Ci

com a criação de um sínodo independente: o Sínodo Rio-Grandense no ano de 1886.²⁵²

De acordo com algumas fontes, a criação do *Deutsch Post* em 1880 já demonstrava uma preocupação do pastor em defender os evangélicos alemães, uma vez que “estes vinham sendo atacados pelo *Deutsches Volksblatt* (Folha Popular Alemã), da Igreja Católica, e pelo *Deutsche Zeitung* (Jornal Alemão), de Carlos von Koseritz.”²⁵³

Em 1888, o *Sonntagsblatt* passou então a ser editado separado do *Deutsche Post* e de acordo com Rui Bender “em pouco tempo, tornou-se o periódico mais divulgado entre os publicados em língua alemã no Brasil.”²⁵⁴ Contudo, sua trajetória foi um tanto conturbada, passando por diversas mudanças e reestruturações ao longo do tempo, em razão, sobretudo, das conjunturas políticas em que o Brasil se encontrava.

Inicialmente, o Sínodo Rio-Grandense não se denominou exclusivamente como alemão, além disso não possuía um enunciado confessional muito claro no momento de sua constituição, apenas referiu-se que, em termos gerais seguia às Sagradas Escrituras e aos Escritos Confessionais da Reforma de Lutero. Porém, mesmo o Sínodo não apresentando uma base confessional muito clara, ficou subentendido que este se pautava, sobretudo, a partir de uma identidade étnica sendo esta, portanto, alemã.²⁵⁵ O Sínodo Rio-Grandense se definia como uma Igreja Cristã, Evangélica e Alemã:

Igreja Cristã em sua confissão a Jesus Cristo [...]; Igreja Evangélica por aceitar apenas a Bíblia como fonte de todo o conhecimento da fé

²⁵² Que em conjunto com outros três Sínodos, a saber: Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados do Brasil (1905), Associação Evangélica de Comunidades de Santa Catarina e Paraná (1911), e Sínodo das Comunidades Evangélicas do Brasil Central (1912), formaram em 1962 o Sínodo Evangélico Luterano Unido, atual Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Conforme: BAADE, Joel Haroldo. **Da guerra à união: uma abordagem histórica da caminhada da Associação Evangélica de Comunidades e do Sínodo Evangélico Luterano até sua fusão e formação do Sínodo Evangélico Luterano Unido**. Dissertação (Mestrado em Teologia). EST, São Leopoldo, 2007.

²⁵³ Conforme: <http://www.luteranos.com.br/conteudo/um-seculo-de-historia-da-nossa-imprensa>

²⁵⁴ BENDER, Rui. **A trajetória centenária da imprensa luterana**. Disponível em: <http://www.luteranos.com.br/conteudo/um-seculo-de-historia-da-nossa-imprensa>.

²⁵⁵ Esta posição ficaria bem marcada, nos anos posteriores, com a nova denominação do sínodo em 1901 para “Igreja Evangélica Alemã do Rio Grande do Sul”.

cristã; uma Igreja Alemã não só no sentido de usar a língua alemã, mas também no sentido de conscientemente limitar-se à população de ascendência teuta em nosso Estado, mantendo laços espirituais com as Igrejas Territoriais Evangélicas da Alemanha e cultivando conscientemente o protestantismo de tipo alemão.²⁵⁶

Com o intuito de trazer para o seio do novo sínodo mais comunidades evangélicas e atingir um número maior de imigrantes, o Sínodo Rio-Grandense, executou um trabalho chamado de “pregação itinerante” que consistia no envio de pastores itinerantes que percorriam a Província do Rio Grande do Sul com a missão de atender aos imigrantes que não possuíam atendimento pastoral em suas colônias.²⁵⁷ Todavia, apesar de todos os esforços empreendidos pelos Rio-Grandenses, não foi possível uma presença maciça na Província; desta maneira, não havia atendimento pastoral a todos os imigrantes que se diziam luteranos.

Tendo em vista essa deficiência de atendimento pastoral aos imigrantes alemães luteranos no Brasil, sobretudo, na Província do Rio Grande do Sul, foi que se iniciou, por iniciativa de um pastor, uma busca por outras alternativas de atendimento pastoral que pudesse sanar esse problema. O primeiro apelo para que o Sínodo de Missouri estendesse seus trabalhos ao Brasil, veio de um pastor residente em Novo Hamburgo, o pastor Johann Friedrich Brutschin.²⁵⁸ Por intermédio de um pastor amigo seu que migrou aos EUA e com quem mantinha contato via cartas, Brutschin passou a receber regularmente o *Der Lutheraner* uma das principais publicações do Sínodo de Missouri, e partir disso, foi se familiarizando com a doutrina do sínodo americano.

²⁵⁶ DREHER, Martin, op. Cit, p. 89.

²⁵⁷ “O Sínodo Rio-Grandense [...] reconheceu deste o começo claramente a sua obrigação de ‘seguir à gente até aos mais extremos recantos’. Em relação à fraca diáspora evangélica no interior, as antigas comunidades, relativamente grandes, passaram a ser igreja enviante. [...] Aqueles evangélicos no interior do Rio Grande do Sul não eram não-cristãos, mas cristãos batizados que apenas careciam da proclamação ordenada e regular da palavra de Deus, e neste sentido estavam ‘sem a palavra de Deus’. Entretanto, o Sínodo não os queria deixar sem a palavra a Deus, porque o povo de Deus não pode ficar sem a palavra de Deus. Por isso ela assumiu o trabalho de diáspora no interior, enviando pregadores do Evangelho às pequenas comunidades de diáspora.” Conforme: FISCHER, Joachim. Os primórdios da pregação itinerante e do trabalho de diáspora no Sínodo Rio-Grandense. In: Idem (org). **Ensaio Luterano**. Dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 1986, p.55.

²⁵⁸ “Nascido na Alemanha, Brutschin veio, em 1867, ao Brasil enviado pela Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América (a Sociedade de Barmen). [...] participou da fundação do Sínodo Riograndense, ao qual serviu como pastor por cerca de 20 anos nas redondezas do Vale dos Sinos, região de São Leopoldo.” In: HUFF JUNIOR, Arnaldo Érico. **Op. Cit**, p. 129.

A partir do contato com as publicações do Sínodo de Missouri, e após ter se desligado do Sínodo Rio-Grandense no ano de 1890, o pastor Brutschin passa por uma enfermidade e resolve retornar ao seu país natal, a Alemanha. No entanto, temeroso de que o Sínodo Rio-Grandense pudesse vir a atender sua Comunidade em Novo Hamburgo, ou que a mesma acabasse ficando sem um pastor, Brutschin resolveu escrever uma carta ao Sínodo de Missouri solicitando ajuda.²⁵⁹

Coincidentemente, ou não, havia no Sínodo de Missouri um desejo de expandir os trabalhos para terras brasileiras, e esse movimento começará a ter destaque no periódico *Der Lutheraner* a partir dos números publicados no ano de 1894, onde as primeiras notícias a respeito da intenção de ampliar o trabalho à América do Sul são publicadas. Uma das primeiras menções que se tem a respeito dessa ampliação do trabalho ao Brasil, se dá na edição de 13 de fevereiro de 1894. A seção “Para a Crônica da Igreja” (*Zur kirchlichen Chronik*) possuía, uma subseção, podemos assim dizer, intitulada “*Ausland*” (estrangeiros) onde eram publicados artigos que tratavam de questões de fora dos EUA e foi nessa parte que o Brasil foi mencionado, mais especificamente no artigo “*Geistliche Noth in Brasilien*” (Angústia espiritual no Brasil). O pequeno texto de poucas linhas escrito por Ludwig Fuerbringer, menciona a precariedade do atendimento espiritual em que se encontravam os alemães aqui instalados. Além de não possuírem um pregador para administrar os Sacramentos possuíam também poucas Bíblias e livros de canções, o que o preocupou muito.²⁶⁰

Ainda em 1894, trechos de uma das missivas escritas pelo pastor Brutschin foram publicadas no *Der Lutheraner*. A carta endereçada ao Sínodo foi publicada no número 24 do dia 20 de novembro de 1894.

Pastor Brutschin de Nova Hamburgo, pela igreja de Porto Alegre, Província do Rio Grande do Sul, que recentemente se demitiu do Sínodo Riograndense Unido, realizou no início deste ano uma viagem de estudo para verificar o desempenho de vários amigos

²⁵⁹ Conforme: REHFELDT, Mário Luis. **Um grão de mostarda**: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. 1 vol. Porto Alegre: Concórdia, 2003, p.49.

²⁶⁰ FUERBRINGER, Ludwig. **Ausland. Geistliche Noth in Brasilien** (Estrangeiros. Angústia espiritual no Brasil) In: *Der Lutheraner*, St. Louis Missouri. 13 de fevereiro de 1894. Número 4. Página 31. Tradução nossa.

alemães nas recém-fundadas colônias da referida Província Brasileira. [...] ²⁶¹

No texto intitulado „*Aus Brasilien*“ (Do Brasil) o pastor descreve um pouco de suas atividades, como também da situação religiosa dos imigrantes que aqui se encontravam. Ele menciona que assim que chegou na Colônia Bávara de Triunfo, realizou um casamento e administrou o sacramento do batismo a onze crianças. O pastor menciona que existem muitos pomeranos, suécos, russos e renanos morando na região, e que não possuem atendimento pastoral. E que naqueles dias, às mais remotas localidades, ele não poderia chegar sozinho, pois chovia constantemente, o que fez desaparecer as “picadas” abertas que faziam as vezes de estradas além de não haver animais disponíveis.

Brutschin ainda menciona que as pessoas da localidade o trataram com muito carinho e manifestaram o desejo de se organizarem como uma congregação Evangélica Luterana, e que em função disso, o convidaram para ser o pastor responsável por esse trabalho. No entanto, essa missão ele não poderia assumir, como menciona na carta publicada:

Mas a promessa de vir a eles, eu não poderia dar-lhes ... Já servi por muitos anos várias comunidades pequenas regularmente. Agora parece ser o mais óbvio, que esse pequeno começo, e posteriormente, para continuar a manter os trabalhos, é ter o mais rapidamente possível, homens jovens ainda e pouco exigentes, mas capazes, como os que tem servido bem na América do Norte. ²⁶²

Podemos verificar a partir desse trecho que o pastor manifesta seu desejo de que o Sínodo de Missouri atenda à população instalada aqui no Brasil, mencionando especificamente que o trabalho poderia ser desempenhado por homens jovens, capazes e pouco exigentes, uma vez que ele já se encontrava com a idade avançada e enfermo.

A partir dessa publicação, no decorrer dos anos que se seguem, novos artigos são publicados mencionando o desejo de expansão do trabalho para o Brasil e as

²⁶¹ G. St. *Aus Brasilien*. **Der Lutheraner**. St. Louis, Missouri. 20 de Novembro de 1894. Número 24. Página 197.

²⁶² G. St. *Aus Brasilien*. **Der Lutheraner**. St. Louis, Missouri. 20 de Novembro de 1894. Número 24. Página 197.

vantagens que isso traria. Como podemos ver no trecho a seguir, publicado em 28 de novembro de 1899, no artigo “Devemos nós, particularmente no Brasil, dar início a obra de Missão interna?”

No Brasil, nossos missionários não precisam aprender uma língua estranha, o que sempre requer grande esforço, pois podem logo transmitir a doce palavra de Deus na nossa querida língua materna alemã, não precisam procurar famílias alemãs isoladas e dispersas, pois centenas e milhares se encontram concentradas em vilas e cidades.

E quão necessário é, pois, que lá seja trabalhado! No dito Estado, São Paulo, atualmente trabalham entre os alemães – não te assustes querido leitor – somente três pregadores da igreja unida e dois professores! Deveras, ali há necessidade, necessidade gritante!²⁶³

Nesse mesmo artigo Lochner, menciona que a questão havia sido encaminhada para a Comissão Geral para Missão Interna, com a ordem de dar total atenção ao assunto e decidir quais caminhos a serem tomados a partir de então, e em seguida os recursos para a missão precisariam ser arrecadados. Nesse sentido, Lochner apresenta ao leitor qual a decisão tomada pela Comissão, e faz um apelo:

A comissão teve com o venerável Sr. Presidente Geral e com antigos membros desta comissão, uma reunião e discussão. O resultado foi: “Sim, agora é tempo, agora não podemos e não devemos esquivarmos por mais tempo da obrigação de amor, em levar aos alemães do Brasil o Evangelho.”

[...] E agora nós levamos o assunto ao conhecimento de nossas comunidades, ao mesmo tempo pedindo pelos necessários meios pecuniários. Agora, prezado co-cristão, depende de ti. Se nos deixares sem meios, se não enviáres dos meios terrenos que Deus te concedeu para esta missão, então ela não terá lugar, então não mandaremos obreiros para a grande colheita de lá, e a responsabilidade ficará para ti. Porém, se quiseses [...] envie teu auxílio para uso desta missão. Mas, por favor, faça-o logo! A pressa é necessária! Em fevereiro nosso missionário já deveria iniciar sua longa viagem.²⁶⁴

²⁶³ LOCHNER, L; SCHMIDT, C; ESEMAN, C.A. *Sollen wir in Südamerika, sonderlich in Brasilien, das Werk der Inneren Mission in Angriff nehmen?* (Devemos nós, particularmente no Brasil, dar início a obra de Missão interna?). **Der Lutheraner**. St. Louis Missouri. 28 de novembro de 1899. Número 24. p. 217. Tradução do Instituto Histórico da IELB.

²⁶⁴ LOCHNER, L; SCHMIDT, C; ESEMAN, C.A. *Sollen wir in Südamerika, sonderlich in Brasilien, das Werk der Inneren Mission in Angriff nehmen?* (Devemos nós, particularmente no Brasil, dar início a obra de Missão interna?). **Der Lutheraner**. St. Louis Missouri. 28 de novembro de 1899. Número 24. p. 217-228. Tradução do Instituto Histórico da IELB.

Em 9 de janeiro de 1900, na primeira edição do ano, uma prestação de contas é publicada no Jornal, demonstrando os valores arrecadados para a missão na América do Sul, mais especificamente, Brasil e Argentina. A arrecadação foi de 20 mil dólares, o que superou todas as expectativas e por essa razão, a Comissão de Missão Interna, “tomaria medidas imediatas para executar a decisão da Comissão.”²⁶⁵ Ainda nesse primeiro número de janeiro de 1900, o pastor Christian Broders é apresentado como o escolhido para desempenhar a função de prospector no Brasil, mais precisamente na Província do Rio Grande do Sul, na cidade de Novo Hamburgo. O referido pastor iniciaria sua viagem no mês seguinte, em fevereiro, com o objetivo de verificar as possibilidades de instalar uma filial do Sínodo de Missouri em território brasileiro.

5.1 - Toda relação é uma via de mão dupla: Mediadores sociais ou intermediários culturais a partir do luteranismo

Nesse subitem, buscamos analisar a atuação de Christian Broders e também de outros pastores nas colônias de imigrantes a partir da ideia de que ele possa ser considerado como um mediador ou intermediário cultural. Michel Vovelle²⁶⁶ propõe que o papel de intermediário cultural pode ser desempenhado de maneiras distintas, dependendo nesse caso, da origem e até mesmo formação de seus representantes. Com isto, duas diferenças básicas podem ser verificadas num intermediário cultural: os formados no núcleo da tradição popular, e, portanto, próximos a ela, e os que estão de fora dessa realidade, ou seja, vindos do exterior, mas se que propõem a uma inserção nesse meio.

Para o autor, o intermediário cultural pode ser compreendido como um personagem que transita entre dois mundos, o dos dominantes e dos dominados, exemplo, no caso do Rio Grande Do Sul. Ao longo desta tese pudemos ver como a atuação de Broders e dos demais pastores mencionados estão vinculados nesta

²⁶⁵ P. F. *Zur kirchlichen Chronik. Aus unserer Synode; Innere Mission in Südamerika*. (A Crônica da Igreja. Do nosso Sínodo; Missão Interna na América do Sul) In **Der Lutheraner**. St. Louis Missouri. 9 de janeiro de 1900. Número 01. p. 07.

²⁶⁶ VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 207-224.

conceituação indicada por Vovelle. Ele destaca que na Idade Clássica, sobretudo, no que diz respeito às sociedades rurais tradicionais, havia uma rede codificada e muito bem estruturada de intermediários que influenciavam seguimentos da sociedade no local, na vila, na aldeia, no bairro rural. O autor cita a cura, ou sacerdote, o burgomestre, o sacristão, a parteira, o cirurgião barbeiro entre outros. Sendo assim, podemos ver que para o autor, a figura do sacerdote, nesse caso, o pastor é fundamental nesse processo de mediação.

Ainda nesse sentido, Paula Montero no livro “Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural” nos apresenta esse último conceito como uma categoria articuladora desses atores sociais, os indígenas e os missionários católicos que vieram para o Brasil para o trabalho de catequização. Porém, ao compreender a ação missionária como agente para uma mediação cultural entre os grupos, é plenamente possível que se aplique esse conceito à atuação de demais missionários religiosos que exerceram suas atividades em nosso país. Segundo Montero, “A atividade missionária foi, por excelência, [...] uma atividade de classificação e comparação das diferenças de modo a localizá-las em quadros universais”²⁶⁷ e ainda de acordo com a autora, os missionários são agentes especialistas voltados para a produção desse tipo de compatibilização de culturas.

Montero também afirma ser a ação missionária (o trabalho do “religioso”, nesse caso, do missionário, sacerdote) “[...] uma linguagem privilegiada das relações interculturais e do modo particular como ela permitiu a produção de instrumentos simbólicos e práticos para as traduções culturais que as relações impunham como necessárias.”²⁶⁸ Ou seja, o religioso atua como esse mediador de culturas, uma vez que a missão pode ser considerada como um trabalho constante de desconstrução e reconstrução dos códigos de comunicação e dos conceitos pré-estabelecidos. Buscaremos, a partir da atuação do pastor missionário Christian Broders, verificar o modo de existência e manifestação desta mediação.

Após a arrecadação do montante em dinheiro necessário ao custeio da viagem ao Brasil, o pastor Christian Broders embarcou no dia 19 de fevereiro de 1900 em Nova Iorque, rumo ao Rio de Janeiro. Broders havia deixado claro ao

²⁶⁷ MONTERO, Paula (org.) **Deus na aldeia**. Missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006, p. 10.

²⁶⁸ MONTERO, op cit, 2006, p. 11.

Conselho de Missões do Sínodo de Missouri que, em função de circunstâncias familiares ele retornaria aos EUA tão logo sua missão no Brasil estivesse terminada, independente se o campo missionário fosse frutífero ou não. O pastor disse ainda que estaria disposto a permanecer no Brasil por no máximo dois anos, caso fosse realmente necessário.

Broders desembarca no Rio de Janeiro em 21 de março de 1900, e logo efetua o deslocamento para a Província do Rio Grande do Sul, em direção a Novo Hamburgo, para se encontrar com o pastor Brutschin²⁶⁹. Sete dias mais tarde, estando na companhia do pastor que havia pedido socorro aos missourianos.²⁷⁰ Como mencionado, segundo Vovelle, um mediador cultural pode ser considerado como um elo, ou até mesmo uma ponte que interliga várias culturas. Ele é um agente que transporta informações, significados e práticas em transformações dentro daquele grupo em questão. Nesse sentido, podemos considerar Brutschin como esse primeiro elo, entre a colônia e o missionário.

Tão logo chega a Novo Hamburgo, Broders é informado a respeito das condições econômicas, sociais e religiosas dos imigrantes que ali viviam. Suas primeiras impressões a respeito do campo de missão a ele destinado são enviadas ao Sínodo. O primeiro relatório por ele enviado foi publicado no *Der Lutheraner* em duas partes, a primeira, em 24 de julho de 1900, sob o título “E a nossa Missão no Brasil?”, e a segunda, em 07 de agosto onde a conclusão do texto veio a público. O relatório publicado no jornal apresentou as primeiras impressões de Broders sobre o Brasil, bem como das pessoas com quem o mesmo teve contato. O referido relatório destaca a situação econômica do Brasil e dos alemães aqui residentes, a precariedade em que viviam, além da menção de que essa missão custaria muito caro aos cofres do Sínodo Americano. Nas próprias palavras do missionário: “a missão no Brasil não custará pouco ao Sínodo. Por longos anos essa missão vai ter que ser sustentada pelo Sínodo de Missouri.”²⁷¹

²⁶⁹ Pastor luterano residente no Brasil, que ao descontentar-se com o Sínodo Rio-Grandense, faz um apelo ao Sínodo de Missouri, que em resposta, envia o missionário Broders.

²⁷⁰ Conforme: REHFELDT, Mário Luis. **Um grão de mostarda**: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. 1 vol. Porto Alegre: Concórdia, 2003, p. 39.

²⁷¹ FUERBRINGER, Ludwig. *Wie steht es mit unserer Mission in Brasilien?* (E a nossa Missão no Brasil?). In: **Der Lutheraner**. St. Louis Missouri. 24 de Julho de 1900. Número 15. p. 230. Tradução de Walter Steyer.

Ao longo do texto, Broders também se mostra muito preocupado com a situação religiosa em que se encontrava a população luterana. Segundo ele, havia poucos pastores que eram ordenados. Para ser mais exato, havia somente trinta e nove pastores que eram responsáveis pelo atendimento de noventa e três congregações. Além desse problema, outro era muito recorrente: a presença de pastores não ordenados, que, segundo Broders era uma irresponsabilidade imensa, pois no seu entendimento, esses homens brincavam com as almas dos membros da comunidade. Podemos verificar que este primeiro relatório é extremamente desolador para o Sínodo, pois o pastor relata escandalizado os costumes dos alemães que aqui viviam:

No que tange ao espírito religioso, é preciso dizer que ele é preocupante. A população de origem alemã só tem divertimento na cabeça. O domingo é empregado principalmente para a realização de bailes, nos quais muitas vezes as pancadarias e brigas representam o ponto alto. [...] Mais um exemplo quero relatar quanto às inconveniências que aqui são praticadas. Anualmente, as congregações celebram suas festas. Isto em si não é de estranhar, mas o que segue depois é escandaloso. Após o culto ninguém vai para casa. Todo mundo se dirige para o salão de baile, onde durante três dias há grande festa. Dança-se sempre até o amanhecer. As pessoas se entregam aos prazeres da vida. [...] Nunca vi tal degradação de costumes. O indiferentismo religioso predomina. Para eles, pouco importa se a igreja fechar suas portas por falta de frequência, mas o salão de baile não pode fechar, daí a necessidade de frequentá-lo assiduamente. [...] O clima tropical, sem dúvida contribuiu para que os alemães, aqui no Brasil, tenham este comportamento diferenciado.²⁷²

Além dessas duras palavras a respeito da conduta dos alemães que aqui residiam, o pastor menciona também em seu relatório a situação das escolas que havia nas comunidades por ele visitadas, e mais uma vez, demonstra sua decepção:

A escola está numa pior. Pessoas decaídas e degeneradas moralmente, ninguém sabe de que procedência da Alemanha, são empregadas como pastores. As famílias confiam seus filhos a esse tipo de gente. É que o povo não faz diferença. Com qualquer um

²⁷² FUERBRINGER, Ludwig. *Wie steht es mit unserer Mission in Brasilien?* (E a nossa Missão no Brasil?). In: **Der Lutheraner**. St. Louis Missouri. 24 de Julho de 1900. Número 15. p. 230. Tradução de Walter Steyer.

sentem-se servidos. Parece que o Brasil se transformou no ponto de encontro de pessoas “cultas” degeneradas.²⁷³

Broders percorreu toda a região de Novo Hamburgo em busca de um “bom rebanho” que pudesse pastorear, dessa maneira, se dirige a São Jerônimo, nas proximidades de Novo Hamburgo. Lá, porém, suas expectativas não foram atingidas, e suas críticas aos imigrantes ficaram cada vez mais duras. Ao chegar, se decepcionou ao saber que as colônias ali eram atendidas pelo Sínodo Rio-Grandense. Contudo, insistiu na tentativa de criar uma comunidade genuinamente luterana. Em suas visitas às famílias da localidade, não encontrou apoio. De acordo com Walter Steyer, essas famílias desencorajaram Broders ao afirmar que não era necessária a abertura de uma escola paroquial, e, a realização de cultos aos domingos de manhã atrapalharia os bailes que ocorriam aos sábados.

Broders escreveu em seu relatório que a aproximação dos alemães luteranos com os brasileiros havia degenerado a índole daquele povo. Ele afirma que a indiferença dos alemães aos ritos religiosos se dava sobretudo, ao clima do país e ao vício da cachaça. Segundo o pastor, ao longo do tempo, principalmente nas colônias mais antigas – fundadas nas primeiras levas de imigrantes, entre 1824 e 1858 – “[...] as famílias alemãs deixaram-se dominar pelos pecados capitais dos brasileiros que são a jogatina (o carteadado), a cachaça e a incontinência.”²⁷⁴ Para exemplificar essa indiferença em relação à religião, Broders cita a Colônia de Teutônia:

Lá existem 22 salões de baile, mas apenas uma única igreja. O que os pais, com muito esforço, conseguiram erigir, agora a segunda e a terceira geração lentamente destroem. Em nenhuma colônia alemã do Rio Grande do Sul há cultos dominicalmente. Isto as famílias nem desejam, pois do contrário não poderiam dar vazão às suas paixões. As festanças começam pelo sábado e varam madrugada adentro. O interesse do domingo volta-se a tudo, menos para a Igreja. Constata-

²⁷³ FUERBRINGER, Ludwig. *Wie steht es mit unserer Mission in Brasilien?* (E a nossa Missão no Brasil?). In: **Der Lutheraner**. St. Louis Missouri. 24 de Julho de 1900. Número 15. p. 230. Tradução de Walter Steyer.

²⁷⁴ FUERBRINGER, Ludwig. *Wie steht es mit unserer Mission in Brasilien?* (Schluss.) (E a nossa Missão no Brasil? Conclusão). In: **Der Lutheraner**. St. Louis Missouri, 7 de Agosto de 1900. Número 16. Página 244-245. Tradução de Walter Steyer.

se que o clima quente e os vícios nacionais influem negativamente sobre esta segunda e terceira geração.²⁷⁵

Desanimado, Broders conclui que “não recomenda o Rio Grande do Sul como campo missionário para a LC-MS (*Lutheran Church-Missouri Synod*).²⁷⁶ Ludwig Ferbringer, responsável pela publicação do relatório de Broders, tenta amenizar o impacto negativo das palavras do missionário, uma vez que, boa quantia arrecadada em dinheiro, havia sido destinada a esta missão. O redator conclui que este não seria um relatório definitivo e que o missionário estava incumbido de realizar outras pesquisas em outras localidades da Província.

Broders, no entanto, ficou desolado e irredutível. Deu por encerrada sua missão e decidiu retornar aos Estados Unidos. Ao se dirigir a Porto Alegre, tomou conhecimento que na região de Pelotas – que ficava no caminho que iria percorrer – havia outra grande área de colonização alemã, e decidiu tentar a sorte mais uma vez.

Nos arredores da cidade de Pelotas, mais precisamente na localidade de São Pedro, havia um grupo de imigrantes teuto-russos e pomeranos que eram conhecidos pelos moradores da região por serem muito religiosos e professarem a religião criada por Lutero. Broders imediatamente demonstrou interesse em buscar conhecer essas pessoas, e se dirigiu à localidade.

A narrativa que se conta a respeito da chegada de Broders em São Pedro tornou-se um marco para o luteranismo no Brasil. Ela tem sido recontada ao longo do tempo, sempre ressaltando o caráter quase profético desse evento.

²⁷⁵ FUERBRINGER, Ludwig. *Wie steht es mit unserer Mission in Brasilien?* (Schluss.) (E a nossa Missão no Brasil? Conclusão). In: **Der Lutheraner**. St. Louis Missouri, 7 de Agosto de 1900. Número 16. Página 244-245. Tradução de Walter Steyer.

²⁷⁶ SEIBERT, Egon M. O que se pode afirmar sobre a identidade confessional nas Igrejas de tradição evangélico-luterana no Brasil a partir do seu surgimento, e o que se aprende daí para a atual procura por identidade confessional? In: **Estudos Teológicos**, v. 43, n. 1, 2003, p. 8.

Na edição comemorativa do anuário²⁷⁷ “*Luther Kalender* para a América do Sul”²⁷⁸ do ano de 1951, foi publicado um texto – que tomamos a liberdade de reproduzir na íntegra – que podemos considerar como pertencente a categoria de narrativa profética, uma vez que narra os acontecimentos relativos a chegada de Christian Broders a São Pedro de maneira que passamos a compreender esse acontecimento como algo relacionado diretamente à ação divina. Como veremos a seguir, Broders de certa forma, era esperado segundo a publicação, tendo em vista que Deus na noite anterior de sua chegada havia mostrado ao líder da comunidade que enviara um missionário para ao local.

“Um homem um tanto corpulento está sentado em uma caixa no pátio de uma hospedaria em Pelotas, precisamente ao lado de uma carroça de um colono, e come uma laranja. Uma hora inteira, talvez tenham se passado duas horas, até que o proprietário da carroça tenha retornado, com o qual ele já tratara anteriormente. O colono esfrega com a parte de trás da manga da camisa sobre sua boca e caminha em direção à carroça.

- Senhor Stein, o senhor precisa levar-me junto para São Pedro. Eu sou um pastor luterano e chamo-me Broders. E o senhor não precisará fazê-lo de graça.

- Não é dinheiro que aqui é decisivo. Mas eu simplesmente não quero levar ainda mais um pastor aos luteranos em São Pedro. Fiz isso uma vez, mas nunca mais.

Após algumas discussões Stein enfia o dinheiro no bolso, Broders sobe à carroça, e durante horas o carro balança pela estrada. Já começa a entardecer quando se chega ao fim da viagem.

- Ah! Ria o senhor Stein. Já posso imaginar aqueles santos, quando eu aparecer com mais um pastor!

[...] Após o lanche da noite, o senhor Stein leva o nosso pastor Broders à casa do senhor Gowert.

– Esse Gowert – assim explica o companheiro do pastor Broders – é como um meio pastor.

²⁷⁷ “Os primeiros almanaques ou anuários datam da década de 1870 e são os veículos de comunicação mais populares e abordam assuntos diversos, inclusive traduções para o alemão de textos de autores brasileiros, principalmente poesias, divulgação de contos e romances de autores alemães e teuto-brasileiros, além de muitas informações práticas destinadas aos colonos.

De fato, estes “*Volskalender*” tornam-se muito populares e chegam a atingir quase toda a população teuto-brasileira (com volumes com mais de 200 páginas e tiragens que ultrapassam os doze mil exemplares como em 1931, por exemplo)” HUBER, Valburga. A Literatura da imigração alemã e a imagem do Brasil. p.5. Disponível em: https://www.google.es/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=19&ved=2ahUKEwjI5_iH1J_kAhVUF7kGHWq5AIYQFjASegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.letras.ufrj.br%2Fliedh%2Fmedia%2Fdocs%2Fart_valb2.pdf&usg=AOvVaw1RPrMu2vzRI0VR8XmnpubC.

²⁷⁸ Que era organizado pelos Sínodos Evangélicos Luteranos da Argentina e do Brasil e publicado em Porto Alegre pelo Professor Albert Lehenbauer e pelo Dr. Paul Schelp.

Lá chegados, parece que meia dúzia de cachorros latindo vêm correndo em sua direção, mas um assovio da casa faz com que eles emudeçam.

- Senhor Gowert! Disse Stein. – Eu lhe trago um homem de Pelotas. Ele afirma ser pastor luterano. Em seguida, sumiu-se o orador.

O pastor Broders explicou ao senhor Gowert em breves palavras, que ele estava à procura de luteranos que não tinham atendimento religioso. Como já havia visitado Novo Hamburgo e outros lugares em sua circunvizinhança, e como ele agora estava a ponto de viajar para a América do Norte, sim, já adquirira sua passagem, mas que no último instante ainda ouvira que aqui na região de São Pedro ainda existiam fiéis luteranos.

- O senhor bem que podia entrar. Disse o pai Gowert.

Sentaram-se à mesa da cozinha que estava coberta por uma toalha malhada colorida. O rosto do pai Gowert não denunciava um mínimo de seus sentimentos. Era sem expressão.

Como Broders temia que acreditariam ser ele efetivamente um pastor da América do Norte, tirou do bolso algumas moedas norte-americanas, e brincando, seus dedos formaram com as moedas de cobre e com as de prata de dez centavos um círculo e uma pequena cruz no centro.

O rosto do pai Gowert repentinamente demonstrou uma forte agitação interior, sim, ele meio que se levantou de sua cadeira e fixou os olhos no círculo das moedas.

- O senhor anteriormente viu moedas norte-americanas?

- Sim, noite passada em meu sonho, bem como elas estão agora aqui deitadas. Assim, Deus atendeu minhas orações e a de meus três amigos! Quantas vezes havíamos pedido a Deus para que enviasse a nós no longínquo sul um pastor verdadeiramente luterano!

Broders ficou em São Pedro. A passagem anteriormente adquirida foi anulada. No domingo seguinte teve lugar um culto divino, e a primeira comunidade luterana, de 17 membros foi fundada pela nossa igreja. Foi no ano de 1900. Em 25 de agosto do mesmo ano, uma casa de negócios, conhecida sob o nome de “Der Fliegende Holländer” (O holandês voador), qual havia sido reformada, foi adquirida e inaugurada para servir de igreja e escola. Na segunda-feira seguinte, foi aberta uma escola paroquial.”²⁷⁹

Importante destacarmos alguns elementos interessantes na narrativa desse evento. Primeiramente, vemos o missionário se mostrando muito insistente em se dirigir a São Pedro, pois soube que naquela localidade haviam “bons luteranos”, algo muito positivo para o pastor que até momento se encontrava completamente desiludido com as pessoas que havia encontrado no Brasil. Essa característica de “bom luterano” fica evidenciada na frase dita pelo carroceiro: “Já posso imaginar

²⁷⁹ LEHENBAUER, Albert; SCHELP, Paul. Cinquenta anos. Reflexos de luz de nosso trabalho luterano. In Luther Kalender für Südamerika auf das Jahr 1951. Casa Publicadora Concórdia: Porto Alegre. Tradução do Instituto Histórico da IELB. Revisão textual nossa.

aqueles santos”, ou seja, o carroceiro qualifica os colonos daquela região como pessoas perfeitas, corretas, incorruptíveis e principalmente, possuidores de uma devoção religiosa que os identificava como pessoas melhores que os demais, ou seja, a publicação reforça a qualidade da religiosidade das pessoas que lá viviam, sendo portanto, o campo fértil ideal para a sementeira de uma fé cristã diferente.

Broders é neste sentido, encaminhado pelo seu guia ao líder Comunidade, August Wilhelm Gowert que lhe é apresentado como sendo uma espécie de pastor, e que de acordo com o texto, possui grande autoridade, algo percebido pelo missionário apenas com o emudecer dos cães após a ordem do líder local. Pai Gowert, como mencionado no texto, era natural da Prússia Oriental. Nasceu no dia 1º de dezembro de 1837. Ainda jovem, migrou para a Rússia, onde dedicou-se à agricultura por dezoito anos. Após o falecimento de sua esposa, juntamente com sete filhos, emigrou para o Brasil. Adquiriu terras na Colônia de São Pedro, em Pelotas. Ali chegando logo se tornou o líder espiritual da comunidade, realizando regularmente em sua casa, cultos de leitura, como são chamados os cultos ministrados por pessoas leigas, ou seja, não ordenadas, e também ministrava batismos, casamentos e sepultamentos.²⁸⁰

Sua autoridade fica demonstrada na deferência com que ele é mencionado no texto, como pai, ou seja, aquele governa uma família, quem tem a última palavra e é capaz de decidir e ordenar a casa. Nesse sentido, podemos caracterizar Gowert como um intelectual étnico, tal como apresentado por Regina Weber em seu artigo²⁸¹. Segundo a autora, intelectuais étnicos, são indivíduos engajados na manutenção da identidade de grupos étnicos, na conservação da verdade, dos valores coletivos e até mesmo considerados como sagrados pelo grupo. São os que governam um grupo, uma sociedade. Esses agentes podem ser líderes tanto laicos como religiosos. No nosso entendimento, Gowert se enquadra nessa definição sobretudo, no que diz respeito à preocupação que este demonstra em introduzir no grupo mais um indivíduo que se dizia pastor. Segundo vários relatos, haviam chegado na comunidade inúmeros homens se dizendo pastores luteranos, que se aproveitavam para enganar os colonos, se fazendo passar por pastores.

²⁸⁰ Conforme STEYER, Walter, op. Cit, p. 35.

²⁸¹ WEBER, Regina. Agentes e intelectuais étnicos entre os poloneses. In: **Revista Tempos Históricos**. Volume 19, 1º Semestre de 2015, p. 253-273, ISSN 1983-1463 (versão eletrônica), p. 254.

“Pai Gowert”, como líder da colônia tanto nas questões cotidianas, como também religiosas, era quem tomava conta daquelas pessoas, quem comandava a comunidade, como um pai comanda a casa. Podemos conjecturar a partir do texto, que Gowert fosse um homem de índole forte e, por esta razão tinha a competência para decidir quem poderia ou não entrar em sua comunidade.

Gowert, inicialmente, não se mostrou aberto a receber outra pessoa que se apresentava como pastor. De acordo com o texto “O rosto do pai Gowert não denunciava um mínimo de seus sentimentos. Era sem expressão.” Para o líder local, era necessário contestar, aferir a veracidade dos conhecimentos mencionados por esse missionário.

Como pudemos ver no texto, Gowert só aceitou Broders, após todos esses insucessos em relação aos outros que se intitulavam pastores, em decorrência de um elemento muito importante: um sonho. Segundo o texto, Gowert somente reconheceu as moedas americanas mostradas por Broders, por ter justamente na noite anterior ao encontro, ter sonhado com elas. Esse fato pode ser considerado como o mais marcante nesse relato a respeito do encontro entre Gowert e Broders. A menção ao sonho é compreendida como algo profético, como a confirmação divina às preces do líder. O sonho aqui aparece como uma mensagem de Deus para o líder.

Como sabemos, indiferente da matriz religiosa que se fale, a religião em si é considerada um guia espiritual da humanidade, e entre as religiões cristãs, a partir dos relatos contidos na Bíblia tanto no novo como no antigo testamento, é possível verificar que Deus se utiliza de sonhos para comunicar-se com os homens. Na Bíblia, sobretudo no Antigo Testamento, os sonhos se constituem como linguagem (texto) corrente entre Deus e os homens. Vários são os relatos em que Deus se utiliza desse meio para enviar alguma mensagem ao seu povo. Jacó sonha; José filho de Jacó, além de ter sonhos diferentes, se torna um intérprete de sonhos. Já no Novo Testamento, temos o exemplo do carpinteiro José, pai humano de Jesus, que através de dois sonhos, foi orientado por Deus. No primeiro, teve a revelação do milagre da concepção de Maria, e no segundo, foi orientado a levar o menino Jesus para o Egito, a fim de fugir da matança orquestrada pelo Rei Herodes. Relatos como esses, por exemplo, demonstram que os sonhos estão mais que presentes nas religiões, fazendo parte da estrutura religiosa e dando forma a elas.

Corroborando o exposto acima, Maria Danúzia Carvalho Proença²⁸², afirma que nos textos bíblicos podemos considerar que através dos sonhos Deus abençoa, cura, guia, alerta, adverte e até mesmo pune os seres humanos. Sendo assim, podemos dizer que os sonhos tiveram uma importância essencial para os homens daquele período, uma vez que, por ser um sinal da relação estabelecida com Deus, esses homens consideravam o sonho como algo em que podiam confiar sem medo de errar.

De acordo com James Hall,

“Ao longo da história da maioria das tradições religiosas, os sonhos têm sido considerados uma fonte de informações acerca da vontade de Deus e da existência de um mundo espiritual atrás, acima ou dentro do mundo da realidade cotidiana.”²⁸³

Podemos considerar, diante do exposto, que a experiência onírica, em diferentes momentos, em algumas antigas tradições religiosas, parece ter sido considerada fundamental para o entendimento de Deus e de outros elementos sagrados. Os sonhos eram compreendidos como formas legítimas de se realizar um contato com o divino, e a sua narração tornou-se, em certos textos, um testemunho de verdade. Dessa maneira, quando vemos a narração do encontro entre o missionário norte-americano Broders e o líder religioso local Gower, podemos exatamente categorizar a narrativa do sonho como uma experiência onírica religiosa que além de legitimar a persona do líder local por ser o escolhido de Deus para cuidar daquelas pessoas, e por essa razão recebe através de sonhos mensagens divinas, como também qualifica o missionário como pessoa confiável, e principalmente, instrumento de Deus para atender à prece de seu rebanho.

Sabemos que a partir dessa conversa, uma congregação foi criada, e mesmo sendo pequena e contando com poucas famílias, paulatinamente, os trabalhos do Sínodo de Missouri foram se expandindo. Em relatório de 2 de outubro de 1900, Broders escreveu: “Achei petróleo e da mais fina qualidade!” Seus próximos

²⁸² PROENÇA, Maria Danúzia Carvalho. **Sonhos, religião e psicologia analítica**. Monografia (Especialização em Psicologia Analítica). Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Curitiba/PR, 2008.

²⁸³ HALL, James A. **Sonhos: Símbolos Religiosos do Inconsciente**. São Paulo: Loyola, 1994. p. 33.

relatórios a partir de então sempre são muito otimistas quanto ao crescimento e expansão dos trabalhos do Sínodo.

Em novo relatório publicado em 25 de junho de 1901 “Uma viagem missionária no Brasil”, Broders relata sua viagem à região de São Lourenço, nas proximidades de Pelotas, onde pretendia expandir os seus trabalhos e conhecer os alemães que ali residiam. Em seu texto, enfatiza as qualidades dos moradores de São Lourenço, e de São Pedro, onde já se encontrava há meses desempenhando o trabalho: “Os moradores pomeranos residentes em São Pedro, fazem uso de toda a ocasião que se lhes apresente, de levar a palavra de Deus aos homens; sim, [...] não se envergonham nem têm medo de mostrar filhos espirituais de quem são”.²⁸⁴

Após essa viagem a São Lourenço, Broders dá por encerrada sua missão no Brasil. Outro pastor, Wilhelm Mahler havia sido designado para dar continuidade aos trabalhos iniciados pelo prospector e assumir a comunidade de São Pedro, e Broders pôde então retornar aos Estados Unidos.

Com a chegada de Mahler, os trabalhos são efetivamente expandidos para a Colônia de São Lourenço, mais precisamente para a Picada Bom Jesus II ou *Alte Pommerstrasse* (Velha Estrada Pomerana). Segundo Steyer, após a criação da comunidade em 01 de agosto de 1868, como vimos anteriormente, atuaram na comunidade três professores leigos, que inicialmente realizavam os cultos. O primeiro pastor da comunidade foi o leigo H. Schmitd, que também inaugurou a primeira capela em 6 de setembro de 1868. A comunidade foi atendida por pastores colonos até o ano de 1901, quando August Knabach, pastor naquele momento, foi destituído de seu cargo por motivo de embriaguez.²⁸⁵

Tendo em vista a repercussão da fundação de uma congregação luterana na vizinha São Pedro e também por causa da visita de Broders a São Lourenço, logo a comunidade de Bom Jesus se interessou pelos trabalhos do Sínodo, ainda mais, depois que um morador colônia assistiu a um culto do pastor Mahler em São Pedro, e o convidou para celebrar um culto na Picada Bom Jesus. Aceito o convite, Mahler celebrou o culto e em seguida convocou uma Assembleia Geral onde apresentou a

²⁸⁴ BRODERS, Christian. *Eine Missionsreise in Brasilien*. (Uma viagem missionária no Brasil). In: Der Lutheraner. St. Louis Missouri. 25 de junho de 1901. Número 13. Página 195.

²⁸⁵ Conforme STEYER, Walter, op. Cit. p. 79.

todos os presentes a doutrina luterana. Dessa Assembleia, resultou o pedido formal dos luteranos de Bom Jesus de um pastor ordenado que viesse dos Estados Unidos.

Mahler solicita ao Sínodo de Missouri o envio de cinco pastores ao Brasil, porém, devido à grande falta de pastores nos Estados Unidos, o Sínodo apenas consegue enviar três, sendo que um deles, J. Hartmeister, é enviado para atender aos luteranos de São Lourenço. Hartmeister inicia seus trabalhos em dezembro de 1901 assumindo a igreja, e em janeiro também a escola.

A partir disso, novos pastores foram enviados e os trabalhos foram se expandindo. Novas comunidades foram fundadas, e outras acabaram por desligar-se do Sínodo Rio-Grandense. Ao expandir seus trabalhos no Brasil, o sínodo idealizou a criação de uma revista idêntica ao *Der Lutheraner* para a América do Sul, que serviria como um veículo de divulgação do luteranismo confessional.²⁸⁶

A proposta partira da própria Convenção Geral do Sínodo de Missouri (1902), realizada na cidade de Milwaukee, Wisconsin, EUA. Em vista desta proposta, a Conferência Pastoral da Região Sul, reunida em Bom Jesus II, São Lourenço, RS, nos dias 20 a 22 de abril de 1903, tomou a seguinte resolução: 'Foi decidido publicar uma revista com oito páginas... pelo preço de dois mil réis e que o primeiro número seja publicado em agosto do presente ano.'²⁸⁷

²⁸⁶ Como podemos ver, os periódicos luteranos constituem-se como valiosas fontes para compreendermos os trabalhos realizados pelas duas principais vertentes do luteranismo em solo brasileiro (para este trabalho, enfoquei apenas os periódicos produzidos pelo Sínodo de Missouri, no entanto, o Sínodo Riograndense também possuía um jornal de grande circulação na Província do Rio Grande do Sul, o *Sonntagsblatt*). Sabemos que o uso de fontes periódicas para a escrita da história é bastante recorrente em vários campos do nosso fazer historiográfico. No entanto, segundo Tania de Luca, os trabalhos que utilizavam da imprensa periódica no Brasil, eram muito escassos até a década de setenta do século passado. A autora enfatiza, que havia vários trabalhos a respeito da História da Imprensa, mas poucos trabalhos realizados por meio da imprensa. Isso se dava, ainda de acordo com a autora, em razão de uma certa resistência dos historiadores ao uso dos periódicos como fontes, pois muitos compreendiam que os jornais estariam suscetíveis aos interesses das classes, o que acabaria por delinear uma realidade distorcida. Após a década de 1970, o uso do jornal como fonte para a escrita da história, passou a ser mais recorrente, e inúmeros periódicos passaram a figurar como meios possíveis de se chegar ao passado e agora não apenas uma história escrita por meio da imprensa, mas o próprio jornal passou a se tornar o objeto de análise. Dessa forma, podemos pensar a imprensa como linguagem na narrativa da história, a partir por exemplo das perspectivas de Hayden White e Paul Veyne, onde podemos pensar a aproximação da história e da literatura, no sentido da forma narrativa da história e da textualidade da história, assim, a história só teria sentido, a partir do enredo, da trama que é construída. Dessa maneira, os periódicos, seriam ao mesmo tempo a fonte para construção do passado, e o local onde as tramas se desenrolam. Conforme: LUCA, Tania de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 115-117.; WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. 2a. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.; VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. 3. ed. Brasília, Editora UNB, 1992.

²⁸⁷ STEYER, op. Cit. p. 71.

A primeira publicação acabou não sendo realizada em agosto, mas sim no dia 01 de novembro daquele mesmo ano e denominou-se *Evangelisch-Lutherisches Kirchenblatt fuer Suedamerika* (em tradução livre “Folha da Igreja Evangélica Luterana da América do Sul”). Foi impresso em Porto Alegre, era bimensal e custava 3 mil reis.²⁸⁸ Este periódico foi

[...] precursor do Mensageiro Luterano, que tinha por objetivo apresentar as posições doutrinárias e práticas eclesiais do grupo, bem como defender o trabalho missionário das críticas feitas pelos concorrentes. [...] O periódico servia também para divulgar o trabalho nos EUA, a fim de levantar recursos financeiros para a continuação da obra.²⁸⁹

Além da publicação desse periódico em terras brasileiras, viu-se a necessidade de aumentar o número de pastores atuando no Brasil. No ano de 1903, haviam 15 pastores atendendo as comunidades no Rio Grande do Sul, todavia, esse número era insuficiente. Dessa maneira, era urgente a necessidade de se fundar no Brasil um “Instituto para a formação de professores e pastores.” O local escolhido para a sede do Instituto foi a Picada Bom Jesus II, uma colônia no interior de São Lourenço.

Optou-se assim por Bom Jesus II por várias razões. A congregação tinha uma grande propriedade. Nesta propriedade os futuros alunos poderiam plantar, e assim, ajudar na sua pensão. Havia também um galpão que, com algumas adaptações poderia servir como internato, e a escola local como sala de aula. Por outro lado, Bom Jesus mesmo localizado no interior, favorecia como local, pois se achava rodeado por outras congregações do Sínodo de Missouri, o que facilitava o envio de gêneros alimentícios, e principalmente de alunos.²⁹⁰

É possível considerar que após a chegada do Sínodo de Missouri no Rio Grande do Sul, houve uma maior integração entre as Colônias de alemães de Pelotas e São Lourenço. Se nos capítulos anteriores discutimos a respeito das práticas endogâmicas existentes na Colônia de São Lourenço, podemos conjecturar

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ HUFF JUNIOR, op. cit, p. 133.

²⁹⁰ STEYER, op. Cit. p. 82.

que após a chegada dos pastores missionários americanos, essas colônias foram paulatinamente deixando de lado esses comportamentos e se amalgamando com os demais grupos existentes nos arredores da colônia. A circulação de pessoas e pastores entre as colônias para a realização de cultos e a abertura de um seminário para formação de pastores, pode ter contribuído para o alargamento das redes de relações estabelecidas nessas colônias, permitindo desta forma, o estabelecimento de relações exogâmicas.

Um exemplo muito claro que podemos observar dessa possível abertura das colônias para os demais grupos vizinhos, é a fundação de uma Igreja Luteranos de Negros em Canguçu, uma colônia de imigrantes também localizada na região de Pelotas, como veremos a seguir.

5.2 – Ultrapassando fronteiras étnicas: A Comunidade Evangélica Luterana Manoel do Rego

Quando Christian Broders chega ao Brasil para iniciar seu trabalho de missão, tinha como objetivo principal apenas atender aos luteranos – ou pelo menos que se declaravam como luteranos – que não estavam recebendo atendimento pastoral adequado. A missão do Sínodo de Missouri não tinha um caráter tradicional de missão religiosa, ou seja, o de catequisar e converter pessoas a uma determinada religião. É importante enfatizar que o Sínodo de Missouri não tinha a intenção, pelo menos nesse primeiro momento, de expandir seu trabalho para além das fronteiras étnicas. Enfatizamos a questão da origem germânica, uma vez que nesse momento, grande parte dos alemães que aqui chegaram eram luteranos, como pudemos ver nos capítulos anteriores.

Como mencionado no primeiro capítulo da tese, a região de Pelotas e São Lourenço era uma região composta inicialmente por portugueses e luso-brasileiros e também em grande medida por escravizados africanos e seus descendentes – que posteriormente seriam libertos. Com a chegada dos imigrantes, mais um grupo social e principalmente étnico passa a fazer parte desse cenário. A historiografia sobre a imigração ao tratar a respeito das colônias de imigrantes, durante muito tempo enfatizou a ideia do isolamento das colônias e de seus habitantes, todavia, ao investigarmos, por exemplo, a economia das colônias, foi possível verificar que seus habitantes estabeleciam relações comerciais com outras colônias e demais cidades

próximas, como vimos no capítulo 3 da tese. Sendo assim, é plenamente possível que houvesse o trânsito de pessoas oriundas de outros grupos étnicos no interior das colônias, como as pessoas negras.

Além disso, ao contrário do que essa mesma historiografia ao longo do tempo enfatizou, sobretudo nas colônias mais antigas da Província do Rio Grande do Sul, era relativamente comum que colonos alemães tivessem a posse de escravizados de origem africana.

Zilá Bernd e Margaret Bakos²⁹¹ afirmam que, por mais que fosse proibida a presença de cativos nas regiões coloniais, inicialmente, não havia nenhuma determinação que proibisse a entrada de novos escravizados por intermédio dos imigrantes. Segundo as autoras, somente a partir do final da década de 1840, uma série de leis provinciais e imperiais²⁹², proibiram a introdução de cativos africanos no interior colônias que viessem a se formar na província do Rio Grande do Sul. Porém, assim que essas colônias se desenvolviam, e se elevavam à categoria de vilas, libertavam-se dos regulamentos coloniais e os escravizados podiam ser adquiridos.

Paulo Moreira e Miquéias Mugge²⁹³ afirmam, que havia em São Leopoldo, uma presença significativa de cativos trabalhando nas colônias de imigrantes, sobretudo, a partir do momento em que essas colônias conseguem ultrapassar a produção de subsistência familiar e passam a vender seu excedente. Ainda de acordo com aqueles autores, os alemães e seus descendentes, ao longo do tempo, absorveram de seus vizinhos luso-brasileiros as práticas mais comuns no interior de uma sociedade escravista, e passaram a reproduzi-las.

Sendo assim, podemos dizer que a ideia de que negros pudessem estar presentes em regiões de colonização alemã não é nova, e tampouco surpreendente, como também, em virtude disso, não seria surpreendente a existência de alguns desses cativos que tivesse aprendido a falar o idioma alemão.

²⁹¹ BERND, Zilá; BAKOS, Margaret M. **O negro: consciência e trabalho**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1991.

²⁹² Lei Provincial n. 143, de 21 de julho de 1848, Lei Imperial n. 514. De 24 de outubro de 1848 e a Lei n.183, de 18 de outubro de 1850.

²⁹³ MOREIRA, Paulo R. S.; MUGGE, Miquéias H. **Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia**. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 12-17.

No contexto da Colônia de São Lourenço, segundo Dilza Porto Gonçalves²⁹⁴, a convivência entre os negros e os alemães pomeranos que ali se estabeleceram, foi inicialmente mediada pelas relações de trabalho. Ela afirma que muitos negros aprenderam a falar o dialeto pomerano, pelo fato de que estabeleciam contatos comerciais, mas principalmente, por trabalharem como peões sazonalmente nas colônias nos períodos da safra e da colheita. Essa proximidade permitiu, posteriormente, que muitos desses negros viessem a se converter à religião luterana.

Com a chegada e estabelecimento do Sínodo de Missouri no Rio Grande do Sul a partir do início do século XX, novas comunidades luteranas foram sendo fundadas, e em especial uma igreja destinada apenas às pessoas negras. Essa congregação ficava localizada no distrito de Solidez em Canguçu, município próximo de Pelotas e São Lourenço.

A comunidade de Solidez foi fundada em 1918 na colônia de alemães que ali residiam, muitos desses colonos inclusive, provavelmente haviam saído de São Lourenço e se mudaram para Solidez. Gonçalves destaca que entre os anos de 1900 a 1950, São Lourenço perdeu cerca de 25% de sua população, sendo assim, é possível levantar a hipótese de que esses alemães tivessem remigrado²⁹⁵. Além disso, a região contava também com uma significativa população de negros.

Porém, segundo, Wilson José Ferreira Oliveira²⁹⁶, a convivência entre esses dois grupos, pomeranos e negros, na maior parte do tempo não era harmoniosa, pelo contrário, brigas e confrontos eram constantes, inclusive culminando com a proibição da entrada de “gente de cor” na igreja luterana, estes por sua vez, resistiam a essa imposição.

A luta empreendida pelos negros para ingressar na comunidade se manifestou, inicialmente, através de constantes brigas e confrontos com os brancos durante comemorações e festividades locais, demonstrando a existência anterior de certas tensões na própria comunidade. O que passou a ser definido pelos brancos como as “badernas dos negros” constitui, na verdade, uma das formas próprias de resistência que as categorias sociais desprivilegiadas, ou

²⁹⁴ GONÇALVES, Dilza Porto. **A Memória na construção de identidades étnicas**: um estudo sobre as relações entre “alemães” e “negros” em Canguçu. Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, PUCRS, 2008, p. 57.

²⁹⁵ GONÇALVES, op. Cit, p. 47.

²⁹⁶ OLIVEIRA, Wilson José Ferreira. De gente de cor a quilombolas: desigualdades, religião e identidade. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 139-156, Jan./Abr. 2013

em situações de exclusão, encontram para manifestarem seu descontentamento frente às suas desiguais condições de acesso à sociedade. **Posteriormente, isso se manifestou através de sucessivas tentativas de ingresso da gente de cor na comunidade evangélica luterana de Solidez que, até então, era exclusividade dos teuto-brasileiros.**²⁹⁷

Nesse primeiro momento, podemos dizer que a religião luterana se constituiu como uma maneira de os imigrantes alemães e seus descendentes demonstrarem superioridade em relação aos negros. Nas palavras de Oliveira, seria também uma forma de imposição da posição de dominantes dos brancos em relação aos negros ao afirmarem que estes últimos não tinham direito de ingressarem e participarem da vida comunitária. Porém, de acordo com uma publicação do anuário luterano “Lar Cristão, do ano de 1966, o pastor da comunidade nesse momento, Augusto Drews percebeu que por mais que houvesse essa animosidade entre os membros da congregação e os negros ali residentes, era cada vez mais recorrente os episódios em que algumas pessoas da comunidade negra estivesse observando os cultos da comunidade, do lado de fora da igreja, que naquele momento, era

Uma pequena congregação de 8 membros votantes, uma pequena capela, erigida de tijolos não queimados, com apenas uma porta, uma janela e algumas classes. Ali, durante certo tempo, se realizavam os cultos dominicais e, durante a semana, as aulas da escola. Realmente tudo representava “humildade”. Os cultos se realizavam em língua alemã. [...] Por certo tempo, não tivemos visitantes nos cultos, a não ser um velhinho da gente de côr, de nome Manoel Leal, e este mesmo não entrava no recinto, mas ficava na porta, observando dali o que ocorria dentro da capela. [...] Com o correr do tempo apareceram mais pessoas da gente de côr nos cultos, que ainda eram realizados em língua alemã. Nesta altura, procurei atender também estas pessoas com cultos no vernáculo, criando-se assim um núcleo de missão²⁹⁸

Como a presença das “pessoas de cor” assistindo aos cultos do lado de fora da igreja aumentou, o pastor, por iniciativa própria, e indo contra a opinião de boa parte dos membros brancos da comunidade, iniciou um trabalho de assistência a

²⁹⁷ OLIVEIRA, Wilson José Ferreira, op. Cit, p. 145.

²⁹⁸ Lar Cristão – anuário editado pela Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Porto Alegre: Casa Publicadora Concórdia S.A. ano XXVII, 1966, p. 71.

esses afrodescendentes em cultos separados dos cultos regulares. De acordo com Ricardo Rieth²⁹⁹, essa iniciativa do pastor pode ser considerada como uma fonte de grande tensão por parte dos teuto-brasileiros, que não era favoráveis ao fato do pastor estar dedicando atenção às pessoas negras em sua igreja, e também de serem obrigados a conviver com os mesmos. Essa situação de descontentamento por parte dos imigrantes brancos vai perdurar por alguns anos, mais precisamente até o ano de 1922, quando as pessoas negras ainda não possuíam o direito de entrar na igreja luterana para participar dos cultos e festividades.

Com o intuito de apaziguar os conflitos entre brancos e negros e promover uma convivência harmoniosa entre os mesmos na igreja, o pastor Drews organizou uma celebração conjunta no Natal de 1922. Todavia, os planos do pastor foram completamente fracassados. Ao invés de celebrar o natal, o que aconteceu foi, uma grande briga, em frente à Igreja, entre os membros da comunidade e os negros que foram participar da celebração. Sobre essa briga, Drews comenta o seguinte:

O culto no vernáculo, com um programa adequado, foi designado para o dia 25 ao anoitecer. A missão, nesta altura, já contava com algumas famílias da gente de côr, moradores nas vizinhanças da localidade. No dia determinado, já durante a tarde inteira, havia se reunido numeroso povo, aguardando a hora do início do culto, e entretendo-se perto de uma venda. Em vista disto resolvi ir, muito antes da hora marcada, com minha família à capela. Ao chegarmos a uma encruzilhada, avistei o povo que talvez excedia o número de 100 pessoas, e pensei comigo: - Tomara que tudo corra bem! Mas qual! Ao deixar a estrada e nos aproximarmos da capela, houve algum desentendimento entre o povo que lentamente, qual uma procissão, ia se aproximando da capela e, **em dado momento, estava engalfinhado numa tremenda luta em que os argumentos eram fortes porretadas e golpes.** Esta luta durou uns 20 minutos ou mais. Felizmente não houve mortos. À vista dêste espetáculo pavoroso desisti de realizar a festa de Natal, pois certos elementos de fora, provavelmente já alcoolizados quiseram trazer a limpo questões de outros tempos. E assim a nossa primeira festa de Natal na missão teve este trágico fim.³⁰⁰

²⁹⁹ RIETH, Ricardo Willy. Evangélicos de “alma Branca”: os negros e o protestantismo no Brasil. In: HOCK, Ingelore Starke. (Org.) **Brasil: outros 500**. Protestantismo e resistência indígena, negra e popular. São Leopoldo, Sinodal/EST, 1999.

³⁰⁰ Lar Cristão, op. Cit, p. 71/72.

Essa briga, podemos considerar como sendo o estopim para que as fronteiras entre brancos e negros fossem redefinidas no interior do distrito de Solidez, uma vez que a culpa do conflito recaiu sobre os negros, mesmo estes não sendo os responsáveis. Dessa maneira, sofreram as consequências e foram terminantemente proibidos de ter acesso à igreja que lhes servia de local de cultos, instrução religiosa e prédio escolar. Essa proibição definitiva é um marco decisório para a comunidade negra do distrito. A partir daquele momento, os negros resolveram criar a sua própria congregação luterana e se afastar de vez dos imigrantes alemães.

Durante cinco anos a comunidade de luteranos negros reuniu-se nas próprias casas. Em novembro de 1927 foi inaugurada, na localidade de Manoel dos Regos, a 1,5 Km de Solidez, uma capela, onde também funcionaria a escola. O terreno foi doado por um teuto-brasileiro, Emil Wille, que posteriormente veio a substituir Drews como professor da escola. O material de construção foi doado, sendo a feitura dos tijolos e a construção, assumidos por membros da própria comunidade luterana negra.³⁰¹

E a partir deste momento, as duas congregações atuavam concomitantemente na região de Solidez, em Canguçu. A comunidade de Manoel do Rego, inclusive, em anos posteriores, contou com o atendimento de um pastor negro, chamado João José Alves, formado em uma das turmas do Seminário Concórdia, como passou a ser chamado o Instituto de formação de pastores fundado no município de São Lourenço.

De acordo com Wilson Oliveira, a existência das duas igrejas modificou de certa maneira, as fronteiras que delimitavam o que era mundo de brancos e mundo de negros no distrito, uma vez que até mesmo a maneira como esses negros eram chamados foi modificada. Inicialmente, os alemães se referiam aos negros, como “gente de cor”. A partir da constituição da comunidade luterana negra, o termo “gente de cor” foi substituído, passando a ser utilizado o termo “comunidade dos morenos”.

Doravante, seria com base na conversão religiosa daqueles que não eram do local, que seria possível a admissão dos novos membros na comunidade, bem como as trocas matrimoniais entre tais grupos de negros. Isso permitia aos negros luteranos diferenciarem-se dos outros negros bagunceiros e, assim, controlar as imagens depreciativas que os teuto-brasileiros lançavam constantemente contra eles enquanto uma categoria indistinta. Dessa forma, eles

³⁰¹ RIETH, Ricardo, op. Cit, p. 192.

também passaram a existir perante os brancos da região, não mais como uma comunidade desconexa, mas como um grupo diferenciado, que exigia reconhecimento e respeito. Nesse sentido, pode-se dizer que a formação da comunidade luterana negra alterou a configuração das relações de forças entre os distintos grupos que habitavam a região de Solidez.³⁰²

Segundo Rieth, é possível afirmar que a constituição dessas comunidades religiosas distintas, a dos teuto-brasileiros e dos negros em Solidez, contribuiu e muito para a diminuição dos conflitos diretos que existiam entre os grupos. É necessário enfatizar, portanto, que isso não quer dizer que as diferenças existentes entre os dois grupos, e que acabavam causando os conflitos tenham desaparecido, muito menos que foram suprimidas as desigualdades sociais que marcaram a relação entre brancos e negros na região.

Dilza Gonçalves apresenta que do distrito de Solidez, durante muito tempo houve uma separação bem marcada a respeito dos espaços de sociabilidade entre brancos e negros, como por exemplo, os salões de baile. Havia salões específicos para cada um dos grupos, porém, era comum os grupos se mesclarem durante os bailes. Segundo a autora, a entrada poderia até ser permitida, mas somente isso, dançar não. Dessa maneira, podemos

perceber que havia espaços que podiam ser compartilhados e outros não. Como, por exemplo: tomar “trago na venda”, trabalhar lado a lado nas propriedades dos alemães, ir junto ao jogo de futebol, jogar um carteadado na venda, ou seja, compartilhavam um universo basicamente masculino sem grandes conflitos ou problemas. Mas quando estas relações aconteciam no universo familiar ou que sugeria a possibilidade de namoros e casamentos, os conflitos ficavam mais evidentes.³⁰³

Como podemos ver no excerto acima, por mais que houvesse separações entre espaços de brancos e negros, muitos desses espaços de sociabilidade podiam ser partilhados pelos grupos, permitindo assim, que as relações entre esses grupos se estreitassem a ponto de culminar em matrimônios interétnicos, por exemplo, mesmo que os conflitos familiares ainda pudessem existir.

³⁰² OLIVEIRA, Wilson José Ferreira, op. Cit, 147.

³⁰³ GONÇALVES, Dilza Porto, op. Cit. p. 117.

Diante do exposto, cremos ser possível afirmar que o trabalho desempenhado inicialmente pelos pastores missionários vindos dos Estados Unidos da América para a Província do Rio Grande do Sul, foi de extrema importância para a abertura das relações estabelecidas no interior das colônias de imigrantes alemães, tendo portanto, atuado como mediadores entre as culturas dos imigrantes e dos brasileiros ali residentes. Como vimos nos capítulos 3 e 4 da tese, havia no princípio, o estabelecimento de relações endogâmicas, como uma maneira de ressignificar suas características, suas raízes e se fortalecerem enquanto grupo minoritário no interior de uma sociedade completamente nova. Com o passar do tempo, e em virtude da mediação realizada pelos pastores, e por se considerarem como pertencentes à localidade, esses teuto-brasileiros afrouxaram as malhas de suas redes de relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese de doutorado teve como objetivo principal investigar e construir a partir dos dados quantitativos obtidos a partir dos registros paroquiais, o perfil demográfico de uma população de imigrantes alemães de religião luterana que formaram algumas colônias na região do município de Pelotas, na Província do Rio Grande do Sul, a partir da segunda metade do século XIX.

Além de verificar o perfil demográfico dessa população, a documentação também nos permitiu ir além dos dados brutos contidos nos registros e conhecer um pouco da intimidade das relações familiares construídas no interior dessa comunidade, uma vez que, a família e por consequência o parentesco, se revelam como uma importante ferramenta teórica e metodológica para se adentrar na complexidade da realidade social e também para que possamos aprofundar qualquer investigação sobre as sociedades do passado. Dessa maneira, a partir das famílias luteranas presentes nos registros paroquiais das Comunidades de Picada Bom Jesus e Picada Pomerana, foi possível, compreender também seus trânsitos culturais, ou seja, a existência ou não da criação de relações de parentesco com pessoas oriundas de fora do círculo familiar e de amizade determinado pela colônia.

Compreender esses trânsitos culturais – foi a nossa principal preocupação em relação a esta comunidade em questão, pois, ao termos contato com a documentação e principalmente com a historiografia a respeito da região de Pelotas nos séculos XVIII e XIX, foi possível verificar que estávamos nos dedicando a conhecer e compreender uma região multifacetada e fortemente marcada por costumes do Antigo Regime oriundos de uma elite charqueadora, formada em grande medida por imigrantes açorianos, uma relevante presença de homens e mulheres escravizados, originários do Continente Africano e finalmente, os recém chegados imigrantes alemães. Toda essa gama de etnias, e principalmente todo o contexto histórico e econômico da região em que se estabeleceu a Colônia de São Lourenço foram apresentados nos dois primeiros capítulos da tese.

Esse percurso foi necessário para que pudéssemos conhecer os processos que permitiram a chegada e posterior estabelecimento dos imigrantes alemães no Brasil na segunda metade do século XIX. Chegando no Brasil, esses homens e mulheres, em sua maioria, formaram famílias, e é através desses arranjos familiares, que nossa história foi contada. Pois só poderíamos compreender os trânsitos

culturais, após identificarmos de que maneira a comunidade criou e construiu suas uniões e seus grupos familiares, e dessa forma, avançaríamos na compreensão de sua mentalidade, de suas tradições e principalmente, como atuaram em prol da religião que professavam, partindo portanto, de uma análise da vida privada para o entendimento de suas estratégias coletivas de organização no cotidiano da vida comunitária.

Para a compreensão desses aspectos foi fundamental a utilização de uma documentação específica, os registros paroquiais, como mencionados. Sabemos que esse tipo de registro – para nós historiadores, fonte, vestígio do passado – não foi criado ou pensado para os fins que nós damos a ele. Os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, foram criados para regulamentar e padronizar o trabalho dos párocos dentro das igrejas, ou seja, desse modo, seriam restritos apenas um universo, o religioso. Porém, ao se transformar no único meio de se contabilizar as sociedades do passado, em épocas em que ainda não existia o registro civil, os mesmos se tornaram imprescindíveis para o trabalho de historiadores, demógrafos, genealogistas entre outros profissionais dedicados aos estudos de população.

Muito além de nos apresentar aspectos relativos à vida religiosa de um grupo determinado, o registro paroquial nos permite adentrar na intimidade das pessoas ali arroladas, conhecer aspectos de sua vida íntima que de outra forma não nos seria permitido. Sendo assim, os registros de batismo e de matrimônio foram fundamentais para a realização do presente trabalho. A partir da análise dos dados extraídos dessa documentação foi possível conhecer, mas acima de tudo, nos foi permitido demonstrar a necessidade de se entender, um determinado grupo de imigrantes recém-chegados ao Brasil e congregados numa colônia que posteriormente, originou uma comunidade luterana e, sobretudo, seus descendentes que, adquiriram a identidade de teuto-brasileiros, ou seja, os alemães nascidos no Brasil.

A compreensão dos dados só foi possível a partir da aplicação de uma metodologia oriunda dos ensinamentos da Demografia Histórica, metodologia essa que nos permitiu a instrumentalização necessária para leitura e análise dos dados extraídos da documentação paroquial das Comunidades Picada Bom Jesus e Picada Pomerana, como é possível verificar nos capítulos três e quatro da tese.

O terceiro capítulo da tese está dividido em duas partes, na primeira delas, apresentamos alguns dados demográficos extraídos dos Relatórios de Presidente

de Província do Rio Grande do Sul, e foi possível compreendermos um pouco da dinâmica populacional da Colônia, sobretudo, no que diz respeito à razão de sexo na Colônia, e, a partir da análise da documentação e da historiografia especializada, foi possível levantar a hipótese de que na Colônia de São Lourenço a razão de sexo apresentada, na qual há uma predominância masculina, pode ser composta, por crianças e adolescentes do sexo masculino, o que corrobora com estudos semelhantes.

Este terceiro capítulo ainda conta com uma análise mais pormenorizada dos batismos realizados na Colônia São Lourenço, o que nos permitiu conhecer alguns aspectos relativos à vida religiosa dos imigrantes, como por exemplo, a importância que davam à administração do Sacramento do Batismo, porém, pensamos que um dos aspectos mais relevantes verificados na documentação, diz respeito à ocupação dos pais dos noivos. Através dos registros, foi possível verificar que os imigrantes que aqui chegaram, passaram por processos de transformação e reorganização social que modificaram completamente suas vidas, inclusive no que diz respeito às relações de trabalho. Na Europa possuíam as mais diversas ocupações, e ao se instalarem na colônia, modificam seus status quo, e de certa forma, são obrigados a se dedicarem aos trabalhos de cultivo da terra e deixaram suas antigas profissões para trás.

Foi possível portanto, verificar aspectos da vida comunitária dos casais que se uniram em matrimônio, como por exemplo, suas preferências no momento da escolha dos noivos. Vimos que houve na colônia, para o período estudado, escolhas que demonstraram que o grupo organizava-se em função de algumas regras de endogamia, que pôde ser também verificada na escolha das testemunhas de casamento, uma vez que a predileção se deu principalmente entre as pessoas que também possuíam ascendência germânica, eram membros da comunidade e provavelmente residiam próximas, e principalmente, eram oriundos da mesma região da Alemanha.

Do mesmo modo, foi possível traçar um perfil dos jovens nubentes da comunidade, apresentando, dessa forma, algumas características do mercado matrimonial dessa comunidade.

A distribuição sazonal dos casamentos também foi um elemento passível de análise. Foi possível perceber uma grande influência cultural de seu país de origem

no calendário matrimonial da colônia, sobretudo, em relação ao dia da semana em que eram realizadas as bodas, como vimos no quarto capítulo da tese.

Finalmente, no capítulo cinco da tese, foi possível verificar os trânsitos culturais na Colônia São Lourenço e região a partir do entendimento da atuação dos missionários luteranos norte americanos como intermediários culturais. Os pastores que chegaram para atuar como missionários e atender espiritual e eclesialmente os imigrantes alemães luteranos aqui instalados foram, como pudemos ver no último capítulo, fundamentais para a abertura da comunidade à entrada de pessoas de outros grupos étnicos. Nós consideramos que esses pastores, portanto, atuaram como uma espécie de mediadores entre as culturas dos imigrantes, que como vimos nos capítulos 3 e 4 da tese, haviam desde a sua chegada mantido relações endogâmicas.

Podemos concluir que essa predileção por relações endogâmicas, sobretudo nos primeiros anos de funcionamento da Colônia, pode ser caracterizado como uma maneira de ressignificar suas características étnicas, suas raízes culturais e, principalmente, para fortalecer os membros da colônia, que naquele momento se entendiam como grupo minoritário no interior de uma sociedade completamente estranha aos olhos dos recém-chegados. Podemos concluir ainda, que conforme a colônia foi se solidificando e seus integrantes passaram a ser considerados como cidadãos locais, e não mais como estrangeiros, esses teuto-brasileiros puderam afrouxar as malhas de suas redes de relações e permitiram a entrada tanto dos missionários americanos, como dos demais grupos étnicos ali existentes.

Sabemos que as questões levantadas aqui e as respostas obtidas a partir da documentação não esgotam as possibilidades de análise a respeito desse grupo de luteranos residentes no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Todavia, podemos considerar que as discussões aqui empreendidas nos possibilitem conhecer alguns comportamentos e características dessa comunidade e que, portanto, podem ser considerados como indicadores da identidade do grupo. Reiteramos a necessidade de novas pesquisas que se debrucem a estudar estas pequenas e muitas vezes esquecidas comunidades religiosas cuja documentação na maioria das vezes constituem-se como uma documentação inédita e extremamente rica para o trabalho historiográfico, como no caso da Colônia de São Lourenço.

Apesar de obviamente não esgotar as possibilidades de análise podemos mencionar que este trabalho se justifica em função da falta de projetos que se

dediquem a pesquisar sobre as famílias de imigrantes alemães e seus descendentes pertencentes às comunidades evangélicas luteranas existentes na região sul do Brasil, sobretudo no que diz respeito às pesquisas que tenham como mote os aspectos demográficos desse tipo de população. Na maioria dos casos, as pesquisas que envolvem o grupo religioso dos luteranos tendem a tratar somente dos aspectos religiosos do grupo, e principalmente a história da implementação dessa religião no Brasil a partir da experiência da imigração. Trabalhos que contemplem uma análise focada na dimensão demográfica dos grupos a partir da análise dos registros paroquiais ainda são escassas.

Sendo assim, tomando-se em conta o exposto acima, o presente trabalho, além da pretensão de execução de um estudo pormenorizado das famílias pertencentes à região ainda não privilegiada por estudos que utilizam de métodos da Demografia Histórica, também se qualifica como um dos poucos estudos acadêmicos e historiográficos que contemplam em sua análise a Igreja Evangélica Luterana no Brasil (IELB) uma vertente do luteranismo, menos privilegiada nos estudos até aqui realizados pela historiografia especializada em História da Igreja, História do Protestantismo, História Cultural e até mesmo pela Demografia Histórica. Nosso trabalho, pretendeu, portanto, contribuir com a construção do conhecimento sobre esse grupo específico, sobretudo, dentro dessas grandes áreas de pesquisa supramencionadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

AHU. Projeto Resgate. Secretaria do Conselho Ultramarino, Documento 2996. **Carta Régia para Gomes Freire de Andrada**, 24 de março de 1736.

Carta de Luiz Braga a Jacob Rheingantz, de 31 de março de 1857. Coleção da Família Rheingantz. Disponível em: <http://familiarheingantz.blogspot.com/2012/>.

“Colônia de São Lourenço. Breve histórico de sua fundação, extrahido das notas do archivo de seu fundador Jacob Rheingantz. Publicado no Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul em sua 21ª edição do ano de 1909, p. 143-167.

Livro de Registro Paroquial das Comunidades Bom Jesus e Pomerana. São Lourenço-RS – 1868.

Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no. 1.o de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1851. Porto Alegre, Typ. de F. Pomatelli, 1850, p. 24-25

Relatorio do presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansação de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854.

Relatorio do presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansação de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 30 de junho de 1855, publicado como anexos do relatório. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1855.

Relatorio do presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1856, p. 89-90.

Relatorio do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Oliveira Bello, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 25 de setembro de 1855. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1856, p. 25.

Relatório do vice-presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o commendador Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1857, p. 19.

Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858, p. 21.

Relatorio apresentado a Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2.a sessão da 8.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1859, p.49.

Relatorio apresentado a Assembleia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul, na 1ª Sessão da 9ª legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, em 05 de novembro de 1860.

Relatorio apresentado pelo presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 2.a sessão da 10.a legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1863.

Bibliografias citadas

AGHASSIAN, Michel; GRANDIN, Nicole; MARIE, Alain. Filiação, consanguinidade, alianças matrimoniais. In: AUGÉ, Marc (org.). **Os domínios do parentesco**. Filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa, edições 70, 2003.

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Textos do século XVIII para o estudo da ocupação lusitana no Brasil meridional**. Lisboa/Rio Grande: CLEPUL/ Biblioteca Rio-Grandense, 2016.

ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura familiar e registros paroquiais. In: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. (org.). **Linhas e Entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos**. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2009.

ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sergio Odilon. **Imigrantes no Brasil**. Colonos e Povoadores. Curitiba: Nova Didática, 2000.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. A produção charqueadora e a mão de obra servil. In: CAMARGO, Fernando. et. al (Org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 189-202.

BAADE, Joel Haroldo. Da guerra à união: uma abordagem histórica da caminhada da Associação Evangélica de Comunidades e do Sínodo Evangélico Luterano até sua fusão e formação do Sínodo Evangélico Luterano Unido. Dissertação (Mestrado em Teologia). EST, São Leopoldo, 2007.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**. Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2001.

BASSANESI, Maria Silvia. Registros Paroquiais e Cíveis. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla; DE LUCA, Tânia Regina (orgs). **Os historiadores e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

BERND, Zilá; BAKOS, Margaret M. **O negro: consciência e trabalho**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1991.

BENDER, Rui. **A trajetória centenária da imprensa luterana**. Disponível em: <http://www.luteranos.com.br/conteudo/um-seculo-de-historia-da-nossa-imprensa>.

BERUTE, Gabriel. **O tráfico negro no Rio Grande do Sul e as conjunturas do tráfico atlântico, c. 1790 - c.1830**. In: Anais 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Merional. Porto Alegre: 2011, p. 3. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=121&Itemid=63

BOSENBECKER, Patrícia. Colonos nos domínios do diretor Rheingantz: uma revolta no Sul do Brasil. In: **Revista MÉTIS: história & cultura**, v. 11, n. 22, jul./dez. 2012.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. In: **Revista Brasileira de História**, vol.27, nº 54, 2007, p.155-176.

BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CARDOSO, Jayme Antonio; NADALIN, Sergio Odilon. Os meses e os dias de casamento no Paraná – séculos XVIII, XIX e XX. **Revista História: Questões e Debate**. 3(5):dez. 1982.

CHRISTILLINO, Cristiano. Companhia Colonizadora. In: MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. São Paulo: Loyola, 2010.

CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf, et al (org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Vol. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006.

DA ROS, César Augusto. Gênese e constituição da estrutura de posse e uso da terra no Rio Grande do Sul: uma análise a partir do processo de ocupação e apropriação do território. In: SECRETO, Maria Verónica et al (org.) **O campo em debate: terra homens, lutas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

DAL CIN, Marcos Alberto. **O cotidiano em área de imigração alemã: análise dos livros de Registro de Ofícios Eclesiásticos da localidade de Conventos/RS – 1860 a 1903**. Dissertação (Mestrado em História), Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 2017.

DREHER, Martin. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

DREHER, Martin. **História do povo luterano**. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

DREHER, Martin Norberto (org.). **Imigrações e História da Igreja no Brasil**. Aparecida/SP: Editora Santuário, 1993.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao Espaço Português. In: CAMARGO, Fernando. et. al (Org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 23-42.

FACHIN, Patrícia. Jacob Rheingantz: a construção de um herói. Revista do Instituto Humanitas – Unisinos. Ed. 271, set./2008. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2090-eduardo-iepsen>.

FISCHER, Joachim. A luta contra os pastores colonos no Rio Grande do Sul no século XIX. In: Idem (org). **Ensaio Luterano**. Dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 1986.

FISCHER, Joachim. Os primórdios da pregação itinerante e do trabalho de diáspora no Sínodo Rio-Grandense. In: Idem (org). **Ensaio Luterano**. Dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 1986.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FORSTER, Walter O. **Zion on the Mississippi**. The Settlement of the Saxon Lutherans in Missouri 1839-1841. Saint Louis: Concordia Publishing House, 1953.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

GEVEHR, Daniel Luciano; DILLY, Gabriela. Os estranhamentos entre aqueles que estavam e aqueles que chegam: representações sobre o espaço e as relações entre indígenas e imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, Brasil. **História Unicap**, v. 3, n. 6, jul./dez. de 2016.

GHIRARDI, Mónica; LOPEZ, Antonio Irigoyen. **Nuevos tiempos para las familias, familias para los nuevos tiempos**. De las sociedades tradicionales a las sociedades burguesas: perspectivas comparadas entre Argentina y España. Córdoba: Ediciones del Boulevard, 2016, 268 p.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Terra e homens**: colônias e colonos no Brasil. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In: CAMARGO, Fernando. et. al (Org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O Comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Revista Afro-Ásia**. n. 27, 2002, p. 121-160.

GREGORY, Valdir. Colono. In: MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Sítio Charqueador Pelotense. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf, et al (org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Vol. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006.

HALL, James A. **Sonhos: Símbolos Religiosos do Inconsciente**. São Paulo: Loyola, 1994.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006.

HAMMES, Edilberto Luiz. **São Lourenço do Sul**: Radiografia de um município – das origens ao ano 2000. V. 1, 2, 3 e 4. São Leopoldo: Ed. Studio Zeus, 2010.

HUBER, Valburga. A Literatura da imigração alemã e a imagem do Brasil. s/d Disponível:

https://www.google.es/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=19&ved=2ahUK EwjI5_iH1J_kAhVUF7kGHWq5AIYQFjASegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.letas.ufrrj.br%2Fliedh%2Fmedia%2Fdocs%2Fart_valb2.pdf&usq=AOvVaw1RPrMu2vzRIOVR8XmnpubC.

HUFF JUNIOR, Arnaldo Érico. **Vozes da Ortodoxia**. O Sínodo de Missouri e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil: processos de formação e relações nos contextos da I Guerra Mundial e do final do Regime Militar. Tese (Doutorado em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora/MG, 2006.

IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a Colônia de São Lourenço**: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2008.

IOTTI, Luiza Horn. **A política imigratória brasileira e sua legislação: 1822-1914**. Anais do X Encontro Estadual de História. Santa Maria/RS, 2010. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf.

IOTTI, Luiza Horn (org.). **Imigração e Colonização**. Legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. – Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KILPP, Nelson. O Batismo e a Ceia do Senhor na tradição Luterana e no diálogo presente. **Revista Estudos Teológicos**, v. 38, n. 1, 1998.

KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.) **O Brasil Imperial**, volume III 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

KOEHLER, Edward W. A. **Sumário da Doutrina Cristã**. Porto Alegre: Concórdia, 2002.

KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira: família e poder no Continente do Rio Grande (Campos do Viamão, 1720-1800)**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LEBRUN, François. **A vida conjugal do Antigo Regime**. Lisboa: Edições Rolim, s/d.

LEBRUN, François. O sacerdote, o príncipe e a família. In: BURGUIÈRE, André (et al). **História da Família**. O choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa. Lisboa: Terramar, 1998.

LOPES, Janaína Christina Perrayon. **Casamentos de escravos nas freguesias da Candelária, São Francisco Xavier e Jacarepaguá: contribuições aos padrões de sociabilidade matrimonial no Rio de Janeiro (c.1800-c. 1850)**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006.

LUTERO, Martinho. Pelo Evangelho de Cristo. In: **Obras Seleccionadas de momentos decisivos da Reforma**. Porto Alegre: Concórdia; São Leopoldo: Sinodal, 1984.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

MANTELLI, Jussara. O processo de ocupação do noroeste do Rio Grande do Sul e a evolução agrária. In: **Revista Geografia**, Rio Claro, n.2, mai/ago 2006, p. 269-278.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caçara: terra e população**. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. Episódios do ciclo do charque. Porto Alegre: Edigal, 1987. Apud; ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. A produção charqueadora e a mão de obra servil. In: CAMARGO, Fernando. et. al (Org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 192.

MARQUES, Rachel dos Santos. **Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, 1776-1800)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2016.

MARQUES, Rachel dos Santos. **Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (1750-1820)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2011.

MIGUEL, Lovois de Andrade. Origem e evolução dos sistemas agrários no Rio Grande do Sul. In: Idem (org.) **Dinâmica e diferenciação dos sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MINAMI, Edson. **Casamentos católicos e luteranos: resistência, ecumenismo e liberdade religiosa no Brasil**. In: Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010, 15 p.

MIRANDA, Marcia Eckert. **Fronteira, guerra e tributos: Rio Grande de São Pedro do Sul (1750-1825)**. In: Anais do XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Leopoldo, 2007, p. 01. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Marcia%20Eckert%20Miranda.pdf>.

MONTERO, Paula (org.) **Deus na aldeia**. Missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.

MORAES FILHO, Mello. **Festas e tradições populares no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

MORANT, Isabel. El hombre y la mujer en el matrimonio. Moral y sentimientos familiares. In: JIMÉNEZ, Francisco Chacón; FRANCO, Juan Hernandez; GONZÁLEZ, Francisco Garcia (org). **Familia y organización social en Europa y América, siglos XV-XX**. Murcia, ES: Editum, 2007, p.

NACIF, Paulo Cesar Miranda. **Padrinhos, afilhados e compadres: apontamentos sobre o parentesco espiritual contraído pelo ritual católico do batismo no âmbito do Antigo Regime**. Anais do XXVII Encontro Nacional de História – ANPUH. Natal, julho de 2013.

NADALIN, Sergio Odilon. Imigração e família, segunda metade do século XIX. In: **Revista Latinoamericana de Población**. Año 8 Número 14 Enero/ junio 2014.

NADALIN, Sergio Odilon. Construindo alteridades: a trajetória de vida de um jovem imigrante no Brasil (Curitiba, segunda metade do século XIX). In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 51, p. 181-208, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná: Ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NADALIN, Sergio O. **A Origem dos Noivos nos Registros de Casamentos da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba - 1870-1960**. Curitiba: Depto. de História, UFPR, 1974, Dissertação de Mestrado.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NICOCELI, Vanessa. **Hermann Blumenau: uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846-1884)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ODERICH, Edmundo Hoppe; MIGUEL, Lovois de Andrade. História e situação da agricultura e do desenvolvimento rural em quatro municípios do noroeste do Rio

Grande do Sul. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - Taquara/RS - v. 14, n. 1, jan./jun. 2017.

OGNIBENI, Denise. **Charqueadas pelotenses no século XIX: cotidiano, estabilidade e movimento**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Puc – RS), Porto Alegre, 2005.

OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: FRAGOSO, João (org.). **O Antigo Regime nos Trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 116.

OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, n. 39, 2000, p. 115-134.

OSWALD, Tamara. **Comunidades luteranas livres em São Lourenço do Sul (1886 – 1945)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas/RS, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PETRONE, Maria Tereza S. Imigração. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano: sociedades e instituições (1889-1930)**. 2 ed. Rio de Janeiro, DIFEL: 1978.

PORTELLA, Rodrigo. Fé, Cultura e Norma Eclesiástica: A gênese da Igreja Luterana no Brasil – Organização Popular e Tutela Eclesiástica. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 7/8, jul/ago 2006.

PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento – o extremo sul da América Portuguesa**. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002.

PROENÇA, Maria Danúzia Carvalho. **Sonhos, religião e psicologia analítica**. Monografia (Especialização em Psicologia Analítica). Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Curitiba/PR, 2008.

RADÜNZ, Roberto. Colônia – um modelo falido. In: **Ágora, Santa Cruz do Sul**, v. 1, n. 2, Outubro, 1995.

REHFELDT, Mário Luis. **Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. 1 vol. Porto Alegre: Concórdia, 2003.

REILY, Duncan Alexander. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo, ASTE. 2003.

RELLY, Eduardo. Imigração alemã ao Brasil (século XIX) e Prússia: fronteiras permeáveis e diálogos entre história global e micro-história. **Revista História Unisinos**. Vol. 20. Nº 3, setembro/dezembro de 2016.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. **Ao sul do bispado do Rio de Janeiro”: notas sobre a expansão da Igreja Católica na América Meridional (Rio Grande de São Pedro, século XVIII)**. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial - ISSN 21783738 – I EPHIS/PUCRS – 2014.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. **O Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: Editora Univercidade, 2000.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROTTMANN, Johannes H. **Batismo de crianças**. 3ed. Porto Alegre: Concórdia, 2011.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul – o caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, dezembro/2001.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: História e Historiografia no século XX. In: JIMENEZ, *Francisco Chacón (et al)*. **Família y tendencias historiográficas em el siglo XX**. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2003.

SANTOS, Iverson Poletto dos. **Imigrantes italianos em Santo Amaro: de agricultores a empresários (1886-1935)**. Tese (Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo-USP; São Paulo, 2015.

SARACENO, Chiara. **Sociologia da Família**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

SCHAPOCHNIK, Nelson. “Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade”, in: Col. **História da vida privada no Brasil**. Vol. 03. São Paulo, Cia das Letras. 1999.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

SEIBERT, Egon M. O que se pode afirmar sobre a identidade confessional nas Igrejas de tradição evangélico-luterana no Brasil a partir do seu surgimento, e o que se aprende daí para a atual procura por identidade confessional? In: **Estudos Teológicos**, v. 43, n. 1, 2003.

SEIBERT, Erní Walter. **Introdução às Confissões Luteranas**. Sua atualidade e relevância. Porto Alegre: Concórdia, 2000.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1990.

SHORTER, Edward. **A formação da família moderna**. Lisboa: Terramar, 1975.

STEYER, Walter O. **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo**: a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio-Grandense 1900-1904. Porto Alegre: Singularart, 1999.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. Fontes para uma História da Família. **Revista MÉTIS: história & cultura**, v. 3, n. 5, jan./jun. 2004.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder**. A família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2011.

VARGAS, Jonas M. **Os barões do charque e suas fortunas**. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas. (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

VOGT, Olgário Paulo. **Imprensa escrita**: uma das evidências de existência de capital social nas regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul. p. 1. Disponível em: <http://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos2/02.pdf>. Acesso em: 10/08/2015.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

WACHHOLZ, Wilhelm. **Atravessem e ajudem-nos**: a atuação da “Sociedade Evangélica de Barmen” e de seus obreiros e obreiras enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899). São Leopoldo: Sinodal, 2003.

WEBER, Regina; BOSENBECKER, Patrícia. Disputas pela memória em São Lourenço do Sul: uma visão histórica de representações étnicas. **Cadernos do CEOM** – Ano 23, n. 32 – ETNICIDADES, s/d.

WITT, Marcos Antonio. **Em busca de um lugar ao sol**: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2008.

ZARTH, Paulo Afonso. A estrutura agrária. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf, et al (org). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Vol. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006.